

v. 11, n. 1, jan./jun. 2015

ISSN: 2179-7064 (impressa)

ISSN 1983-3636 (eletrônica)

nuntius antiquus

Revista de Estudos Antigos e Medievais

Belo Horizonte
Núcleo de Estudos Antigos e Medievais (NEAM)
Faculdade de Letras / UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitor: Jayme Arturo Ramirez

Vice-Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

FACULDADE DE LETRAS

Diretora: Graciela Inés Ravetti de Gómez

Vice-Diretor: Rui Rothe-Neves

Conselho Editorial

Alexandre Soares Carneiro, Ana Maria Donnard, Delfim Leão, Fábio de Souza Lessa, Felipe Delfim Santos, Henrique Cairus, Jacyntho Lins Brandão, João Batista Toledo Prado, Joaquim Brasil Fontes Jr., Lourdes Conde Feitosa, Marcelo Cândido da Silva, Marcelo Pimenta Marques, Marcos Martinho dos Santos, Miriam Campolina Diniz Peixoto, Paulo Sérgio de Vasconcellos, Patrícia Prata, Trajano Augusto Ricca Vieira, Teodoro Rennó Assunção, Viviane Cunha, Yara Frateschi Vieira

Editores: Matheus Trevizam

Teodoro Rennó Assunção

Revisão: Matheus Trevizam

Teodoro Rennó Assunção

Formatação: Ursula Massula

Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias da Biblioteca FALE/UFMG

NUNTIUS ANTIQUUS: revista de estudos antigos e medievais, v. 6, 2010 -
Belo Horizonte, MG : NEAM / Faculdade de Letras da UFMG.
il.; 22,5 cm.

Histórico: Até o v. 5 publicada somente em formato digital.

A partir do v. 6 será publicada em formato impresso e digital.

Periodicidade semestral.

ISSN: Impresso: 2179-7064

Online: 1983-3636

1. Cultura clássica – Periódicos. 2. Idade Média – Periódicos. 3. Celtas – Periódicos. I. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras.

CDD: 880.5

Apoio Pós-Lit/FALE/UFMG

NEAM/FALE/UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha

CEP: 31270-901 - Belo Horizonte-MG - Brasil

Tel.: (31) 3409-6018 Fax: (31) 3409-5112

www.periodicos.letras.ufmg.br/nuntius

e-mail: nuntiusantiquusufmg@yahoo.com.br

SUMÁRIO

O cenário do desejo amoroso: o <i>locus amoenus</i> em Propércio I.20 <i>The scenery of amorous desire: the locus amoenus</i> <i>in Propertius I.20</i> Adir de Oliveira Fonseca Jr.	1
O teatro de Platão e a herança do “lógos” sofisticado <i>The theatre of Plato and the heritage of sophistic “logos”</i> Anna Christina Silva	19
Report and Taxis in Herodotus’s <i>Histories</i> : a systemic- functional approach to the description of Ancient Ionic Greek <i>Reportagem e taxis nas “Histórias” de Heródoto: uma abordagem</i> <i>sistêmico-funcional para a descrição do Grego Jônico Antigo</i> Daniel Couto-Vale	33
Cícero: exílio, cartas e repetições <i>Cicero: exile, letters and repetitions</i> Marco Antônio Costa	63
A psicologia moral de Sêneca: a relação entre a disposição da alma e a vida feliz <i>Seneca’s moral psychology: the relationship between</i> <i>the disposition of the soul and the happy life</i> Mariana Monteiro Condé	89
Ecos da <i>Eneida</i> de Virgílio, e do herói antigo, em <i>O fiel</i> <i>e a pedra</i> de Osman Lins <i>Echoes from Virgil’s “Aeneid” and from the ancient hero</i> <i>in Osman Lins’s “O fiel e a pedra”</i> Matheus Trevizam	111

O jogo elegíaco: fronteiras entre a cultura intelectual e a ficção poética <i>The elegiac game: borders between intellectual culture and poetic fiction</i> Paulo Martins	137
Lendo a citação (Críton, 43d1–44b5): “Vou-me embora pra fértil Phthía...” <i>Reading the quotation (Criton, 43d1–44b5): “I will go back to fertile Phthia...”</i> Rafael Guimarães Tavares Silva	173

O cenário do desejo amoroso: o *locus amoenus* em Propércio I.20

The scenery of amorous desire: the locus amoenus in Propertius I.20

Adir de Oliveira Fonseca Jr.

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil.

adir.ofjr@gmail.com

Resumo: O poema I.20 de Propércio é frequentemente apontado pelos críticos como uma composição complexa, ou mesmo obscura. Nessa elegia de 52 versos, Propércio, lidando com matéria pederástica, alude ao episódio do rapto de Hílas, e traça um paralelo entre o famoso mito e a atual situação vivenciada por Galo no plano amoroso. Ao fazer isso, Propércio recorre a diversos elementos típicos de um *locus amoenus*, de modo a descrever o lugar onde os eventos narrados transcorrem. Na verdade, uma análise atenta mostra como essa tópica também recebe um tratamento metapoiético, na medida em que certos vocábulos e imagens a ela associados parecem remeter diretamente ao gênero elegíaco. O presente artigo consistirá numa breve apresentação do mencionado poema, enfocando particularmente o motivo do cenário aprazível, em sua relação com a elegia e com outros gêneros poéticos.

Palavras-chave: Propércio I.20; elegia; *locus amoenus*; mito de Hílas; metapoesia.

Abstract: Propertius I.20 is often pointed out as a complex, or rather obscure composition by the critics. In this 52-verse elegy, Propertius, dealing with a pederastic theme, recalls the episode of the rape of Hylas, and draws a parallel between the famous myth and the actual situation experienced by Gallus on the plane of love. By doing so, Propertius employs several elements typical of a *locus amoenus*, in order to describe the setting where the events narrated take place. In fact, a close examination shows how this *topos*, too, receives a metapoetical treatment, insofar as certain words and images associated to it seem to refer directly to the elegiac genre. This paper, thus, will consist of a brief presentation of the mentioned poem, particularly focusing on the motive of the pleasant landscape, in its relationship with the elegy and other genres as well.

Keywords: Propertius I.20; elegy; *locus amoenus*; Hylas myth; metapoetry.

Recebido em 18 de fevereiro de 2015.

Aprovado em 17 de junho de 2015.

1 Introdução: Propércio I.20

Possivelmente uma das primeiras composições de Propércio, o poema I.20 é o mais extenso do poeta, com 52 versos – e também o mais extravagante e obscuro, conforme apontam certos comentadores (HODGE; BUTTIMORE, 2002, p. 202). Embora questionável, essa hipótese é amplamente disseminada entre os críticos, que levam em conta o elevado número de palavras de quatro ou mais sílabas no final do verso, e também o “estilo” mais “alexandrizante” observado no poema.¹ Trata-se de uma elegia endereçada a Galo – se este corresponde

¹ FEDELI, 1980, p. 454: “La fama del mito di Ila presso gli Alessandrini, la dipendenza di Properzio da una o più fonti greche e il fatto che questa sia probabilmente una delle prime elegie properziane – come ritengono alcuni critici sulla base dell’elevato numero di parole di 4 o più sillabe alla fine del verso – spiegano l’uso, più accentuato qui che nelle altre elegie, di uno stile alessandrineggiante; esso conferisce al contesto

ao famoso poeta romano, não se sabe dizer –, a quem o eu poético dirige uma contundente advertência, ou antes um conselho experiente, para que o amigo não deixe seu amante cair nas garras das mulheres: *Hoc pro continuo te, Galle, monemus amore, / (id tibi ne uacuo defluat ex animo) / saepe imprudenti fortuna occurrit amanti.*²

Se por um lado o nome de Galo está presente em outras elegias propercianas – antes de I.20, já encontramos a referência a ele em I.5, 10 e 13 –, o motivo do amor pederástico, por outro lado, é algo completamente novo e aparece isolado não só no primeiro livro, mas em toda a obra de Propércio (FEDELI, 1980, p. 455). A fim de ilustrar os perigos a que o seu destinatário está sujeito neste campo minado que é o amor, o eu poético recorre ao conhecido episódio de Hílas como estratégia para persuadir o amigo a se manter vigilante com seu *puer delicatus*. Este, conforme nos é revelado, além de equiparar-se ao jovem grego em beleza, teria ainda o mesmo nome que ele – *est tibi non infra speciem, non nomine dispar, / Theiodamanto proximus ardor Hylae.*³ Assim, suspende-se aquele primeiro registro coloquial para se adentrar no maravilhoso plano mítico.

Seguindo de perto o costume dos alexandrinos, Propércio faz um relato minucioso do mito, o que não é comum se considerarmos a totalidade de sua produção – mais usualmente, quando se recolhe material da mitologia grega, é com a finalidade de tecer comentários ou alusões

un carattere aulico, anche se non mancano forzature e periodi faticosi o contorti: li ha messi in luce il La Penna Prop. 133. Ciò rende verisimile l'ipotesi di Curran 'Gr. Rom. Byz. Stud.' 5 (1964) 281, che ritiene 1,20 un esperimento, nell'uso di uno stile esemplato sulla lingua greca e di miti greci (...)”.

² PROPÉRCIO, I.20, v. 1-3: “Por seu contínuo Amor eu te aconselho, Galo,/ e que isso não te saia da cabeça!/ Fortuna se opõe sempre ao amante imprudente”. Faremos uso, ao longo deste artigo, da edição de W. A. Camps (1961) e da tradução recente de Guilherme Gontijo Flores (2014).

³ PROPÉRCIO, I.20, v.5-6: “Não tem menor beleza, nem renega o nome: teu fogo é como o Teodamanteo Hílas”. Cf. CURRAN, 1964, p. 287 (grifos dele): “The boy Gallus loved must in fact have been named Hylas. We are pointedly told that Gallus’ beloved is *non nomine dispar* to the legendary Hylas [5]. Whatever the common figurative meanings of *nomen*, the plain meaning of *non nomine dispar* is ‘not unlike in name,’ i.e., ‘like in name’. The natural interpretation of the last line in the poem is ‘you who have been seen entrusting Hylas to the Nymphs’. The probability that the boy’s name actually was Hylas gives much more point to the mocking insistence with which Propertius plays with the sounds of the name and its etymology”.

breves, pontuais; em I.20 (e também em III.15), ao contrário, Propércio explora em detalhes as implicações sugestivas e imaginativas de um único mito, que ocupa papel central no poema (CURRAN, 1964, p. 282). Apesar disso, é importante ressaltar que, mesmo nesse caso, a narrativa mitológica em Propércio assume uma função diversa daquela que se vê na elegia e no epílio alexandrinos: afinal, o que está em jogo em I.20, bem como em III.15, não é o “mito pelo mito”, mas sim o exemplo que se pode extrair dele.⁴ Analisando a questão sob esse ângulo, portanto, percebe-se que o relato do episódio de Hílas presente em I.20, embora consideravelmente extenso, ao mesmo tempo em que não constituiria uma grande novidade em relação às demais alusões mitológicas que o poeta faz, mais brevemente, em outras elegias, também não se caracterizaria simplesmente como uma forma de epílio ou de narrativa elegíaca à maneira dos alexandrinos.⁵ Em sua qualidade de *exemplum*, que remete à situação “atual” na qual se encontra Galo (CAMPS, 1961, p. 93; FEDELI, 1980, p. 455), referida no início e no final do poema, diríamos, antes, que a narrativa de Hílas não passaria de uma longa digressão; digressão essa que, pelo tratamento a ela dado, ganharia destaque e, por

⁴ CAMPS, 1961, p. 9: “A characteristically Propertian feature of these poems is the abundance of mythological allusion. This habit was favoured by the rhetoricians’ method, taught at school, of enumerating examples to support an argument. It was favoured also by the example of the Hellenistic poets, who were fond of assembling and reciting legends that had some common element (loves of gods, loves of poets, unhappy loves, etc.); indeed, a Greek named Parthenius had compiled for Gallus a book (in prose) of tales of unhappy love expressly to be used as a source of allusions in his own poetry”.

⁵ FEDELI, 1980, p. 487: “Nell’incertezza della fonte usata da Propertio è ozioso continuare a chiedersi se I,20 sia un epillio (Rothstein 186 e, forse, Wilamowitz Hell. Dicht. I 233) o un’ elegia a imitazione dell’ elegia narrativa alessandrina (Abel Anred. 133-134, La Penna Prop. 136-138). Certo, un epillio alessandrino non sarà stato in toto identico ad un’ elegia del tipo di I,20: perlomeno la parte ‘attuale’, qui presente all’inizio e alla fine, differenzia I,20 dall’epillio. È ovvio, inoltre, che Propertio tratti con sensibilità diversa materia ellenistica, magari tratta da un epillio. Su questi motivi rinvio a quanto ho scritto in ‘Mus. Helv.’ 31 (1974) 34-35 a proposito della ripresa dell’epillio alessandrino da parte di Propertio e del suo adattamento nello schema elegiaco. Mi sembra, comunque, che tracce dell’influsso dell’epillio siano ravvisabili nell’indeterminatezza di alcuni particolari narrativi e nella presenza di un’importante digressione (v. 25-30), che s’inserisce nel corso della narrazione principale”.

um momento, acabaria até ofuscando aquele que seria o foco do poema: o perigo iminente, “real”, que se acerca de Galo.

Com relação às possíveis fontes usadas, o mito de Hilas, em Propércio, ecoa Teócrito (Idílio 13) e Apolônio de Rodes (I.1182-1272),⁶ com predominância do primeiro, haja vista o rapto daquela personagem por várias ninfas (PROPÉRCIO, I.20, v. 25-47; TEÓCRITO, XIII, v. 48-49), e não por uma só, como se verifica em Apolônio. A versão mais conhecida desse mito – que era, com efeito, bastante recorrente na arte e na decoração romana, e inclusive aparece aludido nas *Geórgicas* de Virgílio (III.6: *cui non dictus Hylas puer?*) – nos é descrita por Grimal, em seu *Dicionário de mitologia grega e romana*:

Quando Hércules combatia os Dríopes, matara-lhes o rei Teódamas e raptara o filho deste, Hilas, um jovem de grande beleza, por quem ele se apaixonara. Hilas acompanhou-o na expedição dos Argonautas. Mas, durante uma escala na Mísia, enquanto Hércules fora cortar uma árvore para fazer um remo (pois aquele de que até então se servira havia-se quebrado), Hilas fora incumbido de ir buscar água a uma fonte, na floresta, ou então ao rio (ou lago) Ascânio. As Ninfas, achando-o tão belo, atraíram-no a si para lhe concederem a imortalidade. Polifemo, que desembarcara com Hilas e Hércules, foi o primeiro a dar pelo desaparecimento do jovem. Chamou-o durante muito tempo, mas em vão. Hércules juntou os seus gritos aos dele. Entretanto, os Argonautas tinham levantado âncora, sem esperar pelos seus companheiros (possivelmente a conselho dos Boréadas). Polifemo fundou neste lugar a cidade de Cio, que mais tarde se chamou Prusa. Hércules, pensando que os Mísios teriam raptado Hilas, impôs-lhes reféns e ordenou-lhes que procurassem o jovem, o que os Mísios ainda faziam solenemente no decurso duma festa anual: os sacerdotes marchavam em procissão até a montanha mais próxima e gritavam três vezes o nome de Hilas. (GRIMAL, 2005, p. 228)

⁶ CAMPS, 1961, p. 93; RICHARDSON Jr., 1977, p. 201.

É quase certo, porém, que Propércio, além de ter presumivelmente bebido da fonte de Teócrito e de Apolônio de Rodes, tenha reinventado certas partes do mito – por exemplo, a cena da perseguição do jovem Hilas pelos Bóreas (v. 25-30), da qual não se tem nenhum outro registro senão a própria elegia I.20 –⁷ ou que, ainda, tenha-se pautado numa terceira versão, menos difundida (FEDELI, 1980; RICHARDSON Jr., 1977, p. 201).

Seja como for, a narrativa do rapto de Hilas cumpre um papel bastante específico na elegia de Propércio, que é, como já dissemos, o de fornecer um exemplo, uma advertência a Galo – talvez até, segundo a hipótese de Curran (1964, p. 282 e 287), com certo tom de sarcasmo e ridicularização. Assim, poderíamos dizer que o mito em I.20 estaria subordinado à temática do amor – o que não é de se surpreender, considerando as convenções e a matéria próprias do gênero elegíaco. E precisamente nesse contexto erótico-amoroso, em que tudo (ou quase tudo) é permeado pelo desejo cúpido, libidinoso, é notável que o cenário também acabe sendo contaminado pelas cores intensas da luxúria. De fato, em Propércio I.20 as referências aos atributos da natureza são constantes, as imagens vivazes e aguçadoras dos sentidos. Mais do que uma mera paisagem de fundo, a natureza em Propércio – e não só nele – desempenha um papel influente no desenrolar dos eventos, e tem participação ativa sobre o ânimo dos humanos, e mesmo das divindades.

2 O *locus amoenus* em Propércio I.20

Em diversos episódios da mitologia grega, a floresta, a natureza de um modo geral, aparece como palco de realização do desejo erótico-amoroso. Longe da agitação da cidade e dos olhares inquisidores dos vizinhos, num bosque apartado, os amantes se veem livres para dar vazão às suas fantasias e instintos latentes. Ao mesmo tempo, é nesse lugar recluso que os homens lascivos perdem o controle de si e violentam moças virgens; ou que deusas e deuses, sem nenhum pudor, perseguem jovens mortais. Na floresta, Apolo, ferido pela flecha de Cupido, correu incansavelmente atrás de Dafne, até que esta, exausta, se transformasse num loureiro, graças à ajuda do pai (OVÍDIO, *Met.*, I, 452 *et seq.*). Na floresta, Aristeu tentou de todas as formas apoderar-se de Eurídice,

⁷ FEDELI, 1980, p. 457.

fazendo com que a infeliz amada de Orfeu, durante a fuga, pisasse numa serpente venenosa (VIRGÍLIO, *Georg.*, IV, 317 *et seq.*). Num campo afastado, Hades, impaciente, raptou Perséfone, enquanto esta colhia distraidamente flores (OVÍDIO, *Fast.*, IV, 417 *et seq.*; *Met.*, V, 393 *et seq.*). Até mesmo o bardo William Shakespeare (1564-1616), valendo-se desta e de outras tópicas ao compor a comédia *Sonho de uma noite verão* (c. 1590-1596), conduzirá quatro adolescentes apaixonados e impetuosos a uma floresta, onde fará com que eles vivam, no espaço de uma noite e sob os efeitos de uma poção mágica, os mais variados enganos no plano amoroso. Ao menos no que diz respeito às questões de amor, portanto, a floresta pode ser vista tradicionalmente como um cenário de aventura (perigo) e sedução (perdição).

Particularmente na elegia I.20 de Propércio, o cenário no qual Hílas aparece inserido constitui-se como floresta sedutora e perigosa, por um lado, e como lugar ameno e tranquilo, por outro. A literatura clássica – e com esta nomenclatura um tanto genérica queremos apenas nos referir, de modo amplo, a um tipo de produção poético-retórica que perdurou no ocidente até pelo menos o século XVIII, antes do Romantismo – está repleta de exemplos dessa natureza aprazível. Já em Homero (c. IX-VIII a.C.), e mais especificamente na *Odisseia*, nos deparamos com um número considerável de amostras da paisagem ideal, como no caso da descrição dos abençoados Campos Elísios (*Od.*, IV, v. 565 *et seq.*), da maravilhosa gruta de Calipso (V, v. 63 *et seq.*), ou do opulento jardim do rei feácio Alcínoo (VII, v. 112 *et seq.*). Igualmente notáveis são as referências à gruta consagrada às ninfas em Ítaca (*Od.*, XIII, v. 102 *et seq.*), ao Olimpo (VI, 42 *et seq.*), e mesmo à ilha dos Ciclopes selvagens (IX, v. 132 *et seq.*). Em Homero, com efeito, a natureza desempenha um papel preponderante, participando de tudo aquilo que é ou tem relação com o divino. Da paisagem homérica poetas de todos os tempos puderam extrair alguns dos motivos que formariam as bases de uma longa série de esquemas recorrentes, como é o caso da tópica do *locus amoenus* (CURTIUS, 1990, p. 186).

Ainda que então despojado de seu estatuto de tópica, passível de catalogação em manuais de poética e retórica, por exemplo – algo que viria a se constar somente na chamada Baixa Idade Média –,⁸ já no

⁸ CURTIUS, 1990, p. 197: “In the Middle Ages the *locus amoenus* is listed as a poetical requisite by lexicographers and writers on style. We encounter a great number of such

período do Império Romano a descrição do *locus amoenus* aparece como um modelo bastante difundido na poesia.⁹ Na *Arte Poética* (18 a.C.), Horácio sugere reconhecer, com ironia, o amplo uso desse costume, ao qual certos poetas poderiam recorrer inabilmente, com a esperança vã de obter algum efeito na poesia: *Inceptis grauibus plerumque et magna professis/ purpureus, late qui splendeat, unus et alter/ adsuitur pannus, cum lucus et ara Dianae/ et properantis aquae per amoenos ambitus agros/ aut flumen Rhenum aut pluuius describitur arcus:/ sed nunc non erat his locus.*¹⁰

Tendo isso em vista, é possível dizer que, embora não houvesse teorização a respeito, na época de Propércio (43 a.C.-17 d.C.) o *topos* do lugar ameno já se caracterizava como uma forma que circulava nos mais variados contextos poéticos, e encontrava respaldo na produção de autoridades como Homero – “considerado por retores antigos como a grande fonte e modelo de gêneros” (ACHCAR, 1994, p. 27) –, Hesíodo (HESÍODO, *Os trabalhos e os dias* v. 109 *et seq.* e 167 *et seq.*), Teócrito e Virgílio. Estes dois últimos, na verdade, seriam os poetas que, através da poesia de cunho pastoril – Teócrito (310-250 a.C.) com os *Idílios*, Virgílio (70-19 a.C.) com as *Bucólicas* –, teriam dado a maior contribuição à disseminação e posterior fixação da tópica (CURTIUS, 1990, p. 190). De fato, compor sob a moldura pastoril apresentaria ao poeta uma ocasião favorável para que ele pintasse um *locus amoenus* com todos os seus atributos característicos – uma fonte de água fresca, árvores frutíferas e umbrosas, clima agradável. Pensando nisso, poderíamos até inferir que Propércio, ao instaurar na sua elegia I.20 uma natureza com elementos que remetem o leitor àquele esquema descritivo, estaria jogando com uma convenção mais típica do gênero bucólico, o que de certo modo atestaria também a afinidade entre este tipo de poesia e a poesia erótica.¹¹

pleasances in the Latin poetry which flourished from 1070 onwards. Model examples are also to be found in the arts of poetry which began to appear in increasing numbers from 1170”.

⁹ CURTIUS, 1990, p. 195.

¹⁰ HORÁCIO, *Ars Poet.* v. 14-19: “Geralmente a princípios solenes e onde se prometem grandes coisas, para obter mais efeito, qualquer remendo purpúreo se lhes cose, ao descrever o bosque e o altar de Diana, as curvas de rápidos ribeiros por amenos campos, ou o Reno ou o chuvoso arco-íris; ali, porém, não cabiam tais descrições”. (trad. R. M. Rosado Fernandes)

¹¹ CURTIUS, 1990, p. 199-200: *As we have seen, the locus amoenus also formed part of the scenery of pastoral poetry and thus of erotic poetry.* Cf. também VIRGÍLIO, *Buc.* X.

Logo no início da elegia I.20, antes mesmo de adentrar na narrativa do rapto de Hílas, encontramos alusões à natureza:

*Huic tu, siue leges umbrosae flumina siluae,
siue Aniena tuos tinxerit unda pedes,
siue Gigantea spatiabere litoris ora,
siue ubicumque uago fluminis hospitio* 10
*Nympharum semper cupidas defende rapinas
(non minor Ausoniis est amor Adryasin).¹²*

Sabe-se que a sombra é um atributo recorrente nas descrições do lugar ameno. Na poesia pastoril, é sob a copa de uma árvore que o pastor, frequentemente, encontra o repouso necessário para os trabalhos, e entrega-se aos deleites da música, da conversação, do ócio. Nas *Bucólicas*, temos exemplos consideráveis do emprego dessa imagem, inclusive na abertura da obra:

*Mel. Tityre, tu patulae recubans sub tegmine fagi,
siluestrem tenui musam meditaris auena:
nos patriae fines et dulcia linquimus arua;
nos patria fugimus: tu, Tityre, lentus in umbra
formosam resonare doces Amaryllida siluas.¹³* 5

Sobre o uso de *umbrosus* no verso 7 (*umbrosae... siluae*) da passagem properciana acima transcrita, mais especificamente, Fedeli (1980, p. 462) comenta que esse “é um dos tantos adjetivos em *-osus*, prediletos dos elegíacos” (trad. nossa); sendo ele, em particular, dotado

¹² PROPÉRCIO, I.20, v.7-12: “Se tu segues um rio pelas selvas da Úmbria,/ ou se tinges teus pés a onda Aniena,/ se tu passeias pela costa dos Gigantes,/ ou se um rio vagante der refúgio,/ defende-o sempre contra Ninfas de rapina/ (não é menor o Amor das Hamadriades)”. Percebe-se, aqui, que na edição utilizada por Guilherme Flores (2014), no lugar da expressão *umbrosae ... siluae*, temos *Vmbrae ... siluae* (“selvas da Úmbria”). Conforme dissemos na nota 3, contudo, seguimos a edição de Camps (1961), que adere à primeira lição.

¹³ VIRGÍLIO, *Buc.* I, v. 1-5: “*Mel.* Tu, sob a larga faixa reclinado,/ Silvestre musa em tênue cana entoas:/ Nós, Títilo, da pátria os fins deixamos/ E a doce lavra, a pátria nós fugimos;/ As selvas tu, pausado à sombra, ensinas/ Amarílis formosa a ressoarem”. (trad. Odorico Mendes)

de um valor predominantemente poético. Em seguida, no verso 9, vemos uma referência às praias dos gigantes (*Gigantea ... litoris ora*), que, ainda segundo Fedeli (*ibid.*), designaria o litoral de Cuma – e não os Campos Flégreos, onde teria ocorrido a batalha mítica dos deuses contra os gigantes; trata-se, antes, do “tradicional local de delícias e de perdições para as *castae puellae* e para os *pueri delicati*” (*ibid.*, p. 455, trad. nossa). Assim, observa-se que Propércio estabelece de antemão uma relação de igualdade entre esses quatro lugares – a floresta umbrosa, as margens do rio Ânio, o litoral de Cuma, o refúgio de um vagante rio –, no sentido de que todos eles, inclusive a floresta umbrosa, representam um perigo ao amante.

A partir do verso 15, quando o eu poético faz menção ao infeliz erro de Hércules para que sirva de lição ao seu destinatário – *quae miser ignotis error perpessus in oris/ Herculis indomito fleuerat Ascanio* –,¹⁴ Propércio suspende o tempo primário do poema, abre parênteses e começa a relatar o fatídico episódio que ocasionou o rapto de Hilas. Assim ele começa a narrar a jornada dos Argonautas rumo à Cólquida, e a parada que os heróis fizeram na Mísia:

*Namque ferunt olim Pagasae naualibus Argon
egressam longe Phasidos isse uiam,
et iam praeteritis labentem Athamantidos undis
Mysorum scopulis applicuisse ratem. 20
Hic manus heroum, placidis ut constitit oris,
mollia composita litora fronde tegit.*¹⁵

Contextualmente, temos exemplos que nos remetem a esta mesma situação na *Odisseia*, quando, por exemplo, Odisseu chega à Feácia, depois de uma longa tribulação infligida a ele pelo deus Posídon:

¹⁴ PROPÉRCIO, I.20, v. 15-16: “Pois Hércules em meio a margens nunca vistas/ pôs-se a chorar perante o Ascânio indômito”. Chamamos a atenção do leitor, neste trecho, para o uso de *miser* – adjetivo caro aos poetas elegíacos (PICHON, 1991, p. 202-203) – modificando o substantivo *error* (“o infeliz erro de Hécules”).

¹⁵ PROPÉRCIO, I.20, v. 17-22: “Dizem que outrora, quando Argos saiu de Págasa,/ fez um longo percurso rumo ao Fásis,/ após ultrapassar as ondas da Atamântide/ nos recifes dos Mísios aportou./ Quando os heróis pisaram nessas margens plácidas,/ com folhas transformaram praia em leito”.

(...) debaixo duma árvore pôs-se,
 dupla, porém, tendo só uma raiz: zambujeiro e oliveira.
 Não conseguia vará-las o vento que traz umidade,
 nem com seus raios brilhantes o Sol o local clareava,
 nem mesmo a chuva até lá penetrava, por tal modo
 [unidas
 e entrelaçadas cresceram as árvores onde o guerreiro
 fora acolher-se. Arranjou, muito às pressas, com as
 [mãos uma cama
 larga, pois tanta abundância de folhas havia no solo,
 que de coberta chegara, talvez, para dois ou três
 [homens,
 quando no inverno, por mais rigoroso que entrado ele
 fosse.
 Vendo-a formada, o paciente e preclaro Odisseu
 [alegrou-se
 e, bem no meio deitando-se, cobre-se todo com folhas.¹⁶

Em ambos os relatos conta-se que os heróis, ao aportarem numa praia, se colocam para descansar sobre um leito de folhas improvisado por eles. Percebe-se, pois, a existência de uma convenção de ordem mítico-poética – para não falar de um suposto costume cultural que nos remeteria à Grécia (pré-)homérica –: é comum o herói, após uma viagem, buscar repouso num cenário tranquilo, onde possa recobrar as forças e se alimentar. O mesmo se verifica nas *Argonáuticas* de Apolônio de Rodas;¹⁷ e também na *Eneida* Virgílio recorre a essa espécie de *topos* ao narrar, no Canto I, o momento em que os troianos, depois de enfrentarem uma dura tempestade provocada por Éolo a pedido de Juno, decidem parar numa praia da Líbia.¹⁸

¹⁶ HOMERO, *Odisseia* V, v. 476-487. (trad. Carlos Alberto Nunes)

¹⁷ APOLÔNIO DE RODES, *Arg.*, I, v. 1179-1186: “Acogieronlos al llegar con honores de huésped y en son de amistad/ los Misios, que aquellas tierras habitan, y les ponían en las manos/ víveres, corderos y vino sin cuento, pues tenían buena falta de ello./ Inmediatamente después unos héroes traían maderos resecos, otros/ habían cogido en los prados miles de hojas que sirven de lecho/ con el fin de extenderlas, y otros encendían el fuego haciendo girar unos troncos;/ otros, en fin, en crateras mezclaban el vino y disponían también la comida./ tras haber hecho antes un sacrificio en la noche a Apolo, dios del Desembarque”. (trad. Manuel Pérez López, grifo nosso)

¹⁸ “Cansados os Enéadas forcejam/ por arribar à terra mais vizinha,/ e de Líbia às

Em Propércio I.20, no trecho acima, encontramos a expressão *placidis ... oris* (v.21) – que pode ser traduzida como “paragens tranquilas”, “margens plácidas” – na descrição do cenário. É sintomático, porém, que, conforme iremos descobrir, o lugar é tranquilo apenas na aparência (RICHARDSON Jr., 1977, p. 204). Ou melhor, o lugar, em princípio, seria tranquilo de fato; mas o amor, o desejo erótico irrefreável, é capaz de desestabilizar essa ordem.

Ainda considerando o mesmo trecho, verifica-se o emprego do adjetivo *mollis* (*mollia*, v. 22) como proléptico para se referir às areias tornadas macias com a cobertura de folhas. Sabe-se que o uso de *mollis* – adjetivo que, além de indicar a qualidade da maciez, pode também, por extensão, conotar algo delicado, tenro; ou mesmo voluptuoso, luxuriante –,¹⁹ assim como do verbo a ele correspondente – *mollio* –, é frequente na poesia elegíaca. A título de ilustração, nos *Amores* de Ovídio, temos a emblemática passagem em que o eu poético declara, no poema de abertura do livro II: *blanditias elegosque leuis, mea tela, resumpsi;/ mollierunt duras lenia uerba fores*.²⁰ Desse modo, cogitamos a possibilidade de esse adjetivo estar sendo empregado por Propércio não só com aquela acepção mais imediata, que diz respeito à maciez literal da areia, mas também, talvez, com um sentido mais sutil, quase metafórico ou metapoético: com a chegada dos Argonautas à praia da Mísia – e mais importante, com a chegada de Hilas àquele local – todo o cenário, a começar pelo solo, tornou-se mais delicado, elegíaco.

Na sequência, Propércio narra o momento em que Hilas se afasta do grupo para procurar água numa fonte – *at comes inuicti iuuenis processerat ultra/ raram sepositi quaerere fontis aquam*.²¹ Aqui, a locução *raram aquam* apresentaria um sentido dúbio, ambíguo, e poderia ser interpretada de maneiras distintas: ou a água seria *rara* por ser de difícil

regiões a proa inclinam./ N'uma longa enseada um sítio existe:/ um ilhote o resguarda e faz bom porto (...)/ Por cima logo/ de trêmulos arbustos grata cena/ e um negro bosque de medonha sombra/ iminentes estão: na face oposta/ debaixo de uns penhascos pendurados/ um antro existe; dentro doces fontes/ e assentos naturais na rocha viva,/ habitação das ninfas”. (trad. José Victorino Barreto Feio, 2004, p. 11-12, grifo nosso)

¹⁹ OLD: “*mollis*”, 1968, p. 1127-1128.

²⁰ OVÍDIO, *Am.*, II, v. 21-22: “As carícias e as leves elegias, que são minhas armas, eu retomei;/ palavras brandas puderam amolecer portas duras”. (trad. nossa)

²¹ PROPÉRCIO, I.20, v. 23-24: “Porém o amigo do invencível jovem longe/ foi buscar água em fontes afastadas”.

acesso; ou porque seria escassa no local; ou porque, ainda, seria uma água de qualidade excepcional, incomum.²² Camps (1961, p. 95) acha a segunda interpretação mais improvável; e a respeito da última suposição, também considera o emprego do adjetivo *raram* com o sentido de *non communem* ou *tenuem* (“clara”, “límpida”, “transparente”), conforme este aparece empregado nos *Fastos* (II, 250) de Ovídio: *et tenuem uiuis fontibus adfer aquam*.²³

Seguindo essa mesma linha de raciocínio e levando em consideração a nossa hipótese cogitada acima, poderíamos ir além e dizer que o adjetivo *rarus*, neste contexto específico, carregaria também um significado metapoético – com efeito, o jovem Hílas distancia-se dos seus companheiros “épicos” para ir buscar água numa fonte cristalina e “elegíaca”, isto é, numa fonte sedutora, afrodisíaca. Em tempo, vale lembrar que, assim como o adjetivo *mollis*, *rarus* também integra o léxico seletivo da poesia erótica. Mais uma vez recorrendo a Ovídio – poeta que, segundo a tradição, teria revelado os segredos do gênero elegíaco –, encontramos, em *Amores* I.5, uma dentre muitas ocorrências do adjetivo *rarus* aplicado à famosa descrição das vestes de Corina: *Deripui tunicam; Nec multum rara nocebat*.²⁴

Exemplo ainda mais concreto dessa erotização do cenário se poderá constatar no próximo quadro, que diz respeito à aparição dos gêmeos Zetes e Cálais. Conforme se sabe, estes seriam, na mitologia grega, os filhos alados de Bóreas, e personificariam os ventos – sendo Cálais “o que sopra docemente”, e Zetes “o que sopra com força” (GRIMAL, 2005, p. 61). No poema em apreço, os jovens, excitados, empreendem um ataque aéreo ao indefeso Hílas, roubando-lhe beijos e

²² FEDELI, 1980, p. 472 (grifos dele): “[L]’acqua, cioè, è definita rara perché è di difficile reperimento (ma questo contrasterebbe con quanto dice Teocrito), o perché il luogo scarseggiava di sorgenti (ma non si capisce quale utilità abbia una tale specificazione da parte di Properzio)? Oppure *rara* è un aggettivo destinato a nobilitare il sostantivo cui si riferisce (come in I, 8, 42 *Cynthia rara mea est*) e a designare l’eccezionale, unica limpidezza dell’acqua, sottolineando al tempo stesso il carattere sacro del luogo abitato dalle ninfe (e in tal caso potrebbe esservi un richiamo al ἱερὸν ὄιον di Apollonio Rodio)? Per quest’ultimo significato Camps mi comunica il rinvio a Martial 2, 86, 12 *raris* (‘pregiati’) *aibus* e a Lucan 4,123 *iam rarior* (‘meno torbido’) *aer*”.

²³ “E traga, das fontes vívidas, a límpida água”. (trad. nossa)

²⁴ OVÍDIO, *Am.*, I, 5, v. 13: “Arranquei-lhe a túnica; transparente, não estorvava tanto”. (trad. Lucy Ana de Bem)

suspendendo-o no ar; de onde se depreende que nem mesmo os ventos estão imunes aos encantos do amante de Hércules:

Hunc duo sectati fratres, Aquilonia proles, 25
hunc super et Zetes, hunc super et Calais,
oscula suspensis instabant carpere palmis,
oscula et alterna ferre supina fuga.
Ille sub extrema pendens secluditur ala
et uolucres ramo summouet insidias.²⁵ 30

Numa tentativa desesperada de se livrar deles, Hilas recorre a um ramo de árvore com a intenção de repelir as ameaças dos Boréadas. E aqui, novamente, o leitor é posto diante de um vocábulo reincidente na poesia erótica – *insidiae* –, o qual aparece também em Catulo, Tibulo e Ovídio.²⁶ Mal consegue se safar da mira dos irmãos alados, porém, Hilas vai buscar abrigo junto a uma fonte, sob o vértice do monte Arganto (v. 33: *Arganthi Pege sub uertice montis*). Nesse ponto, encontramos uma descrição vivaz do *locus amoenus*. Trata-se da residência aquática das Ninfas, local onde se encontram árvores solitárias que, sem a necessidade de cultivo algum, produzem frutos orvalhados (v. 35-36: *supra nullae pendebant debita curae/ roscida desertis poma sub arboribus*).²⁷

²⁵ PROPÉRCIO, I.20, v. 25-30: “Dois irmãos o seguiram – proles Aquilônicas –/ sobre ele vinha Zetes, vinha Cálais,/ com pés suspensos cobiçavam colher beijos/ e alçavam alternando ao céu seus beijos./ No entanto ele se esconde embaixo de uma asa/ e com um galho afasta o assédio aéreo”.

²⁶ PICHON, 1991, p. 173: *Insidiae aliquotiens proprio sensu accipiuntur, et sunt doli ad aliquem furtim deprehendendum compositi: Ov., Ars Am., II, 593-594: uetat deprensa Dione insidias illas, quas tulit ipsa, dare./ Alias insidiae sunt conatus riuialium puerum aut puellam rapere studentium: Cat., XV, 16: ut nostrum insidiis caput lacessas; - cf. Cat., XXI, 7; Prop., I, XX, 30./ Sed plerumque insidiae sunt fraudes ad amorem conciliandum paratae, seu a uiris in puellas: Ov., Ars Am., I, 134: theatra nunc quoque formosis insidiosa manent; - cf. Ov., Her., XIX, 66; XX, 110;/ seu a feminis in amantes: Prop., III, XXV, 6: semper ab insidiis, Cynthia, flere soles; - cf. Ov., Am., II, IV, 12./ Eodem sensu dicunt poetae insidias struere Amorem: Tib., I, VI, 4: insidias homini conposuisse deum; - cf. Ov., Rem., 148./ Insidiae sunt etiam doliquibus amantes, ut fallant, utuntur: Prop., II, XXXII, 19: insidias in me conponis inanes; - cf. Ov., Her., X, 6; Ars Am., III, 539.*

²⁷ Em minha pesquisa de Iniciação Científica (FONSECA Jr., 2012), a partir da

Precisamente nessa paisagem aprazível, dar-se-á o arrebatamento final de Hilas pelas Dríades, ninfas das florestas que são representadas por Propércio como amantes elegíacas, ardendo de desejo amoroso (v. 45: *accensae Dryades ... puellae*).

Nesse contexto, concluímos que certas escolhas lexicais em Propércio I.20 são modelares na descrição do cenário, sendo parte delas responsável por conferir um caráter tipicamente elegíaco à natureza retratada. *Umbrosus, mollis, rarus* são exemplos concretos de adjetivos que, de um modo geral, são recorrentes no gênero, e que integram a descrição da paisagem aprazível no poema analisado. Acrescente-se a estes, ainda, o emprego de *formosis* no verso 41, modificando o substantivo *undis*; e de *blandis*, na sequência, fazendo par com *imagineibus* – *et modo formosis incumbens nescius undis/ errorem blandis tardat imagineibus*.²⁸ É interessante notar que o mesmo adjetivo *formosus*, usado para qualificar as ondas, reaparecerá no último verso do poema, só que para caracterizar o Hilas de Galo – *His, o Galle, tuos monitus seruabis amores,/ formosum Nymphis credere uisus Hylan*.²⁹ Tal observação tornaria ainda mais relevante a hipótese suscitada por Curran (1964, p. 288), de que a conexão etimológica verificada entre os nomes *Hylas* e ὕλη (“floresta”, em grego) leva a crer que haja uma identificação entre aquele personagem e o cenário retratado: “Por causa de seu próprio nome, Hilas é a floresta. Seu devido lugar, portanto, é na natureza, não numa expedição heroica, e é apenas certo que ele se torne unido à primavera silvestre” (*ibid.*, trad. nossa). Ademais, essa interpretação seria reforçada pela presença das Dríades na cena do rapto, em substituição às Náíades, que são as ninfas dos rios e lagos.³⁰ Pensando nisso, e com base em

observação de algumas amostras poéticas, pude notar que, frequentemente, a não necessidade do cultivo indicaria um lugar ameno do tipo divino, em contraposição ao lugar ameno campestre ou civilizado. Nestes, a fertilidade da terra e a abundância de frutos dependeria, em grande medida, do trabalho humano.

²⁸ PROPÉRCIO, I.20, v. 41-42: “E tolo sobre as belas ondas vai pendendo/ e alonga seu passeio em doce imagem”.

²⁹ PROPÉRCIO, I.20, v. 51-52: “Com tais conselhos, Galo, guarda os teus Amores,/ pois quase deste às Ninfas o teu Hilas”.

³⁰ CURRAN, 1964, p. 287-288 (grifos dele): “Although it is true that ancient poets are not always precise in assigning functions to the various categories of nymphs, Propertius seems to go out of his way to insist by means of three different Greek terms that his nymphs are wood nymphs. He calls them Dryads, Adryads, and Hamadryads. For one

nossas conjecturas desenvolvidas ao longo deste artigo, seria tentador fazer uma emenda na afirmação de Curran e dizer que, de fato, o lugar do belo Hylas não é numa expedição épica, mas sim no cenário elegíaco, desfrutando – ou melhor, sendo objeto – do amor.

3 Considerações finais

Neste artigo, vimos brevemente que a descrição do cenário natural apresentada em Propércio I.20 englobaria todos os atributos essenciais de um lugar ameno – motivo esse que está presente em outros gêneros poéticos, desde o épico até o pastoril. Nela encontramos a fonte cristalina, o recanto de sombras, as árvores e flores; enfim, todos os elementos que conferem a beleza e a tranquilidade características da tópica do *locus amoenus*. Tais qualidades seriam ressaltadas, ainda, pelo emprego de certos adjetivos que remeteriam o leitor ao gênero elegíaco – como no caso de *mollis, rarus, formosus*... Com efeito, da leitura do poema é possível constatar que aquela tranquilidade do local narrado seria apenas aparente; ora, é precisamente nessas “margens plácidas” que se dará o violento rapto de Hylas, primeiro pelos Boréadas, depois pelas Driades – o que acaba confirmando o argumento inicial proferido pelo enunciador do poema, de que aonde quer que ande o *puer delicatus* de Galo, este deve manter-se sempre atento aos perigos a que seu amante está exposto. Assim, chegamos à conclusão de que o emprego daqueles adjetivos, somado à ocorrência de outros vocábulos e imagens expressivas, gera um efeito no poema que beira ao metapoético: considerando que tais modificadores frequentemente recebem um tratamento distintivo na elegia, ao serem aplicados na descrição do cenário, eles estariam apontando para um contexto elegíaco, senão para o próprio gênero. Levando a cabo esta hipótese interpretativa, indagamo-nos se, por trás do *exemplum* amoroso que estaria no centro da composição, não haveria, também, um jogo mais sutil de contraste entre épica e elegia. Em suma, os elementos eróticos que encontramos na representação do cenário em Propércio I.20 mostram como no discurso elegíaco também a tópica do

thing, the correct term for water nymphs, Naiads, does not reproduce the *upsilon-alpha* sequence of *Hylas* as do Dryads and its variants. Of greater importance is the fact that the replacing of water nymphs by wood nymphs reinforces a punning etymological connection between *Hylas* and *ύλη* (or, in dialects other than Attic-Ionic, *ύλα*), ‘woods,’ which his readers, knowing Greek, would have immediately appreciated”.

locus amoenus se submete ao tratamento típico desse gênero poético. Ao que sabemos, esse aspecto do poema não foi até o momento apontado pelos estudiosos.

Referências

ACHCAR, F. *Lírica e lugar-comum: alguns temas de Horácio e sua presença em português*. São Paulo: Edusp, 1994.

APOLONIO DE RODAS. *Las Argonáuticas*. Edición de Manuel Pérez López. Madrid: Ediciones Akal, 1991.

BRYAN-BROWN, A. N. (org.). *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 1968.

CURRAN, L. C. Greek words and myth in Propertius 1.20. *Greek, Roman and Byzantine Studies*, Durham, vol. 5, p. 281-292, 1964.

CURTIUS, E. R. *European Literature and the Latin Middle Ages*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1990.

FONSECA Jr., A. O. *A Feécia de Homero e a constituição da tópica do “locus amoenus”*. 2012. 112 p. Relatório de Pesquisa (Iniciação científica desenvolvida na EFLCH/Unifesp, no Departamento de Letras, com bolsa FAPESP – processo nº. 2010/10196-1). São Paulo: Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, 2012.

GRIMAL, P. *Dicionário de mitologia grega e romana*. Trad. Victor Jabouille. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HOMERO. *Odisseia*. Trad. Carlos Alberto Nunes. 2ª ed. São Paulo: Ediouro, 2009.

HORÁCIO. *Arte Poética*. Trad. R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Inquérito, 1984.

OVID. *Ovid in six volumes: vol. I*. Edited by G. Showerman and G. P. Goold. Harvard: Harvard University Press, 1977.

OVÍDIO. *Primeiro livro dos “Amores”*. Trad. Lucy Ana de Bem. São Paulo: Hedra, 2010.

PICHON, R. *Index verborum amatoriorum*. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 1991.

PROPÉRCIO. *Elegias de Sexto Propércio*. Organização, trad., introdução e notas de Guilherme Gontijo Flores. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

PROPERTIUS. *Elegies I-IV*. Edited, with introduction and commentary, by L. Richardson, Jr. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1977.

PROPERTIUS. *Elegies: book I*. Edited by W. A. Camps. Cambridge: Cambridge University Press, 1961.

PROPERTIUS. *Elegies: book I*. Text and translation with a critical analysis of each poem by R. I. V. Hodge and R. A. Buttimore. Bristol: Bristol Classical Press, 2002.

PROPERZIO, S. *Il primo libro delle elegie*. Introduzione, testo critico e commento a cura di P. Fedeli. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1980.

VIRGÍLIO. *Bucólicas*. Trad. e notas de Odorico Mendes, edição anotada e comentada pelo “Grupo de Trabalho Odorico Mendes”. Cotia/ Campinas: Ateliê Editorial/ Editora da Unicamp, 2008.

VIRGÍLIO. *Eneida*. Trad. de J. V. Barreto Feio, J. M. da Costa e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

O teatro de Platão e a herança do “lógos” sofisticado

The theatre of Plato and the heritage of sophistic “logos”

Anna Christina Silva

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros, Minas Gerais, Brasil.

salomonsilva@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo pretende colocar em evidência modelos interpretativos que valorizam a teatralidade do texto de Platão nos diálogos *Crátilo* e *Protágoras*. Para este fim, serão explicitados os vínculos que unem a forma do diálogo e o projeto filosófico defendido por Sócrates e seus interlocutores.

Palavras-chave: Platão; sofística; teatro; *agón lógon*.

Abstract: This article aims to highlight interpretative models that value the theatricality of the text in Plato’s dialogues *Cratylus* and *Protagoras*. To this end, the ties that bind the form of dialogue and the philosophical project as defended by Socrates and his interlocutors will be explained.

Keywords: Plato; sophistic movement; theater; *agón lógon*.

Recebido em 29 de abril de 2015.
Aprovado em 08 de julho de 2015.

1 Introdução

Por que Platão, expulsando de sua própria *República* os poemas homéricos por serem *miméticos*, agora no *Crátilo* os introduz como mestres inspirados da correção dos nomes? Será que na *República* era inapropriado o variado da imaginação diante dos costumes simples e corretos, enquanto aqui, no *Crátilo*, ele acolhe e abraça a sua inspiração? (PROCLO, *Leituras do “Crátilo” de Platão*, LXX-15-20)

Para os antigos leitores de Platão os diálogos pertencem a um estilo literário específico, os *lógoi sqkratikoí*, onde estão enraizados e cristalizados conceitos filosóficos.

Dois importantes testemunhos vindos da antiguidade ilustram esta concepção híbrida, segundo a qual os diálogos platônicos sintetizam literatura e filosofia ao colocar em cena personagens e fatos que representam dramaticamente uma mensagem conceitual: o primeiro testemunho é o de Aristóteles, o segundo é o de Diógenes Laércio:

A arte que se utiliza apenas de palavras, sem ritmo ou metrificacão, estas seja com variedades de metros combinados, seja usando uma só espécie de metro, até hoje não recebeu um nome. Não dispomos de nome que dar aos mimos de Sófron e Xenarco ao mesmo tempo que aos diálogos socráticos e às obras de quem realiza a imitação por meio de trímetros, dísticos elegíacos ou versos semelhantes.¹ (ARISTÓTELES, *Poética*, I)

Dizem que o primeiro escritor de diálogos foi Zenão de Eleia, mas Aristóteles afirma no livro primeiro de sua obra *Dos Poetas*, que foi Alexâmenos de Estira ou Teos. Na minha opinião e de pleno direito, o verdadeiro inventor do diálogo é Platão, que pelo domínio do estilo pode reivindicar para si mesmo o primado tanto da beleza como da própria invenção. Um diálogo é um discurso composto de perguntas e respostas em torno de uma questão filosófica ou política, com uma caracterização conveniente dos personagens apresentados e com uma elocução acurada. A dialética é a arte da discussão com o objetivo de refutar ou aprovar uma

¹ Utilizei a edição brasileira, traduzida e organizada por Jaime Bruna (1997).

tese por meio de perguntas e respostas dos interlocutores (DIÓGENES LAÉRCIO, *Vidas*, III, 48).²

Aristóteles destaca em sua *Poética* que a arte literária sem nome à qual pertencem os diálogos de Platão se aproxima dos “mimos”, gênero dramático que representa de forma cômica e satírica episódios da vida cotidiana. O estagirita também concede destaque ao caráter mimético dos diálogos que utilizam a prosa em lugar do verso para imitar as ações humanas. O ponto de vista de Diógenes Laércio apresenta características que são comuns aos demais diálogos socráticos, como os de Xenofonte, por exemplo. Contudo, Diógenes Laércio observa que Platão se destacou dos demais escritores graças à representação da dialética desenvolvida numa forma literária “acurada” que coloca a pesquisa filosófica em ação.

Estes dois exemplos pertencem a uma rica tradição de interpretação da forma platônica do diálogo, tradição que podemos reconstruir, aproximando a crítica antiga e a recepção moderna das obras de Platão.

2 Cenas de um conflito filosófico: o “agón lógon” no *Crátilo* e no *Protágoras*

O helenista francês Louis Méridier dedicou ao diálogo platônico *Crátilo* uma tradução precedida de uma detalhada monografia, onde apresenta uma curiosa observação sobre a estrutura deste diálogo:

Em linhas gerais, o plano do *Crátilo* lembra aquele do *Protágoras*. Sócrates, neste último diálogo, começa por contestar a tese de Protágoras de que a virtude possa ser ensinada. Mas a discussão final conduz à inversão das posições defendidas no início, e é Sócrates que acaba provando para Protágoras, e contra si mesmo, que é possível ensinar a virtude. Há, portanto, entre as duas obras uma diferença essencial. No *Protágoras*, a segunda discussão parece refutar inteiramente a primeira; diferente do que ocorre no *Crátilo*, onde a segunda discussão é dedicada a corrigir, mas sem anular, as conclusões alcançadas na primeira discussão. (MÉRIDIÉ, 1950, p. 14)

Esta curiosa aproximação entre os dois diálogos platônicos

² A edição utilizada foi traduzida por Mário da Gama Cury (1988).

sugerida por Louis Méridier é o meu ponto de partida para analisar as teses de Protágoras e Pródico, personagens que Platão caracteriza com muito zelo e que, na minha opinião, foram concebidos não para dar nascimento a doutrinas inteiramente elaboradas, mas para atuarem como catalisadores que suscitam a investigação autônoma, favorecendo a pesquisa dialética em comum (*syzétesis*).

Encontramos no *Crátilo* e no *Protágoras* passagens em que Sócrates apresenta a intervenção dos sofistas como um guia para a pesquisa em comum:

Se, da minha parte, eu tivesse ouvido da boca de Pródico a lição de cinquenta dracmas que dá ao ouvinte um conhecimento completo da questão, nada te impediria de saber em um instante a verdade sobre a justeza dos nomes. Mas eu ouvi apenas a lição de um dracma; ignoro, portanto, qual é a verdade neste assunto. Por outro lado, estou disposto a pesquisar junto (*syzeteîn*) com você e com Crátilo. (PLATÃO, *Crátilo*, 384b4-c3)

Não penses, Protágoras, que ao dialogar (*dialégesthai*) contigo move-me outra intenção que não seja a de esclarecer certos problemas que me parecem *aporéticos*. Sou de opinião que Homero tinha toda razão ao dizer: *Quando são dois, se um não vê, o outro logo percebe o caminho*. Deste modo, juntos nos preparamos melhor para qualquer obra, discurso e pensamento (*érgon kai lógon kai dianóēma*). Mas, quando àquele que está só ocorre qualquer pensamento, sai à procura de alguém com quem possa investigar (*zeteî*) até conseguir demonstrar (*epideixetai*). Por isso, tenho mais prazer (*hedéōs*) em dialogar contigo do que com qualquer outra pessoa, convencido como estou, de que és o homem mais competente para analisar os problemas em geral e, especialmente, o problema da virtude. (PLATÃO, *Protágoras*, 348c6-e1)

Em ambos os diálogos, Sócrates mostra que, para ele, a atividade filosófica, a aspiração ao saber e o desejo de instruir os interlocutores

dependem do encontro confrontador com as teses de Pródico e Protágoras.³ As referências aos sofistas podem ser reduzidas a um formato mínimo, como a breve aparição de Pródico e Protágoras que são citados no início do diálogo *Crátilo*, ou podem ocupar uma parte significativa e até mesmo a totalidade do diálogo como ocorre no *Protágoras*. Werner Jaeger, ao interpretar esta trama de relações e aparições que unem Sócrates e os sofistas, valoriza as influências exercidas pela “teatrocracia” ateniense e pela proliferação dos *lógoi sokratikói*, sugerindo que a análise da forma literária escolhida por Platão para representar “a luta de dois mundos opostos pelo primado da educação” oferece um terreno fecundo de pesquisa (JAEGER, 1995, p. 585-591).

O estudo das estratégias de comunicação dos diálogos como via de acesso privilegiado para compreendê-los foi amplamente explorado pela helenista americana Raquel Barney, que se dedicou ao estudo do *Crátilo*. Para Barney, Platão estabelece no *Crátilo* um surpreendente paralelo entre a competição intelectual e a competição atlética. Este paralelo leva a helenista a caracterizar o diálogo como um diálogo *agonístico*, onde a disputa intelectual de Sócrates com Protágoras, Pródico e Homero oferece respostas satisfatórias para o problema da tão discutida seção etimológica. Nos capítulos intitulados “The agonistic display” e “The etymologies as ‘agon’”, Barney sugere que a disputa agonística coloca em funcionamento as estratégias epistemológicas tão habilmente construídas por Platão ao longo do diálogo. Ela demonstra que o modelo epistemológico que resulta do *agón lógon* é que dá uma fisionomia característica ao método dialético, visto que é na medida em que toma parte desta luta de argumentos que a filosofia de Platão almeja triunfar sobre a hegemonia pedagógica exercida pela retórica e pela poesia (BARNEY, 2001, p. 57-60).

Tomemos como exemplo as referências a Homero analisadas pela autora. Nas passagens 407d7-410e3 e 414b2-3, Sócrates, ao discutir com Hermógenes a grande dificuldade que envolve a questão da possibilidade de determinação das regras racionais que legitimam o uso dos nomes, faz referência à corrida de carruagem retratada na *Iliada* (V, 221-222 e XXIII, 315-325), onde os heróis gregos buscavam a vitória orientados

³ Sobre as características dos *lógoi sokratikói* e sobre a intertextualidade utilizada por Platão para criticar os tradicionais gêneros de discursos e para definir a nova prática discursiva que ele chama de filosofia, cf. NIGHTINGALE, 1996, p. 1-12.

pela *mêtis* – a astuciosa sabedoria. O momento estratégico do diálogo sugere um impasse que coloca em jogo o sucesso da pesquisa, quando é verificada a precariedade do conhecimento das coisas através dos nomes. Sócrates, diante deste impasse, anuncia-se como um novo herói homérico que vai assumir seu posto numa disputada e árdua corrida. Para garantir a vitória, ele também recorre ao modelo epistemológico utilizado pelos heróis homéricos: a *mêtis*. Segundo Barney, a *performance agonística* de Sócrates no *Crátilo* representa a herança de uma prática cultural cujo realçamento não é menos significativo para a compreensão do seu discurso etimológico. Para a autora, é a interação do *ágon* platônico que assimila a *mêtis* de Sócrates ao poder das Musas que ajuda o leitor atento a ouvir melhor as harmonias e dissonâncias insolúveis das etimologias socráticas. O que é essencial na seção etimológica é o seu enraizamento nos problemas metodológicos. Barney está convencida de que a presença *agonística* das etimologias indica que Platão buscou superar a *polyphonia* dos métodos empregados pelos sofistas e pelos poetas, para estabelecer a excelência do método dialético. A batalha das práticas intelectuais gera uma verdadeira “anarquia metodológica” que transcende o *Crátilo* e, na opinião da helenista, esta batalha pode ser identificada nos diálogos *Menéxeno*, *Fedro* e *Protágoras*. Os *ágon*es do *Menéxeno* e do *Fedro* envolvem disputas retóricas, o do *Protágoras* diz respeito a uma disputa literária e interpretativa (BARNEY, 2001, p. 64-65). Basta-nos, porém, considerar o problema do *ágon* no *Crátilo* e no *Protágoras* para nos convenceremos de sua importância para os debates críticos e para a interpretação dos diálogos.⁴

Minha exposição se esforçará por enquadrar os contornos modeladores deste problema, acentuando as relações entre Platão e os sofistas citados nos referidos diálogos. É assim que pretendo intervir na interpretação de Barney, transferindo o foco do *ágon*, no *Crátilo*, dos poetas para os sofistas Protágoras e Pródico e, no *Protágoras*, dos sofistas para Aristófanes.

Começo pelo *Crátilo*, pela cena em que Sócrates aproxima a tese convencionalista de Hermógenes da célebre frase do “homem medida” presente nos escritos de Protágoras (385e7-386a6). Não é por

⁴ Sobre o diálogo *Menéxeno*, acredito que o *ágon* do diálogo visa a Antifonte através do seu discípulo Tucídides. Escrevi um artigo sobre o tema intitulado: *Antifonte, Aspásia e Sócrates no “Menéxeno” de Platão (Poiêsis, Montes Claros, vol. 7, n. 1, p. 11-23, 2011)*.

acaso que muitos helenistas vincularam o relativismo de Protágoras, supostamente derivado da célebre frase, ao convencionalismo de Hermógenes. Torna-se assim muito natural, segundo a interpretação de David Sedley (2003, p. 54-55), que ao recusar a tese relativista de Protágoras, o convencionalismo linguístico defendido por Hermógenes seja prontamente refutado por Sócrates. Não é só por acaso, observa Louis Méridier (1950, p. 45), que, no *Crátilo*, Protágoras seja mostrado como o representante “de uma sofística relacionada ao sistema de Heráclito”. Fundamentalmente, afirma Catherine Dalimier (1998, p. 29), no *Crátilo* a tese de Protágoras coincide com a tese individualista do conhecimento desenvolvida no *Teeteto*.

Por outro lado, devemos voltar o olhar para um segundo ponto de vista. São dignas de nota a tensão e a elasticidade da leitura bem afiada e treinada apresentada por Kerferd. Para ele, o ponto de partida do *Crátilo* é “uma questão saída dos debates sofisticos” (KERFERD, 1999, p. 128). Kerferd mostra com astúcia que o enraizamento sofisticado do problema da correção dos nomes invade o solo seguro por onde Hermógenes acredita caminhar depois de ter recusado a tese de Protágoras. Para o helenista, Hermógenes, ao recusar a *Verdade* de Protágoras, preferindo, como sugeriu Sócrates, recorrer à sabedoria de Homero, volta a pisar em solo minado. Desde que Homero mostrou em seus poemas, como afirma Sócrates, que os deuses nomeiam as coisas empregando nomes corretos que são diferentes daqueles empregados pelos mortais, ficou consagrada a teoria da correção natural nos nomes. Segundo Kerferd, esta teoria naturalista de origem homérica encontrou sua expressão lapidar diante da filosofia de Protágoras. Como legítimo herdeiro da sabedoria poética, Protágoras, no diálogo platônico que leva seu nome, aceita a teoria da correção natural dos nomes ao narrar a origem da linguagem. No mito de Prometeu, Protágoras explica que a humanidade recebeu como dom divino a voz e os nomes: *phōneîn kai onómata* (PLATÃO, *Protágoras*, 322a). Assim, conclui Kerferd (1999, p. 129), para Protágoras a possibilidade de nomear as coisas com “arte” tem origem num dom natural.

Este esforço empreendido por Kerferd, de compreender o papel desempenhado por Protágoras no *Crátilo* à luz do diálogo *Protágoras*, coincide com o trabalho hermenêutico desenvolvido por Dupréel no livro *Les sophistes*. Segundo Dupréel, no *Crátilo*, Hermógenes e Crátilo são representantes de dois pontos de vista distintos que correspondem à posição adotada por Protágoras. Um desses aspectos, observa o autor, é

o caráter convencional da linguagem, “seu valor social”. O outro aspecto diz respeito à “coincidência rigorosa” entre o nome e a coisa nomeada (DUPRÉEL, 1948, p. 37). Grata surpresa esta que nos propicia Dupréel, ao nos fazer encontrar Protágoras defendendo *antilogicamente* teses opostas. Comparando a tese do “homem medida” citada por Platão com o testemunho de Sexto Empírico, Dupréel (1948, p. 38-51) pretende mostrar que foi Protágoras quem inaugurou a controvérsia sobre a propriedade dos nomes que “se tornou famosa” ao fornecer elementos para os “paradoxos divertidos” como as “etimologias fantasiosas”. O tratado da correção dos nomes escrito por Protágoras, sugere Dupréel, não tinha como objetivo corrigir a língua, mas visava a ensinar o bom uso, utilizando as melhores referências oferecidas pelos poetas. Este tratado pertencia à grande obra do sofista intitulada *Da Verdade*, e foi nela que Sexto Empírico encontrou uma inovadora teoria da matéria (*hýlē*) associada ao funcionamento da linguagem (*lógos*).⁵ Sexto Empírico procura dar um novo significado à tese do “homem medida” ao afastar-se da interpretação de Platão, aproximando Protágoras de Pirro. É deste modo que ele pretende mostrar que, para o sofista de Abdera, os nomes estão, desde sempre, presentes na matéria indeterminada e amorfa, visto que são os nomes que concedem determinação à matéria, pois nomear é recortar as coisas que estão plasmadas na matéria amorfa, dando a elas sua forma final. Mas, como adverte Dupréel, embora haja na doutrina de Protágoras transmitida por Sexto uma “solidariedade completa” entre o nome e aquilo que é nomeado, todas as palavras que estão contidas na matéria estão à disposição dos seres humanos que as adotam seguindo as suas conveniências, pois, de todas as coisas (*prágmata*) o homem é o critério (*kritérion*) que institui a “convenção determinante”, recortando o “fixo no movente” (DUPRÉEL, 1948, p. 48).

Segundo Dupréel, além da formulação da doutrina protagoreana, também encontramos no *Crátilo* uma nítida alusão às teses que foram defendidas por Hípias no diálogo *Protágoras*. Dupréel (1948, p. 36) está convencido de que “o historiador não pode encontrar no *Crátilo* esclarecimentos sobre o pensamento de Protágoras, se não analisar o diálogo juntamente com a doutrina de Hípias”. É aplicando a linguística a uma teoria sobre o conhecimento da natureza dos seres que Hípias se opõe a Protágoras. Para o helenista francês, na passagem 386d-e do

⁵ Utilizo a edição dos fragmentos de Protágoras organizada por Untersteiner (1967).

Crátilo, Hermógenes, ao admitir que “as coisas possuem em si mesmas um ser permanente, que não é nem relativo à nós e nem depende de nós”, descreve de modo adequado e preciso a teoria de Hípias. Esta tese da supremacia da natureza sobre a precariedade das convenções foi defendida por Hípias na passagem 337c-d do diálogo *Protágoras*. Deste modo, conclui o helenista, Platão, no *Crátilo*, retoma as controvérsias do diálogo *Protágoras* ao acentuar as divergências existentes entre as teses de Protágoras e Hípias (DUPRÉEL, 1948, p. 267).

A construção desse debate sofisticado entre Protágoras e Hípias transposto do *Crátilo* para o *Protágoras* suporta ainda a inclusão do sofista Pródico. Sobre Pródico, encontramos nas passagens 338e-347a do diálogo *Protágoras* o sofista de Céos interpretando os versos de Simônides sobre a virtude. Esta intervenção do sofista nos leva, segundo Dupréel, ao problema da sinonímia, da distinção do significado correto de termos semelhantes. Contudo, a nova forma de conceber as doutrinas de Pródico proposta pelo helenista em nada se assemelha ao tom jocoso adotado por Platão nos dois diálogos em questão. Ele acredita que Pródico foi um moralista que elaborou uma sofisticada teoria sobre a educação voltada para a aquisição da virtude (*areté*). Pródico dedicou-se a distinguir as nuances dos sentimentos, elogiando a ponderação e distinguindo os estados da alma diante de situações impulsivas como o desejo e a cólera. Para Dupréel, o alto apreço pelos valores éticos que Pródico propagava em suas lições nada tem a ver com o comentário debochado sobre a lição de cinquenta dracmas que Sócrates faz no início do *Crátilo* (384b) (DUPRÉEL, 1948, p. 180-181).

Pensemos agora nesta equiparação das doutrinas dos sofistas e na reintegração que delas fizemos ao aproximar o *Crátilo* e o *Protágoras*, tendo em vista seus aspectos dramáticos. Falamos da semelhança estrutural que harmonicamente aproxima os dois diálogos, sugerida por Louis Méridier. Voltamos agora a nossa atenção para encontrar nessa semelhança a simbiose de uma tradição literária-poético-filosófica que orienta o valor do conteúdo filosófico e a função pedagógica dos diálogos. Procuremos imaginar singelamente a discussão entre Sócrates e os sofistas a respeito do problema da correção dos nomes sob a forma corrente dos diálogos socráticos, ou seja, como sucessão ininterrupta de tentativas de definição e logo compreenderemos por que é que Platão preferiu compor o *Crátilo* e o *Protágoras* intercalando os discursos dos personagens. É principalmente na forma do diálogo que o *agôn* dramático

de Sócrates alcança o triunfo e, indubitavelmente, o ponto culminante dos dois diálogos é o primado da filosofia sobre a sofística e sobre a poesia. No entanto, acredito que, para alcançar esta dignidade, a filosofia teve de criar obras poéticas, ou seja, teve de converter-se também em poesia. Logo, com a escolha dos personagens e do cenário, Platão faz Sócrates reviver no *Crátilo* e no *Protágoras* as grandes disputas intelectuais do século V. O *Crátilo* em simetria com o *Protágoras* congrega os principais sofistas em torno da figura de Cálías, o homem mais rico de Atenas, que muito dinheiro investiu nas lições dos sofistas e que nada dividiu com seu miserável irmão Hermógenes. Assim como Hermógenes, Crátilo desempenha um papel enigmático, pois ambos são caracterizados de maneira muito sumária. É Hermógenes que abruptamente entra em cena convidando Sócrates para discutir a tese de Crátilo. Crátilo ocupa a cena final do diálogo, onde aparece como defensor heraclítico do naturalismo linguístico. Neste entreato é apresentado o longo discurso etimológico de Sócrates, cujo molde em tudo se assemelha com a *makrologia* praticada pelos sofistas. A dramaticidade do diálogo culmina com a inversão das teses de Hermógenes e Crátilo operada por Sócrates. No fim do primeiro ato ou da primeira “dialogação” é Crátilo quem vence, pois Sócrates refuta Hermógenes. Já no fim do segundo ato ou da segunda “dialogação” quem vence a disputa é Hermógenes, pois Sócrates derrota o argumento de Crátilo. O *agón* termina em empate. Empate que sugere a vitória da teoria das Formas? Aqui só podemos adiantar uma resposta sumária: há controvérsias!

Voltando o nosso enfoque ao lugar de destaque concedido por Platão ao grande discurso etimológico de Sócrates, não devemos deixar de lembrar que a sua extensão desproporcional levou o helenista francês Louis Méridier (1950, p. 33) a afirmar que a sua forma literária compromete a totalidade do diálogo do ponto de vista artístico. Ora, o mais elementar a que nos podemos ater não é a extensão desproporcional da seção etimológica, mas sim a influência direta de muitas práticas metodológicas que foram plasmadas neste discurso *agonístico* do filósofo. A semelhança entre o *agón* platônico e o *agón* literário da tragédia e da comédia reside, na minha opinião, na explicitação do conflito que representa para os personagens um obstáculo quase insuperável e que exige uma tomada de decisão iminente. Acredito que a formulação do tema justifica esta disposição cênica do diálogo, estabelecendo a excelência da forma dialógica como o único caminho possível para a investigação filosófica, excelência baseada numa disputa que foi nutrida pela sofística.

Seja-nos permitido encerrar esta discussão sobre o tema do *agón lógon* fazendo uma breve digressão sobre o tema no diálogo *Protágoras*. Convém lembrar o que foi dito anteriormente: há entre o *Crátilo* e o *Protágoras* uma simetria estrutural e uma simetria de conteúdo. As teses dos sofistas dialogam nos dois textos como nos mostraram Kerferd e Dupréel. E a inversão das teses dos interlocutores operada por Sócrates também comparece em ambos os diálogos. É nesta encruzilhada que se unem os caminhos de Platão e Aristófanes. Para unir os caminhos do filósofo e do comediógrafo, utilizo como guia os estudos do helenista italiano Andrea Capra. No livro *Agón lógon: il "Protagora" di Platone tra eristica e commedia*, Andrea Capra propõe analisar a complexa trama de relações que unem diálogo e comédia. Para ele, a essência do *Protágoras* se encontra no *agonismo* dos personagens. O autor nos mostra que a incorporação do *agón* cômico no diálogo acontece através de uma fusão que une a estrutura da comédia *As nuvens* de Aristófanes e a ambientação da comédia perdida de Êupolis (2001, p. 86-88), *Os adúladores*. Segundo Capra, na peça de Êupolis, os sofistas reunidos na casa de Cálías desenvolviam argumentos falaciosos e exploravam os jovens endinheirados, assim como acontece no pensatório de Sócrates descrito n^o *As nuvens* de Aristófanes. A analogia com o *Protágoras* é explícita e várias cenas típicas da comédia são identificadas pelo autor.

Entre as cenas cômicas convém indicar a mudança de cenário, o episódio da porta fechada e a estrutura agonística do confronto dialético. No *Protágoras*, a mudança de cenário é feita da casa de Sócrates, onde o diálogo começa, para a casa de Cálías, onde o diálogo se desenvolve. O contraste entre os dois cenários é exageradamente risível: a casa paupérrima de Sócrates é comparada com a rica mansão de Cálías. A mesma mudança de cena ocorre n^o *As nuvens*, porém os personagens estão invertidos na ordem das cenas. Aristófanes inicia sua peça na casa do rico "submergente" Estrepsíades e transfere a *performance* para o pensatório pulguento do sofista Sócrates. A segunda cena típica diz respeito ao tema cômico da porta fechada. Ao mudar de ambiente, o personagem é transposto para um novo universo de valores desconhecidos, por isso a porta fechada e a presença do porteiro são fundamentais para caracterizar esta transição. N^o *As nuvens* o porteiro do pensatório é Querofonte, o discípulo morfético de Sócrates, e no *Protágoras* o porteiro é o lacaio entediado de Cálías. Por fim, a última cena cômica, que é a mais importante para o presente estudo, representa o conflito verbal entre

dois personagens. A força do efeito dramático deste *agón* opõe Sócrates e Protágoras, que lutam usando o grande discurso (*makrología*) como arma. Segundo Andrea Capra (2001, p. 71-78), é o *mimetismo* das técnicas do sofista e das técnicas dos poetas que caracteriza o *agón* platônico.

Conclusão muito conveniente e que serve perfeitamente para reforçar os pontos de contato que tentei estabelecer entre o *Crátilo* e o *Protágoras*. Acredito que em ambos os diálogos é a *polifonia* da escritura *agonística* de Platão que, por ser capaz de integrar diversos gêneros de discurso, produz o mais mimético dos gêneros – o diálogo.

Não há dúvida de que a interpretação *agonística* dos referidos diálogos põe em relevo questões importantes relacionadas com a atitude artística adotada por Platão. Acredito que esta chave de leitura não reduz o fenômeno multiforme da filosofia platônica à superficial oposição forma literária *versus* conteúdo filosófico; tampouco estabelece que Platão foi um poeta e não um filósofo. Hegel já se vê obrigado nas suas *Lições sobre a história da filosofia* a reconhecer a impossibilidade de separar o que é inseparável, ao apresentar historicamente a filosofia platônica como uma totalidade conceitual orgânica unida ao material mítico, dramático, próprio da forma dialogada da sua escritura (HEGEL, 1965, p. 146). Contudo, Hegel tropeça e, com dificuldade, tenta conciliar a filosofia de Platão com seu próprio sistema, mostrando que a forma dialógica escolhida por Platão é sim uma “bela forma”, mas não é a “melhor”. É por isso que Hegel, após ter admitido que forma e conteúdo constituem nos diálogos uma unidade inseparável, precisa resolver uma operação contraditória:

As obras platônicas reconhecidamente são diálogos, e primeiro é preciso falar da forma em que Platão expôs suas ideias, caracterizá-la; mas por outro lado é preciso separá-la do que neles é propriamente filosofia. (HEGEL, 1965, p. 149-150)

A meu ver, a atitude contraditória de Hegel se impôs, vitoriosa, diante das tentativas de interpretação da expressão artística da filosofia platônica. Se repararmos naqueles críticos da escola anglo-americana que reconhecem apenas o valor isolado dos argumentos, priorizando uma análise lógica e conceitual dos diálogos, teremos, necessariamente, de concluir que a contradição hegeliana não foi ainda superada.⁶ Contudo,

⁶ Sobre a leitura analítica dos diálogos de Platão, Christopher Gill apresenta em seu artigo *Le Dialogue Platonicien* uma detalhada reconstrução dos principais modelos de leitura adotados pela crítica recente. (GILL, 2008, p. 53-73)

o reconhecimento desta hegemonia não significa a aceitação de todas as conclusões que se tiraram a respeito das obras de Platão através da utilização do critério analítico. Apesar disso, é possível não sentir o desamparo no meio desta escuridão; ao contrário, devemos nos sentir guiados pela *mētis* de Sócrates, símbolo da ruptura, representação do *étimo* cratiliano para a palavra Musa – “desejar conhecer” (406a).

Referências

Fontes primárias

ARISTÓTELES. *Arte poética*. Trad. Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1997.

ARISTÓFANES. *As nuvens*. Trad. Gilda de Melo Souza. São Paulo: Editora Abril, 1983.

DIÓGENES LAÉRCIO. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Trad. Mario da Gama Cury. Brasília: UNB, 1988.

HEGEL, G. W. F. *Lecciones sobre la historia de la filosofia*. Trad. Wenceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1965.

PLATÓN. *Protágoras*. Trad. Ute Schimidt Osmaniczik. Ciudad del México: UNAM, 1994.

PLATON. *Cratyle*. Trad. Louis Méridier. Paris: Les Belles Lettres, 1950.

PROCLO. *Lecturas del “Crátilo” de Pláton*. Trad. Jesús Maria Alvarez y Jose Garcia. Madrid: Ediciones Akal, 1999.

Fontes secundárias

BARNEY, R. *Names and nature in Plato’s Cratylus*. New York: Routledge, 2001.

CAPRA, A. *Agón lógon: il “Protagora” di Platone tra eristica e commedia*. Milano: L.E.D., 2001.

DUCHEMIN, J. *L’agon dans la tragédie grecque*. Paris: Les Belles Letres, 1945.

DUPRÉEL, E. *Les sophistes*. Neuchâtel: Éditions du Griffon, 1948.

DALIMIER, C. Introdução, trad. e notas. In: PLATON. *Cratyle*. Paris: Flammarion, 1998, p.11-64.

GILL, C. Le dialogue platonicien. In: BRISSON, L.; FRONTEROTTA, F. (org.). *Lire Platon*. Paris: PUF, 2008, p. 53-75.

JAEGER, W. *Paideia*. Trad. Arthur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

KERFERD, G. B. *The sophistic movement*. London: Cambridge University Press, 1981.

MÉRIDIÉ, L. Introdução, trad. e notas. In: PLATON. *Cratyle*. Paris: Les Belles Lettres, 1950, p. 18-59.

NIGHTINGALE, A. W. *Genres in dialogue: Plato and the construct of philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SILVA, A. C. *Antifonte, Aspásia e Sócrates no “Menéxeno” de Platão*. *Poiêsis*, Montes Claros, vol. 7, n. 1, p. 11-23, 2011.

SEDLEY, D. *Plato's Cratylus*. New York: Cambridge University Press, 2003.

UNTERSTEINER, M. *I sofisti: testimonianze e frammenti*. Firenze: La Nuova Italia, 1967.

Report and Taxis in Herodotus's *Histories*: a systemic-functional approach to the description of Ancient Ionic Greek

Reportagem e taxis nas “Histórias” de Heródoto: uma abordagem sistêmico-funcional para a descrição do Grego Jônico Antigo

Daniel Couto-Vale

RWTH Aachen University, Aachen, Alemanha.

daniel.couto-vale@ifaar.rwth-aachen.de

Abstract: This article aims at describing how report and taxis were realised in Herodotus' *Histories*. For this purpose, I have organised the most frequent grammatical features of clauses in a small corpus in contrastive sets (systems). With this procedure, I have gathered evidence that both temporal nexuses and report status were realised in Ionic Greek by grammatical features of the clause, which preselected inflectional features of the Finite word and grammatical features of the Subject constituent. These grammatical features could be organised in a systemic network that included systems for determining whether clauses initiate or continue temporal sequences; whether the actor of the initiating clause is the same as the one of the continuant; in case of distinct actors, whether the first is more or less topical than the second; and, finally, whether clauses represent reported locutions or not.

Keywords: genitive absolute; accusative absolute; finite; process; clause.

Resumo: Este artigo tem como objetivo descrever como reportagem e taxe foram realizadas nas Histórias de Heródoto. Tendo em vista este propósito, organizei os traços gramaticais oracionais mais frequentes em conjuntos de opções contrastantes (sistemas). Com esse procedimento, consegui acumular evidências de que tanto os nexos temporais quanto o *status* de reportagem eram realizados em Grego Jônico por traços gramaticais oracionais, os quais pré-selecionavam traços inflexionais da palavra “Finita” e traços gramaticais do constituinte “Sujeito”. Esses traços gramaticais foram passíveis de serem organizados em uma rede sistêmica que inclui sistemas para determinar se orações iniciam e/ou continuam sequências temporais; se o ator da oração iniciante é o mesmo que o da continuante; em caso de atores distintos, se o primeiro é mais ou menos tópico do que o segundo; e, finalmente, se as orações representam locuções reportadas ou não.

Palavras-chave: genitivo absoluto; acusativo absoluto; finito; processo; oração.

Recebido em 30 de janeiro de 2015.

Aprovado em 17 de junho de 2015.

1 Introduction

Did Herodotus of Halicarnassus state that Alexander of Ilion (Paris of Troy) stole a woman or that he is said to have stolen a woman? Did he really write that the prince of Ilion used not to pay for anything and that he even stole a woman from Hellas (Greece) or did he actually mean that by allegedly not considering women something to pay for, he is said to have taken Helen as his wife without paying for her and thus to have been taken to have stolen her? These are the kinds of questions that today’s readers of the *Histories* have when they come to this precious text.

To answer such questions, not only must one recognise the formal patterns of a clause in Ionic Greek, but also be able to recognise the other patterns this clause could have taken in order to understand what is really meant. A good understanding of systematised grammatical

features is an essential ability for keeping track of the various kinds of meanings that wordings realise simultaneously and ultimately to be able to read the *Histories* and really appreciate the effort that this early historian has put in forging a notion of ethnographic works as empirical investigations. Without these meaningful contrasts, one cannot construe a reasonable chronological order for the discussed events nor distinguish the information that Herodotus presents to us as facts perceived by him personally from those he presents as reported locutions from unnamed informants. Unfortunately, grammatical accounts of Ancient Greek dialects have never been revisited from a systemic functional perspective and Process words have been so far only classified according to selected base and appended affixes. This lack of grammatical accounts of rank structure above the word leads to the current state of the art in which all grammar books of Ancient Greek present at most formally classified “syntactic” structures with very limited mapping to linguistic meaning. And that makes access to Herodotus’s *Histories* much harder than it should be.

Recent works continue this long grammatical tradition of formal classification of verbs and consequent classification of clauses in the same terms. These works¹ include *Gramática Grega* (FREIRE, 1997), *The syntax and semantics of the verb in Classical Greek* (RIKSBARON, 2002) and *Sintaxis del Griego Clásico* (CRESPO; CONTI; MAQUIEIRA, 2003). Here, the description of each grammatical structure type can be broken in three steps: first, the authors define a word class in term of morpheme classes; secondly, they enumerate some functions of the defined word class; thirdly, they illustrate each enumerated function with examples that are either artificially created or taken from random canonical texts. In these works, there is little or no attempt to organise the illustrated meanings in sets of contrastive options. Even when some sets of contrasting examples are presented, they are presented as subsets of morphological categories in chapters covering “Aspects”, “Modes and Tenses”, “Infinitive”, “Participle” and so on. Moreover, these works present neither a skew distribution of choices nor the coverage of their description. So what is described might not cover a particular corpus properly and the information might not be organised according to any frequency measure. In such grammars, what is foregrounded is

¹ Grammars are cited as a whole because I refer to the whole grammars as models of Ancient Greek and not to the description of particular linguistic phenomena in them.

the possibility of combinations of morphemes inside a word and not the functions that words have in composite structures.

Departing from this tradition of classifying verbs by their inner structures and then projecting the same classification to the clause rank, I shall classify clauses according to a different philosophical and theoretical framework, a holistic and functional approach to human interaction and language. This framework divides the functions of language in our daily lives into experiential, logical, interpersonal, and textual components (HALLIDAY, 1979). In the experiential classification, I shall classify the kind of processes depicted by the clause; in the logical, how the figures are organised into sequences of projection or expansion; in the interpersonal, how the author and his informants relate to the episode; and, in the textual, how the entities construed in the discourse become topics and how topics are recovered in following clauses and then fade away. By adopting this systemic functional approach to linguistic analysis² (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 1999; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), this paper aims at describing clauses in Ancient Ionic Greek in a manner that makes the construction of meaning more direct and much more precise. With this description, I intend to help Greek researchers, professors and students to read this valuable world heritage, namely the *Histories*, with ease, and then demonstrate how we can use texts as an instrument for studying a language and how we can use our improved linguistic competence for reproducing more precisely the experience of those reading texts in the Ancient World.

2 Methodology

Herodotus of Halicarnassus is given the title “Father of History” because his writings are the oldest preserved texts in which a Greek writer tells to have systematically interviewed informants from different ethnic groups about past events and to have separated the reported events that were to him indisputable from minority, majority, and disputed opinions

² The cited books are “Introductions to Functional Grammar” and are cited here because their reading as a whole is essential for understanding the extent of the phenomenological commitments that one makes when creating a Systemic Functional Model of a language. These are the three reference books in Systemic Functional Linguistics.

of informants. The first narrated episode in his *Histories* is the sequence of “theft of women” that are said to have culminated in the worldwide famous and Eurasia-dividing sack of Ilion (Troy). This episode consists of the first five chapters of his work and was narrated with various language resources that delegate the responsibility for the content to his sources, a sophisticated writing style that makes these five chapters an adequate corpus for studying the linguistic resources of Ionic Greek for realising sequences of actions presented as the content of reported locutions.

In this paper, I have adopted a non-traditional approach to the study of Ancient Greek, a strand of linguistic description that is supported by the Systemic Functional Theory of human adult languages. Since this is a novel approach that is drastically different from that which has previously been adopted in the study of Ancient Greek, I shall spend some pages to contrast it with the traditional approach.

Let’s suppose there is a language in which a base can be preceded by a prefix A. If the base is preceded by the prefix A, then it must be followed by the suffix K. Otherwise, the base must be followed by one of two suffixes: L or M. In turn, the suffix M must be followed by one of three suffixes: X, Y or Z. In this language, there would be five structures, namely, AK, L, MX, MY, and MZ. The presence/absence of a prefix/suffix are formal features of a structure. These formal features are organised in Table 1. Now let’s suppose there are two sets of contrastive features (S1, S2) and (R1, R2, R3) in this language and that these structures realise either one feature of one set (system) or one feature of each set (system) as shown in Table 2.

Table 1: Formal classification of word forms in a hypothetical language

		Prefix A	–
Suffix K	–	<i>a bo k</i>	
Suffix L	–		<i>bo l</i>
Suffix M	Suffix X		<i>bo me x</i>
	Suffix Y		<i>bo me y</i>
	Suffix Z		<i>bo me z</i>

Table 2: Systemic classification of word forms in a hypothetical language

	Feature S1	Feature S2
Feature R1	<i>a bo k</i>	<i>bo l</i>
Feature R2	<i>bo me x</i>	<i>bo me y</i>
Feature R3	<i>bo me z</i>	

In Table 1, I organised structures according to the presence/absence of prefix A in columns and according to the presence/absence of suffixes K, L, M, X, Y, and Z in rows. This kind of formal classification of structures is the one seen in traditional grammars. Differently from that approach, in Table 2, I organised structures according to the contrastive features of the system S in columns and according to those of the system R in rows. This is the kind of classification that I shall use in this paper.

At this point, it must be highlighted that both classificatory systems have their own value. On the one hand, the formal classification produces a table that gives an overview of the available prefixes, infixes and suffixes of the language. However, it provides no global view of the available meanings. On the other hand, the semantically motivated classification (systemic network) provides the global view of the available meanings, but it does not provide a clear overview of the available bases, prefixes and suffixes. In other words, while the former classification focuses on theorising words as composite structures, the latter focuses on theorising words as resources that combine with their neighbours to constitute meaningfully contrasting composite structures. This means that both classificatory systems should further co-exist and that the observations I make in this paper should not be taken as a replacement of previous formal studies of verbs in Ionic Greek.

To describe the above-mentioned resources using both semantic and grammatical features, we need to make use of another classification system. In Systemic Functional Linguistics, one of the components of clause analysis consists of the experiential roles of represented entities. These roles include a process, the participants of this process and the circumstances in which it occurs. For instance, in clauses that depict actions³, the word that represents the action is the Process word. The

³ There are other kinds of processes in Systemic Functional Linguistics. For a

constituents that represent the actor and goal of the action are the Participant constituents, and the adjuncts that represent the time and place of the action are the Circumstance constituents. Another component of analysis consists of the interpersonal functions of clause constituents for the current exchange of information, services or goods. In this component, the constituent functions are divided into Addressee, Subject, Objects, Tense, Modality, Mood, and Finite. For our purpose here, it is only relevant to notice that the Process word and the Finite word can be but are not necessarily the same. Clause Analysis 1 shows a clause with a Process Finite word and Clause Analysis 2 a clause with a Process word and a Finite word in Ancient Ionic Greek.

Ἑλληνας the Helenes	τὴν Πριάμου δύναμιν Priam's power	κατελεῖν overthrow
Actor	Goal	Process
Subject	Object	Finite

‘The Hellenes allegedly overthrew Priam’s power.’

Clause Analysis 1 – Clause with a Process word that is also the Finite word

τοῖσι Ἑλλησι those Helenes	δόξαι seem	πρῶτον first	πέμψαντας send	ἄγγέλους a messenger
Actor	—	Time	Process	Goal
Subject	Finite	Adjunct	—	Object

‘They said those Hellenes seem to have first sent a messenger.’

Clause Analysis 2 – Clause with a Process word that is not a Finite word

In addition, we must also be aware that a Process word is a mere fragment of a greater clause structure and that the main meaning-making unit of human languages is the clause and not the Process word. If we were to analyse the structures of Process words isolated from the clauses

more detailed overview of this analysis component, I refer to the chapter *Clause as Representation* of the book *An Introduction to Functional Grammar* (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 168-305).

in which Process words occurred, we would inevitably reproduce the same traditional formal classification (independent analysis of inner structure) and be unable to produce a direct mapping between wordings and meanings. And there is a fundamental reason for this, as pointed out by Whorf (1956, p. 88-89) and theorised by Halliday and Matthiessen, (1999, p. 15-29), formal features are only “reactances” of “cryptotypes” (systemic features) and cryptotypes are not to be seen in any structure in isolation. The need for them is only perceived when generalisations are made that show not to work. Therefore, they are not “overt” (directly observable) but “covert” (necessary but not observable). In the present work, I adopt a “systemic” approach to grammar, which is a functional approach that explains the reasons for choosing formal features in a semantically motivated way. In other words, the kind of claim that I shall make in this paper take the form of “the choice of this observable pattern instead of that other means such and such”. This approach differs from “non-systemic” formal classifications, because an exclusively formal classification does not provide a set of contrastive features that correlate with semantic choice. They are independent of semantics, thus semantically arbitrary.

Finally, traditional assumptions that Process words only realise “meanings” such as tense, aspect, mode, person, and number and that their themes are “meaningful” must be dropped. Process words may conflate with other functions of language and, because of this, inflections may realise a range of systemic features including those related to taxis and embedding. For instance, English Process words ending in “ing” may function as Tense tails as in “I am reading the paper”, they may function as Conjunctive tails as in “I shall classify words by making meaningful clause contrasts”, and they may also function as Restrictive words as in “a man wearing a hat”. As we shall see when classifying finite clauses in the *Histories* of Herodotus, such a range of functions for words with identical forms happens not only in English, but also in Ionic Greek.

2.1 Corpus Annotation

For annotating the five-chapter corpus and retrieving statistics, I used the UAM Corpus Tool developed by O’Donnell (2010). The first step of corpus annotation consisted of segmenting the five chapters in clauses, then annotating them with clause features according to experiential,

logical, interpersonal, and textual meanings (HALLIDAY, 1963). When annotating the clauses from above, I separated the ones that represented the processes of the narrated episode from the ones that represented the historical research procedures using the attributes “episode”, “not-episode”, “research”, and “not-research”. Then I separated wordings presented as reports from those presented as simple phenomena with the tags “report-status” and “fact-status”. The difference between a fact wording and a report wording is that, for the former, the reader is expected to construe entities in our common instantiated experience (model) of the world whereas, for the latter, the reader construes a semiotic entity, i.e. a locution or an idea, in this model of reality (HALLIDAY, 1970), which, in its turn, may be used to construe another model of the world or another version of the containing one.

As for the experiential classification, I separated episode states from episode events and classified processes as either projecting or non-projecting. In this paper, I focus on sequences of actions, that is, of non-projecting events carried out by persons. I also annotated projection relations between each episode process and Herodotus’s research observations and temporal relations of processes within the episode. These relations were either paratactic or hypotactic depending on whether the primary clause is given the same or more prominence as or than the secondary. When the relation was levelled (paratactic) the primary clause was marked as taking an initiating role in the relation and the secondary clause a continuing role. When the relation was unlevelled (hypotactic), the primary clause was marked as taking a dominant role in the relation and the secondary a dependant role. The type of relation was marked as either projection (citations and reports) or expansion (elaborations, extensions, and enhancements) (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 428-556). The segmentation of the first five chapters of the *Histories* into clauses is given in the translation in Appendix I.

3 Reported Locutions

The episode of the Ilionian war (Trojan war) is presented as something that the wise men amongst Persians have recounted as having happened, i.e. as a reported locution of these men, and not as something that actually happened, i.e. as a series of facts. In the end, an alternative version of the beginning of the episode is presented as a reported locution

of the Phoenicians. By using these five chapters to describe the linguistic system of LOCUTION-REPORT-STATUS, I have identified that, in Ionic Greek (Ion: Halicarnassus: 484–425 BC),⁴ when a clause reported the locution of others, specialised structures were chosen for Finite/Process words, which are different from those of a clause that represents what Herodotus states to have happened or that represents his comments about happenings. Both the Finite/Process words and the Subject constituent (when there is one) react to this systemic contrast. The pair of two clause complexes below illustrates this meaningful grammatical contrast.⁵

(1) Locution

⁸⁸ καὶ ἔπειτα ἐλθόντας ἐς τὴν Ἀσίην ⁸⁹ τὴν Πριάμου δύναμιν κατελεῖν
⁸⁸ and then go_{B2} to the Asia ⁸⁹ the Priam's power overthrow_{A2}
 ' ⁸⁸ then they would have come to Asia ⁸⁹ and overthrown Priam's rule' (Hdt. 1.4.3)

Fact

(2) ⁸⁸ καὶ ἔπειτα ἐλθόντες ἐς τὴν Ἀσίην ⁸⁹ τὴν Πριάμου δύναμιν κατεῖλον
⁸⁸ and then go_{B1} to the Asia ⁸⁹ the Priam's power overthrow_{A1}
 ' ⁸⁸ then they came to Asia ⁸⁹ and overthrew Priam's rule' (Alternative to Hdt. 1.4.3)

Since there is a clause contrast that reflects (redounds and construes) a semantic contrast, I conceive of these two meaningful classes of clauses, namely locution-report and non-locution-report, as grammatical features of the clause in Ionic Greek, which integrate the interpersonal system of LOCUTION-REPORT-STATUS. So far, based on the empirical data that I have collected, this system is composed of two features, namely locution-report and non-locution-report.

⁴ All claims of linguistic potentiality should be taken as provisory statements to be further studied. The geopolitical and temporal restriction should be taken as the maximal extent to which any claims might be applicable and not a statement that claimed potentiality applies to all utterances of the given geopolitical and temporal cut of Ancient Greek.

⁵ Each example consists of a series of complete clauses. Each clause starts with a subscript number that corresponds to the clause index in the considered segment of Herodotus' *Histories*. These indexes are also present before each clause of the English translation in Appendix I.

With such a description of potentiality, I make no claim based on the text analysed that all locution-report wordings and non-locution-report wordings are represented in Ionic Greek with the above forms for Process terms since it is the case that there are other clause contrasts within this episode and outside of it that I have not taken into consideration. This kind of claim would demand an all-covering systemic network for clauses, which is not within the scope of this paper. Moreover, I also do not claim that the system of LOCUTION-REPORT-STATUS is sufficient for describing Ionic Greek as far as content accountability is concerned since there are other contrasts for clauses expressing whether what is being narrated consists of an idea-report, a fact or something else. Nonetheless, the contrast between Herodotus's most frequent wordings (locution-report) and his less frequent wordings (non-locution-report) is there to be seen and must be taken into consideration from a systemic functional perspective. Examples 1-2 contain four clause-constitutional inflectional types of Finite/Process words. They are indexed A1, B1, A2, and B2. All clauses analysed in the present work have Finite words with one of these four inflections or a fifth one indexed C.

3.1 Word Types

When describing the inner structure of Process words, I shall avoid both the term “aorist” and the term “theme” because of the long tradition in the study of Ancient Greek of assigning meanings directly to them. In the grammatical description that shall follow, the term “word” has a precise definition. A word is already a grammatical structure. It is an instance of a word type that has occurred inside a clause. However, it is not a graphological structure, that is, it is neither a selectable character string (substance or “selectable” form) nor the result of metamorphic operations (“recognisable” form). It is also not a segment of a character sequence (letters, diacritics, space and punctuation). A word is indeed realised by a segment of a character sequence, but it is not the segment itself. In other words, a word is a “virtual” entity that is realised by a “real” segment of a character sequence.

Therefore, there is no such thing in this description as inflecting a “word” to arrive at its “form”. When I evoke the notion of “word form”, it means “word-realising form” in so far as realisation is concerned. As for instantiation, I shall describe a segment of a character sequence as

something that matches a word form. This implies that a “form-matching” phenomenon instantiates both the form and the word that the form realises.

Every word in a wording (linear sequence of words) is an instance of one or more word classes (systemic and formal features) and the conjunction of instantiated word classes is the word type (direct class). The word is said to be a token of the word type. One of the systemic features of a word is the *lexical term* also known as *lexical item*, the other systemic features are called inflectional features. The formal features of the word include the presence/absence of a Prefix, Base, and Suffix morphemes, and their order. Each constituent of a word is a morpheme (grammatical atom) and each morpheme has a lexical term, a substantial feature, which is an index to a term-specific string (substance) that serves as a model that is transformed in the graphological structure. Finally, there is a set of metamorphic/transformational features (metamorphoses). And, being grammatical atoms, morphemes have no inner grammatical structure per definition. Graphological systemic networks, graphological features, and graphological structures belong to the graphological stratum and shall not be discussed here. To move the tradition of formal analysis to the background and still sustain a connection to it, I shall replace the heavily charged categories of “present”, “aorist”, “future”, and “perfect” themes respectively by ε.(ένεστώς), α.(ἀόριστος), μ.(μέλλων), π.(παρακείμενος).

All word forms for observed lexical terms and for the five indexed inflections of words are metamorphosed variants of the α-base substance of the lexical term of Process and Finite words: ἤλθ for the lexical term (ε. ἔρχομαι, α. ἦλθον, μ. ἐλεύσομαι, π. ἐλήλυθα) and εἶλ for the lexical term (ε. κατ-αιρέω, α. κατ-εἶλον, μ. κατ-αιρήσω, π. κατ-ήρηκα). The α-base Base morpheme may be accompanied or not by a non-inflectable fragment such as κατ (Prefix morpheme) depending on whether the Process term is fragmented or non-fragmented. Being fragmented or not is a lexical feature (related to a lexical term) and not an inflectional feature (inflection-related).

Table 3: ϵ . ἔρχομαι, α . ἦλθον, μ . ἐλεύσομαι, π . ἐλήλυθα

	1	2
A	ἦλθον ἦλθες ἦλθε ἦλθομεν ἦλθετε ἦλθον	ἐλθεῖν
B	ἐλθῶν ἐλθόντες ἐλθόν ἐλθόντα ἐλθοῦσα ἐλθοῦσαι	ἐλθόντα ἐλθόντας ἐλθόν ἐλθόντα ἐλθοῦσαν ἐλθοῦσας
C		ἐλθόντος ἐλθόντων ἐλθόντος ἐλθόντων ἐλθούσης ἐλθουσέων

The first cryptic (non-lexical, non-inflectional) system to be described is the one whose feature is realised by an ϵ -prefix removal metamorphosis that turns α -base substances such as ἦλθ into the form ἔλθ and such as εἶλ into the form ἔλ. Forms created with ϵ -prefix removal operation realise non- ϵ -prefixed Base morphemes and the remaining realise ϵ -prefixed ones.

In addition, some lexical terms of Process/Finite words have a σ -ending- α -base and others a non- σ -ending- α -base. These are also lexical features. On the one hand, a non- σ -ending- α -base can be extended with one of the following five suffix sets (subparadigms): ov -subparadigm_{A1}, $εἶν$ -subparadigm_{A2}, $ῶν$ -subparadigm_{B1}, $όντα$ -subparadigm_{B2} and $όντος$ -subparadigm_C as seen in Tables 3 and 4. On the other hand, a σ -ending- α -base can be extended with one of other five subparadigms: α -subparadigm_{A1}, $άσαι$ -subparadigm_{A2}, $ας$ -subparadigm_{B1}, $άντα$ -subparadigm_{B2}, and $άντος$ -subparadigm_C as seen in Table 5.

In addition to the features σ -ending- α -base and non- σ -ending- α -base, there is another lexical system that has an effect in the selection of subparadigms: namely, whether the term has a $\mu\eta\nu$ -followed- α -base or a ν -followed- α -base. Tables 3, 4, and 5 display forms for terms with a ν -followed- α -base. Tables 6 and 7 display forms for $\mu\eta\nu$ -followed- α -base terms, respectively a term with a non- σ -ending- α -base and another with a σ -ending- α -base.

Table 4: ε. καταϊρέω, α. κατεῖλον, μ. καταϊρήσω, π. κατεΐρηκα

	1	2
A	κατεῖλον κατεΐλες κατεΐλε κατεΐλομεν κατεΐλετε κατεῖλον	κατελεῖν
B	κατελών κατελόντες κατελόν κατελόντα κατελοῦσα κατελοῦσαι	κατελόντα κατελόντας κατελόν κατελόντα κατελοῦσαν κατελοῦσας
C		κατελόντος κατελόντων κατελόντος κατελόντων κατελούσῃν κατελοῦσέων

Table 5: ε. οἰκέω, α. ὠκῆσα, μ. οἰκήσω, π. ὠκῆκα

	1	2
A	ὠκῆσα ὠκῆσας ὠκῆσε ὠκῆσαμεν ὠκῆσατε ὠκῆσαν	οἰκήσαι
B	οἰκήσας οἰκήσαντες οἰκήσαν οἰκήσαντα οἰκήσασα οἰκήσασαι	οἰκήσαντα οἰκήσαντας οἰκήσαν οἰκήσαντα οἰκήσασαν οἰκήσάσας
C		οἰκήσαντος οἰκησάντων οἰκήσαντος οἰκησάντων οἰκησάσης οἰκησασέων

On the one hand, inflections of μην-followed-α-base non-σ-ending-α-base terms have suffixes from ὀμην-subparadigm_{A1}, ἔσθαι-subparadigm_{A2}, ὀμενος-subparadigm_{B1}, ὀμενον-subparadigm_{B2}, and ὀμένου-subparadigm_C. On the other hand, inflections of μην-followed-α-base σ-ending-α-base terms have the Base morpheme followed by a Suffix morpheme with a lexical term of ἀμην-subparadigm_{A1}, ἀσθαι-subparadigm_{A2}, ἀμενος-subparadigm_{B1}, ἀμενον-subparadigm_{B2}, and ἀμένου-subparadigm_C.

Finally, the word types in A1 cells are said to be conjugated because they have⁶ a person-number agreement inflectional feature of the CONJUGATION system, the word types in A2 cells are said to be non-agreeing because they have no agreement inflectional feature, and the word types in B1, B2, and C cells are said to be absolute because they have a gender-number agreement inflectional feature of the ABSOLUTION system. Appendix II shows the subnet work of word, which is traversed by selecting inflectional features (agreement and constitution) and lexical features. The selection of graphological features is a consequence of the selection of lexical and of inflectional features at the grammatical stratum.

Table 6: ε. ἔσβάλλομαι, α. ἔσεβαλόμην, μ. ἔσβληθήσομαι, π. ἔσεβέβλημαι

	1	2
A	ἔσεβαλόμην ἔσεβάλου ἔσεβάλετο ἔσεβαλόμεθα ἔσεβάλεσθε ἔσεβάλοντο	ἔσβαλέσθαι
B	ἔσβαλόμενος ἔσβαλόμενοι ἔσβαλόμενον ἔσβαλόμενα ἔσβαλομένη ἔσβαλομέναι	ἔσβαλόμενον ἔσβαλομένους ἔσβαλόμενον ἔσβαλόμενα ἔσβαλομένην ἔσβαλομένας
C		ἔσβαλομένον ἔσβαλομένων ἔσβαλομένου ἔσβαλομένων ἔσβαλομένης ἔσβαλομενέων

⁶ “have” is loosely employed here in the sense of “being a subclass of”.

Table7: ε. διαπράσσομαι, α. διεπρηξάμην, μ. διαπρήξομαι, π. διαπέπρακμαι

	1	διαπρηξασθαι 2
A	διεπρηξάμην διεπρήξω διεπρήξατο διεπρηξάμεθα διεπρηξασθε διεπρηξάντο	
B	διαπρηξάμενος διαπρηξάμενοι διαπρηξάμενον διαπρηξάμενα διαπρηξάμενη διαπρηξάμεναι	διαπρηξάμενον διαπρηξάμενους διαπρηξάμενον διαπρηξάμενα διαπρηξάμενην διαπρηξάμεναι
C		διαπρηξάμενον διαπρηξάμενων διαπρηξάμενου διαπρηξάμενων διαπρηξάμενης διαπρηξάμενών

3.2 Report Status and Report Projection

The first five chapters of the *Histories* comprise of 115 clauses. 12 clauses represented the research process: 10 of which represented saying processes enacted by informants as in ₀₁Περσέων μὲν νῦν οἱ λόγοι «» φασὶ «» (₀₁ amongst Persians the wise currently say that «») and 2 of which represented opinions of Herodotus himself as in ₁₁₄ τὸν δὲ οἶδα αὐτὸς [[₁₁₅ ...]] ἐς τοὺς Ἑλληνας (₁₁₄ but I myself consider the one [[₁₁₅ who...]] to be amongst the Hellenes). 5 clauses belonged neither to the research nor to the episode. They can be divided in two groups: 3 clauses represent mental processes of informants as facts: ₃₃ οὐ γὰρ ἔχουσι τοῦνομα [[₃₄ ...]] (₃₃ they do not have the name [[₃₄ with which...]]), ₉₄ ἤγηνται (₉₄ they have taken), and ₉₈ εὐρίσκουσι (₉₈ they judge); and the other 2 represent these mental processes as reports of what informants said (locution reports): ₇₂ νομίζειν (₇₂ though the Persian would think) and ₉₀ ἀπὸ τούτου αἰεὶ ἤγησασθα (₉₀ after this they would have always taken). The remaining 98 clauses represent events and states of the episode.

In the episode, 1 clause was presented as a fact, 3 as the author's opinions, 1 as an idea reported by informants, and 57 as locutions reported by informants. The total does not cover 100% of the clauses representing the episode because some of them are embedded clauses that delimit territories, identify seas, and the like, whereas others are "reports within reports" since they represent in a recursive way what informants said, thought, or said they thought that others had said, thought, or said they thought.

The 57 clauses that represent reported locutions of informants were further annotated on their roles in projection relations with non-episode clauses representing saying processes. They were annotated for whether they were initiating clauses in a projection relation, continuing clauses, dependent clauses, dominant clauses, or not in a projection relation with a non-episode clause. Figure 1 displays the absolute frequencies of this classification.

In Figure 1, it can be clearly seen that a reported locution status was realised in the text most often (36 times, 65%) without a projecting clause such as the dominant $_{51}$ λέγουσι ($_{51}$ they said) or the dependent $_{18}$ κατὰ τούτου τὸ καὶ Ἕλληνες λέγουσι ($_{18}$ according to that which the Hellenes confirm). Since secondary reports (what informants said others said) and tertiary reports were not included in these 57 clauses, it was noticed that all primary reports of locution were realised with constitutional inflections of Finite Process words. These consist of inflections A2, B2, C among others not discussed in this paper. When there was projection between a research clause and an episode one, there was no Conjunctive word such as ὅτι for primary report of locutions. For them, the constitutional inflection of the Finite Process word functioned as Conjunctive, i.e. the inflection was conjunctive.

As there were neither initiating nor continuing reported locutions, the grammatical symptoms of paratactic locution-reporting projections could not be attested. Constitutional inflections of Finite Process words were not recursively applicable as tense in English is.⁷ Therefore, secondary and tertiary reports – report within report within report – were construed with the same constitutional inflections as primary reports, what

⁷ English permits not only primary tenses as in *I read the article*, *I am reading the article* and *I am going to read the article*, but also secondary and tertiary tenses as in *I am going to be about to have read the article*.

makes these inflections incapable of construing the distance between the author and the source of the content. Projection was the only linguistic resource capable of creating reports within reports since it was recursively applicable. It remains to be verified to what extent rhetorical relations were responsible for maintaining the report level in discourse. Such a discursive linguistic analysis was not carried out in the present work.

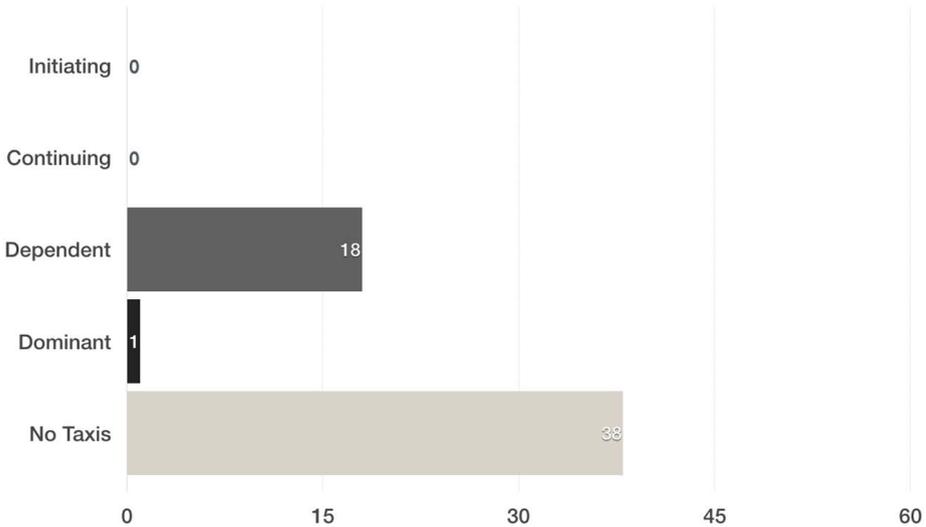


Figure 1: Frequency of reported locutions in each projection role

4 Parataxis

The episode of the Ilionian War narrated by Herodotus in the first five chapters of the *Histories* is composed of several sequences of actions. Grammatically, these sequences were represented by clause complexes and a particular character of them is that they were realised most of the time not by Conjunctive constituents, but by conjunctive constitutional inflections of the Finite Process word. Three main types of action sequences could be differentiated based on grammatical features: the clause complex either represented a sequence of actions by the same person or a sequence consisting of a triggering action by someone and a reaction by someone else; in the second case, clause complexes

represented the triggering actor either as more or less topical than the reacting one.

4.1 Someone's action sequence

In all examples of sequences of actions by the same actor, only the last Process word has an A-row inflection. All non-last material, verbal and mental processes in a temporal sequence are realised by B-row inflections. If we conceive of temporal nexuses as something that is realised by two interrelated clauses, we can say that B-row inflections were preselected for every clause that was the first one in any temporal nexus in which it takes a role. As discussed in Section 3, B-row inflections are said to be absolute because these they are an entry condition for the system of ABSOLUTION. In addition, the Subject constituents of clauses with B1 inflection are typically in nominative case and those of clauses with B2 inflection is typically in accusative case. For this reason, I shall call these two constitutional inflections respectively nominative-absolute (B1) and accusative-absolute (B2). The C-row inflection shall accordingly be named genitive-absolute (C). The two A-row inflections shall, for the time being, be named conjugated (A1) and non-agreeing (A2).

4.1.1 Nominative/accusative absolute

In temporal sequences of actions, the only order that was realised was a sequence of accusative-absolute clauses followed by one non-agreeing clause. The fact that only this order occurred does not necessarily imply that the inverse order was not possible. Even if all documented clause complexes in Ionic Greek were to be analysed, such non-existence claims would not be sustainable. What can be claimed is that all that did happen happened in this order and that a linguistic analysis that applies only to this order is sufficient for the set of examples that we have. This means that clause complexes such as Examples 1-2 would be explained in term of a temporal relation and that wordings as in Example 3 would not be treated as one clause complex, but as two separate clauses with the current explanation.

- (3) ⁸⁹ τὴν Πριάμου δύναμιν **κατελεῖν** ⁸⁸ ἐλθόντας ἐς τὴν Ἀσίην
⁸⁹ the Priam's power overthrow_{A2} ⁸⁸ go_{B2} to the Asia
 ' ⁸⁹ they would have overthrown Priam's rule ⁸⁸ they would have come
 to Asia and...' (Second alternative to Hdt. 1.4.3)

In the tradition of systemic functional analysis, two clauses in tactic relation that cannot come in inverted sequence without altering the tactic meaning are said to have a paratactic relation, that means, a relation in which two clauses are taken to have the same status in discourse – one would replace the other as discursive focus creating no discursive stack – and whose order is consequently fixed. As I assumed a fixed order for such structures, the temporal nexus between the two clauses is to be understood as paratactic. In other words, the first clause initiates a temporal nexus and the second clause continues it. Specifying it further, all clauses that initiate a temporal nexus with the following clause have a nominative/accusative absolute Finite Process word as long as the actor for the two clauses is the same. A clause that both initiates a temporal nexus with the following and continues another with the previous – middle clauses in a chain of clauses – have started either with the Conjunctive word *καὶ* in Example 4 or with the Conjunctive word *ἐνθ'εὔτεν* in Example 5.

- (4) ₀₃τούτους γὰρ ἀπὸ τῆς [[₀₄Ἐρυθρῆς καλεομένης]] θαλάσσης ἀπικομένους ἐπὶ
₀₃those first from the [[₀₄red called]] sea go_{B2} to
 τῆνδε τὴν θάλασσαν ₀₅καὶ οἰκήσαντας τοῦτον τὸν χῶρον [[₀₆τὸν καὶ νῦν
 this the sea ₀₅and occupy_{B2} that the territory [[₀₆that also now
 οἰκέουσι]] ₀₇αὐτίκα ναυτιλίησι μακροῦσι ἐπιθέσθαι
 occupy]] ₀₇immediately nautical-travel long execute_A
 ‘₀₃ they would have come from the sea [[₀₄called Red]] to this sea ₀₅occupied that
 territory [[₀₆that they still occupy]] ₀₇and moved on to large sea travels’ (Hdt. 1.1.1)

- (5) ₄₀καταπλώσαντας γὰρ μακρῆ νηὶ ἐς Αἴαν τε τὴν Κολχίδα καὶ ἐπὶ Φᾶσιν
₄₀navigate_{B2} – big ship to Aia i.e. the Colchide and to Phase
 ποταμόν ₄₁ἐνθ'εὔτεν διαπρηξάμενους καὶ τᾶλλα [[₄₂τῶν
 river ₄₁there accomplish_{B2} also the other things [[₄₂of those
 εἶνεκεν ἀπικατο]] ₄₃ἀρπάσαι τοῦ βασιλέος τὴν θυγατέρα Μηδείην
 to do came]] ₄₃stole_{A2} the king the daughter Medeia
 ‘₄₀ they would have come back south in a big ship to Aia, i.e. Colchide, and to the
 Phase river ₄₁there they would have accomplished the remaining of that [[₄₂for
 which they came]] ₄₃and stolen the king’s daughter Medeia’ (Hdt. 1.2.2)

4.2 Someone’s action, someone else’s reaction

Not all sequences of actions were realised by one and only one actor. There were also sequences that start with a person’s action and end with someone else’s reaction. These sequences had one of the two grammatical structures below.

4.2.1 Genitive absolute

When the one who acts first is topical in the current discourse state, i.e. when the first actor is already the topic of the text, then the reason-causal nexus was realised with the genitive absolute inflection in the Finite Process word. For instance, Example 6 begins with a clause complex that sets Alexander of Ilion as the topic and the Hellenes as a subtopic. The reason-causal nexus starts with an action by Alexander (topic) and ends with a reaction by the Hellenes (subtopic). The genitive absolute (C) inflection of the Finite Process word in Clause 57 realises a paratactic reason-causal nexus between this clause and Clause 58. The Finite word in Clause 58 has a non-agreeing (A2) inflection, which, on its turn, construes a locution-status for the whole sequence.

- (6) ⁵⁰ δευτέρῃ δὲ «⁵¹ λέγουσι » γενεῇ μετὰ ταῦτα Ἀλέξανδρον τὸν Πριάμου
⁵⁰second – «⁵¹say » generation after that Alexander the Priam's
 [[⁵² ἀκηκόετα ταῦτα]] ἐθελῆσαί ⁵³ οἱ ἐκ τῆς Ἑλλάδος δι' ἀρπαγῆς
 [[⁵²hadheard this]] order ⁵³ to him from the Hellade through theft
 γενέσθαι γυναῖκα ⁵⁴ ἐπιστάμενον πάντως ⁵⁵ ὅτι οὐ δώσει δίκας
 to become woman ⁵⁴ know certainly ⁵⁵ that not would give indemnity
⁵⁶ οὐδὲ γὰρ ἐκείνους διδόναι ⁵⁷ οὕτω δὴ ἀρπάσαντος αὐτοῦ Ἑλένην ⁵⁸ τοῖσι
⁵⁶ since – those give ⁵⁷ so – stole_C his Hellen ⁵⁸ the
 Ἑλληνι δόξαι πρῶτον πέμψαντας ἀγγέλους ⁵⁹ ἀπαιτεῖν τε Ἑλένην ⁶⁰ καὶ
 Hellenes seem_{A2} first send messenger ⁵⁹ to reclaim – Hellene ⁶⁰ and
 δίκας τῆς ἀρπαγῆς αἰτέειν
 indemnity the theft to request
 ‘⁵⁰ two generations after this «⁵¹ the Persians say » Alexander of Priam [[⁵² who had heard this]] would have ordered ⁵³ to make a woman from Hellade his own through theft ⁵⁴ knowing for sure ⁵⁵ that he would not pay an indemnity ⁵⁶ since they also do not ⁵⁷ on these grounds he would have stolen his Helen ⁵⁸ and in response the Hellenes would have apparently first sent a messenger ⁵⁹ to reclaim Helen ⁶⁰ and to request an indemnity for the theft’ (Hdt. 1.3.1)

4.2.2 <> Conjunctive..., <> Conjunctive...

When the first one to act is less topical than the reacting person, then the reason-causal nexus was realised with an A-row inflection in the Finite Process word of the first clause – as in the cases when both actions have the same actor – and with the lexical term δέ as an inner Conjunctive word in both clauses. The inner Conjunctive word occupied the second position of the clauses. For instance, Example 7 begins with a clause complex (40-43) that sets the Phoenicians as the topic and

Colchide as a subtopic. The reason-causal nexus starts at Clause 44 with an action by the king (subtopic) and ends at Clause 47 with a reaction by the Phoenicians (topic).

- (7) ⁴⁰ καταπλώσαντας ... ⁴¹ ἐνθεῦτεν διαπρηξάμενους ... ⁴³ ἀρπάσαι τοῦ βασιλέος ...
⁴⁰ navigate_{B2} ... ⁴¹ there accomplish_{B2} ... ⁴³ stole_{A2} the king ...
⁴⁴ πέμψαντὰ δὲ τὸν Κόλχων βασιλέα ἐς τὴν Ἑλλάδα κήρυκα ... ⁴⁷ τοὺς δὲ
⁴⁴ send_{B2} – the Colchs king to the Hellade spokesman ...⁴⁷ they –
 ὑποκρίνασθαι ...
 answer_{A2} ...
⁴⁰ they would have come ... ⁴¹ there they would have accomplished ... ⁴³ and stolen
 the king's ... ⁴⁴ the Colchian king would have sent a diplomat to Hellade ... ⁴⁷ and
 they would have answered ... (Hdt. 1.2.2-3)

4.3 Frequencies

There were seven realisation operations involved in the above-mentioned description of meaning-making resources in Ionic Greek. Five of them consist of selecting one of five constitutional inflections of the Process word: conjugated, non-agreeing, nominative-absolute, accusative-absolute, and genitive-absolute. Once these selections of the initiating and continuing clauses were specified, there was still the possibility of inserting a Conjunctive word at the initial position of middle clauses in someone's action sequence and an inner Conjunctive word at the second position of both initiating and continuing clauses when the reaction-triggering actor is less topical than the person who reacts. The frequency in which these realisations happen in the text is seen in Figure 2. SAS stands for "Someone's Action Sequence", SASR for "Someone's Action Someone else's Reaction", T for "topical" and N for "non-topical", i stands for "initiating", ci for "continuing and initiating", c for "continuing".

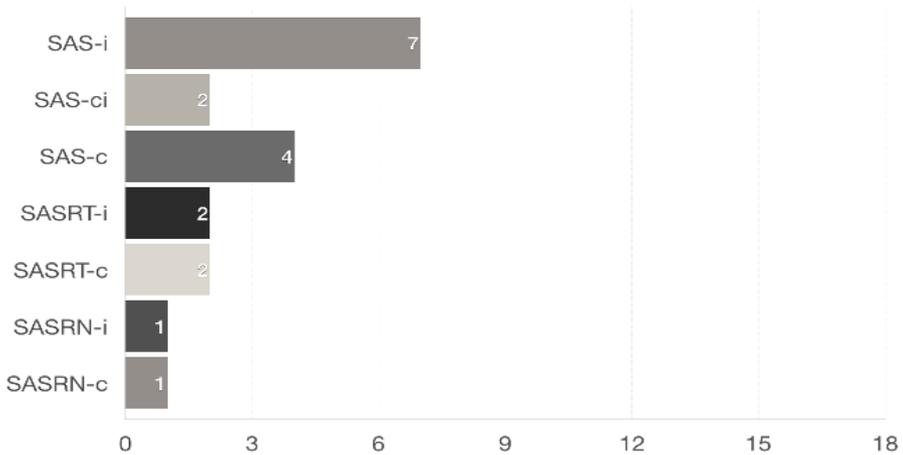


Figure 2: Frequency of reported locutions of each systemic type

Figure 2 that the current linguistic description presented in this paper explains some aspects such as inflection of Process/Finite words and presence of Conjunctive words of 19 clauses out of a pool of 115 (16.5% of coverage).

5 Conclusion

In this paper, I have analysed sequences of actions presented as the content of reported locutions in Ionic Greek both systemically and functionally. With this approach, I was able to identify five constitutional inflections of Finite words – all of which with one exception were also Process words – and to organise them paradigmatically as meaningfully contrasting variants in terms of grammatical features. Different combinations of those grammatical features were realised by the insertion of Conjunctive words and the pre-selection of constitutional inflections of the Finite word (See Appendix II).

Such a systemic functional description of meaning-making resources departs from a tradition of morphologically motivated models of Ancient Greek. Traditionally, structures with absolute inflections such as those systematised here have been analysed as if they were relative-like clauses with a participle agreeing in gender-number-case with the antecedent, but somehow different. The explanations oftentimes

are short lines such as “the absolute participle is generally in genitive (Latin, in ablative)” (FREIRE, 1997, p. 241), “the interpretation of such participle constructions is determined by the context and by the semantic characteristics of the states of affairs involved” (RIJKSBARON, 2002, p. 122) or “[it] is semantically equivalent to a subordinate clause” (CRESPO; CONTI; MAQUIEIRA, 2003, p. 314). They make no claims of why a structure was selected instead of others and which meanings such a selection carries. How exactly a different or an equivalent meaning is to be construed would be left to the intuition of the readers. With a systemic functional approach, one can better tackle the description of semantically relevant contrasts in a language. And then, when reading a text in that language, starting with such a semantically motivated account of linguistic resources leads to a better and easier understanding of an original text.

Finally, up to this point, only a few α -base inflections of Finite words have been described systemically. Such a partial work with such a small corpus can be taken at most as a first step towards a grammar because it only covers a very small region of the systemic options of the clause in Ionic Greek. The incompleteness of clause description and the coverage of 16.5% are evidences of this. However, with this work I hope to have at least opened a path for a future collective development of more delicate grammatical accounts of ancient languages, dialects and work piece idiolects such as Ancient Greek, Aeolic, Ionic, Attic, Doric, and Common Greek and Homeric and Biblical Greek.

References

- CRESPO, E.; CONTI, L.; MAQUIEIRA, H. *Sintaxis del Griego Clásico*. Madrid: Gredos, 2003.
- FREIRE, A. *Gramática Grega*. 2. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1997.
- HALLIDAY, M. A. K. Class in relation to the axes of chain and choice in language. In: WEBSTER, J. J. (ed.). *On Grammar*. London: Continuum, 1963, p. 95-105.
- HALLIDAY, M. A. K. Language structure and language function. In: WEBSTER, J. J. (ed.). *On Grammar*. London: Continuum, 1970, p. 173-195.

HALLIDAY, M. A. K. Modes of meaning and modes of expression: types of grammatical structure and their determination by different semantic functions. In: WEBSTER, J. J. (ed.). *On Grammar*. [S.l.: s.n.], 1979, p. 196-218.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. *Construing experience through meaning: a language-based approach to cognition*. London/New York: Continuum, 1999.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. *An Introduction to Functional Grammar*. New York: Oxford University Press, 2004.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. *Halliday's Introduction to Functional Grammar*. 4. ed. London/New York: Routledge, 2014.

O'DONNELL, M. *UAM Corpus Tool: guia do Usuário Versão 2.6*. [S.l.], 2010.

RIJKSBARON, A. *The Syntax and Semantics of the Verb in Classical Greek*. 3. ed. Chicaco/London: The University of Chicago Press, 2002 (an introduction).

WHORF, B. L. *Language thought and reality: selected writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1956.

APPENDIX I – Translation

⁰¹ amongst the Persians the wise currently say ⁰² the Phoenicians were to blame for the conflict ⁰³ they would have come from the sea [[⁰⁴ called Red]] to this sea ⁰⁵ occupied that territory [[⁰⁶ that they still occupy]]⁰⁷ and moved on to large sea travels ⁰⁸ transporting Egyptian and Syrian stocks ⁰⁹ they would have gone to a few cities including to Argos ¹⁰ Argos was always prominent among the cities in the territory [[¹¹ now called Hellade]] ¹² the Phoenicians would have come to Argos ¹³ and shored their stock there ¹⁴ on the fifth or seventh day counting from the day [[¹⁵ they had arrived]] all goods would have been put on sale ¹⁶ and quite a few women including the daughter of the king would have gone to the seashore ¹⁷ her name would have been «¹⁸ according to that which the Hellenes confirm » Io of Inachos ¹⁹ they would have stopped by the ship prone ²⁰ and negotiated the goods [[²¹ that best met their taste]]²² when the Phoenicians would have shown signs ²³ they would “catch” them ²⁴ most of the women would have escaped ²⁵ but Io and others would have been “stolen” ²⁶ they (the Phoenicians) would have entered the ship ²⁷ and set course ²⁸ navigating away around Egypt ²⁹ this is how Io would have gone over to Egypt ³⁰ say the Persians and not the Hellenes ³¹ and this would have been the first of the criminal deeds ³² after this, some Hellenes «³³ the Persians do not have the name [[³⁴ with which they could be called]]³⁵» would have smuggled among Phoenicians to Tyron ³⁶ the Persians say ³⁷ and stolen the king’s daughter Europe ³⁸ they might have been from Crete ³⁹ this would have made them even ⁴⁰ but then criminal Hellenes would have committed a second crime ⁴¹ they would have come back south in a big ship to Aia, i.e. Colchide, and to the Phase river ⁴² there they would have accomplished the remaining of that [[⁴³ for which they came]]⁴⁴ and stolen the king’s daughter Medeia ⁴⁵ the Colchian king would have sent a diplomat to Hellade ⁴⁶ to request indemnity for the theft ⁴⁷ and to reclaim the daughter ⁴⁸ the others (the Hellenes) would have answered ⁴⁹ that since the foreigners (the Phoenician) had not paid them (the Hellenes of Argos) an indemnity for the theft of the Argian woman Io ⁵⁰ they themselves would not pay one to the foreigners ⁵¹ two generations after this «⁵¹ the Persians say» Alexander of

Priam [[₅₂ who had heard this]] would have ordered ₅₃ to make a woman from Hellade his own through theft ₅₄ knowing for sure ₅₅ that he would not pay an indemnity ₅₆ since the others also do not ₅₇ on these grounds he would have stolen Helen ₅₈ and in response the Hellenes would have apparently first sent a messenger ₅₉ to reclaim Helen ₆₀ and to request an indemnity for the theft ₆₁ they would have brought this to the table ₆₂ and the others would have asked them based on the theft of Medeia₆₃ how they could demand ₆₄ that they receive an indemnity from others ₆₅ if they themselves do not pay ‘tributes’ ₆₆ nor return properties ₆₇ when they are reclaimed ₆₈ up to this point these would have been isolated mutual thefts ₆₉ but after that Hellenes would have committed an immense crime ₇₀ they would have marched to Asia ₇₁ before the others have marched to Europe ₇₂ though the Persian would consider₇₃ it would be an act of criminal men ₇₄ to steal women ₇₅ to put such a weight on those [[₇₆ who were stolen]] ₇₇ up to the point of making revenge ₇₈ would be an act of the insane ₇₉ because none of those [[₈₀ who were stolen]] [[and ₈₁ who were sane]] would have asked for permission ₈₂ for it is clear that they would not have been stolen ₈₃ if they themselves did not want to ₈₄ they, those from Asia, would have made no political discourse ₈₅ the Persians say ₈₆ when women would have been stolen ₈₇ Lacedaemonian Hellenes would have put together a large army because of a woman ₈₈ and then would have come to Asia ₈₉ and thrown down Priam’s power ₉₀ after this they would have always taken ₉₁ the Hellenic world to be aggressive against them ₉₂ so the Persians would be integrated in Asia and in foreign folks [[₉₃ who inhabit it]] ₉₄ they have taken ₉₅ that Europe and the Hellenic world have separated themselves (from Asia) ₉₆ the Persian say ₉₇ it would have happened this way ₉₈ and judge ₉₉ that the sack of Ilion would have given birth to their hatred against the Hellenes ₁₀₀ about Io the Persians do not tell the same as the Phoenicians ₁₀₁ instead of theft, she would have consented ₁₀₂ they (the Phoenicians) say ₁₀₃ and gone to Egypt ₁₀₄ since in Argo she would have had intercourse with the captain of the ship ₁₀₅ and after she learned ₁₀₆ she was pregnant ₁₀₇ she would have been ashamed with her parents ₁₀₈ and in this way she would have wanted ₁₀₉ to navigate away with the Phoenician ₁₁₀ before

it became too evident ¹¹¹ Persians and Phoenicians currently tell these versions ¹¹² and I do not take sides about this ¹¹³ whether it happened in this or that way ¹¹⁴ but I myself consider the one [[¹¹⁵ who did the first of the criminal acts]] to be amongst the Hellenes.

Cícero: exílio, cartas e repetições

Cicero: exile, letters and repetitions

Marco Antônio Costa

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

mtonycosta@gmail.com

Resumo: Considerando a relevância tanto das cartas de Cícero no âmbito dos estudos clássicos, quanto das figuras de repetição no campo da retórica, este artigo tem o objetivo de verificar o uso que o famoso orador, estadista e escritor romano do primeiro século a.C. fez das referidas figuras nas 34 cartas por ele escritas durante o seu exílio, que ocorreu entre 58-57 a.C. devido a uma perseguição política empreendida pelo então tribuno da plebe, Públio Clódio Pulcro. A metodologia deste estudo baseia-se na revisão da bibliografia concernente às figuras de repetição e no levantamento de todas as ocorrências de tais figuras na correspondência ciceroniana de exílio, com o objetivo de interpretá-las de modo a revelar a intenção comunicativa subjacente à argumentação do orador. O texto mostra como o uso de tais recursos oratórios, em um gênero textual geralmente considerado despretensioso em termos de estilo, ajudou a ampliar o poder de convencimento de Cícero em relação aos leitores originais do conjunto de cartas redigidas em um dos períodos mais tempestuosos de sua vida. Assim, este artigo pretende contribuir não só para ampliar o conhecimento da força argumentativa das figuras de repetição, mas também para divulgar uma parte significativa da obra de um dos mais importantes nomes da literatura universal.

Palavras-chave: Cícero; epistolografia; retórica; figuras de repetição; exílio.

Abstract: Considering the relevance both of Cicero's letters in the domain of classical studies and of figures of repetition in the rhetorical field, this article aims to verify the use that the famous orator, statesman and Roman writer of the first century BC made of such figures in the 34 letters written by him during his exile that occurred between 58-57 BC due to a political persecution undertaken by Publius Clodius Pulcher, tribune of the plebs at that time. The methodology of this study is based on the bibliographic review relating to figures of repetition and on a survey of all occurrences of those figures in Cicero's exilic correspondence, with the aim of interpreting them in order to reveal an underlying communicative intention in the orator's argumentation. The text shows how the use of such rhetorical resources, in a textual genre generally considered unpretentious in terms of style, helped to enlarge Cicero's power of persuasion in relation to the original readers of the set of letters composed in one of the most tempestuous periods of his life. Thus, this paper intends to contribute not only to expand the knowledge of the argumentative force of the repetition figures but also to diffuse a significant part of the work of one of the most important names of the universal literature.

Keywords: Cicero; epistolography; rethoric; figures of repetition; exile.

Recebido em 31 de março de 2015.

Aprovado em 07 de julho de 2015.

1 Introdução

Cícero, uma das personagens mais conhecidas do mundo antigo, viveu momentos de glória como, por exemplo, na ocasião do seu consulado em 63 a.C. e de suas muitas vitórias enquanto advogado. Entretanto, ele também experimentou situações de extremo sofrimento, dentre as quais se destaca o período em que esteve exilado devido a manobras jurídicas e políticas de Públio Clódio Pulcro, seu desafeto inexorável, que na época exercia o cargo de tribuno da plebe.

Em fevereiro de 57 a.C., Clódio apresentou um projeto de lei (*lex Clodia de capite ciuis Romani*), o qual previa o exílio e a confiscação de bens de todo aquele que houvesse executado um cidadão romano sem antes submetê-lo a julgamento (CONSTANS, 1950, p. 13). Essa medida tinha o objetivo de atingir Cícero, que, em 63 a.C., havia condenado à morte, sem o devido processo legal, alguns cidadãos romanos liderados por Lúcio Sérgio Catilina, o qual nesse ano arquitetara uma conspiração contra a República Romana.

De acordo com Plutarco (2010, p. 148), diante da iminente e severa punição, vendo-se abandonado pelas principais lideranças políticas de Roma e sendo orientado por um grupo de amigos, Cícero resolveu partir para o exílio.

No desterro, segundo Constans (1950), o príncipe dos oradores romanos escreveu um conjunto de 34 cartas, que constituem o *corpus* do presente trabalho. Desse total, 27 foram enviadas a Ático, seu melhor amigo, quatro a Terênciã, sua esposa, duas a Quinto, seu único irmão, e uma a Metelo Nepos, um dos dois cônsules eleitos para o ano 57 e que, por isso, poderia contribuir politicamente para o retorno de Cícero a Roma.

O objetivo deste estudo é investigar como as figuras de repetição foram usadas nas referidas cartas para fortalecer a argumentação de Cícero no sentido de encorajar os seus correspondentes, que se encontravam em uma situação extremamente incômoda, impelindo-os, assim, a envidar o máximo esforço para acelerar o retorno do orador.

Primeiramente, aborda-se o conceito genérico de figuras por meio de uma revisão bibliográfica desses importantes elementos retóricos; em seguida, apresentam-se as figuras de repetição, com um destaque especial para aquelas que ocorrem no *corpus* deste trabalho, as quais são devidamente definidas e exemplificadas; finalmente, procede-se a uma análise do modo como Cícero utilizou as referidas figuras a fim de maximizar o seu poder de convencimento.

2 Figuras

Em tempos passados, as figuras eram frequentemente consideradas como elementos que visavam à produção do estranhamento, bem como ao embelezamento (*ornatus*) da expressão linguística. Cícero entende as figuras como parte dos recursos retóricos cuja função é prover certa luminosidade ao discurso, os quais se assemelham a algumas

peças ornamentais que, “na suntuosa decoração do teatro ou da praça pública, são chamadas enfeites não porque apenas ornem, mas porque sobressaem”¹ (CÍCERO, *Orator* 134).²

Cícero faz a distinção entre figuras de palavras e de pensamentos, denominando-as, respectivamente, *conformatio uerborum* e *conformatio sententiarum* (CÍCERO, *de Oratore* III, 201). A expressão *conformatio uerborum* diz respeito à disposição das palavras (SARAIVA, 1993, p. 279), ou seja, a sua colocação na construção frásica. Por sua vez, a expressão *conformatio sententiarum* define-se como “o estilo com que se exprimem os pensamentos” (SARAIVA, *loc. cit.*). Cícero aborda as figuras especificamente no *de Oratore* III, 199-209 e no *Orator* 134-139.

A *Retórica a Herênio*, obra anônima escrita entre 86 e 82 a.C. e que é o mais antigo tratado sobre retórica escrito em latim que chegou até nós, trata das figuras, em seu capítulo IV, classificando-as como ornamento de palavras (*uerborum exornatio*) e ornamento de sentenças (*sententiarum exornatio*), além de apresentar a seguinte definição: “Ornamento de palavras é aquele que se atém ao polimento insigne da fala. Ornamento de sentenças é o que encontra dignidade não nas palavras, mas nas próprias coisas” (*Retórica a Herênio*, 2005, p. 225).³

Quintiliano, por sua vez, chama de *figura* aquilo que a *Retórica a Herênio* chamou de *exornatio* e Cícero denominou *conformatio*. Essa diferença terminológica é relevante, pois indica que Quintiliano tinha uma concepção de figura um tanto diferente não só em relação à *Retórica a Herênio*, mas também em relação ao que Cícero expôs no *Orator* e no *de Oratore*. Quintiliano (*Inst. Orat.* IX, 1, 14) define figura como “uma forma de se expressar alterada por algum artifício”.⁴ Ademais, ele faz distinção entre figuras de pensamento – *figurae sententiarum* – e figuras de palavras – *figurae uerborum* – (QUINTILIANO, *ibidem*, IX, 1, 3), e subdivide estas últimas em *gramaticais*, que se referem à palavra dentro da estrutura sintática, e *retóricas*, que se relacionam às possíveis alterações ocorridas na estrutura morfológica da palavra (QUINTILIANO, *ibidem*, IX, 3, 2).

¹ [...] *in amplo ornatu scaenae aut fori appellantur insignia, non quia sola ornent, sed quod excellant.*

² São nossas todas as traduções de passagens latinas presentes neste artigo.

³ *Verborum exornatio est, quae ipsius sermonis insignita continetur perpolitioe. Sententiarum exornatio est, quae non in uerbis, sed in ipsis rebus quandam habet dignitatem.*

⁴ [...] *figura sit arte aliqua nouata forma dicendi.*

A concepção moderna de figura é bem diferente da que era defendida por Cícero e outros autores antigos, os quais, por mais que tenham se empenhado no estudo das figuras, não atingiram um nível elevado de entendimento concernente a sua natureza e relações sintático-semânticas, como esclarece Brandão:

Embora estivessem preocupados em agrupar as diferentes espécies de figuras a partir de traços comuns, não chegaram os antigos a estabelecer critérios rigorosos, sob perspectivas modernas, evidentemente, das relações originais entre os termos expressos e os subentendidos. Isso se deveu, sobretudo, ao caráter pragmático da retórica, pois o que realmente contava era o efeito de sentido como produto acabado, ao passo que a relação enquanto processo era considerada simples meio para atingir aquele. (BRANDÃO, 1989, p. 18)

Hodiernamente, não mais se admite a mera e milenar definição de figura como um desvio da forma comum ou natural de expressão. A esse respeito, Tringali tece o seguinte comentário:

Considera-se a figura como um desvio de uma norma, de um modo normal e comum de dizer. É um modo diferente de dizer. A dificuldade toda reside em estabelecer o que se entende por norma. A figura é um desvio de que norma? Se dissermos que a norma é a linguagem corrente, a linguagem utilitária cotidiana, não corresponde à verdade porque também neste nível da linguagem as figuras pululam. (TRINGALI, 1988, p. 122)

Para Todorov, o estabelecimento da oposição entre linguagem natural e linguagem figurada ou artificial gerou consequências deletérias para a retórica, tornando-se o fator decisivo para o seu declínio:

Com o advento do Romantismo, e mais tarde, em toda a cultura moderna, deixa de se acreditar na existência duma dicotomia ‘natural-artificial’ no interior do discurso. Tudo é natural ou tudo é artificial, mas não existe grau zero da escrita, não há escrita inocente, a linguagem mais neutra está tão carregada de sentido como uma expressão extravagante. Privou-se assim a retórica das suas bases – e a sua derrocada não passa duma consequência lógica. (TODOROV, 1973, p. 100)

Por seu turno, Perelman (2005, p. 189) define as figuras como “certos modos de expressão que não se enquadram no comum”. Todavia, esse autor não vê as figuras como meros ornamentos que ajudam a tornar o estilo artificial e floreado, mas como elementos que possuem uma importante função argumentativa. Como resultado, ele apresenta uma crítica ao modo pelo qual os antigos classificavam as figuras, declarando que

[...] as classificações das figuras geralmente utilizadas em nada nos podem ajudar. Ao contrário, acreditamos que uma das maiores distinções, aquela entre figuras de pensamentos e figuras de palavras, desconhecida de Aristóteles, mas que parece obrigatória desde o século dois antes de nossa era, contribuiu para obscurecer toda a concepção das figuras de retórica. (PERELMAN, 2005, p. 194)

O mesmo autor reconhece a existência de duas condições básicas para a constituição de uma figura: uma forma identificável e um uso que se diferencia do modo habitual de se expressar. Ele também concorda que tais condições, consonante à ideia dos antigos, inescapavelmente levam ao estabelecimento de uma ligação entre o uso de figuras e a simulação, mas observa que

é certo, de todo modo, que só há figura quando se pode operar uma dissociação entre o uso normal de uma estrutura e seu uso no discurso, quando o ouvinte faz uma distinção entre a forma e o fundo, que lhe parece impor-se. Mas é quando essa distinção, percebida logo de início, se extingue em virtude do efeito mesmo do discurso, que as figuras assumem todo o seu significado argumentativo. (PERELMAN, 2005, p. 191)

Genette, outro importante estudioso das figuras, contrapõe ao tipo classificatório dos antigos, que, sendo “de ordem puramente lógica, nada indica sobre o valor de significação das figuras ou grupos de figuras considerados”, o tipo de classificação semiológica, o qual

consiste em distinguir as figuras das outras fixando para cada uma delas um valor psicológico preciso, conforme o caráter do desvio imposto à expressão. Esse valor é dado (para empregar antecipadamente o vocabulário da

estilística moderna) ou como *impressivo* (a figura deve provocar tal sentimento) ou como *expressivo* (a figura é ditada pelo sentimento) ou, preferentemente, como as duas coisas ao mesmo tempo, pois deseja-se postular o acordo entre o estado de espírito do autor ou do personagem e o do leitor. (GENETTE, 1972, p. 208)

Nesse ponto, Genette não se preocupa em oferecer uma classificação semiológica completa das figuras, mas em apontar a necessidade de se estabelecer um estudo mais produtivo da linguagem figurada. É certo, porém, que o entendimento do valor psicológico das figuras traz uma enorme contribuição para o estudo do uso que delas se faz em textos orais e escritos.

Por sua vez, Fiorin (2014) ressalta que as figuras dizem respeito não tanto a questões de fonema, palavra, frase e período, mas principalmente àquelas relacionadas aos níveis textuais e discursivos. Defendendo essa ideia, o autor destaca a função argumentativa das figuras, afirmando que elas “têm sempre uma dimensão argumentativa, pois elas estão a serviço da persuasão, que constitui a base de toda a relação entre enunciador e enunciatário” (FIORIN, 2014, p. 10). A fim de comprovar a função argumentativa das figuras e, conseqüentemente, a inconveniência de separar o estudo delas daqueles relacionados a aspectos textuais e discursivos, Fiorin oferece um oportuno comentário sobre o vocábulo latino *ornatus*:

O *ornatus* latino corresponde ao grego *kósmos*, que é o contrário do caos. *Ornamentum* significa ‘aparelho, tralha, equipamento, arreios, coleira, armadura’. Só depois quer dizer ‘insígnia, distinção honorífica, enfeite’. No *De Bello Gallico*, deve-se traduzir a passagem *naues [...] omni genere armorum ornatissimae* (III, XIV, 2) como ‘navios equipadíssimos de todo tipo de armas’. Isso significa que o sentido inicial de *ornatus* em retórica não era ‘enfeite’, mas ‘bem argumentado’, ‘bem equipado para exercer sua função’, o que quer dizer que não há uma cisão entre argumentação e figuras, pois estas exercem sempre um papel argumentativo. (FIORIN, 2014, p. 27)

3 Figuras de repetição

Dentre os muitos tipos de figuras, destacam-se neste trabalho as de repetição, as quais objetivam amplificar o grau de emotividade das expressões através de um acréscimo àquilo que já foi escrito ou proferido de forma sintaticamente satisfatória.

Para Fiorin (2014, p. 116), a repetição “é um aumento da extensão de um dado texto com o emprego, várias vezes, do mesmo segmento textual (palavra, sintagma, oração, verso), para intensificar o sentido expresso”. Esse autor também esclarece que a repetição pode ser *intraoracional*, quando ocorre dentro de uma mesma oração ou de um mesmo verso, e *transoracional*, se a parte repetida figura em orações ou versos consecutivos.

Lausberg (2004, p. 166-178) divide as figuras de repetição em dois grupos: repetição de partes de frase iguais e repetição de partes de frase em igualdade abrandada. O primeiro tipo de repetição pode ocorrer por contato, quando as palavras repetidas aparecem sucessivamente, e à distância, quando entre as palavras repetidas há a interposição de outras palavras. Pertencem ao primeiro grupo as seguintes figuras: a) repetição por contato: epanalepse, diácope, anadiplose, gradação; b) repetição à distância: ciclo, anáfora, polissíndeto, epífora, complexão. Por sua vez, a repetição de partes de frase em igualdade abrandada consiste em uma alteração seja na estrutura morfológica, gerando a paronomásia, o poliptoto, a figura etimológica e a sinonímia, seja no conteúdo semântico da palavra repetida, originando o jogo de palavras, a diáfora e a antanáclase.

Nas cartas escritas por Cícero durante seu exílio, verifica-se a ocorrência das figuras de repetição elencadas, definidas e exemplificadas a seguir.

3.1 Anáfora (*repetitio*)

A anáfora é a repetição de parte de uma frase no início de orações ou versos sucessivos. Um exemplo encontra-se em *Ad Atticum* III, 9, 2, onde ocorre a repetição tripla do pronome relativo interrogativo *quis*:

[...] *quorum* opera, *quorum* insidiis, *quorum* scelere perierimus?⁵

⁵ “[...] por obra de quem, por armadilhas de quem e por crime de quem nos arruinamos?”

3.2 Complexão (*complexio*)

A complexão é a combinação da anáfora com a epífora, ou seja, a repetição de partes da frase no início e no fim de orações ou versos sucessivos. Nas cartas ciceronianas de exílio, o único exemplo dessa figura encontra-se em *Ad Atticum* III, 12, 3:

*Ego etiam nunc eodem in loco iaceo sine sermone ullo, sine cogitatione ulla.*⁶

Nota-se, nesse texto latino, a variação de gênero do pronome indefinido (*ullo/ulla*). O uso de tal variação, genericamente chamada de poliptoto, é reconhecido por Lausberg (2004, p. 177) como uma das formas de “abrandamento” não só da complexão, mas também da anáfora e da epífora.

3.3 Diácope (*separatio*)

Essa figura distingue-se da anterior apenas pelo fato de que entre a palavra ou grupo de palavras que se repetem ocorre a interposição de um ou mais vocábulos, como em *Ad Familiares* XIV, 4, 3, em que a repetição do pronome interrogativo *quid* é interrompida pelas palavras *Cicero meus*:

*Quid? Cicero meus quid aget?*⁷

3.4 Epanalepse (*geminatio*)

Essa figura consiste na repetição de uma palavra ou de um grupo de palavras em contato, podendo ocorrer no princípio, no meio ou no fim da oração ou do verso. Ela pode ser dupla, tripla ou múltipla, dependendo de a palavra ou o grupo de palavras repetido aparecer duas, três ou mais de três vezes. Cícero utiliza uma epanalepse dupla, por exemplo, no início de uma passagem de *Ad Atticum* III, 15, 5:

⁶ “Ainda agora eu me encontro no mesmo lugar, sem rumor algum, sem resolução alguma”.

⁷ “O quê? Meu querido Cícero o que fará?”

*Caeci, caeci, inquam, fuimus in uestitu mutando, in populo rogando [...].*⁸

3.5 Epífora (*conuersio*)

Apresentando uma estrutura inversa à da anáfora, a epífora consiste na repetição de uma parte da frase no fim de orações ou versos consecutivos, o que pode ser visto em *Ad Quintum fratrem* I, 3, 3:

*Cum enim te desidero, fratrem solum desidero?*⁹

3.6 Figura etimológica (*figura etymologica*)

Essa figura, que na antiguidade também era considerada como uma modalidade de derivação (LAUSBERG, 2004, p. 181), consiste na repetição de um radical, apresentando palavras que, em geral, pertencem a classes gramaticais diferentes, a fim de intensificar a força semântica da expressão. Vê-se um exemplo dela em *Ad familiares* XIV, 1, 5:

*Per fortunas miseris nostras, uide ne puerum perditum perdamus.*¹⁰

3.7 Poliptoto (*polyptoton*)

Modernamente, entende-se essa figura como uma modificação flexional que, apesar de ocasionar uma alteração do ponto de vista sintático, mantém inalterada a significação de certa palavra. Entretanto, Quintiliano (*Inst. Orat.* IX, 3, 37) denomina *polyptoton* apenas a variação de casos de uma mesma palavra na oração ou período. No presente trabalho, admitem-se para o poliptoto as alterações flexionais de gênero, número e caso. Ocorre essa figura, por exemplo, em *Ad Atticum* III, 10, 2, onde o pronome relativo aparece sob várias formas:

⁸ “Cego, cego, afirmo que fui ao mudar o traje, ao rogar ao povo [...]” [Na passagem latina, Cícero usa a expressão *in uestitu mutando* para aludir ao fato de ele ter deposto sua toga senatorial como sinal de protesto pelo tratamento que estava recebendo de Clódio e seus partidários, numa tentativa de obter o apoio popular em sua defesa. De acordo com Plutarco (2010, p. 147), Cícero, “sentindo-se perseguido e com a sua vida em risco, mudou de vestimenta e, com o cabelo em desalinho, começou a andar pela cidade a suplicar ao povo”].

⁹ “Pois, quando sinto a tua falta, apenas de um irmão sinto falta?”

¹⁰ “Devido a nossas míseras condições, cuida para que não percamos o perdido menino”.

*Possum obliuisci qui fuerim, non sentire qui sim, quo caream honore, qua gloria, quibus liberis, quibus fortunis, quo fratre?*¹¹

3.8 Polissíndeto (*polysyndeton*)

Essa figura é um tipo especial de anáfora, consistindo na repetição da mesma conjunção no início de orações ou versos sucessivos. Ela ocorre, por exemplo, no trecho de *Ad familiares* XIV, 1, 2, onde se repete a conjunção subordinativa condicional *si*:

[...] *sed tamen si omnis tr. pl. habemus, si Lentulum tam studiosum quam uidetur, si uero etiam Pompeium et Caesarem, non est desperandum.*¹²

A importância argumentativa do uso das figuras de repetição é enfatizada de várias maneiras. De acordo com Lausberg (2004, p. 166), “as figuras de repetição detêm o fluir da informação e dão tempo para que se ‘saboreie’ afetivamente a informação apresentada como importante”.

Perelman (2005, p. 198-199), por sua vez, salienta que o uso de figuras de repetição resulta no aumento do “sentido de presença”. Ele dá um exemplo extraído da *Retórica a Herênio* IV, 38:

*Tumultus, Gai Gracce, tumultus domesticos et intestinos comparas!*¹³

Comentando esse exemplo, o referido autor afirma que, nele, a repetição duplica “o efeito de presença”, mas também observa que “com a repetição, o segundo enunciado do termo parece repleto de valor; o primeiro, por reação, parece relacionar-se exclusivamente com um fato, enquanto, normalmente e sozinho, teria parecido conter fato e valor”. Plebe (1992) aclara esse pensamento, destacando que

¹¹ “Posso esquecer quem fui, não reconhecer quem sou, de que honra estou privado, de que glória, de que filhos, de que bens, de que irmão?”

¹² “Mas, apesar de tudo, se temos todos os tribunos da plebe; se Lêntulo está tão dedicado quanto parece; se, de fato, Pompeu e César também o estão, não se deve desesperar”.

¹³ “Agitações, Caio Graco, agitações civis e internas tu provocas!”

o primeiro *tumultus* limita-se a informar que Caio Graco prepara tumultos, enquanto o segundo *tumultus* carrega essa informação de um significado valorativo, sustentando que aqueles tumultos serão lutas intestinas entre cidadãos e, portanto, particularmente lamentáveis. (PLEBE, 1992, p. 75)

Outro aspecto importante do uso das figuras de repetição diz respeito ao ritmo do enunciado, como indicado por Plebe (1992, p. 77): “Existe uma *repetição criativa* que é bem diferente da pura e simples reapresentação de elementos idênticos, e essa repetição criativa incide de maneira essencial sobre o ritmo de uma composição”. Para confirmar essa ideia, ele extrai um exemplo do *Orator* 233, em que Cícero apresenta um período semanticamente equivalente disposto de duas formas distintas:

a) *abesse non potest quin eiusdem hominis sit probos improbare, qui improbos probet.*¹⁴

b) *abesse non potest quin eiusdem hominis sit qui improbos probet probos improbare.*

A fim de explicar o conceito de repetição criativa, Plebe (1992, p. 76) retoma a concepção ciceroniana de *permutatio*. Para Cícero (*Orator* 232), a *permutatio* ocorre quando se desfaz uma construção gramatical bem estruturada (*bene structam conllocationem*) por meio da alteração (*permutatione*) de suas palavras. Logo, trata-se de uma figura retórica que provoca uma mudança na estrutura rítmica do enunciado.

Após dar os exemplos (a) e (b), apresentados acima, Cícero expressa, em *Orator* 234, sua preferência pelo enunciado (b). De fato, observa-se que, por manter o pronome relativo (*qui*) mais próximo de seu antecedente (*hominis*) a repetição em (b) produziu uma estrutura rítmico-sonora bem mais interessante do que em (a), pondo em destaque uma sequência aliterativa de grande musicalidade: *improbos probet probos improbare*.

¹⁴ “Não pode ser diferente que seja próprio do mesmo homem que aprove os desonestos desaprove os honestos”.

4 As figuras de repetição nas cartas ciceronianas de exílio

De modo geral, em sua correspondência Cícero fez um uso considerável de recursos literários. Isso não é um fato estranho, pois, como observa Cardoso ao comentar o uso de cartas na Roma antiga,

[...] a carta, em Roma, mesmo quando escrita com finalidade explícita de transmitir informações ou solicitar notícias, tenha, não raro, elementos literários, funcionando não apenas como objeto útil, mas também como texto escrito em cuja elaboração o material estético foi utilizado. (CARDOSO, 2003, p. 200)

Também reconhecendo o valor literário da epistolografia latina, Möller assevera que mesmo as cartas de cunho particular eram escritas em linguagem bem elaborada e estilizada. Segundo essa autora,

até mesmo as cartas exílicas de Cícero, bem como as destinadas a Terência, que foram redigidas em situações de profundo desespero, preocupação e frustração, em parte mostram uma linguagem requintada e adornada com recursos estilísticos, uma vez que o próprio autor dessas cartas não podia negar completamente a si mesmo como escritor retórico e culto nos textos escritos apressadamente. (MÖLLER, 2009, p. 19, trad. nossa)

Apesar dos elementos retóricos utilizados na escrita das cartas de Cícero, muitos veem nelas o lugar em que ele se expressou de forma espontânea e sincera. Seu irmão Quinto, por exemplo, diz-lhe em *Ad familiares* XVI, 16: “*Te totum in litteris uidi*” (“vi você por completo em sua carta”). Por sua vez, Boissier (1988, p. 67) declarou que o mais agradável nas cartas de Cícero “é exatamente o fato de que elas contêm o primeiro jorro de seus sentimentos, que são cheios de abandono e de naturalidade”. Já Martin e Gaillard (1990, p. 457) afirmam que nas cartas de Cícero “nós o vemos tal qual o viam seus amigos, com todos os seus defeitos, mas também suas qualidades reais”.

De fato, deve-se concordar com o fato de que, em comparação com suas obras retóricas e filosóficas, Cícero emprega, em suas cartas, uma linguagem menos marcada por formalidade e artificialidade. Entretanto, há que se ter cautela ao se enfatizar a espontaneidade ou sinceridade desses escritos, pois, como bem observa Maingueneau (1996,

p. 146), “a sinceridade choca porque os homens não são sinceros, porque o discurso se afastou de sua função, representar a natureza”.

De qualquer forma, o que importa para o propósito deste trabalho é o fato de Cícero ter usado várias figuras de repetição em suas cartas de exílio. No quadro da página seguinte, apresentam-se todas essas figuras juntamente com suas devidas referências. Note-se que as palavras ou grupo de palavras repetidas aparecem sublinhados e os livros que contêm as cartas de Cícero encontram-se abreviados da seguinte forma: *Att.* = *Ad Atticum*; *Fam.* = *Ad familiares*; *Q. fr.* = *Ad Quintum fratrem*.

Quadro 1: Ocorrências das figuras de repetição no corpus

(continua)

Figuras	Ocorrências
Anáfora	<p>a) [...] <u>quorum opera</u>, <u>quorum insidiis</u>, <u>quorum scelere</u> perierimus?¹⁵ (<i>Att.</i> III, 9, 2)</p> <p>b) [...] <u>quae uita</u> esset nostra, <u>quae suauitas</u>, <u>quae dignitas</u>.¹⁶ (<i>Att.</i> III, 20, 1)</p> <p>c) <u>Velim quid uideas</u>, <u>quid intelligas</u>, <u>quid agatur ad me scribas</u> [...] ¹⁷ (<i>Att.</i> III, 20, 3).</p> <p>d) <u>Ex tuis litteris</u>, <u>ex re ipsa</u> nos funditus perisse uideo.¹⁸ (<i>Att.</i> III, 27)</p> <p>e) <u>Ego tibi irascerer</u>; <u>tibi ego possem irasci</u>?¹⁹ (<i>Q. fr.</i> I, 3, 1)</p> <p>f) [...] <u>non eum quem reliqueras</u>, <u>non eum quem noras</u>, <u>non eum quem</u> [...] ²⁰ (<i>Q. fr.</i> I, 3, 1).</p> <p>g) [...] <u>nunc commisi ut uiuo me careres</u>, <u>uiuo me aliis indigeres</u> [...] ²¹ (<i>Q. fr.</i> I, 3, 2).</p>
Complexão	<i>Eodem in loco iaceo</i> <u>sine sermone ullo</u> , <u>sine cogitatione ulla</u> . ²² (<i>Att.</i> III, 12, 3)

¹⁵ Cf. trad. na nota 5.

¹⁶ “[...] que vida era a nossa, que doçura, que prestígio”.

¹⁷ “Eu gostaria que me escrevesse sobre o que vês, o que percebes, o que está sendo feito [...]”.

¹⁸ “Por tua carta e pela própria conjuntura, percebo que perecemos totalmente”.

¹⁹ “Eu me irritaria contigo? Como poderia me irritar contigo?”

²⁰ “[...] não aquele que tinhas deixado, não aquele que tinhas conhecido, não aquele que [...]”.

²¹ “Mas agi de modo que, mesmo eu vivendo, você sentisse falta; mesmo eu vivendo, você precisasse dos outros”.

²² Cf. trad. na nota 6.

(continua)

Figuras	Ocorrências
Diácope	a) <i>Valete, mea desideria, ualete.</i> ²³ (Fam. XIV, 2, 4) b) <i>Quid? Cicero meus quid aget?</i> ²⁴ (Fam. XIV, 4, 3) c) <i>Fac, si uides quantis in malis iaceam et si putas esse humanitatis tuae, me fac de tota causa nostra certiores.</i> ²⁵ (Att. III, 18, 2) d) [...] <i>quem meus Cicero et amabat ut fratrem et iam ut maiorem fratrem uerebatur?</i> ²⁶ (Q. fr. I, 3, 3)
Epanalepse	a) <i>Caeci, caeci, inquam, fuimus in uestitu mutando, [...]</i> ²⁷ (Att. III, 15, 5). b) <i>Mi frater, mi frater, mi frater, [...]</i> ²⁸ (Q. fr. I, 3, 1).
Epífora	<i>Cum enim te desidero, fratrem solum desidero?</i> ²⁹ (Q. fr. I, 3, 3)
Figura Etimológica	a) <i>Vide ne puerum perditum perdamus.</i> ³⁰ (Fam. XIV, 1, 5) b) [...] <i>cetera, quamquam ferenda non sunt, feramus.</i> ³¹ (Fam. XIV, 4, 5) c) [...] <i>coram agemus quae erunt agenda.</i> ³² (Att. III, 5) d) <i>Id est maximum et miserimum mearum omnium miseriarum.</i> ³³ (Att. III, 7, 3) e) [...] <i>ut erat negligenda negligere [...]</i> ³⁴ (Att. III, 15, 5). f) [...] <i>ut Q. fratrem ames quem ego miserum misere peridi [...]</i> ³⁵ (Att. III, 23, 5).

²³ “Adeus, meus desejos, adeus”.

²⁴ Cf. trad. na nota 7.

²⁵ “Informa-me, se percebes que me lanço a tão grandes males e se consideras adequado à tua humanidade, informa-me sobre toda a minha situação”.

²⁶ “[...] a quem meu Cícero amava como a um irmão e já respeitava como a um irmão mais velho?”

²⁷ Cf. trad. na nota 8.

²⁸ “Meu irmão, meu irmão, meu irmão, [...]”.

²⁹ Cf. trad. na nota 9.

³⁰ Cf. trad. na nota 10.

³¹ “[...] suportaremos os outros males, ainda que não devam ser suportados”.

³² “[...] trataremos pessoalmente das coisas que devem ser tratadas”.

³³ “Essa é a maior e a mais infeliz de todas as minhas infelicidades”.

³⁴ “[...] quando devia ser rejeitada, rejeitar [...]”.

³⁵ “[...] que ames o meu infeliz irmão Quinto do qual infelizmente causei a ruína [...]”.

(continua)

Figuras	Ocorrências
Poliptoto	<p>a) [...] <i>ex quo patre <u>tantas</u> uoluptates capiebat, ex eo <u>tantos</u> percipere luctus!</i>³⁶ (Fam. XIV, 1, 1)</p> <p>b) <i>Quod si nos ad <u>aliquam alicuius commodi aliquando recuperandi spem</u> fortuna reseruauit [...]</i>³⁷ (Fam. XIV, 4, 1).</p> <p>c) <i>Inimici <u>mei mea mihi</u>, non <u>me</u> ipsum ademerunt.</i>³⁸ (Att. III, 5)</p> <p>d) [...] <i><u>neminem</u> umquam tanta calamitate esse adfectum, <u>nemini</u> mortem magis optandam fuisse.</i>³⁹ (Att. III, 7, 2)</p> <p>e) <i>Huius <u>acerbitatis euentum altera acerbitate</u> non uidendi fratri uitauit.</i>⁴⁰ (Att. III, 9, 1)</p> <p>f) <i><u>Ecquod</u> tantum malum est quod in mea calamitate non sit? <u>Ecquis</u> umquam <u>tam</u> ex amplo statu, <u>tam</u> in bona causa, <u>tantis facultatibus, ingenii, consilii, gratiae, tantis praesidiis bonorum omnium concidit?</u> Possum obliuisci <u>qui fuerim</u>, non sentire <u>qui sim</u>, <u>quo</u> caream honore, <u>qua gloria, quibus liberis, quibus fortunis, quo fratre?</u>⁴¹ (Att. III, 10, 2)</i></p> <p>g) [...] <i>non eum quem <u>flens flentem</u>, prosequentem proficiscens dimiseras, [...]</i>⁴² (Q. fr. I, 3, 1).</p> <p>h) <i><u>Qua pietate, qua modestia, quo ingenio!</u></i>⁴³ (Q. fr. I, 3, 3)</p>

³⁶ “[...] quanto mais do pai tão grandes alegrias obtinha, tanto mais tão grandes aflições receber!”

³⁷ “Porque, se o destino nos reservou a esperança de um dia recuperar alguma comodidade, [...]”.

³⁸ “Meus inimigos confiscaram-me os bens, não a mim mesmo”.

³⁹ “Jamais alguém foi acometido por tão grande infortúnio; para ninguém a morte foi mais desejável”.

⁴⁰ “Evitei a ocorrência dessa amargura com a outra amargura de não ver o meu irmão”.

⁴¹ “Há algum mal tão grande que não faça parte do meu infortúnio? Por acaso algum dia alguém já decaiu de tão ilustre posição, enquanto lutava por tão boa causa, tendo tanta abundância de talento, de prudência, de crédito, e gozando de tão grande apoio de todos os nobres? Posso esquecer quem fui, não reconhecer quem sou, de que honra estou privado, de que glória, de que filhos, de que bens, de que irmão?”

⁴² “[...] não aquele que caminhava chorando enquanto tu, ao partir choroso, dele te despediras”.

⁴³ “De que devoção, de que modéstia, de que inteligência!”

(conclusão)

Figuras	Ocorrências
Polissíndeto	<p>a) [...] <i>sed tamem <u>si</u> omnis tr. pl. habemus, <u>si</u> Lentulum tam studiosum quam uidetur, <u>si</u> uero etiam Pompeium et Caesarem, non est desperandum.</i>⁴⁴ (Fam. XIV, 1, 2)</p> <p>b) [...] <i>ego diem <u>si</u> uidero <u>et</u> <u>si</u> in uestrum complexum uenero <u>ac</u> <u>si</u> et uos <u>et</u> me ipsum recuperaro [...]</i>⁴⁵ (Fam. XIV, 1, 3).</p> <p>c) <i>Nam <u>si</u> erit causa, <u>si</u> quid agetur, <u>si</u> spem uidero, [...]</i>⁴⁶ (Att. III, 10, 1).</p> <p>d) <i>Me <u>et</u> tuae litterae <u>et</u> quidam boni nuntii [...] <u>et</u> expectatio uestrarum litterarum <u>et</u> quod tibi ita placuerat adhuc Thessalonicae tenebat.</i>⁴⁷ (Att. III, 11, 1)</p> <p>e) <i><u>Si</u> accepero litteras quas expecto, <u>si</u> spes erit ea quae erit ea quae rumoribus adferebatur, [...]</i>⁴⁸ (Att. III, 11, 1).</p>

Observando o quadro acima, percebe-se que a epanalepse é dupla em (a) e tripla em (b). Nas diáscopes: em (a) a separação é feita por um vocativo; em (b) ela ocorre por um nome acompanhado do possessivo *meus*; em (d) os membros são separados pela conjunção *et* e pelo advérbio *iam*, sendo que, entre as palavras do segundo membro, também há a interposição do adjetivo *maiores*; em (c) a repetição é separada por duas orações subordinadas condicionais e pelo pronome pessoal *me*. As anáforas são bastante regulares, mas nota-se em (e) uma inversão das palavras repetidas (*ego tibi/tibi ego*). Por sua vez, os polissíndetos realizam-se exclusivamente por meio da conjunção *si* em (a), (c), (e) ou *et* em (d); enquanto que em (b) tem-se o emprego de ambas, ocorrendo, ainda, o que Lausberg (2004, p. 175) chama de “abrandamento sinonímico” (*et/ac*). Já a complexão apresenta, na parte final da repetição, um abrandamento por meio de um poliptoto (*ullo/ulla*),

⁴⁴ Cf. trad. na nota 12.

⁴⁵ “[...] se eu vir esse dia e se voltar para os vossos braços e se recuperar a vós e a mim mesmo [...]”.

⁴⁶ “De fato, se houver um motivo, se algo for feito, se eu avistar uma esperança, [...]”.

⁴⁷ “Ainda me retinha em Tessalônica a tua carta e algumas boas notícias [...] e a expectativa das vossas cartas e porque a ti assim agradara”.

⁴⁸ “Se eu receber a carta que aguardo, se a esperança for aquela que é gerada por rumores, [...]”.

possibilidade indicada por Lausberg (2004, p. 174, 177). Os poliptotos, por seu turno, verificam-se nos adjetivos em (a), nos pronomes indefinidos em (b, d), nos relativos em (h), nos três em (f), nos pronomes possessivos e pessoais em (c), em substantivos na ocorrência (e) e nos participios em (g). Finalmente, nas figuras etimológicas, repetem-se os radicais *perd-* em (a), *fer-* em (b), *ag-* em (c), *miser-* em (d,f) e *negl-* em (e).

Sabendo que as figuras de repetição possuem uma importante função argumentativa, visto que carregam consigo um valor psicológico e semântico que atribui força aos enunciados, provocando um grande impacto comunicativo sobre o leitor ou ouvinte, chegou o momento de se verificar como isso se aplica à argumentação desenvolvida por Cícero em suas cartas de exílio.

Primeiramente, faz-se necessário atentar para a finalidade do processo argumentativo. De acordo com Perelman (2005, p. 50), o objetivo de toda argumentação

é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno.

Seguindo a mesma ideia, Lausberg afirma que o discurso, em geral, é produzido com a finalidade de provocar uma mudança em determinada situação. Chama-se árbitro ao elemento que possui o poder para alterar a situação por meio da ação ou da palavra, o qual “pode ser imaginado de modo impessoal (p. ex., o acaso) ou de modo pessoal (Deus; um indivíduo, p. ex., o juiz num processo)” (LAUSBERG, 2004, p. 79).

A argumentação de Cícero, em sua correspondência de exílio, visa tanto a provocar adesão a sua causa (p. ex., no caso específico de *Ad familiares*, V, 4, escrita a Metelo Nepos a fim de solicitar-lhe apoio), quanto a fortalecer tal adesão, o que se mostra evidente na maioria das cartas de exílio. Indubitavelmente, Terência, Quinto e Ático já estavam trabalhando em defesa de Cícero. Todavia, devido ao clima de hostilidade e repressão instaurado em Roma por Clódio e seus partidários, eles precisavam ser constantemente motivados a fim de continuarem a organizar o movimento em prol do retorno do orador sem se deixarem

esmorecer pelas dificuldades, o que pode ser visto em passagens como as que seguem:

*Si est spes nostri reditus, eam confirmes et rem adiuves.
(Fam. XIV, 4, 3)⁴⁹*

*Si qua spes erit posse studiis bonorum, auctoritate,
multitudine comparata rem confici, des operam ut uno
impetu perfringatur, in eam rem incumbas ceterosque
excites. (Att. III, 23, 5)⁵⁰*

*Si potes, id quod ego qui tibi semper fortis uidebar non
possum, erige te et confirma, si qua subeunda dimicatio
erit. (Q. fr. I, 3, 5)⁵¹*

Nessa conjuntura, a única arma que restava a Cícero era a argumentação, e ela deveria ser forte o bastante para levar os árbitros da situação a envidar todos os esforços necessários à obtenção de sua *salus*, ou seja, de sua volta do exílio. É importante observar que Quinto foi o destinatário com o qual Cícero usou proporcionalmente mais repetições, pois, dos 34 pontos de ocorrência registrados no quadro 1, oito encontram-se em uma das duas cartas a ele endereçadas (*Q. fr. I, 3*). Isso possivelmente explique-se pelo fato de ele ser o destinatário mais propenso a oscilações emocionais, podendo, portanto, sucumbir com mais facilidade diante de circunstâncias extremamente adversas.

Sem dúvida, Cícero conhecia a força e o encanto das repetições,⁵² mas sabia que, naquele momento, deveria se utilizar principalmente da força delas para construir um discurso o mais incisivo possível. Todavia, ele não fez isso como um orador que havia se especializado em fingir que realmente sentia o que proferia, mas como um homem que se encontrava,

⁴⁹“Se há esperança quanto ao meu retorno, que a consolides e fortaleças o movimento”.

⁵⁰“Se houver alguma esperança de o processo poder ser concluído pelos esforços dos nobres, pela autoridade, pela multidão reunida, que te esforces para que por um só movimento ele seja encerrado, te apliques a essa causa e animes os outros”.

⁵¹“Se podes fazer o que eu, que sempre te parecia forte, não posso, levanta-te e encoraja-te se houver uma luta a ser travada”.

⁵²“A repetição de palavras algumas vezes tem força, outras vezes, encanto”. (CÍCERO, *de Oratore* III, 206)

de fato, no auge do desespero. Esse contexto comunicativo explica-se pela distinção proposta por Perelman entre figuras argumentativas e figuras de estilo:

Consideramos uma figura *argumentativa* se, acarretando uma mudança de perspectiva, seu emprego parecer normal em relação à nova situação sugerida. Se, em contrapartida, o discurso não acarretar a adesão do ouvinte a essa forma argumentativa, a figura será percebida como ornamento, como figura de *estilo*. Ela poderá suscitar a admiração, mas no plano estético, ou como testemunho da originalidade do orador. (PERELMAN, 2005, p. 192)

Levando-se em conta a distinção acima, entendem-se as figuras de repetição utilizadas por Cícero em suas cartas de exílio como argumentativas, uma vez que, em uma situação comunicativa caracterizada por intenso desespero e aflição, elas parecem atuar como a expressão de um estado emocional profundamente abalado pelas circunstâncias. Seria difícil que os leitores originais dessas cartas atribuíssem o uso de tais figuras ao talento oratório de Cícero e não ao seu esforço para exteriorizar a dor, a saudade e as incertezas que o oprimiam.

Também é importante retomar os conceitos de figuras *impressivas* e *expressivas* estabelecidos por Genette. As *impressivas* procuram gerar determinado sentimento no leitor ou ouvinte sem que, necessariamente, tenham sido formuladas com sinceridade pelo falante ou escritor. As *expressivas*, ao contrário, são frutos do sentimento de quem as formula. Para Genette, o melhor é que ocorra a confluência desses dois tipos de figuras a fim de que se harmonizem os estados emocionais dos participantes do processo comunicativo. Isso fortalece a ideia de que as figuras de repetição nas cartas exílicas de Cícero contribuíram para o êxito da argumentação ali desenvolvida, pois não só teriam gerado um sentimento nos leitores, capaz de conduzi-los à ação, mas também teriam sido produzidas espontaneamente pelo escritor.

A repetição que se encontra no Cícero exilado também se relaciona ao *pathos*, sobre o qual Staiger (1997, p. 127) afirma: “É uma comoção espontânea, sem necessidade de conscientização de sua origem ou finalidade. Mas tem tanto origem, como objetivo [...] O homem patético é levado pelo que deve ser e seu arrebatamento investe contra o *status quo*”. Staiger observa que o *pathos* age com o objetivo de romper

impetuosamente o que possa resistir a uma alteração. Nesse sentido, a repetição tem um papel especial, pois nela “a palavra, que deverá abalar a alma do ouvinte, é arrancada cada vez com grande esforço íntimo” (STAIGER, 1997, p. 122). Vê-se a manifestação do *pathos* que dominava o exilado na abertura de *Ad Quintum fratrem* I, 3:

*Mī frātēr, mī frātēr, mī frātēr [...]*⁵³

Segundo Marouzeau (1946, p. 74), “as sucessões ininterruptas de sílabas longas desaceleram a elocução e a tornam pesada”. Tais sucessões, portanto, seriam apropriadas para retratar as emoções de um desterrado que, ao usar uma epanalepse tripla composta apenas de sílabas longas no começo de uma carta, expressa o seu estado emocional de angústia e aborrecimento e, ao mesmo tempo, usa aquilo que Staiger (1992, p. 122) chama de “fala patética que comove” a fim de captar a máxima atenção do leitor logo de início.

A manifestação do *pathos* também pode ser vista na seguinte passagem de *Ad Atticum* III, 7, 3:

*Id est maximum et miserrimum mearum omnium miseriarum.*⁵⁴

Nessa passagem, há a ocorrência de uma figura etimológica (*miserrimum/miseriarum*) em um ambiente fonológico marcado pela aliteração da nasal labial [m] e pelo homeoteleuto, a igualdade sonora que se verifica no final de cinco das oito palavras da oração. Sendo formada pelo fonema [u] que, segundo Perrine e Arp (1992, p. 199), sugere melancolia e tristeza, e pela consoante nasal [m], a terminação dessas palavras pode aqui estar sugerindo a profunda tristeza que povoava o íntimo de Cícero.

Cumprido observar que, embora a consideração da expressividade de certos fonemas em determinados enunciados possa parecer um tanto subjetiva, ela não se mostra infundada ou fantasiosa, pois, segundo Marouzeau, “os sons possuem um valor expressivo, definido pela relação que se percebe entre as sonoridades, por um lado, e, por outro

⁵³ Cf. trad. na nota 28.

⁵⁴ Cf. trad. na nota 33.

lado, as emoções, as noções, as evocações inclusas nos enunciados” (MAROUZEAU, 1946, p. 4, trad. nossa). Igualmente, Perrine e Arp (1992, p. 197) afirmam que o aspecto sonoro pode ser usado para reforçar o significado e intensificar a comunicação.

O *pathos* do orador também se revela na repetição combinada com a congérie, ou seja, a acumulação de termos de mesma função sintática ligados a um dos membros da oração. Um bom exemplo é o trecho de *Ad Atticum* III, 10, 2, em que as palavras parecem querer se exprimir de forma irrefreável, refletindo a intensa ansiedade daquele que as escreveu:

*Ecquod tantum malum est quod in mea calamitate non sit? Ecquis umquam tam ex amplo statu, tam in bona causa, tantis facultatibus, ingenii, consilii, gratiae, tantis praesidiis bonorum omnium concidit? Possum obliuisci qui fuerim, non sentire qui sim, quo caream honore, qua gloria, quibus liberis, quibus fortunis, quo fratre?*⁵⁵

Cícero usa repetições também como um meio para intensificar suas ideias (a, b), reforçar pedidos (c) e ressaltar os atributos de alguém (d):

a) *Nam si erit causa, si quid agetur, si spem uidero, [...]*⁵⁶ (*Att.* III, 10, 1)

b) [...] *nunc commisi ut uiuo me careres, uiuo me aliis indigeres [...]*.⁵⁷ (*Q. fr.* I, 3, 2)

c) *Velim quid uideas, quid intelligas, quid agatur ad me scribas [...]*.⁵⁸ (*Att.* III, 20, 3)

d) *Qua pietate, qua modestia, quo ingenio!*⁵⁹ (*Q. fr.* I, 3, 3)

⁵⁵ Cf. trad. na nota 41.

⁵⁶ Cf. trad. na nota 46.

⁵⁷ Cf. trad. na nota 21.

⁵⁸ Cf. trad. na nota 17.

⁵⁹ Cf. trad. na nota 43.

Essa intensificação de uma ideia ou o reforço de um pedido, às vezes, ocorre com a interposição de palavras entre os membros repetidos, formando diácopes portadoras de um forte valor psicológico como nos exemplos abaixo:

a) *Valete, mea desideria, ualete.*⁶⁰ (Fam. XIV, 2, 4)

b) *Fac, si uides quantis in malis iaceam et si putas esse humanitatis tuae, me fac de tota causa nostra certiore.*⁶¹ (Att. III, 18, 2)

5 Considerações finais

Discorrer sobre um dos mais importantes literatos de todos os tempos é sempre uma oportunidade de recolocá-lo em seu merecido lugar de destaque, porquanto, como observa Everitt, “com o desaparecimento do Latim da sala de aula, o maior estadista da Roma antiga, Marco Túlio Cícero, agora é uma figura vagamente lembrada. Ele não merece este destino e é tempo de restaurá-lo em seu lugar adequado no panteão de nosso passado comum” (EVERITT, 2003, p. VII, trad. nossa). Assim, estudar como Cícero usou as figuras de repetição em suas cartas de exílio torna-se um meio para lembrar não só um período importante de sua vida, mas também um interessante aspecto de sua habilidade de expressão.

Pelo exposto nas páginas precedentes, conclui-se que as figuras de repetição foram usadas por Cícero em sua correspondência de exílio com duas finalidades básicas: 1) promover a manifestação do *pathos*; 2) intensificar a força das ideias transmitidas. Tudo isso tinha uma definida intenção argumentativa: provocar ou aumentar o apoio dos árbitros da situação a fim de que agissem no sentido de alterar o quadro político desfavorável ao orador e tomassem as providências cabíveis para o seu retorno do exílio. Portanto, essa análise corrobora a hipótese de que Cícero não empregou as repetições de forma inconsciente ou despropositada, mas norteado pela intenção descrita acima. Assim,

⁶⁰ Cf. trad. na nota 27.

⁶¹ Cf. trad. na nota 25.

constata-se a importância discursiva das figuras de repetição que, longe de serem meras partes redundantes no discurso, são elementos que contribuem para a realização de uma prática dialógica, oral ou escrita, mais comovente e persuasiva.

Referências

BOISSIER, C. *Cicerone e i suoi amici*. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli, 1988.

BRANDÃO, R. O. *As figuras de linguagem*. São Paulo: Ática, 1989.

CARDOSO, Z. A. *A literatura latina*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CONSTANS, L. A. Notice. In: CICÉRON. *Correspondance*. Trad. L. A. Constans. Paris: Les Belles Lettres, 1950. Vol. 2, p. 12-81.

EVERITT, A. *Cicero: the life and times of Rome's greatest politician*. New York: Random House, 2003.

FIORIN, J. L. *Figuras de retórica*. São Paulo: Contexto, 2014.

GENETTE, G. *Figuras*. Trad. Ivonne Floripes Mantoanelli. São Paulo: Perspectiva, 1972.

LAUSBERG, H. *Elementos de retórica literária*. Trad. R. M. Rosado Fernandes. 5ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.

MAINGUENEAU, D. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

MAROUZEAU, J. *Traité de stylistique latine*. 2ª ed. Paris: Les Belles Lettres, 1946.

MARTIN, R.; GAILLARD, J. *Les genres littéraires à Rome*. Paris: Nathan/Scodel, 1990.

MÖLLER, L. *Berühmte Briefe: Briefe aus dem Exil Szenen einer Ehe*. Wiesbaden: Marix Verlag, 2009.

PERELMAN, C.; OLLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERRINE, L.; ARP, T. R. *Sound and sense: an introduction to poetry*. 8ª ed. Fort Worth: Harcourt Brace College, 1992.

PLEBE, A.; EMANUELE, P. *Manual de retórica*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PLUTARCO. *Vidas paralelas: Demóstenes e Cícero*. Trad., introd. e notas de Marta Várzeas. Coimbra: CECH, 2010.

QUINTILIANO, M. F. *Institution oratoire*. Paris: Les Belles Lettres, 1980.

Retórica a Herênio. Trad. e introdução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

SARAIVA, F. R. S. *Novíssimo dicionário latino-português*. 10ª ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Garnier, 2006.

STAIGER, E. *Conceitos fundamentais da poética*. Trad. Celeste Aída Galeão. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

TODOROV, T. *Literatura e significação*. Trad. Antônio José Massano. Lisboa: Assírio & Alvim, 1973.

TRINGALI, D. *Introdução à retórica: a retórica como crítica literária*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

**A psicologia moral de Sêneca:
a relação entre a disposição da alma e a vida feliz**

***Seneca's moral psychology: the relationship between the
disposition of the soul and the happy life***

Mariana Monteiro Condé

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
marianaconde01@gmail.com

Resumo: o presente estudo tem por objetivo explicitar de que modo a disposição de alma pode distanciar-nos ou aproximar-nos da vida feliz, na filosofia moral de Sêneca. Para tanto, busca-se analisar e discutir principalmente a epístola XIII das *Epistulae Morales*, na qual o autor oferece uma descrição da vida desgraçada que leva aquele que é acometido pelo temor – fenômeno psicológico que, por constituir uma das principais paixões, poderá incorrer num prejuízo para a capacidade do homem de atribuir valores, seja a si mesmo, seja ao que lhe é externo. Por outro lado, e tendo em vista as considerações tecidas, busca-se argumentar que é principalmente a força de alma do *sapiens* que parece aproximá-lo do ideal ético estoico da *tranquillitas animi*.

Palavras-chave: Sêneca; psicologia moral; paixões; vida feliz.

Abstract: the present paper has as its objective to make explicit in which manner the disposition of the soul can set one apart or close to the happy life, in Seneca's moral philosophy. In order to do so, the analysis and discussion is focused on the 13th epistle of the *Moral Epistles (Epistulae Morales)*, in which the author displays a description of the disgraceful

life, that is lead by the one who is stricken by dread – a psychological phenomenon that, due to its consisting in one of the main passions, may incur into an impairment on man's value attribution skills (whether to himself, whether to what is external to him). On the other hand, and having in mind the written considerations, it is attempted to argue that it is specially the strength of soul of the wise man (*sapiens*) that seems to place him close to the stoic ideal of the tranquility of the soul (*tranquillitas animi*).

Keywords: Seneca; moral psychology; passions; happy life.

Recebido em 05 de março de 2015.

Aprovado em 18 de maio de 2015.

1 Introdução

O processo de investigação a que nos propomos ao buscar elucidar a relação entre a disposição de alma e a vida feliz contempla o imbricamento entre dois campos da atividade de pesquisa filosófica, a saber, a ética e a psicologia,¹ entendidas, neste sentido, como âmbitos prescritivos e descritivos, respectivamente. De fato, a compreensão do modo como um dado estado de alma – a partir da análise de sua descrição – pode conduzir a ações éticas que configurem o processo de alcance da vida feliz nos parece constituir uma espécie de investigação que relaciona, a um só tempo, os domínios da psicologia e da ética, tal

¹ Vale lembrar aqui, inicialmente, que a filosofia, para os estoicos, era constituída de três partes, a saber, a física, a ética e a lógica. E o estudo da noção de *psyché* ou *anima*, a qual certamente estava carregada de uma grande variedade de sentidos, estava incluído no domínio da física, já que poderia se referir, por exemplo, às funções vitais dos seres humanos, dos animais ou de Deus, enquanto princípio ativo do mundo. Como a natureza humana individual é parte da natureza universal, física e ética mostram-se irreversivelmente amalgamadas e, para uma vida ética, o estudo da física tornar-se-ia tarefa fundamental. Cf. Diógenes Laércio VII, 132, LS 43B; LS 45; LS 53. Para leitura e citação dos fragmentos dos antigos estoicos neste estudo, valemo-nos das edições de Arnim e Long e Sedley, as quais serão referidas, respectivamente, pelas siglas SVF e LS.

como entendidas pelos antigos.² Neste sentido, investigações desta ordem parecem pertencer a um domínio que tem sido chamado nos estudos recentes sobre o estoicismo de “psicologia moral”.

A fim de definir com mais propriedade o problema do qual nos ocuparemos no decorrer do presente estudo – bem como a área de investigação ao qual o mesmo pertence –, lembremos o esclarecimento de Sêneca a propósito da constituição da ética:

Ergo cum tripertita sit philosophia, moralem eius partem primum incipiamus disponere. Quam in tria rursus diuidi placuit, ut prima esset inspectio suum cuique distribuens et aestimans quanto quidque dignum sit, maxime utilis — quid enim est tam necessarium quam pretia rebus inponere? — secunda de impetu, de actionibus tertia. Primum enim est ut quanti quidque sit iudices, secundum ut impetum ad illa capias ordinatum temperatumque, tertium ut inter impetum tuum actionemque conueniat, ut in omnibus istis tibi ipse consentias. (Ep. LXXXIX, 14)³

Assim, procuraremos concentrar-nos na tarefa de esclarecer, no decorrer deste estudo, de que modo as tendências (*hormaí, impetus*) de cada um de nós – as quais são determinadas a partir do modo como atribuímos valores às coisas que nos são externas – podem revelar as constituições de nosso caráter e, conseqüentemente, nosso posicionamento diante da vida feliz (*uita beata*). Dito isto, assim procederemos: num

² Segundo Brennan, no que se refere à concepção antiga da relação entre psicologia e ética, “a psique humana que representa de modo perfeito pertence ao agente humano perfeitamente ético. Violações de padrões éticos refletem sempre lapsos na higiene psicológica”. Cf. BRENNAN, *apud* INWOOD, 2006, p. 287.

³ “Logo, sendo a filosofia tripartida, a primeira parte dela, a moral, comecemos a ordenar. Aproveite que fosse, de novo, dividida em três, de modo que a primeira parte consistisse no exame que atribui a cada coisa o devido e estima o quanto cada qual é valiosa – algo utilíssimo. O que, pois, é tão necessário quanto atribuir valor às coisas? A segunda trata dos impulsos, e a terceira, das ações. De fato, primeiro se dá que julgues o quanto cada coisa vale, em seguida, que tomes em relação a elas um impulso ordenado e moderado; em terceiro lugar, harmonizarem-se o teu impulso e a tua ação, de modo que estejas de acordo contigo mesmo em todas essas condições”. As traduções do latim para o português dos trechos das *Epistulae* citados no corpo do texto são de nossa autoria; exceções, se houver, serão expressamente indicadas.

primeiro momento, trataremos de explicitar a disposição do homem temeroso frente ao estado ideal ético estoico, valendo-nos, para tanto, das descrições apresentadas por nosso autor acerca dos fenômenos psíquicos relativos à paixão do temor. Compreendido o fenômeno do temor como responsável pela determinação da disposição perturbada e desgraçada do temeroso, e detalhados os principais aspectos desta paixão, delinearemos uma imagem – a de um jogo de opostos –: a vida atormentada do temeroso contrastada com a tranquilidade de vida do sábio. Então, considerações serão tecidas sobre a maneira como ambos, sábio e temeroso, reagem, cada um a seu modo, aos fenômenos externos. Por fim, retomaremos nossas reflexões, dando seguimento à nossa argumentação mais geral, a saber, aquela que busca relacionar a disposição de alma com a vida feliz.

2 A descrição do estado de alma do homem temeroso

Não obstante constar entre as primeiras das 124 *Epistulae*, a epístola XIII – para além da correspondência entre a temática ali abordada e o momento de tensão vivido por Sêneca nos últimos anos de sua vida, conforme já destacado por Pierre Grimal –⁴ nos oferece elementos capazes de suscitar relevantes questões acerca da polêmica relação entre a paixão do temor e a vida feliz: ora, é aí que Sêneca procura defender a ideia de que não se deve fugir nem temer o combate, porque temores e angústias são, muitas vezes, fruto de nossa opinião (*opinio*) e não da realidade (*Ep.* XIII, 4).

Embora, numa primeira leitura, a linguagem da qual Sêneca se vale possa nos parecer das mais simples e claras, muitos problemas se nos apresentam já num primeiro momento: que combate está aqui em questão? O que constituem então temores e angústias? De que modo os mesmos podem ser tomados como representações equivocadas?

⁴ GRIMAL, 1979, p. 232: “C’est dans cette volonté de refuser toute crainte, en même temps que dans l’acceptation de l’inévitable que réside en bonne partie le secret de la sérénité conquise par Sénèque. La lettre 13 est le commentaire de cette attitude, que Sénèque voulait exemplaire pour son ami. Il est bien probable que cette lettre n’est pas éloignée, dans le temps, des accusations portées par Romanus contre le philosophe. S’il en est bien ainsi, telles expressions prennent, sous la plume de Sénèque, une valeur singulièrement précise et émouvante”.

Uma análise mais detida da referida epístola pode servir para evidenciar que, num primeiro momento, Sêneca se ocupa em cunhar imagens para introduzir o problema de seu interesse: símiles sobre atletas e guerreiros sugerem que ambos necessitam de força e esforço para terem sucesso em seus combates. Trata-se, ao que parece, de combates travados contra a fortuna. A imagem ainda sugere que apenas o constante exercício da luta pode nos deixar prontos para combatermos bem:

Non potest athleta magnos spiritus ad certamen afferre qui numquam suggillatus est: ille qui sanguinem suum uidit, cuius dentes crepuere sub pugno, ille qui subplantatus ad uersarium toto tulit corpore nec proiecit animum proiectus, qui quotiens cecidit contumacior resurrexit, cum magna spe descendit ad pugnam. (Ep. XIII, 2)⁵

Ditas tais palavras, Sêneca passa então à introdução do problema, em seu âmbito conceitual: mais numerosos são os nossos temores que nossas aflições. O problema em questão, então, se desvela: é ético-psicológico. E o combate ao qual Sêneca faz alusão é, ao que nos parece, interior. A este respeito, há dois passos presentes na referida epístola, e que gostaríamos de analisar em conjunto:

Plura sunt, Lucili, quae nos terrent quam quae premunt, et saepius opinione quam re laboramus. (Ep. XIII, 4)⁶

Quaedam ergo nos magis torquent quam debent; quaedam ante torquent quam debent; quaedam torquent, cum omnino non debeant, Aut augemus dolorem aut praecipimus aut fingimus. (Ep. XIII, 5)⁷

⁵ “Não pode o atleta levar para a disputa um ânimo elevado, se nunca foi batido; aquele que viu seu sangue, cujos dentes se quebraram sob golpes, aquele que, derrubado, suportou com o corpo todo o peso do adversário e, abatido, não deixou abater seu ânimo, mas a cada golpe se reergueu com mais obstinação, com grande esperança se dirigiu à luta”.

⁶ “Mais numerosas são, Lucílio, as (coisas) que nos aterrorizam, do que as que nos abatem; e muitas vezes nos afligimos mais por conta da opinião do que pela realidade”.

⁷ “Certas coisas nos atormentam mais do que devem, outras nos atormentam antes do que devem, e outras nos atormentam, embora sem que de forma alguma o deversem. Ou aumentamos a dor, ou a antecipamos, ou a inventamos”.

Para além dos problemas relativos às múltiplas traduções possíveis para a rica linguagem senequiana – os quais não pretendemos tratar a fundo aqui – o que nos salta aos olhos numa primeira leitura é que os passos em questão se dirigem, ambos, ao fenómeno psíquico do temor. Se o primeiro passo se refere ao modo como nós, seres humanos adultos e racionais, interpretamos as causas de nossos temores, o segundo trata das características do estado de alma daqueles que se encontram tomados por estes temores. Uma leitura mais minuciosa poderia nos sugerir que os referidos passos parecem tratar de dois momentos psíquicos contínuos, embora distintos. Se nossa interpretação está correta, e a imagem de combate levantada por Sêneca no início da epístola pretende remeter à ideia de um combate interior, parece-nos, então, que o que está em jogo no primeiro passo é uma luta travada contra nossas tendências interiores de deixarmo-nos afetar de modo particular por coisas e eventos externos – vale salientar, a ênfase aqui recai antes sobre o *modo*, e não meramente sobre o fato de deixarmo-nos afetar. O segundo passo, ao que nos parece, contempla um segundo momento psicológico: trata-se, então, daquele que, já afetado, tendo o ânimo já dominado pelo temor, revela, em seu modo de agir, os traços da paixão-temor: o exagero, a antecipação, e a criação de novas causas de temores.

O homem temeroso, portanto, parece ser aquele que, além de tomar as coisas e eventos externos de modo exagerado, hipervalorizando-os, revela-se incapaz de situá-los no tempo, trazendo-os, vez ou outra, ao presente, antecipando, sentindo e ressentindo o sofrimento da angústia relativa a possíveis males futuros. Sêneca ainda nos fala de outro aspecto: a criação de causas de temor – causas estas, inexistentes. Como, esperemos, ficará mais claro adiante, a criação de causas de temor por parte da alma parece ser um aspecto convergente àquele que se refere ao exagero, uma vez que é a falta de medida que os caracteriza: os males inventados, por não encontrarem correspondência alguma com a realidade, podem facilmente ser aumentados e exagerados. A recíproca, entretanto, não parece ser verdadeira, já que nem sempre os temores exagerados serão oriundos de nossa imaginação. Por ora, parece-nos suficiente informar que Sêneca se ocupará do detalhamento destes aspectos no decorrer da epístola XIII, buscando argumentar, pela descrição, de que modo a vida do temeroso parece ser das mais infelizes: o homem angustiado e oprimido pelo temor de males futuros vive no mais completo estado de perturbação – *nulla autem causa uitae est, nullus miseriarum modus, si*

*timetur quantum potest.*⁸

3 O conceito de temor

A epístola XIII encontra-se carregada de termos relativos à paixão do temor; seja de modo implícito ou explícito na letra do texto. E se por um lado Sêneca não parece tão preocupado em oferecer a definição precisa do que seja o temor, a análise atenta de suas descrições da vida infeliz do temeroso aí presentes pode nos permitir uma tentativa de esboçar limites para o referido conceito.

Já no início da referida epístola, encontramos um passo em que nosso autor relaciona, a um só tempo, coisas que nos angustiam (*torquere*) – ou, em outras palavras, coisas que nos oprimem – a noções como exagero, antecipação e opinião. A passagem supracitada enfatiza, em seguida, a relação entre o temor e a angústia e a intuição da temporalidade – ênfase esta traduzida pelo conselho de Sêneca: *ne sis miser ante tempus.*⁹

Outra noção que se faz recorrente na epístola XIII é aquela referente à opinião (*opinio*), à infâmia (*infamis*) e à boataria (*fama*): tais termos encontrar-se-ão relacionados ao temor no sentido de que, muitas vezes, tombamos mais pelo que ouvimos, do que pelo que realmente nos acomete; não analisamos criticamente as causas de nossos temores e deitamos a correr, batendo em retirada, como soldados que fogem por causa da poeira levantada (*Ep.* XIII, 6-8).

Num outro momento, o temor, em sua perspectiva mais extrema, a do pânico (*lymphatici metus*), relacionar-se-á à loucura. Incapacitados de analisar as situações cuidadosamente, valendo-nos para tanto de nossa razão, beiramos a irracionalidade e, conseqüentemente, a loucura (*Ep.* XIII, 9). A epístola sugere ainda que o estado de alma ideal seria, ao contrário, o daquele que é capaz de sopesar as causas de seus temores, de submetê-las à razão e à medida (*Ep.* XIII, 13). Mesmo porque, do contrário, a vida seria uma desgraça infundável e sem sentido – viveríamos atormentados temendo tudo o que pudesse acontecer. Ora, o sentido da vida encontra-se exatamente no momento presente, o único capaz de nos oferecer possibilidades de agir e de reformar o nosso caráter. E é por isso

⁸ SÊNECA, *Ep.* XIII, 12: “Não há nenhum sentido para a vida e nenhum limite para nossa desgraça, se tememos tudo o que pode acontecer”.

⁹ SÊNECA, *Ep.* XIII, 4: “Não sejas infeliz antes do tempo!”

que a capacidade de intuir a temporalidade é convergente ao ideal ético estoico – é só assim que reivindicamos a nós mesmos.

Aqui, vale lembrar ainda a definição de Sêneca apresentada no passo 11 da epístola LXXXV, na qual o temor consta entre um dos maus impulsos, estando entre aqueles que, uma vez aceites na alma, tenderão à tirania, ganhando corpo e forças de acordo com causas externas:

Deinde, si das aliquid iuris tristitiae, timori, cupiditati, ceteris motibus pravis, non erunt in nostra potestate. Quare? quia extra nos sunt quibus inirantur; itaque crescent prout magnas habuerint minoresue causas quibus concitentur. (Ep. LXXXV, 11)¹⁰

Por ora, é possível esboçar, então, três aspectos característicos da paixão do temor, quais sejam, o da antecipação de males – haja vista que o temor atua tornando o homem desesperado antes do tempo –; o do exagero – na medida em que os temerosos revelam-se incapazes de analisar cuidadosamente a verdadeira extensão das causas de males vindouras –; e o da loucura – tendo em vista que, uma vez dominada pela paixão, a alma beira à irracionalidade, em absoluto conflito com sua própria natureza.

Neste sentido, vale dizer: do ponto de vista mais geral de sua definição, o temor, na perspectiva senequiana, enquanto mau impulso, é paixão – e, como tal, caracteriza-se por tomar exageradamente as causas de males, causando perturbações na alma e tornando malsão um estado que deveria estar em conformidade com sua natureza racional; também por isso, se levado a extremo, tenderá à loucura. Em seu aspecto mais específico, o temor nos revela um distúrbio de análise de causas de males futuras – e aquele que se encontra tomado por esta paixão tende a pressentir e ressentir males ainda não ocorridos.¹¹

¹⁰ “Então se tu concedes algum direito à melancolia, ao temor, ao desejo, aos demais maus impulsos, (os mesmos) não estarão sob nosso poder. Por quê? Porque é externo a nós aquilo com que são estimulados, e assim aumentarão mais ou menos, de acordo com as causas que os excitam”.

¹¹ Vale aqui lembrar que, para os antigos estoicos, as paixões constituíam impulsos que se excediam para além da natureza da alma, que é racional (SVF I 205). Crisipo teria sido o responsável por tornar ainda mais complexa esta problemática, oferecendo uma minuciosa classificação dos diferentes tipos de paixões: sendo as quatro principais paixões – o desejo, o temor, a dor e o prazer – marcados por sua relação com a

4 Aspectos das paixões: o caráter tirânico das paixões; a relação paixão – tempo

Retomando a definição de temor acima descrita, lembramos que, enquanto paixão, o temor é caracterizado pelos seguintes aspectos, segundo a perspectiva senequiana: o exagero, a antecipação de possíveis males futuros, a criação de novos males. Enquanto traços comuns a todas as paixões, destacamos o exagero e a criação de novos males; por outro lado, é a sua peculiar relação com o aspecto da temporalidade que lhe confere especificidade, diante das demais paixões.

Neste sentido, gostaríamos de tecer algumas considerações acerca do caráter tirânico das paixões para, por fim, discorrer acerca da relação existente entre paixão e temporalidade, tendo como pano de fundo a paixão do temor.

4.1 O caráter tirânico das paixões

Do ponto de vista geral de sua definição, o temor – assim como as demais paixões – representa um impulso exagerado ou, em outras palavras, um mau impulso (*Ep.* LXXXV, 11). Mas uma questão se coloca: em que medida um impulso, por ser exagerado, se caracteriza como indesejável, do ponto de vista valorativo?

Ora, não é difícil perceber que, dada a natureza da alma humana, a qual tem como elemento dominador o *hegemonikón* ou, em outras palavras, a razão, toda espécie de ato desmedido representaria um conflito interno, ou ainda, um desarranjo dentro de uma economia global que deveria orientar-se pelas medidas estabelecidas pela razão.¹²

temporalidade, o temor seria o impulso que é marcado pela antecipação de males futuros (SVF III 378, 394). Note-se, a este respeito, que a definição de temor esboçada por Sêneca não está muito distante daquela que formularam os antigos mestres da *Stoa*. Entretanto – e é o que aqui principalmente argumentamos –, é preciso ter em conta que para o autor romano este conceito terá importância fundamental no sentido de explicitar a relação entre disposição de alma e vida feliz. Ora, assim, como o temeroso é o desgraçado por excelência, o forte e corajoso, ao contrário, muito próximo estará do estado de *tranquillitas animi* – argumentação esta que, a nosso ver, é muito própria a Sêneca.

¹² Cabe aqui uma ressalva: embora o vocabulário estoico, na lide com o tema das paixões, pareça revelar uma ética orientada pela medida, é bastante importante ter em conta que apenas se atribui às paixões o excesso e o exagero no sentido de que as

Por outro lado – e ainda seguindo a metáfora da tirania – seria enorme descuido de nossa parte deixar de salientar a força que se traduz em violência,¹³ enquanto atributo das paixões, as quais, então, tendem a dominar a alma. É nessa medida que faz sentido retomar o principal argumento apresentado por Sêneca contra os peripatéticos, o qual se estende pelo *De Ira* e também pode ser encontrado, por exemplo, na epístola LXXXV: uma vez aceites, as paixões tenderão a dominar a alma, dificilmente podendo ser moderadas. Assim, mais fácil seria evitá-las que moderá-las.¹⁴ A razão – instância que marca o equilíbrio e a conformação do homem com o universo – muito provavelmente não será recobrada, dado o caráter violento e tirânico dos impulsos excessivos ditos paixões.

Enquanto fenômeno oriundo da má interpretação dos eventos externos da parte do homem – embora sua incidência seja de ordem interna – as paixões acarretarão novas más interpretações e, conseqüentemente, um estado ímpar de perturbação da alma. E, vale lembrar ainda que, como Sêneca bem nos adverte, uma vez tornados hábito, os impulsos exagerados configurarão vício.

4.2 As paixões e o tempo

Lembramos que, do ponto de vista específico de sua definição, a paixão do temor representa a antecipação de um mal futuro – e, aqui, é da questão relativa à temporalidade que gostaríamos de tratar. Antes de tudo, vale dizer que a problemática do tempo exerce, na ética senequiana, função de enorme relevância, e isso se traduz já na primeira das *Epistulae*, bem como em uma de suas obras mais popularescas, o *De*

mesmas representam impulsos que excedem os limites estabelecidos pela razão, traço mais importante de nossa natureza e que nos define enquanto homens. Não parece haver, em todo caso, uma concessão à *metriopátheia*, haja vista que as paixões, por sua própria natureza, não são passíveis de moderação.

¹³ Lembramos aqui, a título de ilustração da força oriunda das paixões, a figura da Medeia senequiana: *Nulla uis flammae tumidiue uenti/ tanta, nec teli metuenda torti,/ quanta cum coniunx uiduata taedis/ ardet et odit.* – “Nem a violência da chama nem a do vento intumescido nem a do dardo lançado ameaçadoramente é tão grande como quando uma esposa desapossada dos fachos nupciais se inflama e manifesta ódio”. (*Medeia* de Sêneca, v. 579-582 – trad. Ana Alexandra Alves de Sousa)

¹⁴ Veja-se a este respeito, por exemplo, o trecho que compreende os passos de 8 a 11, da epístola LXXXV.

Breuitate Vitae. Ao que nos parece, trata-se, como sói acontecer tantas vezes na obra senequiana, não de definir o que seja o tempo; trata-se, antes disso, de problematizar a intuição da temporalidade na vida humana. Importa saber como o homem intui o tempo, instância mediadora entre nossa vida interior e exterior. Vale ainda indicar, então, o melhor modo de intuí-lo porque, em certa medida, lidar bem com a temporalidade implica em levar uma vida tranquila, o que converge com a principal máxima estoica, aquela que se refere ao estado de imperturbabilidade. Situar corretamente eventos externos no tempo implica, ainda, em aceitá-los e, em certa medida, em harmonizar eventos interiores e exteriores. Aprender a lidar com o tempo, com a ideia processual que envolve vida e morte, coincide, em certa medida, com a reivindicação de si mesmo – trata-se, em outras palavras, da construção do eu e da fortaleza interior, imagem tão difundida entre os estoicos e não menos vívida nas obras de nosso autor.¹⁵

Parece-nos que há, para tratar da questão da experiência do tempo vivida pelo homem, ao menos duas perspectivas distintas em Sêneca. Uma delas diz respeito à *praemeditatio malorum*, uma prática de antecipação dos males, a qual é exercitada no intuito de que o homem se prepare, sempre, antes de enfrentá-los.¹⁶ A nosso ver, de um modo geral, estão aí em jogo práticas espirituais de preparação – espécies de exercícios ascéticos muito caros ao estoicismo, conforme tão bem explicitado por Hadot.¹⁷ E parece-nos que, nesse sentido, a *praemeditatio malorum* – dirigida ao futuro – reflete a valorização da antecipação dos males como forma de exercício interior. Assim, voltar-se para o passado também poderia render bons frutos, embora valha aqui salientar que apenas o sábio tem a capacidade de retomar o passado com segurança e maturidade, a fim de refletir sobre o que se passou – Gretchen Reydam-Schils inclusive salienta este aspecto na filosofia de Sêneca, a saber, o da valorização da reflexão acerca do passado e do futuro.¹⁸

¹⁵ Um exemplo de utilização da imagem da “muralha” interior pode ser encontrado em SÊNeca, *Ep.* XLIX, 7-10.

¹⁶ Lembramos, a este respeito, a meditação sobre a morte, tema tão recorrente em Sêneca (*Ep.* LXX, 18).

¹⁷ Com relação às considerações tecidas por Pierre Hadot a propósito dos exercícios espirituais estoicos, cf. HADOT, 1999, p. 201.

¹⁸ REYDAMS-SCHILS, 2005, p. 29-34.

Entretanto, estamos bastante convencidos de que há também, no estoicismo senequiano, outra perspectiva muito importante a respeito da experiência do tempo, a saber, a da valorização do momento presente. Trata-se, neste caso, de evitar o pressentimento de males futuros, uma vez que a antecipação do sofrimento – no caso da paixão do temor – reflete uma pré-ocupação do momento presente, o único que possibilita a iniciativa moral, com possíveis adversidades vindouras. Exemplos desta perspectiva podem ser encontrados, sobretudo, na epístola XIII. Embora não tratem especificamente de Sêneca, as abordagens de Goldschmidt¹⁹ e de Hadot²⁰ oferecem interessantes perspectivas acerca da importância do tempo presente no estoicismo – e, ainda que se mostrem divergentes em relação a aspectos importantes da argumentação estoica, parecem, ambas, dar-nos margem a uma interpretação que valorize o presente, conforme mencionado acima.

A intérprete Mireille Armisen-Marchetti²¹ procura resolver a aparente contradição entre estas duas perspectivas argumentando que o que Sêneca faz, na realidade, ao aconselhar a não antecipação dos males, nada mais é do que pôr em prática uma estratégia para lidar com

¹⁹ Goldschmidt esclarece que “Le propre de la passion est de nous asservir au temps irréel où le passé se survit pour communiquer son existence et son contenu au futur, et où il détruit le seul temps réel, le présent, c’est-à-dire le temps du salut, le seul où puisse se placer l’initiative morale”. (GOLDSCHMIDT, 1953, p. 193)

²⁰ Ao interpretar Marco Aurélio, Hadot tece interessantes considerações sobre a importância de se circunscrever o momento presente – ora, ao tentarmos compreender sua verdadeira natureza, vemos que os instantes são unidades inteiras, fracionadas. Esta perspectiva, do ponto de vista moral, poderia trazer-nos vários benefícios, uma vez que as dificuldades tornar-se-iam mais suportáveis (não precisamos nos desencorajar com representações globais de sofrimento por toda uma vida, haja vista que tratar-se-ia apenas de instantes); e, ademais, intensificaríamos nossa atenção com relação aos eventos que podem nos acometer – já que a vida urge e a hora da mudança é o agora. Apenas o presente está em nosso poder: “Notre vie réelle se limite à cette pointe minuscule qui nous met en contact, à chaque instant, activement ou passivement, par l’intermédiaire de l’événement présent ou de l’action présente, avec le mouvement général de l’univers”. (HADOT, 1992, p. 149) A divergência entre Hadot e Goldschmidt parece ser a de que, para este último o presente não teria realidade, ou apenas teria sua realidade conferida pelo agente moral. Parece ser esta a crítica formulada por Hadot frente à interpretação de Goldschmidt. De resto, as duas leituras são imprescindíveis para a formulação do problema em questão. (HADOT, 1992, p. 148-154)

²¹ ARMISEN-MARCHETTI, *apud* FITCH, 2008, p. 102-113.

o *proficiens* em linguagem menos dura que a estoica. Isto, porque apenas o *sapiens* estaria apto a praticar a *praemeditatio malorum*.

A hipótese supracitada nos parece, em todo caso, legítima. Entretanto, acreditamos que, mais uma vez e sobretudo no tocante a esta problemática, vale a tentativa de pensar a doutrina estoica como sistema, no intuito de articular a um só tempo física, ética e lógica.²² Nesse sentido, pensamos que uma outra interpretação mostrar-se-ia possível se levássemos em conta a influência do conceito de tempo cíclico na ética estoica –²³ hipótese esta complexa e que demandaria uma maior explicitação de detalhes. Fato é que outros trechos da obra senequiana²⁴ nos forneceria elementos para discutir a valorização do momento presente em sua ética. Nesse sentido, a *praemeditatio*, enquanto técnica imaginativa, não constituiria projeção no tempo ou pressentimento de males vindouros, mas estratégia racional de preparação e fortalecimento – a qual poderia consistir, ainda, em atribuir valores

²² Vale aqui, sem dúvida, citar mais uma vez Hadot: “O estoico tem consciência de estar a cada instante em contato com o universo inteiro. É que, em cada acontecimento presente, o universo inteiro está implicado (...) assim, a concentração do eu no presente e a dilatação do eu no cosmos realizam-se em um único instante”. (HADOT, 1992, p. 300-301)

²³ A este respeito, retomamos, aqui, as esclarecedoras palavras de Marco Aurélio: τούτων οὖν τῶν δύο αἰεὶ μεμνηῆσθαι· ἐνὸς μὲν, ὅτι πάντα ἐξ αἰδίου ὁμοειδῆ καὶ ἀνακυκλούμενα καὶ οὐδὲν διαφέρει, πότερον ἐν ἑκατὸν ἔτεσιν ἢ ἐν διακοσίοις ἢ ἐν τῷ ἀπειρῷ χρόνῳ τὰ αὐτὰ τις ὄψεται· ἑτέρου δέ, ὅτι καὶ ὀπολυχρονιώτατος καὶ ὁ τάχιστα τεθνηζόμενος τὸ ἴσον ἀποβάλλει. τὸ γὰρ παρὸν ἐστὶ μόνον οὐ στερίσκεσθαι μέλλει, εἴ περ γε ἔχει καὶ τοῦτο μόνον καὶ ὁ μὴ ἔχει τις οὐκ ἀποβάλλει – “Lembra-te, pois, sempre destas duas máximas: primeira, que tudo, desde todo o sempre, tem o mesmo aspecto e se renova em ciclos; nenhuma diferença faz verem-se os mesmos fatos por cem anos ou por duzentos, ou eternamente; segunda, que a perda é igual tanto para o de vida mais longa como para quem morre cedo, porquanto o *presente* é a única coisa de que será desapossado, pois só tem este e não perde o que não tem”. (MARCO AURÉLIO, *Meditações* II, 14 – trad. Jaime Bruna) Breve menção de Sêneca acerca da circularidade do tempo pode ser encontrada em *Ep.* XXXVI, 11.

²⁴ Lembramos, a título de exemplo, o trecho 7-9 da epístola V, no qual Sêneca valoriza a concentração psíquica no momento presente, alertando sobre os perigos da memória se vinculada à hesitação e à preocupação com expectativas futuras. Entretanto, outros trechos poderiam ser retomados, segundo este aspecto (cf., por exemplo, SÊNECA, *Ep.* I, 2).

corretos aos fenômenos futuros, valores segundo a razão, e não segundo as paixões. Por outro lado, a apreensão do presente e a reivindicação de si, são atos que possibilitam toda e qualquer reforma moral, inclusive aquelas, de âmbito preparatório. Dito isto, lembramos que o sábio é aquele que vive, psicologicamente, atento ao presente, extremamente concentrado em si mesmo e orientado para aproveitar ao máximo cada minuto de vida – porque sabe que a morte pode chegar a qualquer hora, e que o tempo de caminhar em direção à virtude é o agora (lembremos, aqui, do *De Breuitate Vitae*).

5 Considerações sobre a teoria estoica da ação

Antes de prosseguir com nossa estratégia de explicitar a figura do sábio a partir do delineamento do perfil do temeroso e da delimitação do conceito de temor, fazem-se necessárias algumas considerações. Pensamos que a problematização da questão das paixões ou de estados psíquicos que contemplem a mobilização da alma à ação deve levar em conta, ainda que sumariamente, alguns aspectos da teoria estoica da ação. Pensando o fenômeno da ação humana enquanto processo, retomamos os momentos psíquicos propostos por Sêneca como constituintes da ação: impressão (*phantasia/uisum*) – impulso (*hormél/impetus*) – assentimento (*synkatáthesis/assensus, aprobatio*), os quais são brevemente descritos por nosso autor na epístola CXIII, 18: *Omne rationale animal nihil agit nisi primum specie alicuius rei inritatum est, deinde impetum cepit, deinde adsensio confirmavit hunc impetum.*²⁵

Conforme argumentação desenvolvida nos primeiros passos do livro segundo do *De Ira*,²⁶ a impressão inicial é involuntária, podendo acometer qualquer um dos tipos humanos – seja o *stultus*, o *proficiens* ou o *sapiens*. Outra menção a esta mesma ideia pode ser encontrada na epístola LVII, 4:

Quaedam enim, mi Lucili, nulla effugere uirtus potest; admonet illam natura mortalitatis suae. Itaque et uultum adducet ad tristia et inhorrescet ad subita et caligabit, si

²⁵ SÊNECA, *Ep.* CXIII, 18: “Nenhum animal racional age a não ser que antes tenha sido incitado pela visão de alguma coisa; depois, tomado impulso, depois, confirmado o assentimento tal impulso”.

²⁶ SÊNECA, *Ir.* II, 3-4.

uastam altitudinem in crepidine eius constitutus despexerit: non est hoc timor, sed naturalis affectio inexpugnabilis rationi.(Ep.LVII, 4)²⁷

Assim, fica claro que o que diferencia substancialmente o *sapiens* do *stultus* é o modo como este interpreta o mundo que o circunda – ainda que acometidos por uma mesma impressão, os dois tipos de homem a tomarão de modos muito distintos.

Por estar em estado de harmonia com sua própria natureza, a qual é racional, o sábio se caracteriza por ser aquele que melhor representa o mundo ao seu redor. Ao deparar-se com possíveis males, sejam estes ou não de âmbito futuro, o sábio não tenderá a exagerá-los; nem a desestabilizá-los no tempo; nem mesmo criará outros tantos males inexistentes. Nesta medida, mesmo que haja adversidades vindouras – o que é certo, haja vista que sempre há de haver – o sábio não as interpretará tal qual o faz o temeroso, que as presente, sente, e ressentido, tornando sua vida desgraçada. Ora, uma vez que o temeroso é aquele que não consegue atribuir valores aos fenômenos mediante a medida da razão, quaisquer adversidades serão tomadas por ele como males. Dominado pelo temor, o temeroso criará maus juízos acerca de todas as coisas, tudo se lhe aparentando como mal, terrível, indizível e nefando. O temeroso representa, portanto, figura emblemática daquele que se encontra em conflito consigo mesmo e com o mundo que o circunda, julgando de modo desmedido e rejeitando a todo momento tudo o que pode lhe advir.

E é exatamente nesta medida que o temor e a coragem relacionam-se à vida feliz: ora, como o próprio Sêneca explica, não é possível ser feliz temendo a tudo, antecipando males futuros e negligenciando o momento presente, o único capaz de nos oferecer a possibilidade da iniciativa moral – para retomar, mais uma vez, a interpretação de Goldschmidt. E é neste sentido que Sêneca costuma nos advertir que uma existência de desconfiança frente a tudo não pode ser tranquila e feliz (Ep. LXXIV, 5).

²⁷ “De certas coisas, meu Lucílio, nenhuma virtude pode fugir; a natureza lembra-lhe a condição de sua mortalidade. E assim, não só contrairá alguém o rosto diante das coisas tristes, como tornará tremente diante do inesperado e enevoará se, estando num precipício, divisar-lhe abaixo a grande altura. Isso não é temor, mas uma afecção natural e inexpugnável à razão”.

6 A figura do sábio

Há, nestas considerações, dois aspectos que merecem maior atenção. Por um lado a capacidade do sábio de representar de modo saudável as coisas, interpretando tudo o que pode lhe advir como algo bom, pode sugerir que a ética estoica e de Sêneca seja intelectualista, uma vez que esta ação ética, de um modo geral, se baseia no equilíbrio do estado de alma do sábio – sempre em conformidade com sua natureza, parte do todo racional.²⁸ Entretanto, por outro lado, há aí um outro aspecto importante a ser destacado: o homem cuja alma foi acometida por uma impressão externa tem de dar ou não o seu assentimento, ele tem de querer interpretar as coisas de uma dada maneira.²⁹ Trata-se então, também, da vontade e do esforço.

Ora, numa medida, o que distingue essencialmente o estulto e o sábio com relação às adversidades vindouras é, sobretudo, o modo como as representam, isto já foi dito. O sábio, enquanto aquele que representa de modo saudável e avalia com medida, em inteira harmonia à sua natureza racional, constrói um estado de alma muito próximo do que

²⁸ Cf., a este respeito, as seguintes palavras de Sêneca, em *Sobre a vida feliz: Ratio uera sensibus irritata et capiens inde principia – nec enim habet aliud unde conetur aut unde ad uerum impetum capiat – in se reuertatur. Nam mundus quoque cuncta complectens rectorque uniuersi deus in exteriora quidem tendit, sed tamen introsum undique in se redit. Idem nostra mens faciat (...). Hoc modo una efficietur uis ac potestas concors sibi et ratio illa certa nascetur, non dissidens nec haesitans in opinionibus comprehensionibusque nec in persuasionibus, quae cum se disposuit et partibus suis consensit et, ut ita dicam, concinuit, summum bonum tetigit.* – “Que a razão busque as excitações dos sentidos e, escolhendo-as como ponto de partida – eis que não tem outro ponto de onde alçar vôo e lançar-se rumo à verdade –, ela volte a si mesma. Pois o mundo abrange tudo, e Deus, que rege o universo, tende também a ficar do lado de fora, mas, no entanto, de toda a parte, Ele volta para dentro de si mesmo. Que nossa alma faça o mesmo (...). Desse modo, realizar-se-á a unidade de sua natureza e a união de suas faculdades e nascerá uma razão segura de si, sem discrepâncias nem hesitação em suas opiniões e suas concepções e nem em suas convicções, razão essa que, quando se põe em ordem, coordena-se em todas as suas partes e, digamos assim, harmoniza-se, ela atinge o sumo bem”. (SÊNeca, *Vit.* VIII, 4-5 – trad. João Teodoro d’Olim Marote)

²⁹ Como contra-exemplo do sábio, temos Medeia, a qual dá o seu assentimento à paixão: *Leuis est dolor, qui capere consilium potest/ et clepere sese: magna non latitant mala./ libet ire contra.* – “Ligeira é a dor que consegue agir racionalmente e esconder-se em si. Os grandes males não ficam na sombra. *Quero atacar!*” (*Medeia* de Sêneca, v. 155-157 – trad. Ana Alexandra Alves de Sousa, grifo nosso)

Sêneca costuma tomar por *tranquillitas animi*.³⁰ Nesse sentido, sim, o traço que substancialmente os diferencia e os contrapõe é o modo como ambos lidam com a própria natureza racional; seja através do conflito, seja através da harmonia. E aqui vale lembrar a célebre máxima estoica: a felicidade consiste em viver segundo a natureza,³¹ a qual, em muitos aspectos, pode ser tomada como razão. Mas é importante ressaltar que o estado de harmonia é alcançado por um processo, no qual a instância da vontade assumirá papel de considerável importância. Não se adquire a capacidade de julgar de acordo com a razão sem um indizível esforço. Lembramos, a este respeito, as palavras do próprio Sêneca: *Instemus itaque et perseueremus; plus quam profligauimus restat, sed magna pars est profectus uelle proficere. Huius rei conscius mihi sum: uolo et mente tota uolo*.³²

³⁰ SÊNECA, *Ep.* LXXV, 18: *Expectant nos, <si> ex hac aliquando faece in illud euadimus sublime et excelsum, tranquillitas animi et expulsis erroribus absoluta libertas. Quaeris quae sit ista? Non homines timere, non deos; nec turpia uelle nec nimia; in se ipsum habere maximam potestatem: inaestimabile bonum est suum fieri.* – “Se um dia sairmos deste mundo de lama para as regiões sublimes e superiores teremos à nossa espera a *tranquilidade da alma* e, eliminadas todas as causas do erro, obteremos a liberdade absoluta. Queres saber em que consiste a liberdade? Em não temermos nem os homens nem os deuses; em não desejarmos nada que seja imoral ou excessivo; em termos o maior domínio sobre nós próprios: sermos donos de nós mesmos é um bem inestimável!” (trad. Segurado e Campos)

³¹ Os antigos estoicos parecem estar de acordo com Zenão, para quem τέλος [εἶπε] τὸ ὁμολογουμένως τῇ φύσει ζῆν, ὅπερ ἐστὶ κατ’ ἀρετὴν ζῆν· ἄγει γὰρ πρὸς ταύτην ἡμᾶς ἡ φύσις – “il fine è vivere in modo coerente con la natura, ossia vivere secondo virtù: infatti la natura ci conduce alla virtù” Diog. Laërt. VII 87 [SVFI, 179]. De modo semelhante, Sêneca definirá: *Nempe propositum nostrum est secundum naturam uiuere.* – “Decerto, nosso propósito é viver conforme a natureza” (*Ep.* V, 4). A referida tradução do excerto de Diógenes Laércio do grego para o italiano é de autoria Roberto Radice, excerto este que faz parte da célebre compilação de fragmentos dos antigos estoicos estabelecida por Hans von Arnim.

³² SÊNECA, *Ep.* LXXI, 36: “Desse modo, insistamos e perseveremos: resta mais do que já abatemos, mas grande parte do progresso é querer progredir. De uma coisa sou para mim consciente: quero e quero com toda a alma”.

E é com a tensão da alma, como bem o salientaram Voelke³³ e Bovis,³⁴ que o homem – outrora preso de paixões – pode libertar-se do exagero e da loucura, para reivindicar-se a si mesmo. Reivindicando-se a si mesmo, tomará sua relação com o mundo com outros olhos – o que antes eram males insuportáveis, tornam-se adversidades inerentes à vida humana. Autores como Motto (2001, p. 45-53) enfatizaram, inclusive, o aspecto paradoxal do pensamento senequiano, para quem a adversidade parece ser, muitas vezes, preferível à boa fortuna, uma vez que é aquela que contribuirá para o fortalecimento da alma. Ora, ainda que sumariamente, caberia aqui uma menção aos indiferentes: se, por um lado, numa escala de valores que contemple categorias como o bem, o mal e os indiferentes, uma vida atribulada constituiria, sem dúvida, um dos indiferentes não preferíveis, vale lembrar que, se tomada numa dada perspectiva, as adversidades – ou, nas palavras de Sêneca, o combate – contemplariam a melhor oportunidade para o exercício da reivindicação do homem de si mesmo, *i.e.*, de seu exercício de aperfeiçoamento interior.

E é nesta direção que trilhamos até aqui, uma vez que nossa argumentação se constrói, num âmbito mais geral, através da tentativa da explicitação da relação entre a disposição de alma e a proximidade ou distância da vida feliz – e aqui, vale dizer, entre a força de alma ou coragem e a vida feliz –, segundo a perspectiva senequiana. Ora, se de fato, como nosso autor argumenta, o temeroso se caracteriza por ser aquele que torna a própria vida desgraçada, sobretudo pelo modo como toma o mundo que o cerca; o corajoso e forte, ao contrário, “não interpreta tudo da pior maneira”,³⁵ mas vê a tudo com bons olhos, revelando uma impressionante harmonia entre o seu estado interior e o mundo que o cerca. Nesta medida, adversidades nada mais são que eventos inerentes à vida humana, os quais contribuem para o nosso fortalecimento.

Que o ideal ético estoico esteja contemplado na figura do sábio que representa um homem que atualizou plenamente as potencialidades

³³ VOELKE, 1973, p. 169-170: “Fixer un but à son vouloir ne suffit pas, il faut encore persévérer (...). Dans cette conception, la volonté se manifeste comme une force”.

³⁴ BOVIS, 1948, p. 76-80. Bovis enfatiza a impossibilidade de reduzir a moralidade à razão: ora, se o processo de aperfeiçoamento fosse só uma questão de compreensão, por que razão o homem teria tanta necessidade de exercitar-se? A referida questão tange, também, a esfera da vontade, portanto.

³⁵ SÊNECA, *Ep.* LXXXI, 25: *Non uertit omnia in peius.*

de seres humanos adultos racionais, não há dúvida. De fato, o sábio será, por excelência, o racional. Que a instância da vontade ganhe corpo e relevância em meio a este processo, também nos parece claro – embora valha salientar que esta temática merece novas investigações, tal qual o excelente trabalho empreendido por Inwood.³⁶ Contudo, não devemos nos esquecer – vale aqui lembrar mais uma vez – de que a problemática das paixões, e não só na tradição estoica, mas, ainda, em Sêneca, é muito mais rica e complexa do que parece e que o sábio, certamente, não seria um homem apático, tal qual o entendemos hoje ao utilizarmos o adjetivo ‘estoico’. Ora, se por um lado Sêneca parece não ter discorrido suficientemente acerca da doutrina das *eupatheíai*, por outro, torna-se nítido que, em sua obra, o conceito de vida feliz incluiria, certamente, a serenidade, a alegria e as verdadeiras amizades.³⁷ Acerca desta problemática, retomamos o esclarecimento prestado por nosso autor no primeiro passo da epístola CXVI:

*Nam cum tibi cupere interdixero, uelle permittam, ut eadem illa intrepidus facias, ut certiore consilio, ut uoluptates ipsas magis sentias: quidni ad te magis peruenturae sint si illis imperabis quam si seruies? (Ep. CXVI, 1)*³⁸

Nesse sentido, vale lembrar que, embora a referida problemática atinja proporções que ultrapassem os limites de nossos modestos objetivos para o presente estudo, fica claro que, mesmo manifestando-se contrário às paixões e preocupado com o perigo de as mesmas, se configuradas

³⁶ Referimo-nos aqui ao artigo “The will in Seneca The Younger”, o qual pode ser encontrado *apud* INWOOD, 2005, p. 132-156.

³⁷ Se Sêneca e os estoicos, de um modo geral, rejeitam a *metriopátheia* dos peripatéticos, não se pode daí deduzir que eles prescreviam uma vida inteiramente sem emoções. A este respeito, lembramos a excelente observação de Lévy: “Entre le plaisir et l’amitié tels que le vit le *stultus* e tels qu’ils sont vécus par le sage, il n’y a pas véritablement rupture, car le stoïcisme répugne à la rupture, mais une mutation qualitative profonde. La sagesse ne change pas nécessairement les formes que prennent ces expériences humaines, mais la *manière*, l’*esprit* dans lesquels elles sont vécues”. (LÉVY, 2012/2013, p. 123 – grifo nosso)

³⁸ “Na verdade, quando a ti proibir o desejar, permitirei o querer, a fim de que faças as mesmas coisas sem temor, a fim de que com mais propriedade deliberes, a fim de que sintas melhor os próprios prazeres: por que tais coisas não te chegariam mais facilmente, se a elas dominares, do que se lhes servires de escravo?”

em vício, tiranizarem a alma, Sêneca não parece pretender descartar da vida espiritual as boas emoções.³⁹

7 Considerações finais

Assim, é chegado o momento de retomar algumas considerações, a fim de pôr termo ao presente estudo. A este respeito, vale lembrar que nosso propósito fundamental aqui era o de explicitar, a partir da descrição empreendida por Sêneca na epístola XIII, o perfil psicológico do homem temeroso. Partindo da referida descrição, buscamos delimitar o conceito de temor, com o que nos deparamos com a definição de uma paixão, enquanto impulso exagerado, direcionada à antecipação de males futuros. Detalhada esta paixão, passando por seus aspectos, faltava-nos explicitar, enquanto oposta à figura do estulto, aquela relativa ao sábio, a fim de postular, então, o critério que os diferenciava no modo de agir e que os configurava como próximos ou não da vida feliz. Neste sentido, o sábio nos apareceu como aquele que, por estar em arranjo com sua própria natureza, a qual é racional, vive em estado de tranquilidade, nutrido de força e coragem diante de adversidades inerentes à condição humana. Sem definir o critério de distinção da postura do sábio e do estulto apenas como o da racionalidade, em sentido estrito, retomamos a importância da instância da vontade no processo de aperfeiçoamento – tentando nos distanciar, assim, de uma interpretação meramente intelectualista da ética estoica de Sêneca. Procuramos ainda, nesta direção, defender também a tese de que o sábio estoico, embora excelente no cumprimento de sua função racional, não seria, absolutamente, um homem de caráter apático e frio, distante das experiências humanas, podendo, assim, mostrar-se ainda repleto de boas emoções. Em todo caso, e atendo-nos ao nosso principal objetivo aqui, esperamos ter tido sucesso em explicitar, então, que o homem temeroso é aquele que, por conta de seu estado de perturbação interno, mais distante se encontra da vida feliz – esta entendida enquanto uma vida transcorrida com tranquilidade da alma, oriunda do fortalecimento do eu e da concentração no momento presente.

³⁹ A alegria, oriunda do alcance da virtude, é de âmbito interior ao homem e, por isso, perene – ao contrário do mero contentamento, proveniente de fatores externos. (SÊNECA, *Ep.* LIX, 14-18)

Referências

- ARNIM, H. *Stoici antichi, tutti i frammenti*. Trad. Roberto Radice. Milano: Bompiani, 2002.
- BOVIS, A. *La sagesse de Sénèque*. Paris: Aubier, 1948.
- FITCH, J. (org.). *Oxford readings in classical studies: Seneca*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2008.
- GOLDSCHMIDT, V. *Le système stoïcien et l'idée de temps*. Paris: J. Vrin, 1953.
- GRIMAL, P. *Sénèque ou la conscience de l'empire*. Paris: Les Belles Lettres, 1979.
- HADOT, P. *La citadelle intérieure: introduction aux Pensées de Marc Aurèle*. Paris: Fayard, 1992.
- HADOT, P. *O que é a filosofia antiga?* Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 1999.
- INWOOD, B. (org.). *Os estoicos*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Odysseus, 2006.
- INWOOD, B. *Reading Seneca: stoic philosophy at Rome*. New York: Oxford University Press, 2005.
- LÉVY, C. Plaisir et amitié dans les Lettres à Lucilius. Ítaca: *Quaderns Catalans de Cultura Clàssica*, Barcelona, n. 28-29, p. 119-131, 2012/2013.
- LONG, A.; SEDLEY, D. *Les philosophes hellénistiques: vol. 2 - les stoïciens*. Trad. Jacques Brunschwig et Pierre Pellegrin. Paris: Flammarion, 2001.
- MARCO AURÉLIO. *Meditações*. Trad. Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1964.
- MOTTO, L. *Further essays on Seneca*. Frankfurt/New York: Peter Lang, 2001.
- REYDAMS-SCHILS, G. *The Roman Stoics: self, responsibility and affection*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- SENECA. *Ad Lucilium epistulae morales*. With an English translation by Richard Gummere. Cambridge, Mass./London: Harvard University Press, 1989 (3 vols.).

SÉNECA. *Cartas a Lucílio*. Trad. J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

SÉNECA. *Medeia*. Trad. Ana Alexandra Alves de Sousa. São Paulo: Annablume Clássica, 2012.

SENECA. *Moral Essays*. With an English translation by John W. Basore. London: Heinemann, 1932/1935 (3 vols., vol. II-III).

SENECA. *Sobre a vida feliz*. Trad. João Teodoro d'Olim Marote. São Paulo: Nova Alexandria, 2005.

SÉNÈQUE. *Lettres a Lucilius*. Trad. Henri Noblot. Paris: Les Belles Lettres, 1947/1969.

USENER, H. *Epicurea*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

VOELKE, A.-J. *L'idée de volonté dans le stoïcisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1973.

Ecoss da *Eneida* de Virgílio, e do herói antigo, em *O fiel e a pedra* de Osman Lins

Echoes from Virgil's "Aeneid" and from the ancient hero in Osman Lins's "O fiel e a pedra"

Matheus Trevizam

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
matheustrevizam2000@yahoo.com.br

Resumo: Neste artigo, propomos buscar alguns elementos de coincidência entre a trama do romance *O fiel e a pedra*, do escritor brasileiro Osman Lins, e a *Eneida* de Virgílio, que o primeiro decerto considerou como um modelo. Além disso, explicamos na sequência em que medida o protagonista de *O fiel e a pedra* se aproxima ou afasta do paradigma do herói presente na épica de Virgílio. Dessa maneira, esperamos explicar por que esse romance moderno foi definido como uma espécie de alusão à *Eneida*,¹ a despeito das diferenças genéricas, culturais, cronológicas e espaciais aqui envolvidas.

Palavras-chave: Virgílio; Osman Lins; épica; modelo; herói.

¹ MOISÉS, 2011, p. 19: “A alusão constitui expediente formal de remota origem e pode ser encontrada praticamente em todos os tempos. (...) Camões, ao exortar que ‘Cessem do sábio Grego e do Troiano/ As navegações grandes que fizeram’ (c. I, est. 3), alude a Odisseu e Eneias. Exemplo moderno é-nos dado por Osman Lins, ao transpor para o sertão pernambucano, em *O fiel e a pedra* (1961), a *Eneida*, de Virgílio”.

Abstract: In this paper we propose to search for some coincidental elements between the plot of *O fiel e a pedra*, novel written by the Brazilian writer Osman Lins, and the plot of Virgil's *Aeneid*, which the first author has considered as a model. Furthermore, in the course of our explanation, we try to explain to what extent the protagonist of *O fiel e a pedra* reflects the heroic paradigm found in Virgil's epic poem. Thus, we hope to explain why this novel has been defined as a kind of allusion to the *Aeneid*, despite of the generic, cultural, chronological and spatial differences here concerned.

Keywords: Virgil; Osman Lins; epic poetry; model; hero.

Recebido em 30 de março de 2015.

Aprovado em 25 de junho de 2015.

1 Introdução e proposição de paralelos aproximados entre elementos da trama da *Eneida* virgílica e de *O fiel e a pedra*

No romance *O fiel e a pedra*,² de Osman Lins, surgem várias reminiscências que nos permitem buscar analogias entre ele e a épica clássica, em especial a *Eneida* de Virgílio. Nosso objetivo, neste artigo, será apontar os principais elementos da intriga do romance que mantêm pontos de contato com a *Eneida*, bem como comentar aspectos da caracterização do protagonista, Bernardo, à luz de comparações com a personagem heroica de Eneias.

De início, não será vão lembrar alguns traços constitutivos da tessitura romanesca de *O fiel e a pedra*: o livro focaliza-se na história de Bernardo Vieira Cedro, personagem de um pai de família na iminência de completar 40 anos. A trama se passa, especialmente, na zona rural ou semiurbanizada das imediações de Vitória do Santo Antão, povoado que se situa no estado de Pernambuco, em plena zona semiárida brasileira. Temporalmente, o entorno cronológico essencial cobre algum momento da década de 30 do século XX, mas com remissões a um passado mais

² O ano original de publicação do livro foi 1961 [MOISÉS, 2007 (1974), p. 381: “Com efeito, a década de 60, nada pobre em romances de superior qualidade, decerto ficará assinalada, dentre outros, por *O fiel e a pedra*”].

remoto, pois, no capítulo segundo, emergem lembranças da infância e juventude de Bernardo como um dos filhos do casal formado pelo “Velho Cedro” e por Lucinda (LINS, 2007, p. 20).

Bernardo nascera, como o irmão – Caetaninho –, em meio a uma existência de certa fartura material, propiciada pelo caráter pródigo do pai (LINS, 2007, p. 20). Depois da morte desse, Caetaninho se apossa de parte dos bens familiares e segue para a construção independente da própria vida (LINS, 2007, p. 22). Frequentavam o sítio da família Cedro, naqueles tempos, os irmãos Álvaro e Teresa, a futura esposa de Bernardo, os quais, por sua vez, eram filhos de Suzana. Álvaro, talvez levado por seu caráter impressionável, veio a apaixonar-se e casar-se por impulso com Cissone, moça “mais velha do que ele, sem família e sem bens, ociosa a seu modo, cheia de manias infantis, que ignorava onde assistiam os pais e nem mesmo sabia se ainda estavam vivos” (LINS, 2007, p. 28 – tratava-se, talvez, de uma filha bastarda do “Velho Cedro”). Dessa união, nasceria Ascânio, único sobrinho de Bernardo e Teresa, deixado órfão, pela morte da mãe, com a idade de três semanas; pela morte do pai, um pouco mais tarde (LINS, 2007, p. 28).

O começo efetivo da história nos mostra o casal Bernardo e Teresa às voltas com as dores da perda de um filho pequeno, chamado José, e da grande pobreza material em que se encontravam, diante dos olhos recriminadores da velha Suzana, a qual jamais desejara o matrimônio de nenhum de seus filhos (LINS, 2007, p. 29). Importa explicar que a pobreza a que aludimos tivera, já, raízes no caráter anormalmente obstinado e ético de Bernardo, pois esse decidira-se por deixar um seguro emprego de funcionário do Posto Fiscal, em Vitória do Santo Antão, para não compactuar com as muitas desonestidades que via em seus colegas e superiores:

– Desafiar um homem na hora em que ele sobe, senhor!
O Posto Fiscal não é propriedade de Agripa Coutinho.
Não é propriedade do prefeito. Não me responda agora,
deixe-me falar. Você fez como poucos, entende? Você, a
bem dizer, não era nada; e mandou para o diabo segurança
e acomodação. (LINS, 2007, p. 45)

O “dono” da fala cujo trecho transcrevemos é Miguel Benício, homem mais experiente, rico comerciante e dono de terras naquela localidade pernambucana. Bastante comovido com a má situação do

honesto Bernardo, ele se decide por ajudá-lo a, de novo, firmar-se na vida em companhia da esposa. O meio encontrado para isso, a saber, foi encarregar Bernardo de assumir a tarefa de vendeiro no Surrão, antigo engenho de fogo-morto que possuía a alguma distância da cidade. Ali, inclusive, o herói poderia criar seus animais, eventualmente plantar sua roça e, aos poucos, reconquistar o equilíbrio perdido um dia.

Depois de o casal ter aceitado a oferta de Miguel Benício, trasladam-se para o barracão da propriedade rural citada, lugar em tudo marcado por grande rudeza e despojamento, mesmo em seus habitantes prévios, como o vigia Xenofonte, Cizilão e sua companheira – Maria Genuína –, Precipício e Tiago (LINS, 2007, p. 59). Para o Surrão também se muda Antônio Chá, antigo companheiro de viagens de Bernardo da época que ele se dedicava a isso que era uma de suas maiores alegrias; deve-se acrescentar que essa figura de amigo seria de grande valia para o apoio e a segurança do casal nos ermos daquele engenho abandonado...

As dificuldades de Bernardo começam quando Miguel Benício morre em circunstâncias misteriosas,³ depois de passar falsamente seus muitos bens ao nome de Nestor Benício, seu irmão, para livrá-los no divórcio da posse de Creusa, a esposa adúltera do romance. Então, vindo a aumentar aos poucos os conflitos e desconfianças entre o herói e aquele que passaria a ser seu grande antagonista em *O fiel e a pedra*,⁴ ocorre no desfecho da história o enfrentamento de vida e morte entre Bernardo e Nestor, o qual resulta na salvação do primeiro e na morte do segundo.

Pela breve descrição que fizemos de *O fiel e a pedra*, pode-se notar que as semelhanças, sobretudo, com a trama da *Eneida*, de Virgílio, não são tão óbvias neste caso de cotejo: a título de uma sumária recapitulação,

³ LINS, 2007, p. 120: “Bernardo agora tinha a impressão – obscura e forte – de ser como que uma sobrevivência dele. Único a pressentir a verdade, que adivinhara desde o dia em que vira Nestor ante o irmão e à qual todos pareciam cegos. Pressentia a verdade e ninguém, senão ele, podia proclamá-la. Olhou para Nestor Benício, duramente: – ‘Isso foi crime’”.

⁴ O desonesto Nestor, depois de “apossar-se” da maior parte das terras e negócios de Miguel com a morte dele, objetivava também tomar para si todas as muitas cabeças de gado abrigadas no Surrão; tendo-o impedido Bernardo por saber que não lhe pertenciam, instaura-se em declarado o embate, inclusive ético, entre os dois (LINS, 2007, p. 129-130). Com o passar do tempo, ainda, Nestor passa a pressionar Bernardo com a cobrança exorbitante de aluguéis indevidos por residir no barracão do engenho, algo que seu irmão jamais fizera em vida (LINS, 2007, p. 183-184).

o assunto desse poema antigo eram os eventos atinentes à fuga de Eneias de Troia, depois da destruição da cidade pelos gregos, com alguns companheiros, a fim de fundar as bases de Roma na Itália. De acordo com uma conhecida proposição da crítica (VASCONCELLOS, 2014, p. 84-85), divide-se aproximadamente a *Eneida* em duas partes,⁵ uma *Odisseia* e uma *Iliada*, correspondendo a primeira ao périplo aventureiro do herói com sua frota até chegar à Itália (cantos I a VI); a segunda, aos sangrentos combates de Eneias contra os rútuos e latinos de Turno, seu rival pela obtenção da mão da princesa Lavínia e o trono (cantos VII a XII). O próprio Osman Lins, no entanto, “semeia” ao longo do romance vários indícios de que deseja propor algum diálogo intertextual entre a epopeia romana e esta sua obra, surgida em pleno período moderno da Literatura brasileira.

Primeiramente, lembramos os dizeres da epígrafe de *O fel e a pedra*, os quais incluem a seguinte quadra de origem popular: “Agora conto a história/ de um macho de coragem,/ valente sem pabulagem/ e natural da Vitória”. Ora, trata-se de clara remissão à prática épica da *propositio* do assunto guerreiro, como ocorre, por exemplo, na *Eneida* virgiliana:

⁵ Tal divisão remonta, na verdade, pelo menos a Macróbio (*Sat.* V, 2, 6) e ao comentador do séc. IV d.C., Mário Sêrvio Honorato (*ad Aen.* VII, 1), tendo recebido acolhida, por vezes, não tão pacífica entre todos os latinistas modernos. Assim, Francis Cairns (1989, p. 178) posiciona-se pela prevalência da *Odisseia* como o modelo básico de Virgílio ao longo de toda a *Eneida*, e aponta a existência de elementos iliádicos mesmo na parte “odisseica” da epopeia, o que limitaria a bipolarização absoluta do poema latino em seu contato intertextual com Homero; além disso, Homero sequer constitui o único modelo grego incorporado à tessitura da *Eneida*, pois inclusive se atesta, em passagens dessa obra, a nítida influência de Apolônio de Rodes (CAIRNS, 1989, p. 179, *apud* ASSUNÇÃO, 2012, p. 71-72). Sem o rechaço absoluto a todas as colocações de Cairns a esse respeito e tendo em vista, sobretudo, o emprego minimamente funcional da antiga tese sobre a bipartição da *Eneida*, remetemo-nos, porém, à obra de Vasconcellos (2001), na qual o crítico a defende com argumentos que consideramos de valor. Entre esses, poder-se-iam citar a disjunção entre elementos odisseicos e iliádicos, já, desde a *propositio* da *Eneida* (VASCONCELLOS, 2001, p. 127-128) e o fato de que, ao contrário do encontrado na trama da *Odisseia*, o verdadeiro herói virgiliano corresponde não a uma figura particularizada, mas a uma espécie de “encarnação” da coletividade romana (VASCONCELLOS, 2001, p. 117-123 e p. 125-128).

*Arma uirumque cano, Troiae qui primus ab oris
 Italiam, Fato profugus, Lauiniaque uenit
 litora, multum ille et terris iactatus et alto
 ui superum saeuae memorem Iunonis ob iram,
 multa quoque et bello passus, dum conderet urbem 5
 inferretque deos Latio, genus unde Latinum
 Albanique patres, atque altae moenia Romae.⁶*

Também em uma questão como a da onomástica de algumas personagens permanecem os elos, ao menos parciais, com o imaginário virgiliano da *Eneida*: segundo dissemos, o sobrinho de Bernardo e Teresa, em *O fiel e a pedra*, chama-se Ascânio, nome que se alterna com “Iulo” naquela epopeia latina para designar o filho de Eneias e de Creúsa. Por sua vez, a esposa adúltera de Miguel Benício, contra a qual ele arma o ardil de passar falsamente os seus bens ao nome de Nestor Benício ao pressentir a iminência da própria morte, a fim de salvaguardar o patrimônio dos filhos ainda menores, recebe na trama romanesca moderna o nome de “Creusa”. Como se vê, trata-se de aproximações *parciais*, pois Osman Lins, ao dialogar com o legado de Virgílio, não força artificialmente as analogias (FRITOLI, 2005, p. 133): assim, muda-se o tipo do parentesco entre Ascânio e o protagonista quando pensamos em Virgílio e Osman Lins em conjunto e a personagem da esposa fiel e dedicada da *Eneida*, primeira consorte de Eneias no poema latino, cede lugar à volúvel Creusa da obra moderna.

Outro pormenor das narrativas de uma e de outra obra postas em paralelo também nos permite aventar a hipótese de que Osman Lins esteja, mais uma vez, convidando o leitor à recordação intertextual de algo outrora mencionado por Virgílio. Ora, os leitores desse poeta antigo estão lembrados de que alguns pressentimentos pareciam prever o belicoso banho de sangue em que se transformou a estada de Eneias e seus companheiros troianos na Itália. Mas, logo ao apresentar-se como

⁶ VIRGÍLIO, *Eneida* I, 1-7: “As armas canto e o varão que, fugindo das plagas de Troia/ por injunções do Destino, instalou-se na Itália primeiro/ e de Lavínio nas praias. A impulso dos deuses por muito/ tempo nos mares e em terras vagou sob as iras de Juno./ guerras sem fim sustentou para as bases lançar da cidade/ e ao Lácio os deuses trazer – o começo da gente latina./ dos pais albanos primevos e os muros de Roma altanados”. (trad. Carlos Alberto Nunes)

forasteiro ao rei Latino, pai de Lavínia, com quem deveria casar-se, Eneias é bem recebido por aquele que reconhecia nele o genro a si destinado pelo *fatum*, em detrimento do itálico Turno (*Eneida* VII, 255-258). Apenas pelas intrigas de Juno, eterna inimiga dos romanos, a qual insufla o ódio nos corações desse rival e da rainha Amata, mãe de Lavínia, começam a fermentar as condições indispensáveis para a guerra, em uma sequência irreversível de afrontas e tentativas de reparo pela vingança.

Assim, um dos ardis de que se valeu a deusa foi fazer com que a Fúria Alecto levasse “os cães de Iulo a caçar um cervo, animal de estimação de Sílvia, filha do responsável pelos rebanhos do reino (de Latino)” (VASCONCELLOS, 2014, p. 64). A triste morte do cervo, na verdade, acabou por representar, na *Eneida*, o estopim para a deflagração da guerra entre os troianos e os locais (VIRGÍLIO, *Eneida* VII, 481 *et seq.*). Ora, em *O fiel e a pedra*, tem-se na misteriosa morte de um bezerro de estimação de Teresa, a esposa de Bernardo, mais um agravante para a piora das relações entre o herói e os suspeitos habitantes do engenho, que não passavam, no final das contas, de homens a serviço de seu inimigo, Nestor Benício:

Teresa veio, com a mão esquerda apertou o braço esquerdo do esposo e durante alguns segundos ninguém se moveu. “– Veja a desgraça que fizeram, minha velha”. O ubre cheio, alheia ao tumulto do garrote e da novilha, a vaca lambia o filho morto, certamente julgava-o adormecido. “Ele não vem mais soprar na minha mão” – pensou Teresa. “Por que fazem isso, por que essa perseguição?” (LINS, 2007, p. 245)

Ainda de acordo com o procedimento de Osman Lins de não portar-se, em tudo, coincidentemente com Virgílio, nota-se que, no contexto do romance moderno, os ofendidos com a morte de um animal de estimação – que é, enfim, não um cervo das matas, mas um simples bezerro nascido em um curral de engenho! – correspondem aos “estranhos” Bernardo e Teresa, não aos primeiros habitantes ou ao dono do Surrão. Outro importante elemento de ligação entre os procedimentos encontráveis na trama de *O fiel e a pedra* e aqueles da *Eneida* diz respeito à aparição de entes “sobrenaturais”, sejam eles deuses ou fantasmas, em meio ao mundo humano.

Um estranho episódio vivenciado por Ascânio no romance moderno, assim, conta-nos como, tendo o menino pressentido a presença noturna de alguém no quarto ao lado do seu, que se separava dele por uma divisória de vidro, veio a descobrir tratar-se de ninguém menos que sua mãe morta, a bastarda Cissone.⁷ Ora, no canto II da *Eneida*, como se lembram os leitores de Virgílio, a mãe do “original” Ascânio, Creúsa, também aparece fantasmagoricamente a Eneias quando ele retorna a Troia já incendiada pelos gregos, depois de ter retirado dali o filho, o pai – Anquises – e as imagens dos deuses pátrios e notar que desconhecia o paradeiro da esposa extraviada. A fala tranquilizadora de Creúsa, nesse momento, é a de uma morta conformada com seu destino e que sabe que o marido deve deixar seu passado troiano para trás, rumo ao Ocidente e até às bodas com uma estrangeira, a princesa itálica Lavínia (*Eneida* II, 771-789).

Outra aparição de ente “sobrenatural” de *O fiel e a pedra* cujos sentidos evocam fortemente algo já constante da *Eneida* diz respeito ao que temos no capítulo 42 e menciona Vênus, desde o título.⁸ No contexto original, tratava-se da parte em que essa deusa, mãe de Eneias, descia ao mundo dos homens para entregar-lhe seu magnífico escudo, obra de Vulcano:

*At Venus aetherios inter dea candida nimbos
dona ferens aderat; natumque in ualle reducta
ut procul e gelido secretum flumine uidit, 610
talibus affata est dictis seque obtulit ultro:
“En perfecta mei promissa coniugis arte
munera, ne mox aut Laurentes, nate, superbos
aut acrem dubites in proelia poscere Turnum”.*⁹

⁷ LINS, 2007, p. 31: “Voltara-se: além do véu da cama e mal iluminada pela luz escassa, uma figura estava de pé. Num gesto que lembrava o de Teresa, abriu o véu – e Ascânio contemplara-a, extasiado. Que brilho tinham aqueles olhos e como, sendo tão pouca a luz, via-a tão bem. ‘– Quem é a senhora?’ A mulher respondera que era sua mãe, fechara o véu, abriu a porta que dava para a sala de visitas e desaparecera fechando-a atrás de si”.

⁸ LINS, 2007, p. 283: “Nuvem protetora: ‘E Vênus, a branca deusa, entre celestes nuvens, era presente e trazia o dom’”.

⁹ VIRGÍLIO, *Eneida* VIII, 608-614: “A deusa Vênus, no entanto, esplendente se achava nas nuvens/ mais lampejantes de perto, com os dons prometidos ao filho./ Tão logo

No romance brasileiro, quem aparece ao herói, Bernardo, é sua mãe morta, Lucinda, em certa noite chuvosa em que ele, talvez, adormecera. Apesar dos tons de indefinição do teor dessa experiência para o leitor – Bernardo tivera algum contato com Lucinda em sonhos ou no plano mais “concreto” dos seres em vigília? –, é um fato que as sensações daí advindas, então, figuraram-se-lhe muito reais.¹⁰ Ainda, tal “visita” tivera o propósito, assim como aquela de Vênus a Eneias, nos versos transcritos há pouco, de *aconselhar e fortalecer* Bernardo diante de seu embate cada vez mais acirrado com o desonesto e insidioso Nestor Benício (não contra o rútilo Turno, evidentemente):

Não fizesse aquilo, não matasse Nestor, não manchasse de sangue as suas mãos. Confiasse e não temesse, ela haveria de guardá-lo. E também não se fosse, não fugisse. Ficasse. Revestido de fê, entregue à sua proteção, ficasse. Ela o amparava, ela o envolvia, ela o resguardava contra os cães. (LINS, 2007, p. 286)

Quanto ao aspecto do fluxo geral dos acontecimentos em *O fiel e a pedra*, parece-nos destacar-se, quando pensamos em suas semelhanças com o tema e a estrutura da *Eneida* virgiliana, o ponto dos “combates” de Bernardo contra a astúcia e a violência de Nestor, na fase posterior à morte de Miguel e quando o Surrão já se encontrava, ao menos burocraticamente, sob a posse daquele antagonista. Trata-se, assim, de uma espécie de “duelo” não apenas pelo domínio (temporário) das terras em jogo,¹¹ mas também pela prevalência ética de valores completamente

o viu num dos vales do ameno ribeiro, na frente/ dele se pôs e sem mores delongas destarte falou-lhe: ‘Eis o presente que te prometi, prenda excelsa do gênio/ do meu marido! De agora em diante, meu filho, não temas/ aos laurentinos opor-te ou a Turno enfrentar nos combates’”. (trad. Carlos Alberto Nunes)

¹⁰ LINS, 2007, p. 285: “Havia alguém na sala, alguém o visitava, uma visita de misericórdia, com as mãos tão fortemente cruzadas que essa força parecia expandir-se, comunicar-se às mãos dele. E não sentira aquelas mãos insinuarem-se entre as suas, nem o deslizar da pele, nem a pressão que elas deviam ter feito”.

¹¹ Ao final do capítulo 49 de *O fiel e a pedra*, Bernardo parte definitivamente do Surrão depois de enfrentar pelas armas Nestor Benício e seus “capangas”, como Marvano e Ubaldo. No conflito, Bernardo é ferido a bala pelos aliados de Nestor, mas Antônio Chá reage e mata esse inimigo, retirando depois o patrão para a cidade em lombo de burro e caminhão (LINS, 2007, p. 371). Bernardo, enfim, cura-se e sobrevive...

distintos. O contraponto desses eventos na própria épica romana a que temos aludido são, sem sombra de dúvida, os enfrentamentos militares entre, por um lado, Eneias com seus aliados – os troianos, os árcades de Evandro etc. – e, por outro, Turno com os rútuos e latinos, como esses ocorrem a partir do canto VII da *Eneida*. Exceção feita a algumas vagas alusões às “viagens” de Bernardo no começo do romance brasileiro (LINS, 2007, p. 35), nada há de muito evocativo da parte “odisseica” do poema antigo na obra de Osman Lins,¹² vindo assim a ocorrer que o elemento “iliádico” da épica, relativo à guerra na Itália mesma, presentifique-se mais como polo de diálogo com Virgílio nesse texto moderno.

2 Aproximações possíveis, ou não, entre Eneias, personagem heroica em Virgílio, e Bernardo Vieira Cedro, seu “correspondente” no romance moderno de Osman Lins

Neste ponto, talvez não seja sem valia apontar algumas características geralmente associáveis às personagens heroicas nas Literaturas clássicas. O mitólogo francês Georges Dumézil, com seu conhecido modelo “trifuncional” sobre as sociedades indo-europeias, pode oferecer-nos alguns pressupostos passíveis de instrumentalizar-se para comentários a respeito do assunto na *Eneida*, e sua posterior comparação com o elemento heroico em *O fiel e a pedra*. A título de uma sumária recapitulação, lembramos que a primeira “função” que ele reconhece operativamente nessas sociedades corresponde àquela da soberania “mágica e jurídico-religiosa”; a segunda, à da “força física, utilizada principalmente para o combate”; a terceira, enfim, à da “fecundidade, com suas condições e seus efeitos”. O mesmo erudito também enfatiza que tal estruturação operativa e de pensamento, “depois de ter dominado a ideologia dos indo-europeus, sobreviveu longamente, a despeito das vicissitudes da pré-história e da história, na maior parte das sociedades de componente indo-europeu forte” (DUMÉZIL, 1986b, p. 675).¹³

¹² Não se tem, a título de exemplificação, um episódio de amor tempestuoso em *O fiel e a pedra*, tal como esse ocorre na *Eneida* com o trecho de Eneias e Dido no canto IV do poema. Ainda, o amor conjugal de Bernardo e Teresa, que permanece como algo constante ao longo da trama do romance moderno, nada tem de destruturador dos propósitos heroicos de Bernardo, na medida em que essa mulher, à sua maneira, até *acompanha* o marido em suas lutas diárias.

¹³ DUMÉZIL, 1986b, p. 675: “ (...) après avoir dominé l’idéologie des Indo-Européens, a survécu longtemps, en dépit des vicissitudes de la préhistoire et de l’histoire, dans la

Em parte distinta de sua vastíssima obra, ainda, Dumézil apresenta-nos dados concernentes à distribuição de certos elementos étnicos da *Eneida* entre as três “funções” citadas. Desse modo, quando se tomam os troianos/Eneias, os etruscos/Tarchão e os latinos/rei Latino, veem-se, para ele, mostras de algum “saber” de Virgílio no tocante a tais estruturas, ao pensarmos em todas as lendas em vínculos com a origem remota do povo romano de que se serviu o vate para compor seu poema épico.¹⁴ Se desejamos, propriamente, acompanhar-lhes os raciocínios que propiciaram atribuir a Eneias, sobretudo, a primeira “função”, a Tarchão a segunda e a Latino a terceira, é de interesse lembrar que o protagonista da *Eneida*, na verdade, inicia cronologicamente a própria trajetória como uma espécie de *guerreiro*:¹⁵

*Arma amens capio; nec sat rationis in armis,
sed glomerare manum bello et concurrere in arcem 315
cum sociis ardent animi; furor iraque mentem
praecipitant, pulchrumque mori succurrit in armis.*¹⁶

plupart des sociétés à composante indo-européenne forte”. (trad. minha)

¹⁴ DUMÉZIL, 1986a, p. 437: “Le fait que Virgile ait pu si bien transposer la structure de la ‘naissance de Rome’, confirme donc l’impression que nous donnait naguère le début de la première *Élégie* romaine de Propertius: en plein siècle d’Auguste, les hommes cultivés savaient, aussi bien que les annalistes qui avaient mis au point cette naissance 350 ou 250 ans plus tôt, quelle philosophie sociale elle exprimait”.

¹⁵ Trata-se, para Virgílio, de uma espécie de retomada dos contornos do mesmo Eneias, tal como surgem na *Iliada* de Homero. Nesse poema épico fundador, por sinal, tendo o herói recebido algum destaque por sua bravura em combate, mostra-se-nos ele representado com algum brilho em vários cantos (II, 819 *et seq.*; V, 166-275; V, 297-317; V, 431-470; V, 512-518; V, 541-572; XII, 98; XIII, 458-505; XIII, 540-544; XV, 332-338; XVI, 608-631; XVII, 333 *et seq.*; XVII, 491-536; XVII, 752; XVII, 761; XX, 75-352). Mas, já em XX, 306 *et seq.*, refere-se profeticamente a tradição segundo a qual Eneias haveria de sobreviver aos gregos e *reinar* sobre seu povo: “Já os descendentes de Príamo são pelo Crônida odiados;/ mas há de o mando exercer nos troianos Eneias, o forte,/ e quantos filhos, depois, de seus filhos a luz contemplarem”. (trad. Carlos Alberto Nunes)

¹⁶ VIRGÍLIO, *Eneida* II, 314-317: “Fora de mim, logo as armas procuro; de nada nos servem./ Um pensamento a nós todos anima: voar para os pontos/ onde a batalha mais forte estrondava. Uma ideia somente/ nos exaltava: era belo morrer em defesa da pátria”. (trad. Carlos Alberto Nunes)

*Talibus Othryadae dictis et numine diuum
in flammis et in arma feror, quo tristis Erinys,
ullo fremitus uocat et sublatus ad aethera clamor.
Addunt se socios Ripheus et maximus armis
Epytus, oblatis per lunam; Hypanisque Dymasque, 340
et lateri agglomerant nostro iuuenisque Coroebus,
Mygdonides: (...)*¹⁷

*Quos ubi confertos audere in proelia uidi,
incipio super his: “Iuuenes, fortissima frustra
pectora, si uobis audentem extrema cupido
certa sequi, quae sit rebus Fortuna uidetis: 350
excessere omnes adytis arisque relictis
di quibus imperium hoc steterat; succurritis urbi
incensae; moriamur, et in media arma ruamus.
Vna salus uictis nullam sperare salutem”.*¹⁸

Aos poucos, porém, consolidando-se mais e mais a queda definitiva de Troia diante da fúria grega (e divina!) e da morte de vários dos companheiros de Eneias, o herói, avisado pela própria mãe, a deusa Vênus, recua em seus propósitos de início e começa a pôr-se em maior acordo com os desígnios do *fatum* (*Eneida* II, 619-620). Ora, esse corresponde em tal poema épico, como há pouco dissemos a partir das pesquisas de Dumézil, ao gradativo desempenho de papéis em nexos com os atributos da realeza e da condução religiosa dos remanescentes do povo de Troia (DUMÉZIL, 1986a, p. 421 *et seq.*). Por sinal, antes mesmo de pegar em armas na noite derradeira de Ílio, Eneias recebera em sonhos, dos lábios do espectro de Heitor, dizeres condizentes com a fatídica deposição de papéis “sacerdotais” e de liderança sobre si:

¹⁷ VIRGÍLIO, *Eneida* II, 336-342: “A essas palavras do Otriada e aos próprios ditames dos deuses/ corro ao encontro das armas, do fogo, das tristes Erínias,/ ao grande estrondo dos ferros, clamor que até aos astros ecoa./ A mim se agrega Rifeu juntamente com Épito, o grande/ e venerável guerreiro, do luar amparados, mais Hípanis,/ o alto Dimante, seguido do jovem Corebo Migdônida,/ (...)”. (trad. Carlos Alberto Nunes)

¹⁸ VIRGÍLIO, *Eneida* II, 347-354: “Vendo-os dispostos a entrar na peleja, tomados de brio,/ disse-lhes: ‘Jovens de inútil esforço e ousadia! No caso/ de me acolherdes o apelo para uma empreza arriscada,/ quase loucura, bem vedes para onde a Fortuna bandeou-se:/ todos os deuses, esteios da pátria, os santuários e altares/ já abandonaram. Correis em defesa de ruínas e escombros/ em labaredas. Morramos, então! Avancemos sem medo!/ Para os vencidos só há salvação na esperança perdida’”. (trad. Carlos Alberto Nunes)

“*Heu fuge, nate dea, teque his*”, ait, “*eripe flammis.*
Hostis habet muros; ruit alto a culmine Troia. 290
Sat patriae Priamoque datum: si Pergama dextra
defendi possent, etiam hac defensa fuissent.
Sacra suosque tibi commendat Troia Penates;
hos cape fatorum comites, his moenia quaere
magna, pererrato statues quae denique ponto”. 295
Sic ait et manibus uittas Vestamque potentem
*aeternumque adytis effert penetralibus ignem.*¹⁹

Na parte grifada da citação, depois de posicionar-se pela nulidade circunstancial de quaisquer esforços de luta, Heitor fala a Eneias da recomendação dos *sacra* – “objetos sagrados”, mas também “ritos”, em possível tradução – e *Penates* aos seus cuidados, necessitando ele salvá-los consigo (e os seus) das chamas e da destruição iminentes. Ainda, ele deverá resguardá-los em uma nova cidade que há de fundar alhures,²⁰ como se nota pela referência às muralhas a serem um dia “estabelecidas” (*statues*, v. 295) pelo herói, depois de muito vagar em rota marítima. Ora, *Penates* justamente são entes sagrados que se associaram, entre os latinos, à garantia de abastecimento material – com comida e bebida, a saber – para as casas ou cidades; eram inclusive cultuados e mantidos, sob a forma de pequenas estatuetas, no altar doméstico, o *lararium*, cujo chefe de culto correspondia ao *pater familias* (HACQUARD; DAUTRY; MAISANI, 1952, p. 23). Por sua vez, Vesta era uma das mais importantes divindades dos romanos, vinculando-se à chama mantida permanentemente acesa no interior de seu templo urbano o sentido da própria sobrevivência da Cidade (ROBERT, 1999, p. 168). Isso significa

¹⁹ VIRGÍLIO, *Eneida* II, 289-297: “Foge daqui, filho de uma deidade; do incêndio te livra./ Dentro dos muros campeia o inimigo; hoje Troia extinguiu-se./ Muito já demos a Príamo e à pátria. Se a Pérgamo a destra/ de algo valesse, estas mãos se imporiam na sua defesa./ Troia te entrega os seus deuses e os sacros objetos do culto./ Leva contigo esses sócios; procura morada para eles./ grande cidade, depois de cortares o mar tormentoso’. Disse, e entregou-me as sagradas insígnias e Vesta potente,/ e o fogo eterno que ardia no lar, no santuário profundo”. (trad. Carlos Alberto Nunes)

²⁰ A cidade que há de estabelecer Eneias no Lácio não é, evidentemente, Alba-Longa, cujo fundador corresponderia, um dia, a seu descendente Iulo (*Eneida* VIII, 26 *et seq.*), nem muito menos Roma, “obra” do lendário Rômulo, suposto filho da vestal Reia Sílvia e de Marte. Trata-se, antes, do sítio de Lavínio (*Eneida* I, 2), que teria de esperar mais trinta anos, depois de nascer, até o surgimento de Alba-Longa por iniciativa de Iulo.

que Heitor, nesse momento de prenúncio do destino final de Eneias, transmite-lhe algumas das bases do culto pátrio dos troianos, tendo elas, antes de mais nada, de ser transplantadas e mantidas vivas pelo herói nas “novas” paragens do Ocidente.²¹

Evidentemente, na dita “segunda parte” da *Eneida* – cantos VII a XII, sobretudo –, depois de assumir aos poucos a liderança definitiva de seu povo na falta de Anquises,²² figura paterna cuja morte nos é relatada no canto III da epopeia, Eneias surge envolvido de forma direta em várias situações de conflito armado, vindo, inclusive, a sacrificar Turno com as próprias mãos no desfecho da obra (*Eneida* XII, 947-952). Relaciona-se a prevalência da “primeira função” para Eneias, no entanto, não só ao “ponto de chegada” de seu destino derradeiro, mas a algo em nexos com a própria *caracterização* essencial desse herói.²³ Sucessivamente, os leitores do épico virgiliano têm ressaltado que tal personagem se caracteriza pelo atributo da *pietas* (DUMÉZIL, 1986a, p. 414-415; COULANGES, 2004, p. 154; VASCONCELLOS, 2014, p. 82-83), devendo-se frisar que seu domínio ultrapassa

²¹ A respeito da tèmpera particular do caráter de Eneias e de sua “missão”, sobretudo no contraste com a inigualável coragem guerreira de um Aquiles e a astúcia de Odisseu, vejam-se, sob um prisma conceitual diferente do de Dumézil, mas decerto não conflitante com esse e ainda acertado, apesar dos anos, as palavras de Fustel de Coulanges (2004, p. 153-154): “A chegada de Eneias, ou antes, o transporte dos deuses de Troia para a Itália, constitui o tema da *Eneida*. O poeta canta esse homem, atravessando os mares para ir fundar a sua urbe e levar os seus deuses para o Lácio (...). Não se trata aqui do guerreiro ou do herói de um romance. O poeta quer apresentar-nos um sacerdote. Eneias é um chefe do culto, um homem sagrado, o divino fundador cuja missão está em salvar os Penates da cidade”.

²² VASCONCELLOS, 2014, p. 52: “Neste livro [o III], vemos os troianos vagarem sem rumo e incertos de seu fado até se esclarecerem sobre a terra que lhes estava destinada. Anquises parece ser o verdadeiro líder dos exilados, papel que, à sua morte, caberá a Eneias”.

²³ DUMÉZIL, 1986a, p. 418-419: “Romulus, Énée ont donc une nature plus riche que Lucumon, que Tarchon, substitué à Evandre: structurellement, ceux-ci appartiennent entièrement à la deuxième fonction; chez ceux-là, la deuxième fonction est comme un prolongement inséparable de la première, un moyen naturel au service de la première. (...) Le caractère quasi sacerdotal d’Énée se manifeste naturellement moins dans les livres consacrés aux combats que dans la première moitié du poème”.

o da religião: ele concerne tanto as relações corretas com os pais, os amigos ou os concidadãos quanto a atitude correta para com os deuses. A piedade funciona como uma justiça distributiva, regendo as obrigações dos homens diante dos deuses. “A piedade é a justiça para com os deuses”, escreve Cícero (*Da natureza dos deuses* 1, 116). Essa virtude social é recíproca e os deuses também devem cumprir suas obrigações.²⁴

Nesse sentido mais estendido da *pietas*, tão fortemente associável ao peculiar heroísmo de Eneias, pode-se falar aqui do esboço, por Virgílio, dos contornos de uma personagem não só religiosa, mas ainda *ética*, na medida em que se compromete com a correta conduta diante de todos aqueles ligados a si pelos laços da reverência, da amizade e do sangue.²⁵ O exemplo mais conhecido da piedade desse herói corresponde, talvez, à cena da fuga de Troia em chamas, com o velho Anquises às costas, as imagens dos deuses de Troia nos braços, Iulo ao flanco e Creúsa, que se acaba perdendo, logo atrás (*Eneida* II, 707-711). Acrescente-se, em breve retomada de algumas posições de Dumézil acima anunciadas, que esse estudioso atribuiu a um chefe etrusco, Tarchão, a prevalência da segunda “função” – guerreira – por seus próprios contornos constitutivos, bem como por aqueles do povo etrusco, de cujas tendências se faz, muitas vezes, uma espécie de “encarnação” (DUMÉZIL, 1986a, p. 404-405). Assim, como relembra o mitólogo, Eneias recebe como aliada a “Etrúria inteira” (*Eneida* VIII, 473), a qual, contribuindo com trinta navios

²⁴ SCHEID, 2010, p. 26: “Le domaine d’application de la piété dépasse celui de la religion: il concerne aussi bien les relations correctes avec les parents, les amis ou les concitoyens que l’attitude correcte à l’égard des dieux. La piété fonctionne comme une justice distributive, régissant les obligations des hommes envers les dieux. ‘La piété est la justice à l’égard des dieux’, écrit Cicéron (*De la nature des dieux* 1, 116). Cette vertu sociale est réciproque et les dieux aussi doivent remplir leurs obligations”. (trad. minha)

²⁵ Na introdução a uma recente edição da *Eneida* de Virgílio, traduzida por Carlos Alberto Nunes, João Angelo Oliva Neto posicionou-se sobre o lado, de fato, fortemente ético da caracterização de Eneias (OLIVA NETO, 2014, p. 28-31). Assim, ele é justo e manifesta compreensão para com seus subalternos, “quando a alguns deles, já exaustos da viagem, concede que permaneçam na Sicília (V, vv. 700-56)”; mesmo no tocante a Dido, que abandonou em desespero em Cartago depois de envolver-se amorosamente com ela, fica claro que não o fez de forma leviana, mas a mando de um inexorável destino, o qual o obrigava a alcançar a Itália (*Eneida* IV, 361).

carregados de homens dispostos ao combate, dá boa mostra dos pendores guerreiros de seus filhos. No canto X da epopeia virgiliana, ainda, os etruscos se caracterizam por serem uma “tropa armada” (*manus*, v. 164), bem como uma “tropa de elite” (*lecta manus*, v. 294), que tem “seus generais, seu próprio generalíssimo, um *rex*, mas espera outra coisa, um chefe, um *dux* providencial”.²⁶ Além disso, não se aguarda o *dux* em uma cidade, mas em campo aberto, de forma que esse campo, à diferença de outros sítios mencionados na *Eneida*, não prefigura a fundação de uma nova *urbs*; trata-se tal lugar de assentamento das tropas da Etrúria de *castra* – “acampamentos” –, como ressalta várias vezes o poeta (canto VIII, 476, 507 e 604; X, 148), ocupados por uma *acies* – “linha de batalha” ou uma *legio* – “legião” –, posta sob tendas (VIII, 604-605); por fim, tal contingente é especializado, constituem-no “sobretudo cavaleiros, *alae*, a que o combate a pé molesta, mas que, por isso mesmo, completam bem o exército troiano”.²⁷

Por outro lado, seu comandante, Tarchão, que é chamado apenas uma única vez de *rex*, porém de uma cidade etrusca indefinida, se caracteriza, na visão de Dumézil, pelo papel de um dedicado oficial, sem jamais questionar ou pôr-se em pé de igualdade com Eneias, a quem obedece não como um par, mas como subordinado, controlando uma tropa apresentada ao modo de um “exército profissional” (DUMÉZIL, 1986a, p. 405). Quando, porém, pensamos na figura do rei Latino, à qual se associa a posse da terra de que Eneias haveria de assenhorear-se pelo casamento político com a princesa Lavínia, ocorre a manifestação de traços concernentes à terceira “função” – a da fecundidade – na medida em que essa personagem de um fraco, mas opulento soberano, constitui-se, com seu povo, na via de acesso a uma esposa e a campos férteis para o herói (DUMÉZIL, 1986a, p. 388). Os latinos, ainda, caracterizam-se na *Eneida* por favorecerem a “prosperidade, a riqueza e também, antes dos combates, a paz e o gosto da paz”.²⁸ Lembramos, aqui, que esse povo apenas entra na guerra contra Eneias e seus aliados depois de haver a incitação demoníaca de Juno, através das Fúrias, à rainha Amata, mãe

²⁶ DUMÉZIL, 1986a, p. 404: “(...) ses généraux, son généralissime même, lequel est un *rex*, mais qui attend autre chose, un chef, un *dux* providentiel”. (trad. minha)

²⁷ DUMÉZIL, 1986a, p. 404: “(...) surtout des cavaliers, *alae*, que gêne le combat à pied, mais qui, par cela même, complètent bien l’armée troyenne”. (trad. minha)

²⁸ DUMÉZIL, 1986a, p. 388: “(...) la prospérité, la richesse et aussi, avant les combats, la paix et le goût de la paix” (...). (trad. minha)

de Lavínia, e a Turno (*Eneida* VII, 325-326; VII, 461-462), e que, ao saber da efetiva deflagração bélica, o próprio rei Latino se retira para o interior do palácio, deixando, com desgosto, os combatentes entregues à sua sorte:

*“Nam mihi parta quies, omnisque in limine portus;
funere felici spolior”. Nec plura locutus
saepsit se tectis rerumque reliquit habenas.*²⁹ 600

Curiosamente, vê-se em *O fiel e a pedra* a figura de um herói “forasteiro”³⁰ e que, não sendo efetivo líder de povo ou facção alguma, não se envolve de forma concentrada em estritas escaramuças com quaisquer inimigos: os dois únicos momentos do romance vinculados a tons mais corporais de disputa contra opositores correspondem ao que vemos nos capítulos 40 e 49.³¹ No capítulo 40, por sinal, quando Bernardo seguia de Vitória para o Surrão em lombo de burro, ouviu um estampido vindo de uma zona de mata fechada, já nas imediações do engenho: logo percebeu ser um tiro com que, no mínimo, pretendiam intimidá-lo. Ele, na sequência, lembrou-se de Teresa, com “desejo de sobreviver”, mas seguiu-se outro tiro e então ficou claro que se tratava, de fato, de covarde tentativa de matá-lo às escuras (LINS, 2007, p. 272-273). Note-se que, nesse episódio, há completa desigualdade no aspecto do ataque físico ao inimigo, pois Bernardo, que seguia desarmado e sequer sem saber exatamente quem tentava atingi-lo, nenhuma reação pôde esboçar a não ser seguindo adiante para salvar-se.

Em uma tese especificamente destinada ao propósito de investigar os elementos das epopeias clássicas tal como esses, de algum modo, foram incorporados também à trama moderna de *O fiel e a pedra*, Rosa Walda Marquart destacou entre outros, na caracterização heroica de Aquiles, Odisseu, Eneias e Bernardo Vieira Cedro, traços como a valentia, a ira,

²⁹ VIRGÍLIO, *Eneida* VII, 598-600: “Enquanto a mim, tenho já como certo um futuro tranquilo;/ do porto à vista já estou. Só me privam de exéquias solenes”./ Disse, e encerrou-se no paço, largando o timão do governo”. (trad. Carlos Alberto Nunes)

³⁰ Sobre tal traço da caracterização de Eneias, cf. DUMÉZIL, 1986a, p. 380; no tocante a Bernardo, basta pensar que o engenho onde se fixa com a esposa e Antônio Chá não era propriedade sua, mas fora-lhe oferecido para a moradia por Miguel Benício.

³¹ Sobre a ocorrência do capítulo 49, que, na verdade, corresponde ao próprio desfecho do embate entre Nestor Benício e Bernardo, cf. nota 11.

a astúcia (ou inteligência), a prudência e sensatez, o impulso construtor e a “piedade”, segundo suas próprias palavras (MARQUART, 2008, p. 7-91). Sem ser preciso que todas essas características estejam presentes em todas as figuras heroicas citadas, ou até com a mesma intensidade (ou clara definição), para Marquart elas se encontrariam, sob a forma de “feixes” variáveis em cada caso, representadas em conjunto, por exemplo, em Eneias e Bernardo.

A mesma estudiosa, justamente, destaca em Aquiles, e até em Odisseu e Bernardo –³² não tanto no Eneias virgiliano –,³³ o traço da valentia (MARQUART, 2008, p. 8-9); sobretudo no próprio Aquiles, a ira, sem descartar-lhe a presença na eventual atuação de Odisseu, Eneias e até Bernardo³⁴ (MARQUART, 2008, p. 28); a astúcia, para os conhecedores das literaturas de matrizes clássicas, evidentemente se vê com primazia no caráter de Odisseu, sem o imediato desdouro dos demais heróis³⁵ nesse quesito (MARQUART, 2008, p. 34-37); a prudência e sensatez correspondem a um âmbito moral privilegiado entre os antigos, para essa crítica, nas atitudes de Odisseu e Eneias,³⁶ mas não tão obviamente em Bernardo, sempre disposto ao desafio a Nestor Benício mesmo quando

³² Cf. acima, para um exemplo da valentia – moral – de Bernardo, primeira citação transcrita de Lins. (2007, p. 45)

³³ MARQUART, 2008, p. 9: “Eneias, além de piedoso, é também chamado *valoroso* (uma vez, apenas), *fatal*, *indígite*; o que torna visível o quanto a personagem se afasta de seu perfil iliádico. Essa dicotomia se dá, em parte, pelo caráter mais delicado e não tão violento como o troiano da *Iliada* e também pela diferença de estilo entre Homero e Virgílio”.

³⁴ LINS, 2007, p. 222: “Sua *ira* [grifo nosso], a força de seu desafio, concentrara-os no ato temerário, que lhe parecera indispensável e simples, de abrir a porta”. Eneias irase, por sua vez, inclusive ao ver Turno rendido a seus pés e pedindo clemência diante da perspectiva da morte, embora portasse as armas do jovem Palante como aviltantes despojos de guerra (*Eneida* XII, 947-952).

³⁵ MARQUART, 2008, p. 38: “Inexperiente em outros aspectos, como por exemplo, no amor, Bernardo ainda bem jovem aprende a arte de comercializar e se embrenha pelos vilarejos do sertão pernambucano, oferecendo mercadorias diversas ‘figas, voltas, medalhinhas de alumínio, retratos do padre Cícero Romão’ (OFP, 24)”. Em *Eneida* IV, 428, o protagonista busca um “modo mais astuto” de contar a Dido sobre a necessidade de sua partida para a Itália com os troianos, lembra-nos Rosa Marquart (2008, p. 37).

³⁶ Poderíamos dizer Eneias prudente, por exemplo, ao tratar com cortesia a rainha Dido em sua chegada a Cartago e ao ser reticente no anúncio da partida a essa rainha (*Eneida* I, 522-557 e IV, 281-298).

sabia que, decerto, o mais simples e sensato seria apenas afastar-se de um homem tão sem caráter (MARQUART, 2008, p. 46). Tal teimosa obstinação, no entanto, coaduna-se com os propósitos dessa personagem de jamais render-se ao Mal, talvez incorrendo na insensatez contrária de abraçá-lo ou deixá-lo florescer...

O impulso construtor, em certo sentido contrário à fúria destrutiva de Aquiles e Odisseu – por conta da atuação de ambos durante a queda de Ílio –,³⁷ decerto se acha bem representado na figura de Eneias, modelo de herói-fundador (DUMÉZIL, 1986a, p. 448-449), mas também em Bernardo:

O esposo de Teresa enxergará possibilidades no Surrão abandonado e tentará modificá-lo através do cultivo da terra e da criação de animais, bem como da ativação de um moinho que adquirira – enfim, o reavivamento do fogo. E tal acontece, gradativamente: a velha fazenda relegada às serpentes e ao mato recupera-se, viceja pelo espírito edificador de seu novo arrendatário. (MARQUART, 2008, p. 49)

Quanto à piedade, que é definida, por Marquart, ao modo de uma “extrema dedicação aos deuses, à pátria e à família” (2008, p. 50), encontrar-se-ia representada não só nos heróis antigos – com evidente destaque para a caracterização de Eneias neste quesito –,³⁸ mas ainda, em alguma medida, no próprio Bernardo. A mesma estudiosa, porém, ressalta que o modo peculiarmente assumido pela piedade desse herói de romance moderno são o cuidado e a preocupação com os seus, sem que

³⁷ MARQUART, 2008, p. 47: “Aquiles e Odisseu são dois grandes destruidores de cidades. O primeiro, conhecido pelo esforço em arrasar cidades e famílias inteiras e o segundo agindo de modo semelhante, sendo muitas vezes chamado *eversor de cidades*” (cf. também *Odisseia* I, 1-2).

³⁸ Para que se divisem alguns lampejos da “personalidade” do herói constituído por Eneias em obras gregas anteriores à *Eneida* e diversas da *Iliada* de Homero, podem ser evocados testemunhos como os do historiador Helânico de Lesbos (ou Dionísio de Halicarnasso – séc. I a.C. –, que o cita nas *Antiquitates Romanae*), autor dos *Troika* (séc. V a.C.), bem como os do *Hino homérico a Afrodite* (séc. VII-VI a.C.), ocorrendo que, nesse último, entre v. 196-199, também encontremos a “profecia” de *Iliada* XX, 306 *et seq.* sobre o fato de o herói, um dia, vir a reinar sobre os troianos, embora nascido de uma união menor de sua mãe divina com um simples mortal (BALLABRIGA, 1997, p. 34).

Osman Lins tenha pretendido esboçar os contornos de uma personagem marcada pelos traços religiosos. Assim, embora nem sempre capaz de honrar na prática essa parte de sua caracterização heroica, por exemplo sob a forma do oferecimento de algum conforto ou, no mínimo, plena segurança física para Teresa (e sua prole), Bernardo ao menos demonstra preocupar-se constantemente com tais assuntos.³⁹ É a piedade, portanto, com o fato de ser Bernardo um forasteiro na nova terra que “conquista” – o antigo engenho abandonado –, de não haver propriamente o reforço do caráter desse herói sob o aspecto da mera força física e juventude, de ele irar-se contra os oponentes, bem como de manifestar alguma astúcia e “impulso construtor”, um elemento passível de aproximá-lo de seu contraponto central na épica antiga, o próprio Eneias.

Por outro lado, sobressai como ponto central e convergente dos atos e costumes de Eneias, conforme retratado no poema de Virgílio, e de Bernardo Vieira Cedro o aspecto, sobretudo, ético da caracterização de ambos, como temos buscado apontar desde o começo deste artigo. Nesse sentido ficam atenuados, nas páginas dessa obra antiga e da moderna, excessivos contornos de figuras estritamente guerreiras de herói, como ressaltaram, para Eneias, os estudos dumezilianos que citamos (DUMÉZIL, 1986a, p. 418-419) e, bem antes, até as colocações “reabilitadoras” de Fustel de Coulanges.⁴⁰ Quanto ao mesmo elemento caracterizador de Bernardo, vejamos as palavras seguintes de Massaud Moisés, sobre o desfecho da trama de *O fiel e a pedra*:

Prevalece o mel da bondade humana sobre a sua animalesca ausência. E sem que se possa entrever nesse quadro um idealismo panglossiano ou utopia cega, impõe-se o poder do caráter, no qual os impulsos poéticos desempenham relevante papel. Vencem, pois, a bondade humana e um sentido poético da existência. [MOISÉS, 2007 (1974), p. 378]

³⁹ MARQUART, 2008, p. 57: “Bernardo nunca se apazigua quanto às decisões tomadas em prol do conjunto familiar. Ele se culpa, quase durante toda a história, seja por haver abandonado o emprego e, conseqüentemente, chegar ao ponto de não conseguir tratar a doença do filho que falece; seja por levar Teresa a viver no Surrão, sem conforto e longe dos seus: ‘Você tem sofrido o que não devia sofrer – tornou Bernardo com desânimo’ (OFP, 191). E sentirá um medo misturado com angústia e certa impotência pensando no futuro do filho que Teresa carrega no ventre, pensando que certas pessoas deviam permanecer solitárias: Há gente neste mundo que devia se aguentar sozinho’ (OFP, 189)”.

⁴⁰ Cf. *supra* nota 21.

Entretanto, por último acrescentamos que uma diferença essencial entre o caráter de Bernardo e o de Eneias reside, em nossa opinião, no maior teor de rigidez da primeira personagem, a ponto de o embate entre ele e Nestor Benício ter sido descrito, por Massaud Moisés, como um confronto entre o Bem e o Mal (MOISÉS, 2007, p. 378). Também certo sonho de Teresa, em que ela experimenta um triste contato com seu filho morto, José, como se se tratasse de uma manifestação “diabólica” (LINS, 2007, p. 307-308), parece representar, talvez, a Bernardo e a mais alguém como “assassinos”, contudo do “mal”.⁴¹ Seria essa presença onírica um tipo de prenúncio, em *O fiel e a pedra*, da morte de Nestor Benício pelas mãos de Antônio Chá, espécie de “escudeiro” do herói?

Ora, assim não procedera Virgílio na pintura de um Eneias ou seu(s) oponente(s) na *Eneida*, fazendo o herói ou seus inimigos partilharem, em graus distintos, de boas e más qualidades, como tem ressaltado a crítica.⁴² Isso se dá com o próprio Eneias, capaz até da “desobediência” a seu pai, Anquises, e da manifestação da fúria mesmo contra antigos inimigos que se rendem:

Ao tratar, no livro VIII, da revolta dos etruscos contra o tirano Mezêncio, mencionara-se “fúria justa” (*Ergo omnis furiis surrexit Etruria iustis*, 494), bem como “ira merecida” (*merita... ira*, 501). Portanto, há um furor que se justifica em certos contextos. O leitor, porém, poderá sempre contrastar esse aspecto enfurecido do herói com as recomendações de Anquises a “poupar os submetidos” (*parcere subiectis*, 853), prescrição a que Eneias não obedece nas ações vingativas do livro X e na morte de Turno no livro XII. Além disso, ao longo do poema, a noção de furor é conotada negativamente: Juno, por exemplo, é representada constantemente como tomada de furor em seu ódio contra os troianos. Que Eneias seja

⁴¹ LINS, 2007, p. 308: “– Quem vai morrer?’ – Meu pai’. Resposta vingativa, brutal, porém com uma sombra de pranto, de rendição. Sua esperança de restaurar o entendimento perdido havia crescido e ela perguntara suavemente, como que para não o afugentar, enquanto chegava mais perto: ‘– Quem é teu pai?’ – É o mal”.

⁴² VASCONCELLOS, 2014, p. 76 (sobre eventos do canto X da *Eneida*): “Virgílio não retrata os personagens de forma maniqueísta, e o amor de Mezêncio a seu filho é apresentado de forma positiva”.

tomado do mesmo sentimento negativo que impele sua inimiga é, de fato, perturbador. (VASCONCELLOS, 2014, p. 75-76)

Na verdade, aqui não passaria despercebido aos leitores costumeiros de Virgílio que esse poeta continua a demonstrar, em sua obra derradeira, a habitual postura de projeção de *luz e sombras* sobre alguns dos mesmos aspectos que representa em seus versos, como Augusto (*deus*, v. 6) na *Bucólica* primeira⁴³ e o próprio *agricola* dos sucessivos livros das *Geórgicas*.⁴⁴

⁴³ Nesse poema de juventude de Virgílio – aqui, em minha tradução parcial –, o afortunado Títiro, que permanecerá em liberdade em suas terras, coloca-se em evidente contraste com o triste Melibeu, expulso do campo que um dia lhe coubera. Assim, apesar das “elogiosas” palavras do primeiro à causa inicial de suas alegrias, o próprio Otaviano Augusto (*O Meliboe, deus nobis haec otia fecit: / namque erit ille mihi semper deus; illius aram / saepe tener nostris ab ouilibus imbuet agnus.* – “Ó Melibeu, um deus nos deu esse sossego: / na verdade, será ele para mim sempre um deus; ao altar dele / amiúde embeberá um jovem cordeiro de nossos redis”. – v. 5-7), é difícil não divisar no texto algum melancólico reforço das dores de quem deve partir. Vejam-se, por exemplo, as menções meio patéticas às parcas posses (em rebanhos) que Melibeu ainda logra levar consigo (*Non equidem inuideo, miror magis: undique totis / usque adeo turbatur agris! En ipse capellas / protinus aeger ago; hanc etiam uix, Tityre, duco: / hic inter densas corylos modo namque gemellos, / spem gregis, a! silice in nuda conixa reliquit.* – “Não decerto invejo, antes admiro: em toda parte, em todos / os campos, a tal ponto há tumulto! Eis, eu as cabras / adiante toco infeliz; esta ainda a custo, Títiro, guio: / pois aqui, entre densas aveleiras, há pouco dois filhos, / esperança do rebanho, ai! deixou do parto sobre a pedra nua”. – v. 11-15) e aos futuros donos – até estrangeiros! – de suas antigas terras (*Impius haec tam culta noualia miles habebit? / Barbarus has segetes? En quo discordia ciuis / produxit miseros! His nos consequimur agros!* – “Ímpio soldado terá estas terras tão cultivadas? / Um bárbaro estas searas? Eis aonde a discórdia os infelizes / cidadãos conduziu! Para tais cultivamos nossos campos!” – v. 70-72). Aqui o poeta toca, na verdade, na problemática republicana de desapropriação de terras dos inimigos, por motivos políticos, e em sua futura destinação aos aliados dos vencedores nas Guerras Civis romanas (ROBERT, 1985, p. 101).

⁴⁴ Em *Geórgicas* II, 207-211, Virgílio representa a cena do corte de uma bela árvore por um cultivador “irado” (*iratus*, v. 207) e, sobretudo, com fortes interesses em transformar paisagens “improdutivas” em campos rendosos... Ora, tal postura de fria praticidade – a qual, inclusive, ignora a existência de ninhos com aves ainda implumes nos ramos da árvore – em nada se coaduna com os gestos de respeito mais afins ao *agricola* romano piedoso, diante das vezes em que precisa extrair madeira dos bosques

[Meus agradecimentos ao Prof. Dr. Teodoro Rennó Assunção (Faculdade de Letras da UFMG), pela leitura paciente e pelas úteis sugestões, além da solícita disponibilização de bibliografia filológica].

Referências

ASSUNÇÃO, T. R. A literalidade sintática na tradução da “Eneida” por Pierre Klossowski. *Aletria*, Belo Horizonte, vol. XXII, n. 1, p. 69-81, jan.-abril de 2012.

BALLABRIGA, A. Survie et descendance d’Énée: le mythe grec archaïque. *Kernos*, Liège, vol. 9, p. 22-39, 1996.

CAIRNS, F. *Virgil’s Augustan epic*. 1ª edição. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

de COULANGES, F. *A cidade antiga*. Trad. Fernando de Aguiar. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DUMÉZIL, G. *Mythe et épopée I: l’idéologie des trois fonctions dans les épopées des peuples indo-européens*. Paris: Quarto/Gallimard, 1986a [1968].

DUMÉZIL, G. *Mythe et épopée II: types épiques indo-européens – un héros, un sorcier, un roi*. Paris: Quarto/Gallimard, 1986b [1971].

FRITOLI, L. E. De Troia a Vitória de Santo Antão: “O fiel e a pedra” entre a ética e a estética. *Revista do Centro de Estudos Portugueses*, Belo Horizonte, vol. 25, n. 34, p. 131-146, jan.-dez. 2005.

GRIMAL, P. *Dictionnaire de la mythologie grecque et romaine*. 3ª edição. Paris: Presses Universitaires de France, 1963.

GRIMAL, P. *La littérature latine*. Paris: Fayard, 1994.

(TREVIZAM, 2014, p. 201-204). Não obstante, os mesmos *agricolae* itálicos são apresentados à maneira de uma espécie de remanescentes da Idade Áurea/ Reino de Saturno em *Geórgicas* II, 536-540: *Ante etiam sceptrum Dictaei Regis et ante/ impia quam caesis gens est epulata iuuenis,/ aureus hanc uitam in terris Saturnus agebat;/ necdum etiam audierant inflari classica, necdum/ impositos duris crepitare incudibus ensis*. – “Antes ainda do cetro de rei Diteu e antes/ que o ímpio povo se banquetearse com novilhos sacrificados,/ o áureo Saturno levava essa vida nas terras;/ além disso, ainda não ouviram inflarem-se as trombetas, ainda não/ crepitarem espadas postas sobre as duras bigornas”. (trad. minha)

- HACQUARD, G.; DAUTRY, J. & MAISANI, O. *Guide romain antique*. Paris: Hachette, 1952.
- HOMERO. *Iliada*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- HOMERO. *Odisseia*. Trad., posfácio e notas de Trajano Vieira. 1ª edição. São Paulo: Editora 34, 2011.
- LINS, O. *O fiel e a pedra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- MARQUART, R. W. A. *O fiel e a pedra e as epopeias clássicas: diálogos e tessituras*. 2008. 271 p. Tese (Tese de doutorado, Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada). São Paulo: FFLCH-USP, 2008.
- MOISÉS, M. *Dicionário de termos literários*. 15ª edição. São Paulo: Cultrix, 2011 [2004].
- MOISÉS, M. “O fiel e a pedra”, hoje (posfácio). In: LINS, O. *O fiel e a pedra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007 [1974], p. 375-381.
- OLIVA NETO, J. Breve anatomia de um clássico. In: VIRGÍLIO. *Eneida*. Trad. Carlos Alberto Nunes, organização, apresentação e notas de João Angelo Oliva Neto. 1ª edição. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 9-65.
- ROBERT, J.-N. *La vie à la campagne dans l'Antiquité romaine*. 1^e édition. Paris: LesBellesLettres, 1985.
- ROBERT, J.-N. *Rome*. Paris: Les Belles Lettres, 2004.
- SCHEID, J. *La religion des Romains*. Paris: Armand Colin, 2010.
- TANNUS, C. A. K. A “Eneida”. In: APPEL, M. B.; GOETTEMS, M. B. (org.). *As formas do épico*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1992, p. 72-82.
- TREVIZAM, M. Mal e violência nas “Geórgicas” de Virgílio. In: de OLIVEIRA, F.; SILVA, M. F.; BARBOSA, T. V. R. (org.). *Violência e transgressão: uma trajetória da humanidade*. 1ª edição. Coimbra/São Paulo: Universidade de Coimbra/Annablume, 2014, p. 189-229.
- VASCONCELLOS, P. S. *Efeitos intertextuais na “Eneida” de Virgílio*. 1ª edição. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2001.
- VASCONCELLOS, P. S. *Épica I: Ênio e Virgílio*. 1ª edição. Campinas: Unicamp, 2014.
- VIRGILE. *Bucoliques*. Texte établi et trad. par E. de Saint-Denis. 2^e. tirage. Paris: Les Belles Lettres, 2002 [1997].

VIRGILE. *Géorgiques*. Texte trad. par E. de Saint-Denis; introd., notes et postface par J. Pigeaud. Paris: Les Belles Lettres, 1998 [1982].

VIRGÍLIO. *Eneida*. Trad. Carlos Alberto Nunes, organização, apresentação e notas de João Angelo Oliva Neto. 1ª edição. São Paulo: Editora 34, 2014.

O jogo elegíaco: fronteiras entre a cultura intelectual e a ficção poética

The elegiac game: borders between intellectual culture and poetic fiction

Paulo Martins

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil.

paulomar@usp.br

Resumo: O objetivo deste artigo é apontar alguns elementos referenciais de cultura intelectual, associando-os aos ficcionais da elegia erótica romana. Esta relação esclarece, a meu ver, “o jogo elegíaco”, isto é, o conceito descrito por P. Veyne em *L’élégie érotique romaine* (1983), que indica o contato constante entre dados reais e ficcionais nela expressos, além dos efeitos de sentido produzidos na recepção a partir deste contato. Tal mecanismo, acredito, pode ser considerado como a principal característica da elegia erótica romana. Assim, este trabalho parte de uma das teses apresentadas por Veyne (1983), tendo em vista as críticas de G. B. Conte (1986) e pósteros, buscando apresentar novas colaborações para a compreensão deste gênero poético.

Palavras-chave: elegia romana; Propércio; cultura intelectual; ficção; realidade.

Abstract: The aim of this article is to point out some referential elements of intellectual culture in association with fictional elements in Roman love elegy. This relationship clarifies “the elegiac game”, i.e., the concept described by P. Veyne in *L’élégie érotique romaine* (1983) which concerns the constant contact between real and fictional referents in Roman elegy, as well as the effects produced in the audience by it. Such device, I believe, can be considered as the main feature of Roman love elegy. Thus, this paper reevaluates one of Veyne’s theses, taking into account G. B. Conte (1986) and later scholars’ criticism, in an effort to present a new contribution to the comprehension of this poetic genre.

Keywords: Roman elegy; Propertius; intellectual culture; fiction; reality.

Recebido em 29 de maio de 2015.
Aprovado em 17 de junho de 2015.

1 Estado da questão

Em que pesem as polêmicas envolvendo o livro de Paul Veyne – *A elegia erótica romana* – nos últimos trinta anos, dele podemos colher uma tese importante que acredito estar na base da especificidade genérica da elegia erótica em Roma. Afastada daquela elegia grega arcaica, clássica ou helenística, ou do epigrama, que também se valeu do dístico elegíaco, algo *tipicamente romano* a caracteriza. Se observarmos o que nos propõe Farrell, quando contrasta a elegia erótica romana com a helenística de Calímaco e de Filetas, nota-se claramente a distância que as separa – ainda que essa poesia em Roma seja, sim, devedora em muitos aspectos da elegia helenística – e também se vislumbram algumas características próprias:

If, however, we define Roman elegy as the kind of poetry that Gallus, Tibullus, Propertius, and Ovid wrote, we find that it is very different. All of them wrote in the first person, each about a love affair with a particular woman (or, in Tibullus’ case, with two different women successively). The names of these women suggest Greek culture and sophistication. The women themselves are represented as lacking the status of citizen birth and living off their attractiveness to the kind of men the poets make

themselves out to be. The persona of the lover boasts a literary culture beyond any rival and just enough wealth that actual work never enters into consideration, but not so much that he fails to resent the lady's demands for gifts – the main area in which those less cultivated rivals actually can surpass him. The poet/lover therefore lives in a state of constant jealousy, enthralment, and inability to satisfy the whims of his *domina* – his “mistress” in more than the modern sense because the word connotes actual domination, as over a slave. (FARRELL, 2012, p.13)

Entretanto, mesmo observando essas características, digamos, típicas da elegia romana augustana, parece-me que podemos encontrar ainda algo ainda mais preciso que caracterize este gênero poético romano, e isso está indicado em uma das teses de Veyne: o jogo elegíaco. Esta marca, a meu ver, emoldura este gênero poético em sua expressão latina, o enquadra sob perspectiva pragmática, imprimindo-lhe características específicas que podem tipificá-lo como gênero singular, diferente, portanto, do gênero afim e/ou confim de expressão grega. Por sua vez, não questiono aqui a validade de algumas afirmações de Veyne, como faz Vasconcellos (VASCONCELLOS, 2011, p. 105-118), que nos apresenta, de forma precisa, pontos positivos e, principalmente, negativos sobre o trabalho do historiador, elencando, de um lado, argumentos de Wyke (1989b), Fitzgerald (1995), Gibson (2005) e, de outro, os de Conte (1986), estes, sim, tão cristalizados quanto inflexíveis a respeito desse livro do historiador francês¹ e não aqueles. Preocupa-me como podemos entender esse enquadramento genérico particular e específico que, a despeito de pontos contestáveis, ou melhor, controversos, estão na base da elegia de Propércio, Tibulo e Ovídio e foram apontados por Veyne.

A crítica biografista, combatida por ele, ao contrário do que afirma Vasconcellos, não possuía, em meados dos anos 80 e mesmo hoje, *apenas* alguns defensores ou epígonos que “continuam, aqui e ali, sobrevivendo nos dias de hoje” (VASCONCELLOS, 2011, p.108), ou ainda, ao contrário do que diz Conte ao propor que “é também verdade que a melhor crítica não acredita mais nisso,² e há tempo”. Antes, a meu ver, ela

¹ CONTE, 1986 (*apud* VASCONCELLOS, 2011, p. 107): “O autor se criou um ídolo polêmico, mas há tempos o ídolo tem apenas uns poucos e negligenciáveis adoradores”.

² No biografismo (nota nossa).

continua viva e tem papel relevante dentro e fora do círculo filológico, uma vez que os textos que a embasam como tese de fundo – claramente de viés positivista e determinista – continuam circulando e, sistematicamente, são elencados em trabalhos acadêmicos, no Brasil e no exterior. Assim informa James (2010, p. 314, n.1): “Maria Wyke and others have established the *puella* as a poetic construct rather than any historical woman, but biographism continues to haunt elegy studies”. Em um trabalho anterior (MARTINS, 2008a), aponto alguns desses trabalhos e critico seu uso tanto em sala de aula como em textos de grau.³ Em meu mestrado de 1996 e no livro que dele resultou, acompanho Veyne, apontando particularidades do discurso elegíaco, embora o enquadre sob a tutela de uma retórica e de uma poética elegíacas, às quais o historiador não se reportou, a não ser subliminarmente,⁴ e que ainda hoje servem para esquadrinhar este gênero poético (MARTINS, 2009, p. 21-39). Veyne, como em outros momentos de sua trajetória intelectual, apoia-se em Foucault e, assim, desvencilha-se de categorias que estão na base da ideia de continuidade, como tradição, influência, desenvolvimento e evolução, mentalidade e espírito (FOUCAULT, 1995, p. 23-24), ocupando-se restritivamente de um gênero específico em três autores de um mesmo período, cuja circulação, se não a mesma, era muito semelhante e próxima. O historiador, portanto, trata do texto elegíaco observando sua textualidade, isto é, um discurso que é regulado por mecanismos que lhe são próprios e são apreendidos por seus leitores e/ou ouvintes, em outras palavras, preocupa a Veyne a textualidade narrativa das elegias.

Assim, Paul Veyne busca, a meu ver, recuperar a pragmática discursiva da elegia latina, tendo em vista sua recepção coetânea à

³ Em MARTINS, 2008a, *passim*, propus a leitura de E. Bickell, E. Paratore, entre outros. Quanto aos dois primeiros, uma rápida busca no Google Acadêmico demonstra um razoável impacto das obras criticadas por mim em 2008, hoje em dia. Para a tradução espanhola do livro de Bickell temos 80 citações, para o original *Lehrbuch der Geschichte der römischen Literatur*, 30 citações. No caso de Paratore, para a tradução portuguesa, somam-se 157 citações e para o original italiano *Storia della letteratura latina*, temos 47. Tais índices de impacto foram observados para os últimos 5 anos, o que agrava minha argumentação.

⁴ Penso aqui na apresentação dos argumentos de Allen (1950), que aponta a existência de termos de identificação estilística como contra-argumento à tese de “sinceridade” elegíaca, logo uma tese, essencialmente biografista, refutada sob a perspectiva de Quintiliano, por exemplo.

composição, e como as marcas discursivas advindas desta pragmática perpassam transistoricamente a recepção, atingindo não só os romanos do século de Augusto, como também recepção variada nos séculos 19, 20 e 21. Lowie propõe uma boa reflexão sobre pragmática literária, isto é, a relação entre literatura e aquilo que representa (LOWRIE, 2005, p. 39-43), assentando seus argumentos nas bases organizadas por Barchiesi que, apesar de não usar o termo “pragmática”, salienta três características da poesia augustana, tendo em vista o binômio poesia e aquilo que ela representa: a) a “tematização” ou “dramatização” de um gênero, isto é, quando um tema é produto e, ao mesmo tempo, condição-problema para o mesmo texto; b) um sentido de “fenda e perda”, quando o gênero rompe com momentos de verdade, isto é, quando oscila entre a matriz real internalizada e uma visão regressiva do gênero como deveria ser e c) a “politização”, quando as divisões genéricas assumem valores políticos e sociais específicos, por exemplo, quando uma discussão sobre a contenda poética épica *versus* elegia implica no significado do que vem a ser o Principado na literatura (BARCHIESI, 2000, p. 167). Portanto, a pragmática a que me refiro é justamente a ideia que subjaz a certo jaez genérico em sua relação com o mundo em que está inserido o texto literário, no nosso caso específico, a elegia de Propércio.

Diversamente do que pensa Vasconcellos,⁵ Veyne possui, sim, todo o instrumental técnico para decifrar o discurso dos poetas elegíacos romanos, ainda que não seja um “filólogo”.⁶ Afinal, ele nos apresenta a ideia de que a construção das *personae* elegíacas, por serem constituídas poeticamente sempre da mesma forma, confirma uma matriz compositiva, que nos faz compreender que a recepção previamente reconhecia o procedimento poético de composição. Este conhecimento, que era adquirido por intermédio da sua instrução, estava, por um lado, na base constitutiva prévia necessária à elaboração dos *éthe* elegíacos pelo poeta⁷

⁵ Vasconcellos (2011, p. 110): “Veyne diz que o leitor estava ciente do caráter ficcional da elegia, mas como se pode afirmar isso? É possível, então, traçar um quadro tão preciso e monolítico da recepção do discurso elegíaco e da poesia amorosa em geral?”

⁶ Conte (1986) *apud* Vasconcellos (2011, p. 107): “Tenho bastante simpatia pela posição cultural do autor para não desejar tirar proveito de algum cochilo filológico”.

⁷ Ainda que não tenhamos tantas informações sobre a formação retórica de Propércio, quanto temos sobre Ovídio, devemos pensar como Reinhardt (2006, p. 200) adverte: “Propertius may have enjoyed, and just refer to the *communis opinio* that, even if ancient sources suggest that declamation became prominent only in the second half

e, por outro, era conteúdo educacional partilhado pela recepção. Sua tese, a de Veyne, parece-me, preocupa-se com o(s) efeito(s) de sentido que os poetas buscam produzir com sua prática literária, de sorte que reconhece, de um lado, a recepção retórica e poeticamente apta, de outro, instaura o lugar necessário da construção poética, a saber, o limiar, a fronteira diáfana entre o real e a ficção. Assim, não acato a proposição de Conte que diz:

O estudioso francês pareceria acreditar ainda que existe uma literatura que procura o “verdadeiro e real” por si próprio e não pelos efeitos literários que ele pode produzir naquele artefato que é o texto (e se isso é grave, torna-se mais grave, por certo, no caso de uma literatura como a antiga, tão subordinada às regras da codificação, tão frequentemente disposta segundo estereótipos temáticos e formais, tão difusamente atravessada por retóricas várias). (CONTE, 1986 *apud* VASCONCELLOS, 2011, p. 107)

Veyne, de maneira diametralmente oposta, afirma que o efeito da elegia é justamente um material poético lúdico, que assim pode ser entendido por estar apoiado no limiar entre o real e a ficção. “A elegia romana se assemelha a uma montagem de citações e de gritos do coração”, e é justamente nessa montagem que ela é “enquadrada por outros materiais que a fazem perder o caráter real; o próprio movimento do poema, bem composto, retira-lhe até a aparência de uma confiança” (VEYNE, 1985, p.12-13). Conte entende que o *ludus*, que Veyne evidencia, converte o texto literário em algo *pouco* sério, realizado como simples brincadeira, o que obviamente é uma interpretação estranha ao historiador, e, principalmente, aos poetas elegíacos. Creio que ao jogo elegíaco proposto não se deve imprimir esse juízo de valor. O jogo faz referência à própria operação da poesia amorosa⁸ realizada pelo poeta, como pode ser observado nestes exemplos, no primeiro caso uma elegia de Propércio⁹ e no segundo um epigrama de Marcial:

of the first century BC, in fact very similar exercises were customary already when Cicero was a young man”.

⁸ *Ludo, ere, si, sum* – OLD, 8: “To spend one’s time idly or frivolously, amuse oneself, trifle; (esp. w. ref. to the writing of love poems and other of lighter forms of literary composition)”.

⁹ Apesar de levar em consideração a edição da OCT de Heyworth (2007) para o texto

Haec quoque perfecto ludebat Iasone Varro, 85
Varro Leucadiae maxima flamma suae;
haec quoque lasciuī cantarunt scripta Catulli,
*Lesbia quis ipsa notior est Helena.*¹⁰ 88

e

Audemus saturas: Lucilius esse laboras 7
ludo leuis elegos: tu quoque ludis idem.
Quid minus esse potest? Epigrammata fingere coepi:
*hinc etiam petitur iam mea palma tibi.*¹¹ 10

O que se nota no primeiro trecho é um paralelismo explícito entre o primeiro e o segundo dístico, tendo como suporte: a) a anáfora *haec quoque* (v. 85 e 87); b) a posição de abertura do segundo hemistiquio do hexâmetro dos verbos *ludebat* e *cantarunt* (v. 85 e 87); c) as amadas Leocádia e Lésbia (v. 86 e 88); d) os predicados das amadas, *maxima flamma* e *ipsa notior Helena* (v. 86 e 88). Fato é que *ludo* aqui está longe de ser a explicitação de carência de seriedade da poesia, antes ocupa o mesmo campo semântico do *canto*, *-are*, referenciado pelo tema amoroso. Curiosamente, Varrão, após compor seu Jasão (isto é, sua tradução de Apolônio de Rodes, logo uma poesia elevada, porquanto épica), dedica-se a outro gênero, não elevado, cuja temática é seu fogo por Leocádia, da exata forma que Catulo tratou sua Lésbia e a tornou mais célebre que Helena de Troia. Nestes dois pares de dísticos, é interessante observar que tanto o verbo *ludebat* como o *cantarunt* apontam para um possível rebaixamento de gênero. No primeiro caso, pela épica de Jasão e no segundo, pela aproximação exemplar entre Lésbia e Helena.

Já o epigrama de Marcial, cuja temática é a emulação entre dois poetas, põe em relevo um elemento a mais que não está explícito em Propércio, já que lá apenas há associação entre *ludo* e cantar amor, e

de Propércio, sigo Fedeli (1984), alterado em 2005 quanto ao livro 2.

¹⁰ PROPÉRCIO, 2.34.85-8: “Varrão também louvava essa poesia, acabado seu Jasão,/ Varrão, a maior flama de sua Leocádia;/ essa também cantaram os escritos do lascivo Catulo,/ uma Lésbia é mais conhecida que Helena”.

¹¹ MARCIAL, 12.94.7-10: “Ousei nas sátiras: pretendes ser Lucílio./ Brinquei leve elegia: tu também./ O que é mais simples? Comecei nos epigramas/ e desde agora almejas minha palma”. (trad. F. Cairolli)

aqui o poeta indica precisamente o gênero em que se dá o *ludus*, isto é, na suave elegia, na elegia amorosa romana. Assim, “brinca” *leuis elegos*. Na verdade, não creio que a melhor tradução seja “brincar leve elegia”, como, por exemplo, propôs Cairolli (2014, p. 447), mas, simplesmente, “componho suaves elegias” (*Ludo leuis elegos*), já que ocupa o mesmo eixo paradigmático de *audemus saturas* ou *fungere epigrammata*.

Ainda tomando por base a tese de fronteira a que me referi, Veyne nos diz:

A elegia, porém, não é um quadro do *demi-monde* (...) Ela não descreve nada *em absoluto* e não impõe a seus leitores que pensem na sociedade real; ela se passa num mundo de ficção onde as heroínas são também mulheres levianas, onde *a realidade só é evocada por flashes*, e por *flashes* pouco coerentes; de uma página a outra, Délia, Cíntia poderiam ser cortesãs, esposas adúlteras, mulheres livres; o mais frequentemente, não se sabe o que elas são e não se está preocupado com isso; são mulheres de vida irregular, é tudo. (...) Esta irregularidade não é uma parte da vida de nossos poetas e de sua suposta amante, mas *uma peça de um sistema*; ela *representa a lei do gênero*, desempenha um papel que chamamos de semiótico. Era apenas num segundo tempo, se se desse o trabalho de se interrogar, que o leitor podia relacionar esta ficção às esferas sociais um pouco livres da época; esta atribuição, aliás, não acrescentava nada à compreensão do poema. No máximo o leitor se divertia, vendo o quanto a ficção tinha embelezado a realidade.¹² (VEYNE, 1985, p. 17)

Penso que o efeito de sentido produzido pela elegia, que é apresentado por Veyne, sob uma perspectiva filológica ou retórica está assentado, de um lado, no tripé verossimilhança, *fides* e *êthos* sobre o qual repousa a constituição da *persona* elegíaca, como observo (MARTINS, 2009, *passim*), e, de outro lado, no imiscuir-se dos referentes concretos da cultura intelectual e dos referentes ficcionais, a que ele, Veyne, chama de *flashes*, condizentes com os referentes do 1º século a.C. e d.C., momento em que se insere esta produção poética. É de bom alvitre pensarmos também que além da tensão entre ficção e realidade em que

¹² Grifos nossos.

está localizada a elegia romana, a inter-relação existente entre a *persona ficta* e a *persona historica* põe em evidência outra tensão. Dessa maneira, não só os elementos referenciais, fictícios e reais, em que se enquadra a elegia, como também os agentes que ocupam o espaço narrativo estão em constante tensão e todos a serviço da *nequitia*¹³ (SHARROCK, 2013, p. 151) da qual a elegia é veículo, seu suporte, digamos, cultural, que reflete um possível ou provável *submundo* ou um *demi-monde* verossímil do qual Veyne propõe serem as *puellae* elegíacas, ou, no caso de Propércio, *Cynthia*, e do qual os elegíacos se orgulham (OVÍDIO, *Am.* 2.1.1-2).

Ainda que sejam negadas as evidências de biografismo em nome da ficcionalidade¹⁴ das elegias, uma questão tem sido posta em jogo por alguns estudiosos, e diz respeito a crivar com autenticidade histórica certos destinatários masculinos da poesia erótica a fim de esclarecer as relações existentes entre esta poesia e o principado de Augusto. Assim, esses estudos tornariam mais precisos os *flashes* a que nos referimos anteriormente, além de salientar o contraste entre a ficcionalidade e a natureza histórica de certos dados apontados nas elegias a que chamei de referenciais. Nesse sentido, o trabalho de Wilson parece-me produtivo, já que busca nas elegias mapear as relações dos poetas com patronos e, finalmente, com o imperador, comprovando os indicativos de realidades históricas de hierarquia social, econômica e política sob Augusto, observando-se a convergência (ou divergência) dos temas dos poemas com a ideologia política de Augusto (WILSON, 2009, p. 173).

Nossa tarefa neste artigo é apontar alguns elementos referenciais da cultura intelectual em associação à ficcionalidade da elegia erótica romana, mapeando de forma mais precisa o jogo elegíaco e suas características específicas como gênero letrado tipicamente romano.

¹³ Em português prefiro o sentido de “devassidão”, diferentemente do uso em inglês *badness*.

¹⁴ WALSH, 2003, p. 110-111: “The idea that fictionality and narrativity are in some sense coextensive is perhaps most strongly associated with a historian, Hayden White, although similar views are widespread among narrative theorists for whom fiction itself is the primary concern. Such views have more abstract and more fundamental implications than the mere questioning of the generic borders between (for instance) fiction and history. The force of the equation between narrativity and fictionality derives from the recognition that very little of the meaningfulness of narrative can be seen as independent of the artifice of narrativization”.

2 *Persona ficta x persona historica*

Uma das maiores curiosidades dos primeiro livros de Propércio é a variedade de interlocutores, de *personae elegiacae* que são oferecidas aos leitores de modo a reproduzir discursiva e narrativamente uma situação de fala verossímil, logo, de uma circunstância absolutamente pragmática, se pensarmos linguisticamente o discurso. Assim, a despeito do tema de que trata a poesia endemicamente – falo de um gênero específico –, Propércio nos põe em contato com interlocutores que, tendo em vista sua proposição em vocativo, são apresentados segundo um juízo de valor do enunciador, o poeta, vez por outra associado ao seu próprio nome. Além de referendar ou subverter uma imagem real ou construir uma *persona* sem referente real e, logo, ficcional por excelência, o leitor se informa acerca de quem é posto em jogo no enunciado do poema. O poeta, assim, impõe ao leitor um conceito, uma imagem de agente em torno da qual a elegia irá ser desenvolvida.

Muito já se discutiu acerca das *personae poeticae* constituídas na elegia romana, principalmente aquelas que envolvem diretamente a dicção elegíaca no que diz respeito às pessoas do discurso, ou seja, quem fala (eu), com quem se fala (tu) e de quem ou do que se fala (ele ou aquilo). Nesse sentido, Sharrock (2000, p. 263) informa:

One of the major contributions of late republican and early imperial Latin poetry to the course of literature was the development of a subjective, first personal voice that seems to speak directly to the reader or to the addressee (pretending to ignore the reader), without the framing devices of narrative or dramatic presentation, and without even an explicit rhetorical separation of speaker and persona. This is not to say, of course, that *the speaker of Augustan elegy straight forwardly is the poet, the man, the “real person”*—far from it, for indeed, *there are many levels of “persona” active in the communicative dynamics of elegy*—but rather to suggest that the subjective stance offers a pose of immediacy which precisely occludes the artificiality of its own dynamics.¹⁵

É correto avaliar que a constituição de uma *persona* poética de caráter subjetivo e inserida na estrutura narrativa ou dramática sem qualquer marca ou mecanismo explícito é justamente uma marca

¹⁵ Grifo nosso.

característica dessa poesia. É também característico desse tipo de estrutura poética não apontar exclusivamente para um único “sujeito real”, enunciador ou enunciatário da poesia, mas, antes, fazer desnudar uma dinâmica dialógica em que se observam diversos níveis de construção da personagem, que podem inclusive manter relação direta com o “vivido”, mas também podem ser o reflexo de um verossímil construído a fim de por em evidência tipos relevantes, *éthe* significativos e observáveis por contiguidade na vida cotidiana de Roma nos séculos I a.C. e I d.C. Nesse sentido, os poetas elegíacos acabam por produzir os *éthe* que são, a meu ver, metonímicos, já que se apresentam como uma parte representando um todo.

Sharrock ainda explicita que a elegia properciana, por exemplo, traz à tona “truques de realismo” (*tricks of realism*) que não devem ser considerados como estruturas que menosprezam ou enfraquecem a poesia, ao contrário, tais truques enriquecem o envolvimento do leitor na própria poesia e oferecem uma riqueza de perspectivas que vão muito além da simples presença autoral e biográfica que possa estar ou não declarada na primeira pessoa. Assim, o “realismo” é “a construct which comes into being as an impression of reality and in a mimetic game between poet and reader” (SHARROCK, 2000, p. 264). O trabalho de Wyke (1987a e 1987b), secundado por Greene (1995), foi importantíssimo para a consolidação da ideia de jogo de Veyne, observando-se no caso das estudiosas a especificidade da construção da *persona* “*Cynthia*” como metáfora, ou melhor, personificação, da poesia elegíaca propriamente dita e “as a construct of the text whose apparent reality was in fact a *reality effect*” (SHARROCK, 2000, p. 264).

Tomando apenas personagens envolvidas na narrativa elegíaca e não aquelas que se apresentam como referenciais históricos dentro desse tipo de composição (como Mecenas, César, etc.), nos dois ou três primeiros livros de Propércio – isto depende se aceitamos a hipótese de divisão dos livros apresentada por Lachmann –¹⁶ uma gama vasta de personagens é apresentada, entre elas, um eu-elegíaco, a que se convencionou chamar Propércio, já que em 2.8 se apresenta como tal: *sic igitur prima moriere aetate, Propetii?/ sed morere; interitu gaudeat illa tuo!*, mas que desde o primeiro livro permanece inominado, apenas

¹⁶ Acato a hipótese de Lachmann (1816), reformada por Lyne. Lyne (1998); Lyne (1998b) e, referendada por Murcia (2000); Martins (2015) e outros.

identificando-se como o poeta, ou enunciador das elegias. Dessa forma, podemos pensar inicialmente em interlocutores variados, rivais, amigos ou amada, no livro 1: Tulo (1.1.9; 1.6.2; 1.14.20; 1.22.1); Cíntia (1.2.1; 1.3.21; 1.8.8; 1.11.1; 1.15.2; 1.17.5; 1.18.5; 1.19.1); em Basso (1.4.1); Galo (1.5.31; 1.10.5; 1.13.2; 1.21.1) e Pôntico (1.7.1; 1.9.26; 1.12.2). Embora no livro 2 essa variedade de *personae* diminua sensivelmente, o livro se abre com uma novidade para Propércio, o chamamento a Mecenas na elegia 2.1, apresentando explicitamente a filiação de sua poesia com o principado de Augusto por adesão ao mecenato, de sorte que o gênero elegíaco passa a fazer parte do rol de gêneros operados no círculo,¹⁷ entre os quais, podemos pensar no Horácio das *Odes* e dos *Epodos*,¹⁸ ou no Virgílio das *Bucólicas*, das *Geórgicas* e da *Eneida*. Esta extração poética, a elegia erótica, passa assim a estar a serviço do principado de Otávio. Entretanto, além da apresentação desse interlocutor significativo,¹⁹ deve-se entender que o segundo livro opera a consolidação da construção de “Cynthia” como uma *persona* poética polissêmica.

Para que possamos entender a estrutura do jogo poético elegíaco, sob a perspectiva das personagens envolvidas, há que se entender que o ponto de referência essencial é sempre o enunciador poético, isto é,

¹⁷ Miller (2001, p. 127) apresenta o seguinte argumento: “It is no accident that this book commences with a *recusatio* or that the figures of Maecenas and Augustus loom large over it. Propertius has begun to move in the imperial circle. This, however, does not mean that his poetry becomes less oppositional. Rather, to the extent that poetry referring to, or refusing to refer to, the emperor, Maecenas, and their coterie, is more prominent in this collection, then the recuperative pressures of the Roman Symbolic stand in proportionately sharper opposition to the erotic Imaginary’s desire for asocial union (as exemplified in words like *nequitia*, *inertia*, etc.) that stands at the heart of elegiac discourse”.

¹⁸ HORÁCIO, *Carm.* 1.1.1; 1.20.5; 2.12.11; 2.17.3; 2.20.7; 3.8.13; 3.16.20; 3.19.3; 4.11.19 e HORÁCIO, *Epod.* 1.4; 3.20; 9.4 e 14.5.

¹⁹ JOHNSON, 2012, p. 44: “How Maecenas himself supposed his newcomer would fit into his new surroundings is also difficult to guess at. But he apparently felt that he could persuade the passionate (and eccentric) young poet of love to transform himself into an ardent supporter of the *princeps* who would eventually reveal himself as an emperor, the brilliant and lucky politician who relied heavily on Maecenas for advice on various matters and not least for his fertile talents as master of political spin. That Maecenas was not slow in urging Propertius to add ardent civic advocacy to his repertoire of ardent representations is clear from the very first poem in the poet’s new volume (2A), which is addressed to his powerful new friend”.

aquele que fala no discurso, ora apresentando um interlocutor em vocativo com quem se fala no discurso, ora referindo-se a uma terceira pessoa de quem se fala nesse mesmo discurso. Assim, o processo de imitação na elegia romana erótica é mediada pela primeira pessoa, ou mesmo, por ela obstruída, ainda mais quando temos a própria ausência de um quadro narrativo ou dramático que emoldure tal circunstância pragmática discursiva. Nesta circunstância, a primeira pessoa do discurso – o *ego Propertius* –, o falante, está no comando de toda a constituição discursiva, controlando a sintonia fina da área nebulosa entre realidade e ficção. Há que se lembrar que Propércio existe como *persona historica*, age dentro da elegia como um poeta, logo, é a tal ponto verossímil que duvidamos, muita vez, de que ele não seja concretamente real. E é justamente ele, o enunciador, que conduz a ação ora para o enfoque ficcional, ora para o real.

Fear, ao produzir um ensaio sobre o narrador elegíaco, procura, por sua vez, esclarecer a “dobra” existente na elegia, isto é, seu caráter binário (real x fictício). Ele busca examinar como esta figura narrativa, inserida na ficcionalidade da poesia erótica, encarna aspectos referenciais importantes de sua época. Ainda que seu ensaio esteja centrado no 3º livro (ou 4º, a supor que são 5 livros) de Propércio, são válidas as características de um homem “no limiar da idade adulta”, já que para o estudioso tal limiar é um ingrediente essencial da elegia. Esse momento de vida a que o narrador está sujeito na construção elegíaca permite ações que poderiam soar como indecorosas a homens mais velhos. É justamente o desenho desse jovem poeta que medeia as ações na narrativa properciana, vale dizer não só em Propércio, mas também nos dois primeiros livros de Tibulo e nos *Amores* de Ovídio, obras que Fear chama de “mainstream Roman elegy”. O fundamento argumentativo apresentado são os conceitos de *tirocinium adulescentiae* de Sêneca ou de *uacatio adulescentiae* de Cícero (FEAR, 2005, p. 13-14).

Ao estabelecer o controle da situação de fala nas mãos de uma *persona* híbrida – real e fictícia –, o poeta, digamos, escancara as “portas” da ficcionalidade²⁰ poético-elegíaca como que dando estatuto metapoético

²⁰ Apesar de focalizado sobre a narrativa dos séculos 19 e 20, são interessantes as palavras de Gallagher sobre o termo *fiction*. GALLAGHER, 2006, p. 337-338: “As this sense of the word gained greater currency, mainly in the eighteenth century, an earlier frequent meaning of ‘deceit, dissimulation, pretense’ became obsolete. Although consistently contrasted with the veridical, fictional narration ceased to be a subcategory

ao *paraklausíthyron*. A porta, fechada ou aberta, permite a invasão ou não do leitor, assim como permite, ou não, a entrada do poeta amante ou de seus rivais e/ou amigos. O fato, portanto, de haver a identificação entre o enunciador poético e a figura histórica do poeta imprime a essa ambiguidade um papel importantíssimo de ambivalência do construto poético.

3 Cynthia

Broadly speaking, literary representations of the female are determined both at the level of culture and at the level of genre: that is to say by the range of cultural codes and institutions which order the female in a particular society and by the conventions which surround a particular practice of writing. (WYKE, 1987b, 153)

Elaine Fantham apresenta uma pequena síntese acerca de como a imagem da mulher – e daí obrigatoriamente a imagem de Cíntia soa essencial – foi analisada pelos estudiosos da elegia erótica romana:

In Propertius' case Cynthia was still treated as reality; or at least fictionalized reality; hence the useful formulation of Lieberg: inspiration, subject and intended addressee, “zugleich Quelle, Gegenstand und Ziel”²¹ of Propertius' elegiac poetry, and the vivid recreation of the poet's mistress in the climactic twelfth chapter of Boucher. Then came a critical move to separate literature from life, with concentration on the poet's processes: Veyne reinterpreted the loved woman as a mere reflection of the poet lover's self-image, followed by Wyke for whom Cynthia passed from being the poet's subject to a “form of literary language,” or “of poetic production”, on which the elegist could exercise his Callimachean stylistic ambitions. *Dispute over the fictionality or instrumentality*

of dissimulation as it became a literary phenomenon. If the etymology of the word tells us anything, fiction seems to have been discovered as a discursive mode in its own right as readers developed the ability to tell it apart from both fact and (this is the key) deception”.

²¹ Fonte e objeto alvo.

of “*Cynthia*” distracted from the primary study of how she was represented and how she was treated as representative of her sex. The elegist’s attitude is important because Propertius himself shows so much interest in his contradictory reactions. (FANTHAM, 2006, p. 183)

Por sua vez, Johnson propõe sucintamente algumas possibilidades de leitura para *Cynthia*: a) uma mulher realmente amada pelo poeta (perdida, ou rejeitada, ou por quem foi rejeitado); b) uma colagem de diversas mulheres com quem o poeta teve alegrias e sofrimentos; c) um mecanismo textual improvisado a partir de mulheres que outros poetas eróticos inventaram ou amaram; d) ou um amálgama de todas estas possibilidades (JOHNSON, 2012, p. 40). Miller propõe, por seu turno, que a crítica se divide entre dois grandes grupos ao avaliar a figura feminina, ou a *puella* elegíaca (MILLER, 2013, p. 173). Para ele, temos, de um lado, *scholars* como Lyne, que preferem entender esta poesia como o reflexo do desejo dos elegíacos pelo “wholelove” e, de outro, como Wyke e Veyne, que “argued that *puellae* were not real women in literary guise, but textual constructs” (MILLER, 2013, p. 166). Afirma ainda que, entre Wyke e Veyne, observa-se que a imagem feminina é efetivamente um elemento importante na textualidade, mas enquanto Veyne defende que todos os amantes na elegia são ficções irônicas, Wyke teria uma visão mais nuançada que permitiu a determinação histórica do amante elegíaco por intermédio de outras imagens de mulher que circulavam contemporaneamente aos poemas.

Porém, a posição que me parece mais precisa hoje é a proposição do próprio Miller que, partindo da premissa de que não há acerto ou erro de interpretação, defende que as *puellae* são, sem dúvida, elementos textuais e, daí, serem pretextos em torno dos quais são construídas elaboradas coleções poéticas. Afirma que tais mulheres, pelo menos do jeito que as conhecemos, não existem fora do mundo estritamente escrito e, assim, são elas elementos organizados em torno das quais o cenário básico do amor elegíaco é construído, de sorte que este gênero poético não existiria sem elas. Alerta, entretanto, que textos e linguagens – matéria prima dessa construção poética – não são meros sistemas abstratos, ao contrário, “they are deeply embedded tools that exist only insofar as they are intelligible, useful and/or enjoyable by the inhabitants of their world” (MILLER, 2013, p. 167). Pode-se notar, a partir de Salústio e de outros autores, que os romanos acreditavam à época de Augusto que

os *mores* haviam mudado e que tais mudanças estavam ligadas a uma liberalidade cada vez maior das mulheres romanas, tendo em vista as tradições republicanas que as constrangiam. Sob esta mesma perspectiva, Wyke esclarece que uma figuração feminina como a de Semprônia de Salústio seria impensável até segunda metade do 2º século a.C. e ter sido somente a partir do nascimento do Império que discursos moralizantes, que associam uma conduta sexual feminina ímproba com a desordem social e política, passam a proliferar (WYKE, 1989a).

Por sua vez, Miller continua seu raciocínio, afirmando:

We also know that Augustus in his attempt at reform clearly believed that there had been a decline in the standards of moral behaviour, or at least that it was useful to portray himself as believing such. Moreover, he saw that the link between elegiac love poetry and moral decline was sufficiently credible that he could list the *Ars Amatoria* as one reason for Ovid's exile without appearing ridiculous. The *puellae* may be textual, but they have oddly real effects. (MILLER, 2013, p. 167)

Por fim, o *scholar* apresenta sua tese acerca destas figuras – típicas da elegia erótica romana –, com a qual me alinho. Ele afirma que, no exame da figura feminina, *a escolha* entre ficção e realidade, entre textualidade e história, ou entre linguagem e referência no que diz respeito à *puella* elegíaca é sempre um erro, isto é, optar por um aspecto em detrimento de outro é sempre um equívoco nesse gênero textual, já que, penso eu, o confronto interno nessas estruturas binárias é o cerne do gênero elegíaco. Tomar *Cynthia* apenas como ficção, esquecendo-nos da realidade, ou vice-versa; observar *Corina* como textualidade, abrindo mão da história; ou mesmo, recuperar *Delia*, insistindo apenas nas referências a que remete e não levando em consideração a linguagem em que está construída; tudo isto acarreta um grande equívoco, digamos, exegético. Devemos pensar que essas mulheres só existem na medida em que elas funcionam no sistema textual conhecido como elegia erótica latina, e que o sistema só existia porque era inteligível para utilização dos habitantes de Roma no período. A questão não é somente quem eram as *puellae*, mas como elas funcionam e o que elas representam. E isso quer dizer: “Qual é o conjunto de valores que elas substituem nas economias textuais construídas pelas coleções poéticas em que estão figuradas?” (MILLER, 2013, p. 167).

A relação estabelecida por Propércio entre a imagem da *puella* (*Cynthia*) e o poeta, isto é, entre o enunciador e um dos enunciatários, envolve movimentos mais complexos do que os que estão em jogo nas relações análogas em Catulo e Tibulo. Em Propércio, portanto, “the substitutions that characterize the poet’s relation to *puella* evolve over time as his aesthetic practice, patronage relations and political affiliations change” (MILLER, 2013, p. 173). Assim, Cíntia é livro ou coleção de elegias; Cíntia é uma prostituta; Cíntia é a contrafação à política de austeridade moral proposta por Augusto. E é justamente esta multiplicidade de trocas que caracteriza o “jogo elegíaco” a que se refere Veyne e ao qual já me reportei. Zélia de A. Cardoso, para tratar da representação da mulher na poesia latina, precisamente adverte que:

Não podemos, portanto, considerar os textos literários como documentos totalmente válidos para o conhecimento de um contexto social, muito embora sejam eles produtos desse contexto. A obra literária espelha a sociedade, apresentando todos os defeitos e sofrendo todas as limitações próprias dos espelhos: deforma-a, inexoravelmente, e reduz-lhe as dimensões a um plano único. (CARDOSO, 2003, p. 264)

Se é certo que a ficcionalidade das elegias é algo inquestionável, também o é o fato de manter relação estreita com a realidade, como salienta a professora Zélia de A. Cardoso, ainda que apenas nos apresentando, como um resultado, não um dado ou imagem concreta ou “real”, mas um verossímil, que está, assim, sujeito a distorções ou a ofuscamentos que se apresentam diante dos olhos do leitor como uma realidade possível e embaçada, portanto duvidosamente verdadeira. Assim, ao lermos estas imagens femininas, como a de Cíntia, devemo-las ler ou ver de acordo com restrições que supõem as referidas “substituições” a que se refere Miller.

Certo é que, sob uma perspectiva antiga, podemos observar a *persona Cynthia* comentada, pelo menos, por Apuleio e Marcial. *Cynthia* dissimula *Hostia*, que é uma identidade apresentada por Apuleio numa passagem da *Apologia*²² em que relaciona diversas destinatárias da poesia

²² APULEIO, *Apol.* 10: *Habes crimen meum, Maxime, quasi improbi comis atoris de sertis et canticis compositum. hic illud etiam reprehendi animaduertisti, quod, cum aliis nominibus pueri uocentur; ego eos Charinum et Critian appellitarim. Eadem igitur opera accusent C. Catul<I>um, quod Lesbiam pro Clodia nominarit, et Tictimam similiter; quod quae Metella erat Perillam scripserit, et Propertium, qui Cunthiam*

latina a celebridades da vida romana (MARTINS, 2009, p. 28). Ainda que o desvendamento do anonimato possa vir a ser apenas uma invectiva sobre a *persona historica* Hóstia, o ruído, o boato, pode explicitar uma espécie possível de recepção-juízo que se fez, em algum momento da história da Roma antiga, acerca das *personae* elegíacas. Não me parece justo pleitear que alguém seja uma Cíntia, Corina ou, até mesmo, Lésbia. Afinal, *Lesbia nostra, Lesbia illa, illa Lesbia...* (CATULO, 58. 1-2).

Tomemos dois momentos em que aquelas substituições podem ser reavaliadas no contexto histórico, contribuindo para a constituição da *persona*, sob uma perspectiva pragmática. Uma na elegia 2.6, em que Propércio busca caracterizar o *êthos* de Cíntia por contiguidade às imagens de Frina, Laís e Taís, e em 2.7, em que apresenta Cíntia feliz, já que houve a revogação de uma lei. Entretanto, antes de nos atermos à elegia 2.6, vale a pena observar os versos finais da elegia 2.5, já que esta dialoga no quadro da textualidade da coleção do segundo livro, em que diz o eu-elegíaco:

Scribam igitur, quod non umquam tua deleat aetas: 27
'Cynthia, forma potens: Cynthia, uerba leuis'.
Crede mihi, quamuis contemnas murmura famae,
hic tibi pallori, Cynthia, uersus erit.²³ 30

Parece-me que Propércio se vale do tema final dessa elegia (2.5) a fim de introduzir a referida amplificação do vitupério em 2.6, aproximando Cíntia de três preciosos exemplos da vida mundana. Esta relação entre as elegias da coleção imprime refinamento na narratividade, tendo em vista ser a narração uma coleta, uma recolha de poemas. Esses dois últimos dísticos da elegia denunciam, de um lado, o caráter de inscrição da *persona Cynthia*, que pode ser observada aqui epigraficamente como elaborada a partir de um monumento/documento, uma inscrição, à vista dos transeuntes, já que colocada à sua porta (YARDLEY, 1983, p. 364); e, de outro, delineada sob seu aspecto físico-moral, paralelamente, de maneira que temos em contraste *forma x uerba* e *potens x leuis*.

Tomemos agora o início de 2.6:

dicat, Hostiam dissimulet, et Tibullum, quod ei sit Plania in animo, Delia in uersu.

²³ PROPÉRCIO, 2.5.27-30: “Eu irei escrever, pois, o que em tua vida nunca se apagará:/ ‘Cíntia, beleza ingente; Cíntia, diversão-palavras’./ Crê-me, ainda que desprezes os boatos da fama,/ esses versos, Cíntia, vão te deixar pávida”.

*Non ita complebant Ephyraeae²⁴ Laidos aedis,
ad cuius iacuit Graecia tota fores;
turba Menandreae fuerat nec Thaidos olim
tanta, in qua populus lusit Ericthonius;
nec, quae dele[c]tas potuit componere Thebas, 5
Phrynetam multis facta beata uiris.²⁵*

Os seis primeiros versos dessa elegia são importantes na constituição de uma das possibilidades da *persona* elegíaca *Cynthia*. O poeta faz referência a três mulheres – uma em cada um dos três distícos – operando uma comparação tripla, linguisticamente construída pelas estruturas *non ita...* (v. 1) *nec...tanta* (v. 3 e 4) e *nec...tam* (v. 5 e 6). Essas três mulheres são comparáveis à *Cynthia*, que aparecerá nominada apenas no v. 40. Assim, Cíntia é superior à Laís, à Taís e à Frina. A primeira – Laís – fez se curvar toda a Grécia diante de sua porta; com a segunda – Taís – toda Atenas *lusit* – brincou; e com os recursos auferidos por sua atividade econômica, a terceira – Frina – foi capaz de reconstruir Tebas destruída. Cíntia é enunciada na elegia como uma grande hipérbole feminina, construída por acúmulo. Portanto, essa amplificação opera o epidítico sob o viés do vitupério, já que a prostituição é o que une as três personagens do anedotário grego à *persona* elegíaca, sendo Cíntia a negatividade da probidade feminina. James defende, na verdade, que o papel desempenhado por Cíntia nas elegias é desenhado com antecedência por sua profissão e classe social. Vai além, defende que a *puella* é uma meretriz e, assim, o discurso elegíaco dedicado a ela torna-se mais evidente se a entendermos como uma cortesã (JAMES, 2010, p. 315). De acordo com a *New Pauly* (NP 7.174),²⁶ Laís era um nome corrente de prostitutas em Corinto; já Taís (NP 14. 358)²⁷ era um nome de prostituta e epônimo de heroínas nas comédias de Afrânio, Hiparco e

²⁴ Antigo nome de Corinto.

²⁵ PROPÉRCIO, 2.6.1-5: “Não vinham assim à casa de *Lais* de *Éfira*,/ em cuja porta curvou-se toda a *Grécia*;/ nem outrora fora tamanha turba na de *Tais* de *Menandro*/ na qual brincou o povo de *Ericônio*;/ nem *Frina*, que pôde refazer *Tebas* destruída,/ tornou-se rica por ter tantos homens”.

²⁶ EURÍPIDES, *Med.* 1346; ATENEU, 13.570c-d; OVÍDIO, *Am.* 1.5.12 e GÉLIO, 1.8.3.

²⁷ ATENEU, 13.576d-e; TERÊNCIO, *Eu.* 266-75 e MARCIAL, 14.187.

Menandro; e Frina (NP 11.198)²⁸ era a mais famosa meretriz reconhecida por sua beleza e perspicácia. Em seguida, tem-se:

Quin etiam falsos fingis tibi saepe propinquos, 7
oscula nec desunt qui tibi iure ferant.
Me iuuenum pictae facies,²⁹ me nomina laedunt,
me tener in cunis et sine uoce puer; 10
me laedet, si multa tibi dabit oscula mater;
me soror et cum quae dormit amica simul:
omnia me laedent: timidus sum (ignosce timori)
et miser in tunica suspicor esse uirum.
His olim, ut fama est, uitii ad proelia uentum³⁰ est, 15
his Troiana uides funera principii;³¹

Após as três comparações, a interlocutora é chamada a participar da cena elegíaca no v. 7 ([tu] *fingis*) e a própria ação dessa interlocutora é resumidora da principal atividade das prostitutas, ela finge, cria, inventa que existem falsos parentes a quem deve, por obrigação, beijos. Imagino aqui que a prostituição se supõe como um *simulacrum* do ato amoroso, já que é o teatro do ato amoroso, a supor o caráter pecuniário e obrigatório do exercício sexual. Este verso é auto-esclarecedor, ao propor que Cíntia inventa parentes a fim de justificar seus beijos, *quin etiam falsos fingis tibi saepe propinquos*. A relação entre *falsos* e *fingis* tem linguisticamente o valor de um acusativo de objeto interno, apesar de não possuírem relação etimológica. Entretanto, entendo que guardam estreita relação semântica, já que o *fingere* é o verbo da modelagem, da criação, da ficção e dele derivam *fictio*, *figura*, que, por própria natureza, já são falsas. Parece-me também que se pode ler esse verbo como um esclarecimento da própria construção poética dos caracteres envolvidos nessa narração. Fedeli, por

²⁸ HORÁCIO, *Epod.* 14.16 e TIBULO, 2.6.45.

²⁹ *Pictae facies iuuenum* = retratos de jovens.

³⁰ 2.3.35-6. HOMERO, *Il.* 3.156-7.

³¹ PROPÉRCIO, 2.6.7-16: “Tu mesma, assim, ainda crias sempre falsos/ parentes que ficam, por direito, te beijando./ Ferem-me retratos de jovens e seus nomes,/ eu sou uma doce criança no berço e sem fala./ Vão me ferir se muitos beijos tua mãe te der,/ e tua irmã e uma amiga quando juntas dormem contigo./ Tudo vai me ferir: sou um covarde – perdoa o temor –,/ infeliz, eu suspeito que há um homem sob tua túnica./ Por tais vícios, como diz a lenda, outrora, se foi/ a guerra, por tal causa, vês a chacina de Troia”.

seu turno, observa a aliteração em “s” e em “f” (FEDELI, 2005, p. 199), o que, a meu ver, chama a atenção do leitor para a relação que acabo de anotar. Acredito que esse mesmo verso (7) mantenha uma ligação estreitíssima com o v. 9, a saber, *me iuuenum pictae facies, me nomina laedunt*, dado que há outra referência a artes figurativas e sua conexão direta com caracteres que estão sendo construídos: o eu-elegíaco tem ciúme das *pictae facies iuuenum* e *nomina iuuenum*, esses *nomina*, nada mais são do que *personae* construídas por Propércio, como se fossem pinturas/esculturas (*pictae facies/simulacra*), isto é o *nomen* é a etiqueta, o título, a chancela da atividade engenhosa de modelagem/pintura (*ingere/pingere*) do poeta. Que nomes são esses? Cíntia, Propércio, Basso, Pôntico, Galo, Tulo, Laís, Taís, Mecenas, César...

Ainda entre os v. 9-14, o sujeito da enunciação elegíaca apresenta-se fragilizado, assume ter ciúmes até da mãe da amada, pois: *miser in tunica suspicior esse uirum* – “Infeliz, eu suspeito que há um homem sob tua túnica”. O verbo *laedere*, em três formas diferentes (*laedunt*, *laedet* e *laedent*) se apresenta em poliptoto, repetição que amplifica seu sentido, por abranger dois tempos diferentes, o presente (*laedunt*) e o futuro (*laedet* e *laedent*), além de poder ter um sujeito singular ou plural, sobre o mesmo objeto da ação “me”. Além desse poliptoto, descrito por Fedeli (FEDELI, 2005, p. 201), é mister observar também a anáfora de “me”, constituída pela repetição duas vezes no v. 9, uma vez no v. 10, no v. 11, e no v.12 (cinco vezes em quatro versos), acrescida, é importante dizer, por um predicativo sujeito *miser* no v. 14, associado ao verbo *sum*, em primeira pessoa do singular, reconstruindo assim o interlocutor de Cíntia, cujas características *são* semelhantes às de Laís, Taís e Frina, apontadas nos v.1-6, afora aquela indicada no v. 2.5.28, como vimos.

As imagens construídas a que acabo de me referir produzem um efeito imediato no eu-elegíaco: elas *laedunt*, machucam, incomodam, ferem... O *affectum* constituído, portanto, é patético; a *fictio* produz o efeito de sentido necessário, porquanto está em jogo o confronto entre o eu-elegíaco e Cíntia. Curiosamente, tal pronome de primeira pessoa irá se referir no verso no v. 10 ao *puer tener in cunis*, uma criança doce num berço – imagem indicadora de fragilidade, pateticamente construída, que leio como uma ironia. O mesmo pronome terá como referente no v. 13 *timidus (ignosce timori)*; e no v. 14 *miser*, que produz um tom absolutamente cômico, já que ele suspeita que exista alguém sob a túnica de Cíntia. O poeta finaliza a primeira seção da elegia dizendo

que *his olim, ut fama est, uitiis ad proelia uentum est, / his Troiana uides funera principiis* – “Por tais vícios, como reza a lenda, outrora se foi/ à guerra, por tal causa vês a chacina de Troia” (v. 15-16). Entre os v. 16-24, exemplos em que o amor provocou tragédias e exorta ao final a fidelidade da casa de Ulisses.

A terceira seção da elegia, entre os v. 25-42, como que busca a responsabilidade pela ação leviana das mulheres, entre as quais naturalmente se sobressai Cíntia. Contudo, o mais curioso é o responsável apontado, isto é, uma arte mimética (WILLIAMS, 2006, p. 301-305), a pintura, figurada nas casas romanas. Mas não a pintura de gênero elevado como a de Zêuxis, Polignoto, Timantes ou Apeles, antes a de gênero baixo, do *rhyparographos* (PLÍNIO, *Nat.* 35.112-3), da pintura de Páuson que deveria ser evitada pelos jovens (MARTINS, 2008b, p. 80-82). Vejamos:

<i>Templa Pudicitiae quid opus statuisse puellis,</i>	25
<i>si cuiuis nuptae quidlibet esse licet?</i>	
<i>Quae manus obscenas depinxit prima tabellas³²</i>	
<i>et posuit casta turpia uisa domo,</i>	
<i>illa puellarum ingenuos corrumpit ocellos</i>	
<i>nequitiaeque suae noluit esse rudis.</i>	30
<i>A gemat in te<ne>bris, ista qui protulit arte</i>	
<i>turpia sub tacita condita laetitia!</i>	
<i>Non istis olim uariabant tecta figuris:</i>	
<i>tum paries nullo crimine pictus erat.(...)³³</i>	34

Os v. 27-34 reproduzem, em certa medida, a preocupação esboçada por Aristóteles na *Política* (ARISTÓTELES, *Pol.* 1340a 28-

³² Esse verso dialoga com o 2.12.1: *Quaecumque ille fuit, puerum qui pinxit amorem.* Nesse caso as mãos serão admiráveis, entretanto aqui são agentes de objetos vis, baixos, obscenos.

³³ PROPÉRCIO, 2.6.25-34: “O que levou as meninas a erguer templos à castidade,/ se casadas, lhes é permitido ser o que quiser?!/ Qual foi a primeira mão que pintou obscenos quadros/ e pôs em casta casa torpes visões,/ essa corrompeu os ingênuos olhos das meninas e, rude,/ quis que elas conhecessem a sua devassidão./ Ah! Gema nas trevas, quem revelou com essa arte/ torpezas recônditas sob tácitos gozos/ outrora não colocavam nos tetos essas figuras:/ então, as paredes eram pintadas sem vício algum”.

40), em que propôs que certos pintores não podem ser apresentados aos jovens, pois podem formar mal seu caráter. O curioso nessa passagem é o fato de o poeta assumir, como algo geral àquele contexto da elegia e de Roma – validando-se a tese de que os referentes são comungados pela recepção –, a devassidão, uma vez que essa já teria tomado conta da *domus* romana. É importante salientar que a *domus*, apesar de ser uma instituição privada por excelência, sempre esteve na base da representação pública, isto é, a cultura política romana faz migrar da esfera privada estruturas de pensamento para a esfera pública. Assim, aquilo que serve a *domus* serve à República ou ao Principado, da mesma forma que o *pater familias* tem seu espelho público no *pater patriae*. Gardner defende que a elegia constrói a casa (*domus*) como uma resposta a conceitos emergentes de família romana, uma instituição cuja constituição havia sido perturbada durante as guerras civis que precederam ao principado. Assim, ela é entendida como uma resposta literária e generalizada, embora não incontestável, na representação da vida familiar no discurso de Augusto (GARDNER, 2010, p. 454). Tanto Tibulo quanto Propércio dependem muito da *domus* como um recurso para moldar suas identidades poéticas. Além, obviamente, de ser a reconstrução da *domus* um elemento de cultura material que é recriado na elegia a serviço do jogo.

Voltando ao poema, parece-me que mais uma vez, nele, o poeta hiperboliza o vício, só que desta vez de forma coletiva, a fim de que o seu objeto de desejo especificamente vicioso se dilua na multidão. Assim, a devassidão (*nequitia*) não é um vício caracterizador de uma única pessoa somente, mas o de uma época. E, nesse sentido, é pertinente pensar que a elegia dialoga abertamente com a ética “construída ou real” de Augusto, no sentido de que este está preocupado com a restauração de padrões morais “perdidos” nos últimos anos da República. Outra questão que deve ser observada é, justamente, o fato de, na mesma elegia, Propércio valer-se da *imago*, para produzir um efeito negativo, lá as *pictae facies* (v.9) produzem *dolor*, dor; e aqui as *tabulae obscenae*, *nequitia*, devassidão.

O poema, portanto, opera dois vetores: um aproximando a imagem de Cíntia às imagens de prostitutas (v. 1-14); outro buscando as causas da vida devassa (v. 25-34). Assim, apesar de a tensão construída pela primeira figuração, hiperbolizando a figura da *persona* elegíaca, ser impessoalizada pela terceira seção do poema, esta mesma seção imprime um caráter coletivo à devassidão que não exclui Cíntia, ao contrário, a coloca num ponto axial do exemplário, digamos, devasso

entre as mulheres romanas. Entretanto, o que parece ser mais evidente é que a construção da ficcionalidade impressa por Propércio, ao construir *Cynthia ficta* nesta elegia, encontra a sua contrafação “concreta e real” na textualidade, como que contribuindo para a produção de um verossímil *Cynthia historica*, já que tanto as famosas prostitutas gregas quanto o caráter decadente da sociedade romana são operados no âmbito de provas concretas, que estão na base da própria natureza argumentativa da história.³⁴

Essa elegia, portanto, apresenta claramente: a) o tema da elegia latina erótica – a *nequitia*; b) a figuração da *puella* devassa e a devassidão como vício coletivo de época; e, por último e não menos importante, c) a área nebulosa do contato entre história e ficção, entre ficcionalidade e historicidade. Tal área, não devemos esquecer, é aquela em que se delinea o *jogo elegíaco*, em que se observam as trocas, ou substituições, observadas por P. A. Miller (2013). Ainda podemos pensar numa outra leitura para esta elegia, a supor – e aceito a hipótese – que Cíntia é metáfora de poesia/livro de poesia, e nesse caso Cíntia é prostituta por contiguidade. Logo, o eu poético, ou o poeta que vive às expensas da prostituição, nada mais seria do que um proxeneta, um rufião. Esta hipótese é defendida por Fear, em que apresenta o tropo horaciano das epístolas 1.17 e 1.18: “The dependent poet as a *matrona fidelis* rather than a *leuis meretrix*: a literary spouse rather than poetic whore” (FEAR, 2000, p. 218). T. Fear, mais adiante tratando da elegia, especialmente, diz que esta pode ser lida operando dois níveis de prostituição literária: num, o narrador elegíaco procura – sem sucesso – prostituir seus poemas por sexo internamente ao texto; noutro, o narrador externamente usa a apresentação de uma mulher venal para prostituir seus poemas fora do texto. Assim, o discurso elegíaco, ao construir figuras femininas prostituídas ou venais, não apenas literaliza a metáfora da promiscuidade textual e dos autores rufiões, como também tais imagens são usadas para, digamos, seduzir sua audiência e aumentar sua visibilidade pública de poeta (FEAR, 2000, p. 221).

Tomemos a elegia subsequente no livro 2A, a elegia 2.7. O movimento narrativo apresentado pela elegia 2.7, se a tomarmos – e assim sempre devemos fazer – tendo em vista o conjunto da coleção

³⁴ MARTINS, 2008a, p. 202-203; GINZBURG, 2002, p. 47-63; MARTINS, 2013, p. 253; WHITE, 2001, p. 97-116; MOMIGLIANO, 1981, p. 259-268.

poética do livro 2A, é o movimento da confirmação do *êthos* devasso de *Cynthia*, uma vez que, se em 2.6 ela é apresentada como ponto axial da devassidão romana, em 2.7 referenda-se tal *êthos* a partir da constatação histórica, ou seja, Cíntia se sente feliz, pois a lei que previa a punição para os adúlteros foi revogada:

*Gauisa es[t] certe sublatam, Cynthia, legem,³⁵
qua quondam edicta flemus uterque diu,
ni nos diuideret: quamvis diducere amantis
non queat inuitos Iuppiter ipse duos.
'At magnus Caesar'. Sed magnus Caesar in armis: 5
deuictae gentes nil in amore ualent.
Nam citius paterer caput hoc discedere collo,³⁶
quam possem nuptae perdere †more† faces,³⁷
aut ego transirem tua limina clausa maritus,
respiciens udis prodita luminibus.³⁸* 10

Além do seu valor poético, esta elegia nos mostra exatamente a fronteira entre a “realidade” e o “conto de fadas” em que a elegia erótica romana se situa, já que, de um lado, temos uma camada ficcional clara e bem construída da *persona poetica* e, de outro lado, um universo referencial concreto e explícito, representado por um diploma legal, do direito positivo romano em contraste com o direito natural. Propércio, portanto, a constrói, a partir de uma afecção de Cíntia, fictícia por excelência, *gauisa es* (estás feliz) a propósito da *sublatam legem* (lei revogada), concreta e real. Assim, a revogação da lei (em 28 a.C.) afeta

³⁵ SUETÔNIO, *Aug.* 34; TÁCITO, *Ann.* 3.26-8; *D.C.* 53.21.1; 54.16.1.

³⁶ OVÍDIO, *Ep.* 16.155-6; *Pont.*, 2.8.65-7.

³⁷ Penso *more nuptae* como um genitivo objetivo. Parece-me que aqui temos uma construção que não fica tão clara em Português, pois, segundo a passagem, o amante mais facilmente se permitiria decapitar do que deixar de ter uma amante por causa da existência de uma esposa.

³⁸ PROPÉRCIO, 2.7.1-10: “É certo, *Cíntia*, te alegraste com o fim da lei/ pela qual, outrora editada, ambos choramos muito,/ caso nos separasse, ainda que nem mesmo *Júpiter*/ seria capaz de afastar, forçados, dois amantes,/ ‘Mas *César* é grande!’ grande é *César* nas armas,/ povos vencidos nada valem no amor./ Pois, mais facilmente eu perderia a cabeça/ do que seria possível perder o prazer pelo respeito à esposa/ ou eu mesmo, casado, passar por tua porta fechada,/ observando a tua traição com olhos úmidos”.

suas *pernonae elegiacae*, elas se alegram com o fato de uma norma legal, concreta, não mais existir. Nesta elegia Propércio constrói um enunciador contrário à ação político-social de Otávio, que encorajava o casamento e a constituição familiar (é uma precursora das futuras leis: *Lex Iulia maritandis ordinibus* de 18 a.C. e da *Lex Papia Poppaea* de 9 d.C.), em nome de uma coerência ficcional de sua obra e um decoro na constituição do *êthos* de suas personagens. Outro dado interessante é que o fim da vigência da lei ocorre pelos insistentes e constantes protestos da cidadania. Assim as recusas dos *ciues*, que se baseiam na imposição necessária de ter filhos e no controle das relações de adultério, podemos pensar, são consonantes às aspirações das personagens ficcionais, entretanto, distantes da relação de poder entre Otávio e os cidadãos e da relação Otávio e Propércio.

Sob a perspectiva da elaboração poética, v. 5-6 ecoa 1.9.10 *plus in amore ualet Mimnermi uersus Homero*, já que nesse verso temos a oposição verso de amor (Mimnermo) x verso de guerra (Homero) e naquele vemos amor x guerra. Assim, lá, no âmbito metalinguístico da poesia, recuperando a pragmática do texto, como afirmou Miller, e aqui, no âmbito da vida cotidiana, recuperando o elemento sobre o qual recaem as substituições, ou simplesmente, elementos referenciais que igualmente são apresentados na elegia. É interessante observar nos v. 4-6: a) o rebaixamento de Júpiter em relação a César e o rebaixamento de César em relação ao amor, isto é, o amar é sobrevalorizado, porquanto, ainda que Júpiter quisesse separar os amantes, não conseguiria, tampouco César, ainda que ele seja o maior guerreando, pois de nada adianta vencer batalhas diante do amor; b) é o curioso efeito dialógico produzido no v. 5, com o discurso direto sendo apresentado sem verbo *dicendi*. Tal construção, a meu ver, alimenta ainda mais o poder de César em relação a Júpiter, uma vez que discursivamente apresenta mais uma voz alheia ao texto a referendar a tese de seu poder maior.

3 Amigos, amantes e poetas

Depois de ter observado algumas possibilidades narrativas no que diz respeito à constituição do ego-elegíaco, enunciador dos poemas, e de Cíntia, um de seus destinatários nas elegias de Propércio e, salientando sua importância no que se convencionou chamar o “jogo elegíaco”, passo a observar interlocutores masculinos a que Propércio faz referência no

primeiro livro, sejam amigos, sejam inimigos ou rivais desenhados na estrutura narrativa como destinatários da elegia, apresentados ao leitor como chamamento que, como vimos, aproxima a elegia romana de uma prática de fala, além de lhe imprimir certo valor de acordo com as intenções do enunciador ao construir os *éthe* das *personae* poéticas. Aqui a seleção desses destinatários funda-se exclusivamente na constituição metapoética da elegia de Propércio, isto é, interlocutores que trazem à elegia o motivo ou tema da própria realização poética.

Citroni afirma que é óbvio e largamente reconhecido que a delimitação da função e do destino da elegia é somente uma de muitas convenções e materiais a partir dos quais o mundo elegíaco é construído e constituído. Daí, finaliza: “Ma è anche vero che questa convenzione, come e più di altre convenzioni elegiache, potrebbe d’altra parte avere un consistente fondamento nella realtà” (CITRONI, 1989, p. 93). A conclusão a que chega o estudioso não parece distante daquela defendida por mim nas páginas precedentes, isto é, o caráter binário da *persona* elegíaca que é, na verdade, uma retomada da tese de La Penna (1977, p. 214 *et seq.*). Citroni também deixa claro que o universo de referências reais, muito além de uma mera identificação biográfica – parece-me que esta questão, pelo menos aqui está superada –, circunscreve no universo poético de Propércio figuras que podem ser identificadas como o público real externo às elegias: “Il pubblico dei giovani che conoscono l’amore e che, s’intende, amano la poesia. L’elegia ci suggerisce così un suo pubblico delineato a *immagine e somiglianza della cerchia stessa del poeta elegiaco*” (CITRONI, 1989, p. 94).³⁹ Continua afirmando que esse público externo figurado na elegia é como que uma dilatação do círculo do poeta, coerente com a ficção do mundo erótico da elegia. Assim, ao mesmo tempo que é uma ficção, também é o decalque de um mundo comungado pelo poeta e seus, digamos, “*amici*”, salientando-se sempre que essa construção, como Cardoso apontou, pode ser deformada, ou simplesmente, um falseamento da realidade (CARDOSO, 2003). Nesse mesmo sentido, parecem-me precisas as palavras de Sharrock:

When we read the words “Tullus”, “Bassus”, “Ponticus”, “Gallus”, we are meant to respond to them as signifiers of Roman men, real people of whom a life-story can be told, who read Roman poems and looked at (loved and

³⁹ Grifo nosso.

read) Roman girls. The presence of these friends gives an immediacy of presence to the poetry, a sense that we are involved in something real, *but Propertian poetics refuses to bridge the gap between reality and fiction, preferring rather to interweave them in creative but tricky tension*. Opposite the world of Roman men – real, living, active, immediate – stands the world of myth – distant, dead (or never-alive), artistic and literary, transcendent.⁴⁰ (SHARROCK, 2000, p. 268)

Passo a observar aqui duas *personae poeticae*: Pôntico e Basso. Elas trazem à tona de forma precisa, além da discussão sobre a área nebulosa entre ficção e realidade evocada precipuamente pela e na elegia romana, outro aspecto essencial dessa poesia, isto é, a referência metalinguística cuja função é instruir os leitores sobre aspectos poéticos do gênero do qual esta faz parte, e/ou do qual é um exemplo. Além de instruir os leitores, posso dizer que a inserção da poesia como tema comprova a tese de que os fruidores dessa poesia tinham plena consciência das convenções que nela, elegia, eram operadas. Eu poderia somar a esses dois nomes o de Galo, já que, entre esses *nomina*, seria aquele sobre o qual teríamos em mãos mais informações. Entretanto, creio que a obviedade da seleção de Cornélio Galo poderia reduzir a ideia de jogo a que estaria sujeita a elegia, dada justamente a sua popularidade, fato que não ocorre nem com Pôntico, tampouco com Basso.

Observo as elegias 1.7 e 1.9 como um par temático que recupera a questão genérica em Roma no período, ao explorar o contraste existente entre a elegia e a épica (MARTINS, 2009, p. 69-81). Tanto em uma como em outra elegia, Propércio estabelece como interlocutor um poeta épico, Pôntico, como destinatário dos poemas, colocando-o, portanto, no centro desse poema como articulador, por assim dizer, da contenda entre os gêneros poéticos. Pôntico é um poeta anticalimaqueano típico, além de ser um amante que há de sofrer por amor (1.7) e que já sofreu (1.9). Assim, ele é, por si mesmo, determinante das questões envolvidas no conflito do poema: a) a impossibilidade de a poesia épica ser o gênero apto à vazão do sentimento amoroso personalizado; b) a falta de habilidade deste poeta épico, em especial, para extravasar sentimentos personalizados em sua poesia e c) o homem afetado pelo amor tardio. O fato de discutir poesia,

⁴⁰ Grifo nosso.

fazendo poesia e apresentando uma *persona* na poesia que represente um gênero poético diverso, é importante para o estabelecimento do decoro elegíaco em cuja duplicidade reside sua principal característica, o jogo. Pôntico, por assim dizer, é um representante metapoético no e do jogo elegíaco, uma vez que ocupa, de um lado, o cerne referencial e real da discussão poética, digamos, historicamente referendada, já que isto é atestado pela cultura intelectual do período; de outro, é agente ficcional da narratividade properciana que rivaliza com o próprio enunciador do poema, Propércio, trazendo em si mesmo a tensão que pode existir entre gêneros poéticos.

Em 1.4, Basso é o interlocutor do eu-elegíaco que afirma que ele estaria assediando-o a fim de que abandonasse sua amada, Cíntia (v. 8), elogiando ao enunciador outras meninas (v.1-2). A ação de Basso, assim, é essencialmente discursiva, já que a prática do discurso é o fator que pode fazer seu interlocutor romper sua relação com a amada. Ainda que Propércio em momento algum situe Basso como poeta, ele o insere pragmaticamente numa ação discursiva e é certo, pragmaticamente, que o gênero de discurso que pode ser nocivo a alguém é o epidítico, já que nesse gênero os vícios podem ser operados, qualificando alguém. A suposta nocividade das palavras de Basso, entretanto, curiosamente advém do elogio, logo de um discurso carente de qualidades vituperiosas, mas pleno de louvores. Contudo, ainda que o discurso em si provoque a elevação de alguém – outras meninas – o efeito de sentido produzido por ele é negativo. Ao elogiar outras meninas a Propércio, o afasta de Cíntia e a aproxima dele, Basso, que nessa reconstrução reportada do discurso passa a ser um enunciador.

Sob o aspecto filológico, nada se sabe sobre Basso, a não ser o testemunho de Ovídio nos *Tristia* que, apesar de ser tão fictício quanto real, compromete-se verossimilmente com a prática discursivo-poética de Propércio, dado que o apresenta como um iambógrafo, além do fato de ser um frequentador de um círculo poético restrito ao qual se associam Ovídio, Propércio e Horácio e, nesse sentido, ainda teríamos no mesmo círculo a diversidade poético-genérica contemplada, uma vez que a poesia elegíaca, épica, iâmbica e lírica estão referenciadas nesse cânone ovidiano. Uma curiosidade sobre este dado é o fato de a historicidade dessas *personae* (Pôntico e Basso) nunca ter sido efetivamente questionada justamente porque Ovídio dá estatuto de realidade a elas, entretanto esquecem igualmente que esse poeta justamente toma para si a convenção elegíaca

iniciada por Propércio, levando-a às últimas consequências. Diz Helsin: “Ovid was participating, with all the enthusiasm we would expect from him, in an elaborate poetic game on the nature of truth and fiction that Propertius had started long before” (HESLIN, 2011, p. 52).

Diz Ovídio:

<i>Saepe suos solitus recitare Propertius ignes</i>	45
<i>iure sodalicii, quo mihi iunctus erat.</i>	
<i>Ponticus heroo, Bassus quoque clarus iambis</i>	
<i>dulcia conuictus membra fuere mei.</i>	
<i>Et tenuit nostras numerosus Horatius aures,</i>	
<i>dum ferit Ausonia carmina culta lyra.</i> ⁴¹	50

Assim, apesar de estes destinatários serem construções poéticas, eles servem como matrizes de um mundo concreto que cerca o enunciador da poesia erótica, a própria natureza de sua atividade poética que o caracteriza e a do círculo cultural-intelectual a que pertence. Minha hipótese pode, em certa medida, ser corroborada por Heslin, que defende que duas *personae* elegíacas figuradas por Propércio no primeiro livro são na verdade pseudônimos que transportam para o gênero elegíaco uma discussão metapoética presente em Horácio (HESLIN, 2011, p. 51). Assim, tanto Pôntico está baseado no modelo esboçado por Horácio na *persona* Alpino,⁴² que “encarna” a antítese calimaqueana da poesia, quanto Basso não seria nada mais, nada menos, que o próprio Horácio no curso de sua escritura dos *iambos*. Nesse sentido, a ideia proposta por Citroni ganha um amparo poético interessante, já que Horácio e Propércio participam do mesmo círculo e, seguramente, questões poéticas lá, se não eram discutidas, eram sim efetivadas a partir das composições dos poetas.

A proposição de Helsin está fundada na concepção de *redende Namen*,⁴³ que na comédia são os *nomina* de *personae* que contêm em si mesmos a auto-decifração de seu *êthos*, por derivação etimológica. Eles devem ser tratados como evidentemente pseudônimos confeccionados

⁴¹ OVÍDIO, *Trist.* 4.10.45-50: “Propércio, a quem estive ligado por laço de amizade,/ amiúde estava acostumado a cantar seu tesão./ Pôntico, os heróis, fora Basso preclaro/ pelos iambos. Esses foram meus doces comparsas,/ enquanto com culta lira ausônia Horácio/ harmonioso deteve meus ouvidos”.

⁴² HORÁCIO, *Serm.* 1.10.36-7. HORÁCIO, *Serm.* 2.5.40-1.

⁴³ *Redende Namen*: expressão cunhada por G. E. Lessing que observa que há na comédia nomes cuja origem etimológica se aproxima de suas características no enredo.

a fim de incorporar um molde poético bem-humorado que contribui na composição do *êthos* da persona cômica. Assim, o estudioso, associando a épica à metáfora do mar, chega à conclusão que *Ponticus* só poderia ser um poeta épico, afinal seu nome deriva de *pontus*. Além disso, Pôntico encarnaria o rival de Calímaco, Antímaco de Cólofon. Enquanto Calímaco faz uma poesia como antípoda de Antímaco, Propércio escreve no caminho oposto ao de Pôntico. Por sua vez, Basso, ainda segundo a hipótese de Helsin, teria origem numa palavra de origem no osco, que, apesar de não ser utilizada no latim clássico, está na base dos termos *baixo*, *bajo*, *bas*, *basso*, em português, espanhol, francês e italiano respectivamente (HESLIN, 2011, p. 56). Afirma ainda que tal palavra teria sofrido o fenômeno do “gap-classical” e, portanto, saído do osco e do latim arcaico e chegado ao romance, mas não sem antes ter passado por um latim “sub-literário” na época clássica. Salienta, a fim de justificar esta hipótese, o orgulho horaciano pela origem da Venússia (osca, portanto), além de este fato o associar a uma origem humilde (HELSIN, 2011, p. 57-58).

Seja como for, tanto o exemplo de Pôntico quanto o de Basso funcionam como registros metapoéticos que alargam o espectro da fronteira do jogo elegíaco e referendam uma utilização específica da *persona* elegíaca na constituição desse gênero singular romano. Um e outro asseguram-se como verossímeis, calcados numa possível realidade, especificamente numa realidade literária augustana. O mesmo ocorre com Cíntia, já que indubitavelmente frequenta o âmbito real-concreto do gênero poético como cultura intelectual do período; ela é o livro de elegias de Propércio e, também, é um referente explícito, associado à ficcionalidade elegíaca, portanto uma *persona* típica da área nebulosa em que se dá o jogo elegíaco e da própria elegia romana, como gênero singular romano.⁴⁴

⁴⁴ Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa realizada por mim, como Visiting Fellow, junto ao departamento de *Classics* da Yale University, entre 2013 e 2014, financiada pela FAPESP. Agradeço a colaboração dessa Universidade que me franqueou a *Classics Library* no *Phelps Hall*, 24 horas por dia, 7 dias por semana, e também, a *Sterling Library* e suas “*facilities*”. Também agradeço o apoio do meu amigo, Kirk Freudenburg, e dos colegas, Niek Jenssen, Benjamin Jerue, Collin McCaffrey e Mike Zimm do *staff* de Yale. Agradeço também aos editores de *Nuntius Antiquus* pelas correções e sugestões.

Referências

- ALLEN, A. W. "Sincerity" and the Roman Elegists. *CPh*, Chicago, vol. 45, n. 3, p. 145-160, 1950.
- BARCHIESI, A. Rituals in ink: Horace on the Greek lyric tradition. In: DEPEW, M.; OBBINK, D. (org.). *Matrices of genre: authors, canons, and society*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2000, p. 167-182.
- BOUCHER, J.-P. *Études sur Propertius: problèmes d'inspiration et d'art*. Paris: Boccard, 1965.
- CAIROLI, F. P. *Marcial Brasileiro*. 2014. 498p. (Tese de doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, Universidade de São Paulo, 2014.
- CARDOSO, Z. A. A representação da mulher na poesia latina. In: FUNARI, P. P. A.; FEITOSA, L. C.; SILVA, G. J. (org.). *Amor, desejo e poder na Antiguidade: relações de gênero e representações do feminino*. Campinas: Unicamp, 2003, p. 261-285.
- CITRONI, M. Dedicatari e lettori della poesia elegiaca. In: CATANZARO, G.; SANTUCCI, F. (org.). *Tredici secoli di elegia latina*. Assisi: Accademia Propertiana del Subasio, 1989, p. 93-144.
- CONTE, G. B. Saggio. In: OVIDIO. *Rimedi contro l'amore*. A cura di Caterina Lazzarini con un saggio di Gian Biagio Conte. Venezia: Marsilio, 1986, p. 49-50.
- FANTHAM, E. The image of woman in Propertius' poetry. In: GÜNTHER, H.-Ch. (org.). *Brill's companion to Propertius*. Leiden: Brill, 2006, p. 183-198 (DOI: 10.1163/9789047404835_009).
- FARRELL, J. Calling out the Greeks: dynamics of the elegiac canon. In: GOLD, B. K. (org.). *A companion to the Roman love elegy*. Malden: Wiley-Blackwell, 2012, p. 11-24 (DOI: 10.1002/9781118241165.ch1).
- FEAR, T. The poet as pimp: elegiac seduction in the time of Augustus. *Arethusa*, Baltimore, vol. 33, p. 217-240, 2000.
- FEAR, T. Propertian closure: the elegiac inscription of the liminal male and ideological contestation in Augustan Rome. In: ANCONA, R.; GREENE, E. (org.). *Gendered dynamics in Latin love elegy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005, p. 13-40.
- FEDELI, P. *Propertius elegie libro II: introduzione, testo e commento*. Cambridge: Francis Cairns Publications Ltd., 2005.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GALLAGHER, C. The rise of fictionality. In: MORETTI, F. (org.). *The novel, volume 1: history, geography, and culture*. Princeton: Princeton University Press, 2006, p. 336-363.

GARDNER, H. H. The elegiac “domus” in the early Augustan Principate. *AJPh*, Baltimore, vol. 131, n. 3, p. 453-493, 2010.

GIBSON, R. Love elegy. In: HARRISON, S. (ed.). *A companion to Latin literature*. Malden/ Oxford/Victoria: Blackwell Publishing, 2005, p. 159-173.

GINZBURG, C. *Relações de força*. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GREENE, E. Elegiac woman: fantasy, materia, and male desire in Propertius 1.3 and 1.11. *AJPh*, Baltimore, vol. 116, p. 303-318, 1995.

HESLIN, P. Metapoetic pseudonyms in Horace, Propertius and Ovid. *JRS*, London, vol. 101, p. 51-72, 2011.

JAMES, S. L. “Ipsa dixerat”: women’s words in Roman love elegy. *Phoenix*, Toronto, vol. 64, n. 3/4, p. 314-344, 2010 .

JOHNSON, W. R. Propertius. In: GOLD, B. K. (org.). *A companion to the Roman love elegy*. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2012, p. 39-52.

LA PENNA, A. *L’integrazione difficile*. Torino: Einaudi, 1977.

LACHMANN, K. (org.). *Sexti Aurelii Propertii Carmina*. Leipzig: Gerhard Fleischer, 1816.

LIEBERG, G. Die Muse des Properz und seine Dichterweihe. *Philologus*, Berlin, vol. 107, p. 116-129, 1963.

LOWRIE, M. Inside out: in defense of form. *TAPhA*, Baltimore, vol. 135, p. 35-48, 2005 (<http://www.jstor.org/stable/20054119>).

LYNE, R. O. A. M. *The Latin love poets from Catullus to Horace*. Oxford: Oxford University Press, 1980.

LYNE, R.O.A.M. Propertius 2.10 and 11 and the structure of books “2a” and “2b”. *JRS*, London, vol. 88, p. 21-36, 1988a.

LYNE, R.O. A. M. *Introductory poems in Propertius 1.1 and 2.12*. *CCJ*, Cambridge, vol. 44, p. 158-181, 1988b.

MADER, G. Amphion and Orpheus in Propertius I, 9? *AC*, Paris, vol. 61, p. 249-254, 1992.

MARTINS, P. *Sexto Propércio – monobiblos: éthos, verossimilhança e fides no discurso elegíaco do século I a.C.* 1996. 133 p. (Dissertação de mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, Universidade de São Paulo, 1996.

MARTINS, P. Breve história da crítica da literatura latina. *Classica*, São Paulo, vol. 21, n. 2. p. 189-204, 2008a.

MARTINS, P. *Polignoto, Páuson, Dionísio e Zêuxis: uma leitura da pintura grega clássica. Phaos*, Campinas, vol. 8, p. 75-98, 2008b.

MARTINS, P. *Elegia romana: construção e efeito.* São Paulo: Humanitas, 2009.

MARTINS, P. *Pictura loquens, poesis tacens: limites da representação.* 2013. 345 p. (Tese de livre-docência). São Paulo: FFLCH-USP, Universidade de São Paulo, 2013.

MARTINS, P. *Ekphrasis, digression and elegy: a reception of Propertius' second book* (texto inédito, 2015).

MILLER, P. A. Why Propertius is a woman: French feminism and Augustan elegy. *CPh*, Chicago, vol. 96, n. 2, p. 127-146, 2001 (<http://www.jstor.org/stable/1215485>).

MILLER, P. A. The “puella”: accept no substitutions! In: THORSEN, T. S. (org.). *The Cambridge companion to Latin love elegy.* Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 166-179.

MOMIGLIANO, A. The rhetoric of history and history of rhetoric: on Hayden White's tropes. In: SHAFFER, E.S. (org.). *Comparative criticism: a yearbook.* Cambridge: Cambridge University Press, 1981, p. 259-268 (vol. 3).

MOST, G. W. The languages of poetry. *New literary history textual interrelations*, Baltimore, vol. 24, n. 3, p. 545-562, 1993.

MURGIA, C. E. The division of Propertius 2. *MD*, Pisa, vol. 45, p. 147-242, 2000.

REINHARDT, T. Propertius and rhetoric. In: GÜNTHER, H.-Ch. (org.). *Brill's companion to Propertius.* Leiden: Brill, 2006, p. 199-216 .

ROSATI, G. Il rivale, o il triangolo del desiderio. In: SANTINI, C.; SANTUCCI, F. (org.). *I personaggi dell'elegia di Propertio.* Assisi: Accademia Propertiana del Subasio, 2008, p. 251-272.

- SHARROCK, A. Constructing characters in Propertius. *Arethusa*, Baltimore, vol. 33, n. 2, p. 263-284, 2000.
- SHARROCK, A. The “poeta-amator”, “nequitia” and “recusatio”. In: THORSEN, T. S. (org.). *The Cambridge companion to Latin love elegy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 151-165.
- VASCONCELLOS, P. S. Esquecer Veyne? *Nuntius Antiquus*, Belo Horizonte, vol. 7, n. 1, p. 105-118, 2011.
- VEYNE, P. *L'élégie érotique romaine*. Paris: Seuil, 1983.
- VEYNE, P. *A Elegia erótica romana: o amor, a poesia e o Ocidente*. Trad. Maria das Graças Nascimento e Milton Nascimento. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- WALSH, R. Fictionality and mimesis: between narrativity and fictional worlds. *Narrative*, Columbus, vol. 11, n. 1, p. 110-121, 2003.
- WHITE, H. Texto histórico como artefato literário. In: WHITE, H. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994, p. 97-116.
- WILLIAMS, M. F. Propertius on art (Prop. III, 9, 9-16; II, 3, 41-44; II, 6, 27-34; II, 12, 1-12; II, 31): epigram, Aristotle, and the new Posidippus (P. Mil. Vogl. VIII, 309, Pos. X, 8-XI, 5 Bastianini = 62-70 AB). In: DEROUX, C. (org.). *Studies in Latin literature and Roman history, XIII*. Brussels: Latomus, 2006, p. 291-314.
- WILSON, M. The politics of elegy: Propertius and Tibullus. In: DOMINIK, W.; GARTHWAITE, J.; ROCHE, P. A. (org.). *Writing politics in imperial Rome*. Brill: Leiden, 2009, p. 173-202.
- WYKE, M. Written woman: Propertius’ “scripta puella”. *JRS*, London, vol. 77, p. 47-61, 1987a.
- WYKE, M. The elegiac woman at Rome. *PCPhS*, Cambridge, vol. 33, p. 153-178, 1987b.
- WYKE, M. Mistress as metaphor in Augustan elegy. *Helios*, Austin, vol. 16, p. 25-47, 1989a.
- WYKE, M. In pursuit of love, the poetic self and a process of reading: Augustan elegy in the 1980s. *JRS*, London, vol. 79, p. 165-173, 1989b.
- WYKE, M. *Roman mistress: ancient and modern representations*. Oxford: Blackwell. 2002.

YARDLEY, J. C. The poetic attack on Cynthia: Propertius 2.5 27-8. *RhM*, Köln, vol. 126, p. 364-365, 1983 (<http://www.rhm.uni-koeln.de/126/M-Yardley.pdf>).

**Lendo a citação (Críton, 43d1–44b5):
“You-me embora pra fértil Phthía...”**

***Reading the quotation (Criton, 43d1–44b5):
“I will go back to fertile Phthia...”***

Rafael Guimarães Tavares Silva

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
gtsilva.rafa@gmail.com

Resumo: O recurso da citação oferece múltiplas possibilidades de leitura, cuja análise, neste artigo, pretende mostrar as implicações para uma renovada discussão acerca de uma passagem em *Críton*, 43d1–44b5. Nesse famoso entrecho, no qual Sócrates narra para Críton o sonho em que uma bela mulher vem até ele e cita uma das falas de Aquiles (extraída de *Iliada*, IX, 363), há uma multiplicidade de maneiras de entender tal citação, embora os intérpretes tradicionais tenham dado pouca importância para a maior parte delas. Uma nova análise dessa complexa rede de referências é proposta aqui, a fim de acentuar a importância envolvida na citação enquanto recurso discursivo.

Palavras-chave: citação; Sócrates; *Críton*; Aquiles; *Iliada*.

Abstract: Analyzing the multiple possibilities of reading implied by the resource of quotation, this paper proposes a renewed discussion about a passage in *Crito*, 43d1–44b5. In this famous extract, where Socrates narrates to Crito a dream in which a beautiful woman comes

to him and quotes one of Achilles' sayings (the one in *Iliad*, IX, 363), there is a multiplicity of ways of understanding this quotation, though the traditional interpreters have neglected the most part of them. A new analysis of this complex web of references is proposed here in order to highlight the importance involved in quotation as a discursive resource.

Keywords: quotation; Socrates; *Crito*; Achilles; *Iliad*.

Recebido em 19 de janeiro de 2015.

Aprovado em 17 de junho de 2015.

“[...] Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero
Na cama que escolherei”
*Manuel Bandeira*¹

1

O recurso da citação sempre foi imprescindível para o desenvolvimento de um *lógos* capaz de se estabelecer explicitamente enquanto diálogo, não apenas com seu próprio tempo, mas com toda a tradição que o precede. Quer tenha sido movida por intenções agônicas, ou por uma reverência quase hierofântica com relação a determinados autores, toda a tradição epistemológica foi construída a partir do retorno às palavras de precursores eleitos para uma nova *mise-en-scène*. Este artigo não se propõe a romper com essa tradição e, a fim de fazer jus a ela, recorro aqui às palavras de Derrida no que elas têm de revelador sobre a lógica desse recurso:

Qualquer signo, linguístico ou não-linguístico, falado ou escrito (no sentido corrente desta oposição), em pequena ou grande unidade, pode ser *citado*, colocado entre aspas; com isso pode romper com todo o contexto dado, engendrar infinitamente novos contextos, de forma absolutamente não saturável. (DERRIDA, 1991b, p. 362)²

¹ BANDEIRA, 1986, p. 90.

² Na edição francesa: DERRIDA, 1972b, p. 381.

A citação consiste na extração de palavras de determinado contexto a fim de inseri-las num novo contexto. Essa capacidade intrínseca a toda palavra constitui o próprio exercício da citação: toda citação sempre acontece, por definição, fora do contexto.³ Esse deslocamento permite não apenas o desenvolvimento de novos efeitos a serem conferidos às mesmas palavras – a partir do “novo” contexto que imediatamente as envolve –, mas uma remissão velada aos efeitos de tais palavras no contexto do qual foram retiradas. Além disso, a partir de um movimento complexo de leitura, é possível estabelecer uma relação diferencial entre os efeitos daquelas palavras em seu contexto “original” e em seu “novo” contexto, promovendo – num terceiro “nível” de interpretação – a disseminação de outras possibilidades de compreensão para as mesmas palavras.

Assim sendo, toda leitura consciente das consequências envolvidas no uso da citação deveria levar em conta, no mínimo, esses três “níveis” de interpretação no que concerne à mesma: a interpretação das palavras citadas em seu contexto “original”; a interpretação das palavras em seu “novo” contexto; a interpretação da diferença existente entre as duas interpretações anteriores.⁴ Todo leitor que deseja ampliar os horizontes de sua leitura deve tentar compreender esse movimento complexo, mesmo estando ciente de que tais horizontes permanecerão necessariamente finitos e, portanto, limitados.

No início deste artigo afirmei que toda a tradição epistemológica foi construída, em certa medida, através do recurso à citação. Nos primórdios dessa tradição, um autor particularmente bem-sucedido na disseminação de novos efeitos textuais, a partir da recorrência às palavras legadas pela tradição helênica, é Platão. Ou antes, os personagens de seus diálogos.⁵

Personagem quase onipresente nos escritos platônicos e que parece ter sido ele mesmo um pensador ágrafo, Sócrates recorre com frequência às palavras de outros – às vezes citadas diretamente de poemas,

³ Cf. trabalho de Bennington (1996, p. 66) acerca da problemática do contexto e da citação a partir das ideias de Derrida. Na edição francesa: BENNINGTON, 1991, p. 83.

⁴ DERRIDA, 1991b, p. 359. Na edição francesa: DERRIDA, 1972b, p. 378.

⁵ É nesse sentido que Goldman (2009, p. 457) se permite diferenciar Platão de Sócrates, quando afirma: “Despite the highly varied origins and audiences of the poets when they wrote, Socrates’ own uses of poetry are hardly surprising, and he does not show towards it either the scepticism of Thucydides or the criticism of Plato”.

às vezes de modo apenas alusivo – a fim de explicitar uma máxima ou de ilustrar, com referências ancoradas na tradição, o ponto defendido por ele e exposto para seus interlocutores. As citações podem ser extraídas de um contexto cultural (como no caso do imprescindível *gnôthi seautón*, “conhece-te a ti mesmo”, do Oráculo de Delfos) ou das mais diversas manifestações culturais (tais como mitos antigos e canções, sobretudo quando relacionados aos poemas homéricos).⁶

Quero ilustrar, por meio de um exemplo tirado da obra platônica, aquilo que afirmei com relação aos efeitos de leitura ensejados pelo emprego da citação. Escolhi para tanto uma passagem em que Platão é particularmente bem-afortunado na implicação das mais diversas possibilidades de leitura: *Crítion*, 43d1–44b5. Nessa passagem, Sócrates conta a Crítion sobre um sonho (*enúpnion*) que teve pouco antes de acordar, no qual lhe parecera que uma mulher bela e formosa vinha (*gunê proselthoûsa kalê kai eueidês*) vestida com um manto branco (*leukà himátia êkhousa*) e, chamando-lhe, dizia: “Ó Sócrates, no terceiro dia irás para a fértil *Phthía*” (*ô Sôkrates, êmatiken tritátô Phthiên eribōlon hikoio*). Esse sonho foi classificado como “estranho” (extraordinário, *átupon*) por Crítion, embora tenha parecido “claro” (visível, *enargês*) a Sócrates.

O potencial disseminador dessa passagem se deve a uma conjunção de fatores. Primeiramente, devido à dramaticidade do contexto fático no qual se dá o diálogo, ou seja, na véspera da execução de Sócrates como pena por sua condenação pública. Ainda que o condenado se mostre tranquilo,⁷ a situação revela-se extremamente complicada para seus amigos e familiares. Além disso, o recurso à citação de um verso da *Iliada*, extraído de um contexto bastante dramático por si só (uma vez que se dá durante a visita da embaixada dos aqueus que tenta convencer Aquiles a retomar os combates contra os troianos), agrega novas possibilidades de interpretação às já mencionadas. Por fim, o fato de que a citação tenha ocorrido durante um sonho de Sócrates, e que tanto ele próprio quanto Crítion tenham tentado sumariamente interpretá-lo, aumenta o potencial disseminador da passagem. Da interação nem sempre harmoniosa desses fatores, que são os principais embora não sejam exclusivos, desenvolve-se a multiplicidade de leituras a que tal trecho se presta.

⁶ A título de exemplo de tal recurso socrático, cf. GOLDMAN, 2009, p. 454.

⁷ Crítion afirmou ter ficado admirado ao encontrar Sócrates “dormindo agradavelmente (*hēdēōs katheúdeis*)”, em *Crítion*, 43b5.

A tradição hermenêutica da obra platônica parece ter se desenvolvido à revelia de análises mais detidas sobre os efeitos ensejados por tais recursos retóricos.⁸ Dentre esses recursos, a citação é apenas uma espécie da qual me ocupo por ora e a passagem supracitada do *Críton* é um mero exemplo. Apesar do alegado descuido com recursos que tenham certo potencial disseminador na obra de Platão, qualquer tradução minimamente cuidadosa do *Críton* é capaz de indicar que a frase pronunciada pela bela e formosa mulher vestida de branco no sonho de Sócrates repete, quase *ipsis litteris*, o verso 363 do canto IX da *Iliada*. Essa informação é o bastante para fazer com que todo leitor zeloso da importância do recurso à citação proponha um processo de leitura complexo o bastante para abarcar certas possibilidades colocadas pelo trecho: nesse sentido, minha sugestão de leitura em três “níveis” pode mostrar-se particularmente interessante.

2

Na passagem da qual a citação homérica foi retirada, Aquiles recebia uma embaixada composta por Fênix (seu antigo mentor), Odisseu e Ajax, enviados ali com a missão de tentar persuadi-lo a retornar à batalha. Esses guerreiros foram escolhidos para tal missão porque estavam entre os aqueus que eram mais caros a Aquiles (conforme as palavras do próprio Aquiles, em *Il. IX*, 198: *hoi moi [...] per Akhaiôn philtatoi eston*). Apesar disso, o filho de Peleu mostrou-se obstinado em sua decisão de não retomar parte nos combates, teimando em defender os seus valores que haviam sido feridos por Agamêmnon no episódio narrado no canto I da *Iliada*. Esse é o contexto em que ele pronuncia o seguinte (na tradução de Haroldo de Campos):

⁸ É nesse sentido que Derrida (1991a, p. 51), depois de uma análise sobre passagens do *Fedro*, afirma: “Que se releia, se se duvida, o parágrafo precedente. Todos os modelos de leitura clássica são aí, num ponto, excedidos, precisamente no ponto de seu pertencimento ao dentro da série” (na versão francesa: DERRIDA, 1972a, p. 129). Nascimento (2001, p. 118) confirma o caráter idiossincrático da leitura derridiana.

Que eu combata com Héctor? Não mais. Amanhã,
 honrados Zeus e os deuses, naves carregadas,
 tu as verás, querendo, navegar ao largo
 do mar salino, do piscoso Helesponto, à hora
 do alvorecer, levadas pelo ardor dos remos.
 E se o deus Tremedor-de-terra propiciar-nos,
 estaremos em Ftia em três dias, terra fértil.
 (Il. IX, 356-363)

Ao que tudo indica, nessa passagem, as palavras de Aquiles fazem parte de uma ameaça de retorno para casa e de abandono definitivo da batalha contra Troia. No comentário feito por Hainsworth (1993, p. 110) a esse trecho, o helenista se contenta com a afirmação de que “a distância é de mais ou menos 220 milhas” (em minha tradução), remetendo a alguns trechos para detalhes navegacionais, mas não aventa outras possibilidades de interpretação para as palavras de Aquiles.

Outros intérpretes chamam atenção para o possível oximoro contido na expressão “fértil *Phthía*” (*Phthiēn eribōlon*) (na versão de Haroldo: “Ftia [...], terra fértil”). Essa interpretação leva em conta o fato de que o nome da terra natal de Aquiles – *Phthía* – pudesse ser entendido segundo uma ligação etimológica (existente ou não) com o radical *phthi-*, utilizado para se referir à morte vegetal. Segundo Nagy (1999, p. 185), por exemplo, a combinação parece produzir uma *coincidentia oppositorum* na qual o nome do lugar contém a morte das plantas, enquanto o epíteto contém a vida vegetal – como aquilo que sustenta os mortais. Além disso, remetendo à passagem da Il. IX, 413, na qual Aquiles menciona que ficando em Troia ele morreria e atingiria “glória imortal” (*kléos áphthiton*), Nagy chama atenção para a presença do mesmo radical *phthi-* usado, contudo, para remeter à imortalidade da fama concedida pela morte heroica e assegurada pela canção épica. À guisa de conclusão, Nagy (1999, p. 125) afirma que (em minha tradução): “*Phthía* é a Terra local do herói [*hero's local Earth*], oferecendo-lhe o ciclo natural de vida e morte como uma alternativa a sua permanente existência no interior do meio cultural da épica”.

É certo que a interpretação mais direta desse trecho resume-se na compreensão das palavras de Aquiles como mera ameaça de retorno à terra natal, a qual ele haveria de rever em três dias caso as condições de retorno fossem propícias. A proposta interpretativa de Nagy, contudo,

parece extremamente plausível e traz um efeito perturbador para o discurso de Aquiles, uma vez que esse conteria em si mesmo um sentido outro daquilo que poderia significar, para tal herói, “ir-se embora para a fértil *Phthía*”.

A abordagem de Nagy foi criticada por alguns autores⁹ e, particularmente com relação a esse trecho, Mackie apresenta as seguintes ressalvas (na minha tradução):

[...] um ponto, que foi identificado há muito tempo, é o de que o nome *Phthía* é usado no interior da *Iliada* para realçar a associação de Aquiles com a morte e a pós-vida. Mas o que não é tão bem reconhecido é a mudança bastante significativa no uso do nome da região ao longo do próprio poema, mudança que acompanha a transformação no destino de Aquiles. Ou seja, antes de ouvir sobre Pátroclo, Aquiles pode ao menos reivindicar o direito e a liberdade de voltar para casa na Tessália. Isso pode muito bem ser apenas blefe (como a ameaça de voltar para casa usualmente o é na *Iliada*), mas a *Phthía* é para Aquiles uma opção real [*real option*] no começo do poema [*early in the poem*], se ele estiver preparado para pagar o preço (*i.e.* a perda de sua “glória imortal”, *kléos áphthiton*, IX, 410-16). (MACKIE, 2002, p. 171)

Tendo a discordar das nuances que Mackie pretende encontrar nos usos do termo “*Phthía*” ao longo da *Iliada*. Ainda que se pudesse acordar a Aquiles o retorno para casa como “uma opção real no começo do poema” – fato do qual, a princípio, alguém poderia suspeitar justamente devido à unilateralidade do destino heroico –,¹⁰ isso apenas reforçaria o valor indecível que a expressão “fértil *Phthía*” assume nessa frase.

Em primeiro lugar, é fato reconhecido que certas passagens

⁹ A afirmação sobre a dificuldade da recepção de tal abordagem se deve ao próprio Nagy, no prefácio da 2ª edição, de 1999. Cf. NAGY, p. ix.

¹⁰ A unicidade de escolha para a existência heroica é afirmada por Vernant (1989, p. 83) nos seguintes termos: “Exister « individuellement », pour le Grec, c’est se faire et demeurer « mémorable »: on échappe à l’anonymat, à l’oubli, à l’effacement – à la mort donc – par la mort même, une mort qui, en vous ouvrant l’accès au chant glorificateur, vous rend plus présent à la communauté, dans votre condition de héros défunt, que les vivants ne le sont à eux-mêmes”.

da *Iliada* parecem, com efeito, relacionar etimologicamente o radical *phthi-* (contido em verbos que expressam a morte, tais como: *phthínō*, *phthiō*, *phthinúthō*) com o nome da terra natal de Aquiles (*Phthía*). Essa associação existe potencialmente, portanto, em todos os contextos onde o termo aparece. O fato de que também em épocas posteriores tal associação era automática apenas reforça esse entendimento.¹¹

Assim sendo, o valor indecível da expressão “fértil *Phthía*” se dá nos seguintes termos: se na frase de Aquiles estivesse implicado o seu retorno para casa e a busca por uma vida mais longa, “*Phthía*” deveria ser compreendida como a aniquilação de seu caráter heroico e “fértil” como o prolongamento de sua vida mortal; por outro lado, se na frase de Aquiles estivesse – ainda que de maneira involuntária – sugerida a sua permanência nos combates de Troia, “*Phthía*” passaria a ser compreendida como a opção pelo aniquilamento de sua vida no campo de batalha e “fértil” como a obtenção de sua glória imortal. A expressão é ainda uma *coincidentia oppositorum* (conforme sugestão de Nagy), mas pode ser lida como algo além. Uma vez que no contexto em que tal frase é pronunciada não é possível decidir o valor de cada um dos seus termos, “fértil *Phthía*” é uma expressão *indecível*.

Em vista de tudo quanto foi exposto, acredito poder sintetizar esse ponto a partir das palavras com que Aquiles define a duplicidade de cada uma das opções disponíveis a ele pela predição de sua mãe divina, Tétis:

[...] Pés-de-prata, a deusa Tétis, madre,
me avisou: um destino dúplice fadou-me
à morte como termo. Fico e luto em Tróia:
não haverá retorno para mim, só glória
eterna; volto ao lar, à cara terra pátria:
perco essa glória excelsa, ganho longa vida;
tão cedo não me assalta a morte com seu termo.
(*Il. IX*, 410-416)

¹¹ Steinhart (2007, p. 283) menciona uma passagem de Ateneu (do *Banquete de Sofistas*) que traz um fragmento de Strattis (*Stráttis*) no qual se lê: *Phthiôt' Akhilleû* (Phthian Achilles). O próprio Ateneu explica que a expressão foi utilizada para ridicularizar a aparência esquelética (“*consumptive appearance*”) de Cinésias (*Kinēsias*), poeta de ditirambos do final do séc. V em Atenas. Steinhart elenca essa passagem entre os argumentos que reforçam a compreensão da *Phthía* como uma região de aniquilamento (“*as a region of consumption*”).

Ora, se Aquiles retornar à “fértil *Phthia*”, ele destrói a própria glória e, no entanto, salva a vida. Se ele permanecer em Troia, ele destrói a própria vida e, no entanto, salva a glória. É por isso que Aquiles fala de “um destino dúplice” (*dikhthadías kêras*) ao qual foi fadado: “fértil *Phthia*” é a expressão indecível que concentra em si (a um só tempo) esse caráter dúplice, ruína e salvação.¹²

3

No contexto em que a frase de Aquiles é citada pela mulher bela e formosa do sonho de Sócrates, é preciso ter em mente as possibilidades de leitura atribuíveis a ela em seu contexto “original” (como acabo de demonstrar). É igualmente importante, contudo, atentar também para certos detalhes do contexto do diálogo platônico em que se dá sua emissão: trata-se de uma frase pronunciada por uma imagem que veio a Sócrates em sonho.

A relação entre Sócrates e os sonhos parece ter perturbado a ideia de racionalidade que lhe foi tradicionalmente atribuída pela filosofia ocidental (BUSSANICH, 1999, p. 29). Levando-se em conta a forma como o sonho tende a ser encarado, como algo irracional, ligado antes a formas menos desenvolvidas de compreensão,¹³ seria de se espantar que o “fundador” da filosofia ética – o pensador que sempre examina as situações pelo crivo do *lógos* – atentasse efetivamente para o sentido dos sonhos e se deixasse influenciar por eles.¹⁴

De toda forma, esse posicionamento é mais do que evidente em obras como *Apologia de Sócrates*, *Críton* e *Fédon*, nas quais os

¹² Minha análise sobre a indecibilidade da expressão “fértil *Phthia*” é devedora daquilo que afirma Derrida (1991a, p. 74) com relação ao termo “*phármakon*” em Platão (na versão francesa: DERRIDA, 1972a, p. 158). Para mais detalhes sobre os indecíveis derridianos, cf. NASCIMENTO, 2001, p. 93.

¹³ Nas *Histórias* de Heródoto, por exemplo, o sonho é exclusividade dos povos bárbaros (sobretudo dos Grandes Reis do Império Persa) e dos tiranos. A influência de poderes “invisíveis”, contudo, também se faz presente na Grécia de Heródoto, mas, ao invés de se dar a ver por meio de sonhos, é ouvida através dos oráculos. Cf. HARTOG, 1999, p. 280 (na versão francesa: HARTOG, 2001, p. 406).

¹⁴ Não é de se espantar que Derrida, um crítico da abordagem filosófica tradicional, proponha interessantes análises dos sonhos de Sócrates em sua obra tardia. Dentre elas, retomaremos a do sonho mencionado no *Críton*. Cf. DERRIDA, 2009, p. 47.

sonhos têm papel fundamental na orientação de determinadas atitudes do filósofo. Segundo Vlastos (1991, p. 168), quando Sócrates lida com sinais divinos (tais como os que são emitidos por sonhos e oráculos),¹⁵ ele evita palavras típicas de declarações de conhecimento, preferindo verbos ligados à expressão da *dóxa* (*hupélabon*, “eu assumo que...” ou *édoxe moi*, “parece-me que...”),¹⁶ e acredita que tais sinais divinos sejam suscetíveis a interpretações diversas, já que não falam nem ocultam, mas assinalam.¹⁷ A escolha da interpretação de tais sinais divinos, portanto, segundo Sócrates, caberia ao bom senso daquele que os recebe e deveria ser guiada por uma enquete racional.¹⁸

Os exegetas tradicionais da passagem em que Sócrates narra seu sonho a Críton ativeram-se à compreensão mais direta, preferindo uma interpretação simplificadora. Nesse sentido, em seu comentário ao *Críton*, por exemplo, Burnet, depois de identificar o verso da *Ilíada* que foi citado pela imagem da mulher no sonho, afirma que (em minha tradução):

As palavras são pronunciadas por Aquiles e querem dizer que ele pode voltar para *casa* em três dias, sendo isso o que Sócrates compreende que o sonho quer dizer. A visão de que a vida é um exílio de nossa morada celestial é órfica. [...] Eu não posso acreditar que *Phthiēn* pretenda sugerir o verbo *phthínō*, como Lambinus supunha. (BURNET, 1954, p. 258)¹⁹

¹⁵ Em *Críton*, 33c6, o próprio Sócrates diz que é por meio “de adivinhações e sonhos (*ekmanteiōn kai exenupniōn*)” que “o deus (*hotheós*)” lhe dá suas ordens.

¹⁶ Cf., por exemplo: *Fedro*, 242b-c; *Críton*, 44a10, 44b4; *Fédon*, 61a.

¹⁷ No mesmo sentido daquilo que afirma Heráclito sobre o Oráculo de Delfos (no fr. 93 D-K): *ho áanax, hoû tò manteiōn esti tò en Delphoís, oúte légei oúte krúptei allá sēmaínei*. Na tradução de Alexandre Costa: “O senhor, de quem é o oráculo, aquele em Delfos, não diz nem oculta, porém, assinala”. Cf. COSTA, 2002, p. 148.

¹⁸ Estamos de acordo com Burnyeat (1997, p. 7) quando ele aventa a possibilidade de que tal inspeção da divindade por meio do *lógos* tenha sido encarada pelos contemporâneos de Sócrates como uma atitude impiedosa (e até mesmo motivada por certa *húbris*), passível inclusive de punição conforme o posicionamento reacionário no final do séc. V em Atenas. Bolzani (2008, p. 158) também trata dessa questão em termos com os quais os meus estão de acordo.

¹⁹ Mikalson (2010, p. 122) corrobora essa interpretação tradicional numa nota de seu estudo sobre a relação entre a filosofia helênica e a religião popular.

Este não é o espaço para levar a cabo uma discussão sobre o pretense pessimismo de Sócrates face à vida – encarada como um exílio do qual os homens se livram por meio da morte –, mas acredito ser importante mostrar novas leituras sobre o posicionamento socrático diante da existência. Uma passagem que se prestou como argumento a um pretense pessimismo tardio de Sócrates é a de suas palavras finais (conforme *Fédon*, 118a), quando ele afirma pouco antes de morrer (em minha tradução): “Crítón, nós devemos um galo a Asclépio. Pague a dívida, não se esqueça” (*ô Krítōn [...] tōi Asklēpiōi opheilo men alektruóna: allà apódote kai mē amelēsēte*).

Em seu curso de 15 de fevereiro de 1984 no *Collège de France*, Foucault (1984, p. 88-9) afirma que não apenas Lamartine, mas Nietzsche e Robin (um dos tradutores franceses do *Fédon*), dentre outros autores não menos ilustres, apresentam a compreensão de que o sentido das palavras de Sócrates seria o seguinte: “Viver é estar doente, logo, morrer é ver sua saúde reestabelecida” (traduzo aqui a paráfrase de Foucault). Essa leitura tem uma longa história na recepção da obra platônica e parece ter marcado certa concepção sobre os últimos instantes da vida de Sócrates.

A interpretação dada por Burnet (e endossada por Mikalson) sobre o entendimento de Sócrates acerca da mensagem contida em seu sonho é, sem dúvida, tributária dessa mesma corrente hermenêutica. O mal-estar de alguns diante de tal interpretação, contudo, já era expresso por Hadot numa palestra de 1974, sob o título “A figura de Sócrates” (*La figure de Socrate*), e posteriormente publicada em livro. Com efeito, apoiando-se na leitura de Bertram,²⁰ ele criticava a interpretação de Nietzsche, como se ela dissesse mais a respeito do próprio filósofo alemão do que sobre Sócrates (HADOT, 2014, p. 71). Crítica em sentido análogo à de Foucault, que se apoiava por sua vez na leitura de Dumézil (1984, p. 143) para explicar por que o alegado pessimismo de Sócrates não fazia sentido, uma vez que a doença por cuja cura o filósofo ateniense agradecia era relativa ao risco de defender uma opinião falsa. Assim sendo, não haveria qualquer pessimismo na última declaração de Sócrates, nem na forma como ele propunha a interpretação dos mais diversos sinais divinos que recebera ao longo da vida (FOUCAULT, 1984, p. 104).

²⁰ Hadot (2014, p. 62) afirma que o cap. 20 do livro de Bertram (1918), sobre a relação entre Nietzsche e Sócrates, não foi ultrapassado por nada escrito posteriormente sobre o mesmo tema.

Uma vez colocada em dúvida a interpretação de Burnet e Mikalson sobre a forma como Sócrates recebera a mensagem de seu sonho, acredito poder avançar a hipótese de que o sentido dessa passagem seja muito mais profundo do que a exegese tradicional parece admitir. Afinal, por que “o deus” (*ho theós*) enviaria a Sócrates uma visão em sonho com tal mensagem? Numa tentativa de resposta a essa questão, Vlastos propõe, em nota, a seguinte interpretação (em minha tradução):

O mesmo é verdadeiro no caso do sonho contado mais brevemente no *Críton*: ele também, como o primeiro sonho do *Fédon*, emprega alegoria: no verso da *Iliada* (IX, 363) que prevê a morte de Aquiles, Sócrates lê a profecia de sua própria morte; e aqui também ele fala apenas de “crença” ou “aparência” (*edókei*, 44a10; *hósgé moi dokeî*, 44b4). (VLASTOS, 1991, p. 168)

Acredito que Vlastos esteja correto nessa interpretação mais lacônica,²¹ embora deixe de lado um elemento importante que fica implícito no uso de tal citação. É preciso lembrar que a frase pronunciada pela mulher do sonho de Sócrates é retirada da *Iliada*, no contexto em que a embaixada composta por três dos que eram para Aquiles os mais caros aqueus – Fênix, Odisseu e Ajax – tentavam persuadir-lhe a reconsiderar sua decisão de não mais participar dos combates contra os troianos. Isso, contudo, envolvia que Aquiles desconsiderasse os valores guerreiros que guiavam sua conduta, uma vez que, aceitando as “dádivas” (*dôra*, *Il. IX*, 378) oferecidas pelos três componentes da embaixada (em nome de Agamêmnon), ele estaria passando por cima de sua honra guerreira – desrespeitada quando o mesmo Agamêmnon tomou-lhe o “prêmio” (*gêras*), conforme expresso pelo próprio Aquiles (em *Il. IX*, 367). Em tal contexto o herói recorre à expressão indecível “vou-me embora pra fértil *Phthia*”, cujo sentido não é fechado por meio de uma intervenção autoral que a limite ou a defina.

Ora, não há de ser coincidência que, nos parágrafos seguintes àquele em que Sócrates fala sobre esse sonho, Críton comece sua tentativa de persuadir seu amigo filósofo a fugir da prisão. Da mesma forma como já acontecera com Aquiles, contudo, tal decisão também envolveria uma desconsideração dos valores que guiavam a conduta de

²¹ Derrida (2009, p. 47) apresenta compreensão análoga.

Sócrates e, embora pudesse até parecer vantajosa a curto prazo (conforme os argumentos de Críton), teria consequências nefastas para todos os envolvidos (conforme o contra-argumento de Sócrates). O resto do diálogo empenha-se em mostrar – tal como a parte final do canto IX da *Iliada* – por que uma pessoa valorosa não deve abrir mão de seus mais altos valores em prol daquilo que a princípio *parece* uma vantagem. Nesse sentido, tudo o que fica sugerido pela mensagem onírica parece ser, não apenas compreendido por Sócrates, mas logicamente limitado, uma vez que ele define o sonho como “claro” (visível, *enargés*).

A análise da citação do verso da *Iliada* no diálogo socrático impõe, de maneira inevitável, uma comparação do caráter heroico de Aquiles com o de Sócrates (como já indicavam as palavras do próprio Sócrates na *Apologia* 28b-d, quando tomava de Aquiles o modelo da constância de seu comportamento diante da morte). Goldman, atentando justamente para os inúmeros paralelos entre Aquiles e Sócrates disseminados na obra platônica, sobretudo na *Apologia*, afirma (em minha tradução):

Apesar de ser o filho de um cortador de pedras [*stonecutter*], ele é mostrado também como o herdeiro de um modelo aristocrático de caráter, um modelo cujas qualidades podem ter sido traçadas [*drawn*] a partir de uma quantidade de imagens [*portraits*] de indivíduos excepcionais, alguns deles imortalizados na poesia – o próprio Sócrates recorre [*draws*] explicitamente a Aquiles e implicitamente invoca Tirteu e Sólon. [...] Sócrates é o modelo de uso da sabedoria tradicional na busca por valores cívicos. (GOLDMAN, 2009, p. 460)²²

Levando isso em conta, posso afirmar que o *Críton* opera uma releitura do canto IX da *Iliada*. Essa afirmação traz inúmeros desdobramentos importantes que – até onde sei – não foram tratados a partir dessa perspectiva pelos estudiosos da obra platônica.²³

²² O paralelo entre Aquiles e Sócrates (bem como Alcibíades, Ajax e Lisandro), do ponto de vista do orgulho, foi reforçado também por Aristóteles em *An. Post.* II, 13, 97b 16-25.

²³ É certo que os paralelos e a emulação existentes por parte de Platão com relação a Homero já haviam sido notados desde a Antiguidade (como, por exemplo, na obra de Pseudo-Longino, *Do Sublime* 13.3). Mas a compreensão de que Platão relê Homero, dando nova interpretação a determinados termos e passagens, parece ser recente. Nesse sentido, cf. GOLDMAN, 2009, p. 465.

4

Em vista do que afirmei no início deste artigo com relação ao modelo interpretativo de citações em três “níveis” (o do contexto “original” da citação; o do “novo” contexto em que a citação ocorre; o das diferenças entre os dois anteriormente mencionados), ainda preciso atentar para uma possibilidade de leitura da passagem que por ora me ocupa. Por um lado, tenho um Aquiles que, ao recorrer à imagem de seu retorno à “fértil *Phthia*”, sugere um sinal dúbio (de ruína e salvação a um só tempo – seja da vida, seja da glória). Por outro, um Sócrates que é alertado (em sonho) pela divindade de que ele próprio terá o mesmo fim de Aquiles – ou seja, resistirá à tentativa de seus companheiros convencerem-no a abrir mão de seus mais altos valores em prol do que parece vantajoso a curto prazo, perderá a vida pela defesa incondicional desses mesmos valores e, por tal inflexão (ainda que reflexiva), ganhará glória imortal. Ora, qual a diferença instaurada pela contraposição dessas duas interpretações? E como interpretá-la?

O que mais chama atenção é certa neutralização da dubiedade que na *Iliada* ainda assombrava a expressão “fértil *Phthia*”. Se na boca de Aquiles tal expressão tinha um valor indecível, podendo referir-se simultaneamente (ainda que de modo exclusivo), por um lado, à manutenção de sua vida e destruição de sua glória, por outro, à obtenção de sua glória e destruição de sua vida, na de Sócrates a expressão parece voltar a ser unívoca. Não que sua dubiedade tenha sido desfeita pela mensagem onírica, muito antes pelo contrário. Enquanto frase enviada pelo deus (*ho theós*) em sonho, a expressão “fértil *Phthia*” guarda toda a ambiguidade que é característica das manifestações divinas: da mesma forma como fora acordado a Aquiles contemplar a possibilidade de retornar para casa, caso estivesse disposto a abrir mão da glória, ou permanecer e morrer gloriosamente, alternativas análogas poderiam estar sendo sugeridas pelo sonho a Sócrates. No entanto, a passagem em que tais sugestões poderiam coexistir não permanece em aberto no diálogo platônico – como ocorrera na *Iliada* –, mas recebe uma palavra final da parte de Sócrates: ele define o sonho como “claro” (visível, *enargés*).

Essa definição do sonho é responsável por condenar a indecibilidade da expressão “fértil *Phthia*”. Tal condenação se dá justamente por meio do estabelecimento de um critério, qual seja, o

do julgamento conforme o *lógos* que na reflexão se mostra o melhor.²⁴ A partir do estabelecimento de tal critério, que Platão teria pretendido demonstrar, por meio de muitos de seus diálogos, ser unívoco, não há mais espaço para a dubiedade de uma expressão indecível. É interessante notar certo jogo semântico operado nessas duas últimas frases: *a indecibilidade da expressão “fértil Phthía” foi julgada por meio de um critério lógico e unívoco (conforme se depreende dos diálogos) e sua dubiedade foi condenada como algo equivocado*. Trata-se da “univocidade” do *lógos* socrático funcionando como critério de decidibilidade no diálogo platônico.

Esse primeiro ponto acarreta uma série de consequências que foram tradicionalmente relacionadas à figura de Sócrates (sobretudo enquanto personagem de Platão). Ele teria sido o responsável por um deslocamento nos valores a serem defendidos pelos cidadãos da *pólis*, a partir de uma reflexão perpetuamente orientada pelo *lógos*. Em comparação com os valores prezados por Aquiles, as propostas de Sócrates inauguram grandes mudanças, justamente a partir daquilo que se compreende como o conceito de “virtude” (*aretē*):²⁵ Aquiles é o mais conhecido defensor da virtude guerreira conforme sua insuperável expressão nos poemas homéricos; Sócrates, por outro lado, propõe uma revisão dos valores que devem reger a atitude do cidadão na *pólis*, delineando uma nova virtude baseada na reflexão acerca do comportamento em comunidade.

Ainda assim, Sócrates mostra-se tão inflexível na defesa desses novos valores quanto o próprio Aquiles já se mostrara na defesa dos antigos, uma vez que ambos levam às últimas consequências a manutenção de seus ideais.²⁶ Nesse sentido, David-Jougneau afirma (em

²⁴ Conforme o que Sócrates afirma em *Crítion*, 46b: “Uma vez que não só agora, mas também sempre, eu sou do tipo que não é convencido por nada de mim mesmo a não ser pelo *lógos* que na reflexão me parece o melhor (*hōs egō ou nūn prōton allà kai aei toioûtos hoîos tōn emōn mēdeni állōi peithesthai ē tōi lógōi hōs án moi logizomēnōi bélistos phainētai*).”

²⁵ No que se refere ao entendimento da evolução da *paideia* grega em termos análogos, cf. JAEGER, 2013, p. 568.

²⁶ Conforme sugestão que já se encontra em David-Jougneau (2010, p. 140), vale a pena citar as palavras de Arendt (1998, p. 193) usadas para descrever Aquiles (e plenamente aplicáveis também a Sócrates): “Only a man who does not survive his one supreme act remains the indisputable master of his identity and possible greatness, because he

minha tradução):

A tenacidade em sua tomada de posição, que era uma das características do herói da época arcaica, como Aquiles ou Ajax, e que fazia com isso a grandeza a partir da fidelidade a si mesmo, parece ser um valor colocado em causa ou, de todo modo, questionado nesse fim de século V a.C.. Com certeza Sócrates é uma testemunha da fidelidade a si mesmo, mas sob a condição de que o indivíduo defenda com isso algo para além de uma representação puramente subjetiva e narcísica de si, que seja o lugar de uma interrogação e de uma busca sobre o que é justo ou sobre o que é verdadeiro, que o faz transcender, elevar-se para além de si mesmo e falar então por todos os homens. (DAVID-JOUGNEAU, 2010, p. 90)

Os valores que Sócrates tenta desenvolver não são mais os legados pela tradição e respeitados acriticamente pela comunidade. Já não se trata mais de um respeito à virtude (*aretē*) a fim de se alcançar uma fama imortal (*kléos áphthiton*), como na poesia homérica.²⁷ O que Sócrates propõe como modo de atuação no interior da *pólis* é a reflexão prévia e análise detida – por meio do *lógos* – dos conceitos, atitudes e hábitos de seus concidadãos, bem como de si mesmo. Esse é o sentido de diálogos socráticos como *Eutífron* e *Laques*, por exemplo. Segundo o filósofo, o maior bem para um homem é discutir todos os dias sobre a virtude e muitas outras coisas, já que uma vida sem esse exame não é digna de ser vivida (conforme *Apologia*, 38a).

Ao que tudo indica, Sócrates foi o responsável por inaugurar uma via a partir da qual os homens de pensamento passaram a tomar

withdraws into death from the possible consequences and continuation of what he began. What gives the story of Achilles its paradigmatic significance is that it shows in a nutshell that *eudaimonia* can be bought only at the price of life and that one can make sure of it only by foregoing the continuity of living in which we disclose ourselves piecemeal, by summing up all of one's life in a single deed, so that the story of the act comes to its end together with life itself".

²⁷ Nesse sentido, vale a pena citar o que afirma Hunter (2012, p. 41): "The most that the Homeric hero can hope for after death is *kleos*, which itself is a reflection of one's deeds during one's only life; to that extent, ideas of the afterlife may be said to affect behaviour before death, but the situation for Plato is utterly different from this".

um rumo diverso daquele almejado pelos homens de ação.²⁸ Os novos horizontes que foram abertos por seu processo dialético de investigação da realidade da *pólis* revelaram as facetas dúbias do comportamento de seus concidadãos, mesmo daqueles que se consideravam os mais inequívocos e piedosos.²⁹ Aquilo que a princípio se propõe como uma apologia revela-se, portanto, uma denúncia que se volta contra os próprios “homens atenienses”.³⁰ Sócrates apresenta não apenas uma releitura da virtude tradicional (que se dá, como já mencionei, segundo uma releitura de episódios próprios da tradição e do estabelecimento de um novo critério de julgamento), mas uma crítica violenta da concepção de virtude de seus contemporâneos.

A compreensão da idiossincrasia contida nas atitudes e proposições de Sócrates pode ser notada pela frequência com que palavras expressando o estranhamento (tais como *átopos*, *atopía*, *atopótatos*) são usadas nos diálogos platônicos para se referir ao filósofo (HADOT, 2014, p. 39). Nesse sentido, não penso que Críton classifique o sonho narrado por Sócrates como “estranho” (*átopos*) devido a uma incapacidade de identificar a citação do verso homérico – afinal, sendo um cidadão ateniense bem-educado, seria absurdo supor que Críton não fosse capaz de reconhecer tal passagem e até mesmo evocar o contexto imediato da qual fora extraída. Acredito que, apesar de ter identificado a menção a Homero, Críton não tenha sido capaz de enxergar a relação sugerida pelo sonho entre a posição de Sócrates e a de Aquiles.³¹ O descompasso

²⁸ Essa questão foi trabalhada por Arendt (1998, p. 18), que a completa com as seguintes palavras: “[...] when the philosophers discovered – and it is probable, though improbable, that this discovery was made by Socrates himself – that the political realm did not as a matter of course provide for all of man’s higher activities, they assumed at once, not that they had found something different in addition to what was already known, but that they had found a higher principle to replace the principle that ruled the *polis*”.

²⁹ Na *Apologia*, 36d15, Sócrates afirma aos “homens atenienses” que “acredita como nenhum de seus acusadores (*nomízō te gár, ô ándres Athēnaíoi, hōs oudeis tón emôn katēgórōn*)”. Para o possível duplo sentido dessa passagem, cf. BURNYEAT, 1997, p. 6.

³⁰ Bolzani (2008, p. 164, n. 16) é da mesma opinião e corrobora o que já fora defendido por Burnyeat (1997, p. 5), segundo o qual: “[...] Socrates’ divinity lays it down that the accepted values of the Athenian community are to be put in question. Neither in private nor in public life are the Athenians living as they should – the *Apology* is one long counter-indictment charging the Athenians with rampant injustice”.

³¹ É interessante que, em seu esforço para tentar entender o sentido desse sonho, Críton

axiológico entre um cidadão comum, representado aqui por Críton,³² e Sócrates é o que explica o fato de que o primeiro não entenda todo o conjunto de relações desenhado pela citação homérica – que reconfigura a escala de valores tradicionais – e que o segundo considere tudo “claro” (*enargés*): da previsão sobre a necessidade de se resistir na defesa de certos valores em detrimento de outros (ainda que devendo se contrapor às ofertas de uma “embaixada amiga”) até a compreensão de que tal resistência deveria ser feita a expensas da própria vida.

O filósofo inaugurava um critério de reflexão acerca da realidade que, por se basear num exame do *lógos* – ele mesmo único e universal –, pretendia avançar uma compreensão unívoca acerca dos objetos sobre os quais se reflete. Tal pretensão é o que parece ter permitido que Sócrates julgasse e condenasse a indecidibilidade da expressão “fértil *Phthia*”, a fim de pressupor uma interpretação unificada da expressão dúbia. Como já foi afirmado, trata-se da “univocidade” do *lógos* socrático funcionando como critério de decidibilidade no diálogo platônico.

5

A citação é um recurso discursivo (escrito ou não) extremamente complexo por meio do qual são estabelecidas as mais diversas relações dialógicas com outros discursos. Espero ter demonstrado que o seu emprego – ao longo da vasta tradição epistemológica – foi responsável por expandir as possibilidades de leitura e diálogo com os mais diversos pensadores dessa tradição, potencializando o efeito disseminador já contido em seus discursos.

chegue a cogitar que a Tessália (região onde outrora se encontrava a *Phthia* de Aquiles) pudesse ser um dos destinos para a fuga do filósofo (*Críton*, 45c). Não é, contudo, sem uma profunda ironia que Sócrates refuta tal interpretação (em *Críton*, 53d).

³² Acerca da posição de Críton e a influência exercida por ela sobre a argumentação de Sócrates, vale a pena ter em mente o seguinte: “Crito, however, is not a philosopher or a politician, but an ordinary decent citizen caught in a difficult and revealing situation. Crito embodies several related but conflicting qualities: he is a common Athenian, a lover of virtue, and Socrates’ old friend. His obligations alternately bind him to his city and his friend while pitting him against them. His need to help himself compounds his divided loyalty. His justice normally stabilizes but can also trigger that explosive compound and undermine itself. The scope, method, and force of Socrates’ arguments reflect Crito’s character and concerns”. (ROSANO, 2006, p. 454)

Por meio da análise de *Críton*, 43d1–44b5, acredito ter demonstrado a importância atribuível a uma leitura mais detida de trechos que se valem de citações. Se, por um lado, o contexto do qual a citação foi retirada deve ser levado em consideração pela “nova” leitura, bem como o trecho em que tal citação foi inserida, por outro, é importante se dar conta dos deslocamentos operados pelo seu emprego. Ou seja, é preciso estar atento a (no mínimo) três “níveis” de leitura quando algum texto se vale de uma citação.

No trecho que este artigo se propôs a analisar, demonstrei o funcionamento desse processo de leitura. Em primeiro lugar, analisei as possibilidades de leitura existentes no contexto “original” da citação: tratava-se diretamente de uma ameaça de abandono definitivo da batalha por parte de Aquiles, ainda que num discurso já perturbado pela inevitabilidade de seu destino trágico (conforme o que se deixa adivinhar na dubiedade da expressão que se refere a sua terra natal, “fértil *Phthia*”). Em segundo lugar, propus uma leitura do “novo” contexto da citação: no sonho, relatado por Sócrates a Críton, ele acreditava que uma mulher bela e formosa teria vindo lhe avisar que seu destino seria análogo ao de Aquiles, já que ele também não trairia seus mais altos valores, resistindo à persuasão de amigos, e pagaria com a morte pela defesa desses mesmos valores (conforme a leitura unívoca sugerida pela “clareza” com que Sócrates afirma compreender o sonho). Por fim, atentando para a possibilidade de leitura que surge justamente na diferença entre as duas leituras anteriormente propostas, explicitarei a univocidade estabelecida pela voz autoral de Platão (sob os auspícios do *lógos* socrático), em contraposição à indecidibilidade da expressão conforme seu emprego no contexto homérico. Demonstrei ainda a novidade e o caráter idiossincrático daquilo que era promovido por Sócrates – tanto com relação aos valores vigentes no contexto homérico, quanto com relação aos valores de seu próprio contexto –, conforme sua *performance* nos diálogos platônicos.

De tudo quanto foi tratado, espero que – para além de possíveis discordâncias com relação às leituras apresentadas – permaneça a demonstração do zelo e da importância que devem ser dados à leitura de citações. Seja em suas intenções agônicas, seja em sua reverência quase hierofântica com relação a determinados autores, é preciso estar ciente de que uma citação sempre promove deslocamentos e todo leitor há de tentar compreendê-los se quiser ampliar os horizontes de sua leitura. Tal

tentativa, no entanto, deve admitir que esses horizontes serão sempre finitos e que nenhuma leitura dará conta de ultrapassar tais limites, vindo a abarcar o infinito proposto pelo texto. Por isso, cito mais uma vez o poema de Bandeira (1998, p. 90) com o qual iniciei este artigo, afirmando que:

[...] quando eu estiver mais triste
Mas triste de não ter jeito
Quando de noite me der
Vontade de me matar
- Lá sou amigo do rei -
Terei a mulher que eu quero
Na cama que escolherei [...]

... vou-me embora pra fértil *Phthia*.

Referências

- ARENDDT, H. *The human condition*. 2ª ed. Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- BANDEIRA, M. *Bandeira a Vida Inteira*. Rio de Janeiro: Alumbramento, 1986.
- BENNINGTON, G. Derridabase. In: BENNINGTON, G.; DERRIDA, J. *Jacques Derrida*. Trad. Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Joger Zahar, 1996, p. 11-217 [trad. de BENNINGTON, G. Derridabase. In: BENNINGTON, G.; DERRIDA, J. *Jacques Derrida*. Paris: Seuil, 1991, p. 7-292].
- BERTRAM, E. *Nietzsche: Versuch einer Mythologie*. Berlin: Bondi, 1918.
- BOLZANI F. R. Platão trágico e antitrágico. *Letras Clássicas*, São Paulo, n. 12, p. 151-168, 2008.
- BURNET, J. *Plato's Euthyphro, Apology of Socrates and Crito*. Edited with notes by John Burnet. Oxford: Clarendon Press, 1954.
- BURNYEAT, M. F. The Impiety of Socrates. *Ancient Philosophy*, Pittsburgh, vol. 17, issue 1, p. 1-12, 1997.
- BUSSANICH, J. Socrates, the mystic. In: CLEARY, J. (ed.). *Traditions of Platonism: essays in honour of John Dillon*. Farnham: Ashgate, 1999, p. 29-51.

CAMPOS, H. *Iliada de Homero*. Trad. Haroldo de Campos, introd. e org. Trajano Vieira. 4ª ed. São Paulo: Arx, 2003.

COSTA, A. *Heráclito: fragmentos contextualizados*. Trad., apresentação e comentários por Alexandre Costa. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

DAVID-JOUGNEAU, M. *Socrate dissent: aux sources d'une éthique pour l'individu citoyen*. Paris: Solin/Actes Sud, 2010.

DERRIDA, J. *Demeure, Athènes*. Photographies de Jean-François Bonhomme. Paris: Galilée, 2009.

DERRIDA, J. *Farmácia de Platão*. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 1991a [trad. de DERRIDA, J. La pharmacie de Platon. In: DERRIDA, J. *La dissémination*. Paris: Éditions du Seuil, 1972a, p. 77-213].

DERRIDA, J. Assinatura acontecimento contexto. In: DERRIDA, J. *Margens da filosofia*. Trad. Joaquim Torres Costa, Antônio M. Magalhães, rev. técnica Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1991b, p. 349-373 [trad. de DERRIDA, J. Signature événement contexte. In: DERRIDA, J. *Marges de la philosophie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1972b, p. 365-393].

DUMÉZIL, G. «... *Le Moyne noir en gris dedans Varennes*». Paris: Gallimard, 1984.

FOUCAULT, M. *Le courage de la vérité: le gouvernement de soi et des autres II*. Paris: Gallimard/Seuil, 2009 (Cours au Collège de France, 1984).

GOLDMAN, H. Traditional forms of wisdom and politics in *Plato's Apology*. *The Classical Quarterly*, Cambridge, vol. 59, n. II, p. 444-467, 2009.

HADOT, P. *Éloge de Socrate*. Paris: Éditions Allia, 2014.

HAINSWORTH, B. *The Iliad, a commentary (general editor G. S. Kirk): volume III – books 9-12*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HARTOG, F. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Nova edição revista e aumentada, trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 1999 [trad. de HARTOG, F. *Le miroir d'Hérodote: essai sur la représentation de l'autre*. Nouvelle édition revue et augmentée. Paris: Gallimard, 2001 (1ère éd. 1980)].

HUNTER, R. *Plato and the traditions of ancient literature: the silent stream*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

JAEGER, W. *Paidéia: a formação do homem grego*. Trad. Artur M. Parreira, 6ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MACKIE, C. Homeric Phthia. *Colby Quarterly*, Waterville, vol. 38, n. 2, p. 163-173, 2002.

MIKALSON, J. *Greek Popular Religion in Greek Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

NAGY, G. *The best of the Achaeans: concepts of the hero in Archaic Greek poetry*. Rev. ed. Baltimore: John Hopkins University Press, 1999.

NASCIMENTO, E. *Derrida e a literatura: “notas” de literatura e filosofia nos textos da desconstrução*. 2ª ed. Niterói: EdUFF, 2001.

PLATO. *Platonis Opera*. Ed. John Burnet. Oxford: Oxford University Press, 1903.

ROSANO, M. Citizenship and Socrates in Plato’s “Crito”. *The Review of Politics*, South Bend, vol. 62, n. 3, p. 451-477, 2000.

STEINHART, M. Phthian Achilles. *The Classical Quarterly*, Cambridge, vol. 57, n. I, p. 283-284, 2007.

VERNANT, J.-P. Mort grecque mort à deux faces. In: VERNANT, J.-P. *L’individu, la mort, l’amour*. Paris: Gallimard, 1989, p. 81-89.

VLASTOS, G. *Socrates: ironist and moral philosopher*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.